

Defesa Nacional



OUTUBRO
1953

NÚMERO
471

General JUAREZ DO NASCIMENTO F. TAVORA, Diretor-Presidente.
General ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO, Diretor-Gerente.
Coronel ADALARDO FIALHO, Diretor-Secretário.

RIO DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

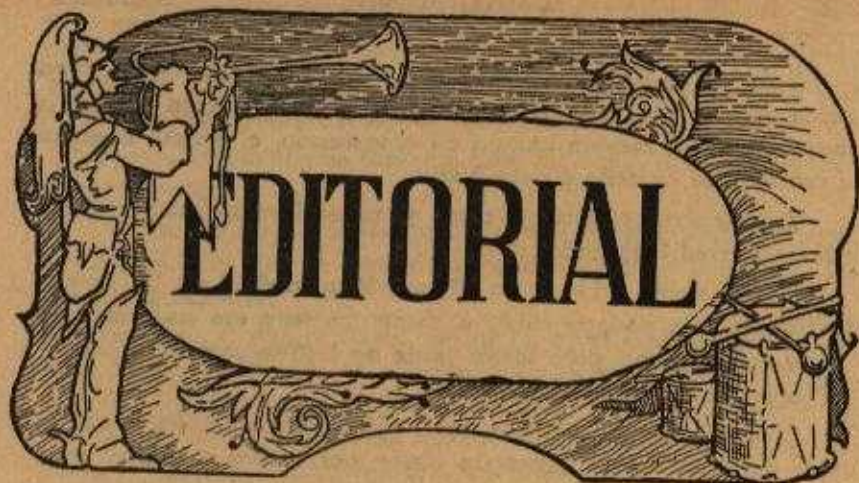
Ano XLI

BRASIL — RIO DE JANEIRO, OUTUBRO DE 1953

N. 471

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial	3
SECÇÃO COMEMORATIVA	
Mensagem ministerial.....	7
Mensagem do Chefe do Estado-Maior do Exército.....	8
Mensagem do Secretário Geral do Ministério da Guerra.....	9
Ata de fundação de "A Defesa Nacional".....	10
Oficiais fundadores falecidos.....	11
O orgulho dos veteranos — Gen. E. Leitão de Carvalho.....	13
Do berço à maturidade — Gen. Brazillo Taborda.....	15
40 anos vos contemplam! — Gen. Bertoldo Klinger.....	19
Há quarenta anos passados... — Gen. Pompeu Cavalcanti.....	23
Confissões de um veterano — Gen. F. de Paula Cidade.....	27
Doutrina de guerra — Gen. Euclydes de Figueiredo.....	29
A marcha para a química total — Cel. Mario Clementino.....	31
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
O emprêgo do "Napalm" na Coréia — Trad. do Ten.-Cel. Amyr Borges Fortes.....	35
As causas das crises da Cava'aria e a sua projecção contemporânea — Brigadeiro B. Martins, do Exército português.....	41
Ensinos da campanha na Coréia — II — Trad. do Ten.-Cel. Floriano Müller.....	61
Treinamento físico no Exército — Ten.-Cel. Jayr Jordão Ramos.....	69
Seleção de alvos para a Artilharia Antiaérea — Trad. do Maj. Luiz Felipe da Silva Wiedmann.....	77
O G.A.C.M. como Artilharia de Campanha — Cap. Marcel Padilha.....	83
Comparação e divulgação — 1º Ten. Helio A. Canongia.....	87
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
O presente e o futuro do direito internacional — Raul Fernandes.....	89
O impacto do petróleo sobre a nossa civilização — Transcrição da Redação..	99
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
Teria chegado Irala ao Salto do Avanhandava no Tietê? — Gen. Silveira de Mello.....	107
Matto Grosso sob os aspectos: físico, social e económico — Cap. Herminio Póvoa de Mattos.....	117
A mudança da Capital Federal — Maj. Alfredo Correia Lima.....	127
DIVERSOS	
O Brasil visto da Alemanha — Cel. A. de Lyra Tavares.....	139
Um escudo para o Batalhão de Guardas — Ten.-Cel. Nelson R. Carvalho.....	143
O problema da produção de material ferroviário.....	145
O clero e o patriotismo — P.J. Busato.....	151
NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR.....	157
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	159
ATOS OFICIAIS.....	165



40 ANOS DE LUTAS

A nossa querida Revista completa, neste mês, 40 anos de existência, pois foi fundada em 10 de outubro de 1913, por um grupo de jovens oficiais idealistas, cujos nomes declinamos com respeito: 1º Ten. Estevão Leitão de Carvalho, 1º Tenente Bertholdo Klinger, 1º Ten. Joaquim de Souza Reis Netto, 1º Ten. Brásilio Taborda, Cap. Epaminondas de Lima e Silva, Capitão Pargás Rodrigues, Cap. Mário Clementino, Cap. Jorge Pinheiro, 1º Ten. José Pompeu de Albuquerque Cavalcante, 1º Tenente Euclides de Oliveira Figueiredo, 1º Ten. Amaro de Azambuja Villanova e 2º Ten. Francisco de Paula Cidade.

Dêsses abnegados companheiros, que firmaram o pacto de custear do próprio bolso as despesas da Revista, caso as receitas fôsseem insuficientes, já desapareceram do número dos vivos o General Jorge Pinheiro, o Cel. Epaminondas de Lima e Silva e o Maj. Joaquim de Souza Reis Netto.

A todos êles voltamos, reconhecidos, o nosso pensamento, ao ensejo do transcurso desta data.

Gratidão e homenagem são os nossos propósitos.

Pelo descanso eterno das almas dos mortos, faremos celebrar solene missa na igreja da Sta. Cruz dos Militares.

Quanto aos vivos, convocámo-los para colaborar e convidámo-los para uma reunião festiva na Redação da Revista.

É de ver-se a presteza com que todos responderam à nossa convocação. Na reserva ou reformados, conservam ainda a mesma fibra, a mesma chama de entusiasmo, o mesmo coração a pulsar pelo Exército e pela Pátria.

Eis como respondeu, em carta ao nosso Diretor-Presidente, um desses bravos camaradas:

"Como velho soldado do "Grupo Mantenedor" de "A Defesa Nacional", não poderia faltar à chamada, feita em sua carta de 15 de junho último, para tomar parte na festiva comemoração do 40º aniversário da Revista."

"Fora de forma há tantos anos, não farei a continência com o rigor desejava-o, mas o coração ainda pulsa com o antigo entusiasmo patriótico e se regosija pela firmeza com que prossegue em sua marcha vitoriosa a gloriosa bandeira dos "jovens turcos" de 1913."

"Junto lhe envio, para o número de aniversário da Revista, estas páginas de homenagem aos velhos e aos novos batalhadores."

E assim foram todos.

Sim, com o antigo entusiasmo patriótico, conforme se verá mais adiante, na secção comemorativa, especialmente aberta para abrigar, numa justa homenagem, as colaborações dos nossos camaradas fundadores.

É só compulsá-la e se verá que esses bravos, a par das naturais rememorações que fazem, ainda lançam idéias, discutem assuntos profissionais, mostram-se em dia com a cultura geral!

Ainda não se lhes entibiu o ânimo! Ainda estão, eretos, por trás da estacada, olhos fitos no Brasil, prontos para pegarem na pena ou na espada!

Ainda vibram esses velhos camaradas pelas coisas pelas quais vale a pena um soldado viver, indicando o bom rumo às gerações modernas!

Não estão fora de forma.

E a continência deles ainda é aquela que o Brasil espera de todos os seus soldados, velhos e novos.

A todos eles deixamos aqui consignados o nosso voto de louvor, a nossa profunda gratidão e as nossas mais sinceras homenagens.

Não podemos deixar de referir-nos, nesta ocasião que nos é tão cara, à extensa lista dos camaradas que receberam o facho

sagrado das mãos dos fundadores e trouxeram-no, numa corrida que durou 40 anos, até às nossas mãos. Preferimos silenciar-lhes os nomes, com medo de alguma grave omissão.

Mas afirmamos que, também eles, merecem a nossa gratidão e homenagem.

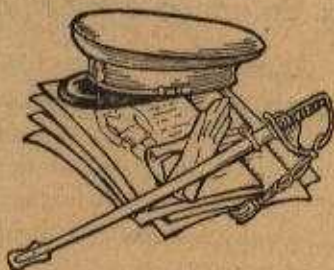
Dedicação sem limites, sacrifício mesmo, patriotismo e amor pela profissão são os apanágios desses dignos herdeiros dos nossos fundadores.

Finalmente, não podemos deixar de agradecer aos nossos colaboradores e subscritores o favor que nos tem possibilitado, juntamente com o auxílio oficial — traduzido em subvenções e no uso da benemérita Imprensa Militar — percorrer essa longa estrada em prol da cultura profissional e geral do Exército.

Hoje, orgulhamo-nos de ser a única revista militar que vem a lume com regularidade cronométrica, graças ao devotamento de todos os que trabalham nesta casa, sem dúvida, mas graças também à compreensão e auxílio de nossos chefes e camaradas.

Nossa revista é hoje citada no mundo inteiro. Artigos seus têm sido transcritos em publicações similares da Europa e da América.

Orgulhamo-nos da nossa Revista. Ela tem se mantido digna no seu papel. Tem correspondido aos fins para que foi criada. Tem concorrido para desenvolver a cultura profissional e geral do Exército. Tem prestado valiosos serviços aos nossos camaradas necessitados de documentações diversas. Tem dado asilo a escritores nascentes. Oxalá continui a receber o apoio dos chefes e dos companheiros para prosseguir a sua nobre missão. São os nossos mais ardentes votos.



A decorative banner with a central oval containing the text "40º ANIVERSÁRIO". The banner is flanked by two circular medallions: the left one shows a sword and the right one shows an open book. The entire banner is framed by ornate, symmetrical scrollwork and leaf patterns.

40º ANIVERSÁRIO

SECCÃO COMEMORATIVA

Mensagem Ministerial

Nenhuma publicação pode viver por muito tempo sem que seja útil, sem que conte com um público que por ela se interesse e que lhe assegure circulação. E se isso é verdade em se tratando de qualquer publicação, torna-se ainda mais verdadeiro quando se refere a uma revista técnica, destinada a um público determinado e restrito.

Melhor que todos os elogios, os 40 anos de existência de "A Defesa Nacional" são uma afirmação de vitória no meio militar a que se destina, graças ao valor constante de seus quadros dirigentes e redatoriais, às normas de ação traçadas para cumprir seu programa e à atualidade permanente dos temas debatidos e dos problemas técnicos agitados.

Para saudar "A Defesa Nacional", como me apraz, recorde seu longo tirocínio, seus gloriosos fundadores, — todos vitoriosos na carreira abraçada, por seus méritos, — recorde as grandes campanhas realizadas, como as do Serviço Militar Obrigatório, da discussão dos regulamentos nacionais e estrangeiros, da modernização do ensino militar, da necessidade da criação dos técnicos e da constante luta pelos contínuo estudo de casos concretos e temas táticos.

Confiante na continuidade da ação de "A Defesa Nacional", sempre em luta pelas belas causas do Exército e da Pátria, deixo aqui minha saudação entusiástica, a quantos contribuíram para seu êxito nestes 40 anos e a quantos hoje a dirigem para um destino ainda mais notável e sempre à altura da nobre missão que se traçou: ensinar o amor e cooperar para a defesa da Pátria!

CYRO ESPIRITO SANTO CARDOSO

Mensagem do Chefe do Estado-Maior do Exército

QUARENTA ANOS de um salutar serviço em provelto do Exército e do Brasil! Quase meio século de colaboração fecunda para as nossas entidades governamentais, de seiva construtora para os nossos chefes e de sadia orientação para a nossa juventude militar!

Fundada sob a feliz inspiração de um abnegado grupo de crentes, dentre os mais esperançosos jovens que então militavam nas lides profissionais do Exército, a "A Defesa Nacional", tendo por escopo o realce do bem servir, assim encerrava o Editorial de seu primeiro número:

"Não nos move de forma alguma a preocupação pretenciosa de sermos os mentores dos nossos chefes nem dos nossos camaradas; entramos na lida apenas com um pouco de mocidade, um pouco de estudo e a maior boa vontade, e dos nossos chefes e camaradas ambicionamos tão somente ser prestimosos auxiliares e dedicados colaboradores."

Tais foram as premissas de 10 de outubro de 1913, sempre mantidas e sempre cultivadas na renovação de seus núcleos redatoriais; sua orientação nunca se afastou dos magnos interesses pátrios — a Defesa Nacional — e suas diretrizes sempre consubstanciaram um guia atualizado das novas gerações que zelam pela integridade nacional.

As memoráveis páginas de sua volumosa publicação registram os traços áureos de nossa evolução militar, pontilham a experiência e os conselhos de nossos acatados mestres militares, e aglutinam um forte manancial onde a nossa mocidade militar hauri e cultiva os seus mais promissores anelos profissionais.

Prossegue, pois, na senda do mesmo ritmo e aproxima-se do meio centenário, assinalando mais uma década brilhante de fecundas publicações. — Lector e colaborador, desde os seus primeiros números, conforta-me rememorar estas impressões e saudar o seu benemérito núcleo mantenedor sempre atento à prosperidade e às finalidades de "A Defesa Nacional".

GEN. FIUZA DE CASTRO.

Mensagem do Secretário Geral do Ministério da Guerra

SÓ mesmo aqueles que acompanharam "A Defesa Nacional" desde a sua infância, é que podem aquilatar o valor inestimável de sua cooperação para a modernização de nosso Exército.

Terminada a guerra do Paraguai, nossas forças armadas entraram em um longo período de decadência quanto à instrução e à eficiência de seus armamentos.

Ao Marechal Hermes coube o papel de reerguer o Exército, adquirindo material moderno e enviando para estágio na Alemanha um numeroso grupo de oficiais moços e selecionados. Foi desse grupo que, há 40 anos, saíram os jovens tenentes que fundaram "A Defesa Nacional", procurando encetar uma campanha pelo aprimoramento do nível profissional de nossos camaradas e difundindo os conhecimentos que haviam adquirido, sem preocupação de monopolizá-los, pois, acima da vaidade, sobrepunha-se o amor ao Exército e o ideal de vê-lo à altura de cumprir sua nobre missão.

Mesmo depois da chegada da missão francesa, "A Defesa Nacional" ainda continuou, como agora, a ser uma fonte de grandes ensinamentos, um estímulo para aqueles que desejam produzir e um lugar de debates para os grandes problemas da nacionalidade.

A árvore plantada por seus fundadores continua a vicejar e a produzir frutos, e é para esses camaradas, alguns desaparecidos prematuramente, e outros ocupando na reserva os mais altos postos, que, no dia de hoje, se deve voltar o pensamento dos leitores de "A Defesa Nacional", e, mais do que isso, a gratidão de todo o Exército.

GEN. BDA. JOÃO DE SEGADAS VIANNA.

ATA DE FUNDAÇÃO DE "A DEFESA NACIONAL"

No dia 20 de setembro de 1913, numa das salas do Club Militar, na Capital Federal, presentes os abaixo assinados, realizou-se a primeira reunião dos interessados na publicação de uma revista que refletisse as idéias do novo Exército e fôsse, por consequência, um órgão de combate e um instrumento de trabalho.

Aberta a sessão, às 4 horas da tarde, tomou a palavra o 1º Tenente Leitão de Carvalho, que expôs o fim da reunião e os trabalhos realizados até aquela data por ele, orador, pelo Capitão Mário Clementino de Carvalho e pelos 1ºs Tens. Bertholdo Klinger e Souza Reis. Cogitando-se dos meios e fins da revista, de ante-mão denominada — "A Defesa Nacional", — ficou resolvido que, salvo os casos expressos da responsabilidade que cada qual assume pelas idéias e juízos que publica, houvesse sempre a mais perfeita solidariedade, em todos os sentidos, especialmente quanto ao ônus pecuniário a que por ventura venha a dar lugar à manutenção da revista. E como nem todos os associados estivessem presentes, ficou também resolvido que esta Ata fôsse lida e assinada por todos.

Por proposta do 1º Tenente Taborda, foram aclamados para dirigir a revista, os Tenentes Klinger, Leitão de Carvalho e Souza Reis, ficando o primeiro como chefe da redação; tratando-se da escolha de um secretário, foi ainda, por proposta do Tenente Taborda, aclamado o 2º Tenente Cidade. No que diz respeito à impressão da revista, nada ficou resolvido, deixando-se, no entanto, os diretores encarregados de contratá-la com quem mais vantagens oferecer.

E como o fim principal dêste livro de atas seja facilitar, futuramente, o estudo das condições em que surgiu e viveu esta revista, reclamada pelo momento histórico e pelas condições atuais do Exército, que vamos combater como atrasadas e perigosas, cumpre-nos declarar que coube aqui toda a iniciativa ao 1º Tenente Leitão de Carvalho, tendo como auxiliares imediatos o Capitão Mário Clementino, os 1ºs Tenentes Klinger e Souza Reis. E como nada mais houvesse a tratar, foi encerrada a sessão e marcada outra, para o dia que fôsse escolhido pela Diretoria — F. de Paula Cidade, secretário. Confere: Bertholdo Klinger; 1º Ten. Estevão Leitão de Carvalho; 1º Ten. Joaquim de Souza Reis Netto; Brasília Taborda; E. de Lima e Silva; Parga Rodrigues. Cientes: Mário Clementino; Capitão Jorge Pinheiro; José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti; Euclydes de Oliveira Figueiredo; Amaro de Azambuja Vilanova.

OFICIAIS FUNDADORES FALECIDOS

General JORGE PINHEIRO

Coronel EPAMINONDAS DE LIMA E SILVA

Major JOAQUIM DE SOUZA REIS NETTO



O ORGULHO DOS VETERANOS

Gen. E. LEITAO DE CARVALHO

Há quarenta anos, sem interrupção, vem sendo publicada esta Revista, fundada por um grupo de jovens oficiais, empenhados numa campanha patriótica, destinada a dar ao nosso Exército as características das forças armadas modernas, dotadas de qualidades técnicas eficientes para a luta e compenetradas do papel que lhes cabe na estrutura política do Estado.

Ao aparecer, distinguia-se das publicações congêneres, até então surgidas nas nossas forças de terra, por sua modesta aparência e seu conteúdo rigorosamente profissional.

O apoio que recebeu, desde logo, no seio da classe mostrou que correspondia a uma necessidade palpitante. Com os olhos do pensamento no futuro, seus criadores fizeram dela um instrumento de progresso, não se atando, por isso a outros compromissos, além dos interesses do Exército, que têm de ser os da Nação. E é a fidelidade a esses princípios que se deve a segurança de sua carreira, o crédito conquistado e a confiança que inspira.

Quando ela surgiu, a 10 de outubro de 1913, todos sentiam que nos havíamos deixado ficar para traz na preparação técnica e tática dos quadros e que faltava à organização do Exército e à constituição da tropa alguma coisa que se não pode improvisar nos momentos de crise.

Mas as naturais resistências às modificações profundas requeridas para o progresso da instituição, que a muitos chefes militares e a correntes políticas dominantes pare-

ciam revolucionárias, enfrentadas com ânimo forte, exemplar dedicação ao serviço das armas pela jovem oficialidade daquele tempo, foram cedendo e a obra planejada produziu os frutos previstos.

A luta foi áspera e nela se gastaram as excepcionais qualidades de muitos combatentes, sacrificados em bem da causa, afinal vitoriosa. Foram ficando no caminho, depois de prestarem seu concurso eficaz, sem ter podido influir, nos altos postos da hierarquia, para a modelagem definitiva das novas instituições.

A eles, a esses abnegados, caídos como os soldados no campo da luta na conquista da vitória, deve o Exército guardar-lhes os nomes no panteão das recordações patrióticas, rendendo-lhes o culto de sua gratidão.

Olhando para traz e contemplando a longa estrada desses quarenta anos de labor profissional, nós, que formámos o núcleo daquela força renovadora, não podemos deixar de exultar com o progresso realizado em todos os setores de atividade do Exército Nacional. E felizes vemos a bandeira que erguemos avançar conduzida em outras mãos, igualmente fortes, perseguindo o mesmo destino. Como o humilde pedreiro que trabalhou na construção da catedral e, ao contemplá-la, dizia ufano: esta é também obra minha; assim, no recolhimento da velhice, a consciência patriótica dos antigos lutadores proclama, em face dos objetivos já alcançados: nós formámos na primeira linha dos que empreenderam a modernização do Exército Brasileiro.

DO BERÇO À MATURIDADE

Gen. BRAZILIO TABORDA

Ao completar a "A Defesa Nacional" seu quadragésimo ano de bons serviços prestados à Nação, não será demais, antes de um relance de olhos para diante, recordar, ainda que sumariamente, as vicissitudes do ambiente em que ela veio à luz, os percalços que teve de superar e as dificuldades que teve de vencer na luta pela subsistência material e espiritual, pois que, além dos escolhos financeiros, eram inevitáveis e necessários os choques com a mentalidade miliciana reinante; com a instituição do instrutor geral berrando evoluções de ordem unida, em desafio às disposições dos novos regulamentos; com a do "superior de dia" e "ronda de visitas" policiando as ruas do meritório; com a do serviço militar voluntário, ora espontâneo, ora de pau e corda, que enchia a caserna de inúteis e desclassificados; e quejandas coisas e praxes que desvirtuavam inteiramente a missão do Exército — a de preparar a defesa militar da Nação.

Dai o título escolhido para a nossa Revista — "A Defesa Nacional".

É claro que não seria possível construir edifício sólido sobre alicerces carcomidos. Impunha-se a demolição. Os que se dispunham a construir tinham necessariamente que ser demolidores. Surgiria fatalmente a reação e seriam inevitáveis as repreensões, transferências e prisões, mas nem as punições que caíssem do alto, nem a escassez de recursos por falta de assinantes teriam força para matar a Revista que iam lançar. Klinger, pioneiro impenitente e precavido, lançou a idéia da organização da resistên-

cia às "intepéries" por meio da formação de um "grupo mantenedor" com oficiais que estivessem dispostos a todos os sacrifícios. Enquanto fôsse escasso o número de assinantes, cada um tiraria mensalmente do soldo a sua quota para corbatura do deficit. Quando um fôsse ferido pela clava disciplinar no combate que iam travar outro que o grupo elegeisse lhe tomaria o lugar na linha da frente, e o combate continuaria.

Eleita a primeira Diretoria, Klinger como Redator Chefe, demos início à campanha com a publicação do primeiro número da "A Defesa Nacional", em 10 de outubro de 1913.

A acolhida foi boa. Começamos desde logo a tratar dos assuntos de maior interesse: o estudo e aplicação dos regulamentos de instrução; a instituição do serviço militar obrigatório; a criação de uma escola de aplicação para oficiais superiores, bem como o encarecimento das vantagens que adviriam da vinda de uma missão militar estrangeira.

As coisas errôneas, e as antiquadas que subsistiam pela força da inércia, eram combatidas com argumentos sérios, embora às vezes contundentes. No combate às coisas ridículas empregavamos o método aconselhado por Eça de Queiroz: "para demolir uma instituição ridícula não há como passar-lhe algumas gargalhadas em torno".

Apenas havia "A Defesa Nacional" completado o seu 2º ano de existência, manejando a picareta da demolição, mas preferencialmente construindo sobre alicerces sólidos o edifício mental e intelectual necessário à preparação da defesa

militar da nossa terra, quando a ironia de um artigo da redação sob o título "Exames de Batalhão" nos proporcionou a primeira baixa em combate.

O R.E.I. já em vigor a tempo mais que suficiente para ser bem conhecido, ordenava que os exames de Batalhão e Unidades superiores constassem de movimentos de conjunto próprios às diversas situações na guerra e ao combate em combinação com as outras armas, mas, mas apesar da clareza desta disposição, ainda havia comandantes que brincavam de exame de Batalhão nos pátios dos quartéis com ingênuas evoluções de ordem única. Foi então que um artigo da redação passou em torno dessa prática teimosa e ridícula uma gostosa gargalhada: "alguns cães vadios correm folgando, contentes com a música, um burro veterano e filósofo que fez do Quartel General a sua Tebaida, acostumado de longa data a estas coisas, interrompe de vez em quando a sua ocupação favorita para olhar com melancolia, relembando as passadas glórias e os dias memoráveis de exercício geral."

O Ten. Klinger foi preso por trinta dias e deportado para São Gabriel, sede do Regimento comandado por Mallet, na Guerra do Paraguai.

Para alguns veteranos devotos da pasmaceira antiga pareceu que essa bordoadia nos atordoaria e nos forçaria a ser mais cautelosos. Enganaram-se. O Ten. Taborda foi chamado a substituir o Ten. Klinger, e a campanha demolidora continuou abrindo caminho, ao som de gargalhadas cada vez mais estridentes, à medida que a força construtiva ganhava foros de cidadania e fazia da "A Defesa Nacional" um manancial de conhecimentos militares, que eram avidamente assimilados pela jovem oficialidade das Unidades espalhadas pelo vasto território nacional, de onde nos chegavam, por intermédio dos nossos representantes em cada corpo de tropa ou repartição militar, recursos pecuniários e farta messe de colaboração sobre os mais va-

riados e palpitantes assuntos militares.

As insistentes gargalhadas passadas em torno da aplicação dos serviços do superior de dia à Guarnição e o do oficial de ronda na fiscalização das ruas de meretrício acabaram demolindo essa praxe ridícula que vicejava incólume desde os tempos coloniais. E como esta, muitas outras práticas ridículas foram demolidas pelas gargalhadas da série de artigos "Praxes e eliminar".

Os artigos da série "Escola de Aplicação para Oficiais Superiores, produziram algumas irritações. O então Cel. Fontoura, Cmt. do 1º R.I., despencou-se da Vila Militar com um exemplar da "A Defesa" em punho para vir solicitar do Cmt. da Região a aplicação no Ten. Taborda, de uma dose de remédio igual à que fora aplicada no Ten. Klinger. Mas o castigo dado a Klinger havia sido inteiramente contraproducente, não só porque a campanha demolidora continuou com intensidade crescente, enquanto a obra construtiva da "A Defesa" cada vez mais se avolumava e empolgava a oficialidade dos quadros do Exército, como porque o Ten. Klinger havia aproveitado o passeio forçado para formar, em São Gabriel, um novo foco, do qual irradiavam, por sobre as cochilhas, para todos os rincões do Rio Grande onde havia tropa, a luz dos ensinamentos dos novos regulamentos e a febre fecunda da instrução intensiva de oficiais e soldados.

Segundo testemunha fidedigna, o Cmt. da Região, depois de ler o artigo, respondeu ao irritado Coronel: "ele diz neste artigo que temos muitos oficiais superiores de real valor; porque você não se inclui nesse número?"

E a nossa Revista continuou a obter vitória sobre vitória. Bilac emprestou aos nossos argumentos a música do seu verbo maravilhoso, e assim, numa batalha quase fulminante, conseguimos implantar no Brasil a instituição do serviço militar obrigatório. Em seguida, vencemos a luta em prol da vinda de

u'a missão militar estrangeira. Veio a Missão Militar Francêsa e, com ela, vieram os cursos de aperfeiçoamento e informações para oficiais de todos os quadros.

Deixo assim em linhas gerais, rememorando o trecho mais árduo do caminho trilhado pela ex-belícosa "A Defesa Nacional".

Hoje, não usa mais as armas da ironia e da irreverência. Está em idade madura e dispõe do carrinho oficial. É apenas o grande órgão de divulgação de conhecimentos militares. Os seus dirigentes não são mais Tenentes, e sim Generais. Eu também cheguei a ser General, porém, apesar de estar há longos anos afastado do serviço ativo, a percorrer o último trecho do ramo descendente da trajetória da vida, de vez em quando ainda sinto o Tenente trepidando de entusiasmo dentro de mim. Ah! se eu pudesse virar Tenente outra vez e encontrasse companheiros, seria capaz de fundar uma "A Defesa Nacional" número dois para demolir muita coisa que está ficando velha e perniciosa e também para edificar uma nova mentalidade e uma nova estrutura intelectual para o nosso Exército.

Já está raiando a alvorada da era atômica e são ainda muito poucos os que se apercebem da iminência de uma transformação profunda em todas as manifestações da energia, quer para fins construtivos, quer para destruição.

As ciências concretas, a técnica científica e a técnica de execução já atingiram tal grau de desenvolvimento, que, em uma nova guerra entre as grandes nações, a técnica assumirá domínio absoluto na arte da guerra, deixando à estratégia e à tática o papel de meras auxiliares.

É tempo de fazer com que uma elite de oficiais de Estado-Maior, se dedique a estudos profundos de mecânica aplicada, de química e de física, principalmente de física nuclear e eletrônica; e também que uma elite de oficiais técnicos dessas especialidades estude aprofundadamente os problemas de Estado-Maior.

Somente um corpo de oficiais assim preparado poderá tratar com segurança do problema, cada vez mais difícil e complexo, da defesa militar da nação.

A muita gente estas palavras devem parecer absurdas. Dirão provavelmente que quem as escreveu está no mundo da lua. E, sem o saber, terão sobejo razão porque foi exatamente em viagem à Lua que essas palavras me fizeram pensar. É coisa já estudada, em seus mínimos detalhes, por um grupo de cientistas do mais alto quilate.

Já estão praticamente ultimados os estudos para formação de um satélite artificial da Terra, o qual servirá de estação inicial para viagens interplanetárias. Mas além de estação será também, como diz e demonstra Wernher von Braun, "a maior força para a paz jamais imaginada, ou a mais terrível das armas de guerra, dependendo de quem a faça e controle". E, opina ainda o Chefe da Seção encarregada do desenvolvimento dos projetos dirigíveis do departamento do material bélico do Exército americano: — "o desenvolvimento da estação do espaço é tão inevitável como o levantar do Sol".

Toda a superfície da Terra estará sob inspeção permanente dos ocupantes da estação, e esta será necessariamente dotada da aparelhagem própria para dirigir, sobre qualquer objetivo na superfície da terra, os mais possantes e destruidores projetos.

A história da arte da guerra registra uma constante alternativa de domínio entre os meios de ataque e de defesa, mas a deficiência de cada um deles era freqüentemente superada pelas combinações táticas e estratégicas. Hoje, porém, de nada valerão as combinações táticas para um beligerante que não disponha de um poder de destruição equivalente ao do adversário.

É possível que um dia desça a paz sobre este planeta, mas se isto se der, a cegonha que a trará no bico será a guerra, mas a guerra tremenda, capaz de rasgar a crosta

da terra, de volatilizar montanhas, de abrir crateras que vomitem magma e engulam oceanos. Dessa tragédia só sobreviverão os mártires mais precavidos, que acumularem maior saber e adquirirem maior força de construção e de destruição. Esses gozarão do bem su-

premo de uma paz duradoura na superfície da terra, e terão, de certo, que concordar com o célebre historiador e naturalista Winwood Reade quando demonstra, por filiação histórica, que Deus emprega o mal como matéria prima na construção do bem.



40 ANOS VOS CONTEMPLAM!

General BERTOLDO KLINGER

UMA coleção de exemplares de "A Defesa Nacional", desde o n. 1, de outubro de 1913, até o presente n. 471, de outubro de 1953, constitui já uma pirâmide, à imagem dos monumentos egípcios que inspiraram a Napoleão, in loco, a exclamação histórica com que eletrizou a seus comandados, para lhes alevantar o ânimo diante da ingente empresa a que se lançavam.

Impressão sintética do tempo decorrido, da luta sustentada, do serviço prestado, desde aquêlê esperançoso, galhardo número inicial, apresentado "em camisa", têm-na ao considerar que o atual diretor-presidente da Revista, hoje brilhante general, era então ainda menino; da mesma "classe militar" é o atual diretor-gerente.

Contavam êles apenas 14 anos de idade, quando, em outubro de 1913, uma dúzia de tenentes entusiastas, sonhadores, se arrojam à fundação de "A Defesa Nacional", órgão de propaganda da racionalização, efetivação, da organização e funcionamento do instituto cujo nome era sua bandeira, seu programa. E quando Juarez Távora assentou praça estava já firmada a lutadora Revista, vitoriosa, em meio ao terceiro ano de sua campanha e de conquistas realizadas.

Em 1913, era a "Defesa" apenas uma idéia, uma aspiração, uma tentativa em ação. Vivía o Exército a "era dos clubes" de atividades profissionais incipientes: clube hípico, clube de tiro a giz, clube de jogo da guerra. "A Defesa Nacional", olhada nesse ambiente seu contemporâneo, ebuliente, informe, representava de cer-

to modo uma espécie de "clubechefe", a doutrinar, pregar, aliciar e empolgar a oficialidade, notadamente sua juventude, sob a bandeira predominante, concretizante, do "rumo à tropa", "tudo pela tropa".

Os jovens oficiais assim se agremiavam, nesses clubes, em voluntariado, para fazer funcionar certos ramos de instrução — empresa que repercutia, por indução ou como pela ação natural da gravidade sobre líquidos contidos em vasos comunicantes, em todo os mais ramos de atividade profissional, que, num exército de verdade, haveriam de funcionar ao comando dos chefes e em mera rotina de observância aos regulamentos, que existiam, em geral, mas formavam apenas o que certa vez aqui se chamou, num rumoroso artigo de redação, "Coleção de Letras Mortas do M.G."

No ardor com que metiam mãos à obra, êsses "tenentes", a começo apelidados "jovens turcos", já então estilizados em "germanófilos" — uns e outros, note-se, lídimos brasilófilos — houve, de início, algum exagero, algum desvio, restrição, da idéia-mestra, também denominada dogma da "religião do trabalho". Um dêles, quando major, fixou o exato sentido do "rumo à tropa": "A instrução não é tudo na tropa; mas é, de fato, a mola real de tudo". Fórmula que, vê-se logo, comporta mais alta escala: *a tropa não é tudo na força armada; mas sem tropa eficiente não há defesa nacional eficiente.*

Basta considerar o truismo, por desgraça muita vez gravemente

ofendido, de que dos melhores oficiais de tropa é que deve ser seleccionada, preparada, a flor dos quadros, a officialidade do serviço de estado-maior, o cérebro.

Evidentemente, aquêles ambiciosos, ardorosos tenentes transcendiam das atribuições e responsabilidades próprias à sua molinha hierarquia no officialato: assumiam papel que competia genuinamente, funcionalmente, aos mais altos "corujeiros", inclusive os ocupantes dos mais elevados postos no governo nacional. Não praticavam com isso, todavia, nenhuma usurpação de atribuições, nenhuma "pretensão de saber melhor", nenhuma indisciplina: obedeciam a espontâneo impeto de pundonor e honestidade profissional, de boa vontade e patriotismo, de estenuo esforço — sem esperar por "ordem superior" — a erguer, empunhar e conduzir avante o lábaro que jazia por terra, enrolado, ignorado.

• •

A história d'este órgão está intimamente vinculada à história sua contemporânea de nosso Exército; cabe-lhe indisputável porção capital na glória do grande progresso por este realizado nestes últimos quatro decênios.

Paradoxalmente, este próprio progresso, a tornar pouco a pouco em realidade os sonhos, as indefessas pregações dos sucessivos dirigentes da Revista e mais "irmãos de armas", havia de repercutir na perduração da mesma, forçada a enfrentar as novas condições de vida do Exército, notadamente de sua cultura e atividade profissional. Assim, veio a evolução a determinar que, em vez de tenentes e capitães a fazerem de coronéis e generais, passasse a direção da Revista às mãos dos *right men*, coronéis e generais, destarte beneficiando o prestígio do órgão, ao mesmo passo que o da hierarquia.

• •

Estimulou "A Defesa Nacional" no seio da officialidade briosa, idealista, o gosto pela leitura dos

"assuntos militares", a fome de livros, a qual era saciada mediante importações, geralmente de procedência da França, quer directas, aos cuidados do official, quer por intermédio de livrarias estabelecidas no país. Foram, assim, igualmente encorajadas — por sua vez encorajadoras — publicações "indígenas", no gênero: e a própria Revista, desde os primeiros números, brindava seus assinantes com folhetos inclusos, portadores de traduções, "por prestações", ou fascículos, de obras de mais instantane procura ou necessidade.

A vinda da "Missão Militar Francesa" de instrução para o Exército, após a primeira grande guerra, foi um dos frutos da campanha dos primeiros anos da Revista: então tomou vulto a empresa de fabricarmos um Exército digno desse nome — graças ao saber, prestígio e autoridade desses mestres, applicados officialmente, integral e obrigatoriamente, a todos os setores da organização e instrução do nosso Exército.

Ipsa facto, com a M.M.F. o abastecimento da referida fome de literatura militar passou a verdadeiro abarroamento, com a respectiva produção, de consumo forçado, em regulamentos, compêndios e notas de aulas, tipografadas, fornecidas pelos estabelecimentos de ensino a seu cargo. Não obstante, o gosto criado, ao parecer insaciável, continuou a estimular o mercado de leituras, oriundas principalmente de produtores particulares. E a própria "Defesa" ainda entrou na "praça", adrede transformada em empresa editora: de par com o mensário, mantido sem descontinuar, tomou o encargo da edição de livros, trabalho cuja parte financeira e comercial era sério escolho para empreendimentos individuais de autores.

• •

Mas, estava atingido o vértice da curva: fatalmente passou-se a sentir declínio na procura de livros e, em seguimento, a saciedade na procura da própria Re-

vista. Os assinantes antigos, veteranos, ligados à obra até por sentimento afetivo, iam naturalmente, biologicamente, rareando as fileiras, ao passo que não preenchia as vagas o renovo da oficialidade, inundado de leitura obrigatória oficial e que, aliás, se desinteressava da "Defesa", por irreflexão, erro de visão, ou desculpas esfarrapadas, desconhecimento do papel histórico e remanente deste órgão da oficialidade do Exército.

Haviam de contribuir para causar esse mal da retração de assinantes o cinema e a radiofonia, com as suas seduções de novidades, leveza, progresso e acessibilidade, tudo a tomar tempo e dinheiro.

Confluiu, ainda, o desenvolvimento da indústria nacional do livro, de vários gêneros, mediante a criação de empresas especiais editoras e, de par com elas, ou em competição, os chamados clubes de livros, a jorrarem seus volumes mensais baratos, geralmente de reedições ou traduções de obras ditas consagradas, conquanto muitas vezes consagrações discutíveis, quando não tendenciosas ou obedientes ao critério simplesmente comercial, de onde, inclusive, traduções lamentáveis, com desrespeito ao original e ao vernáculo.

Essa fase de intensificação na produção de livros entre nós atingiria a frente militar: criou o M.G. na sua Biblioteca do Exército, adrede reformada, um departamento editorial, espécie de clube do livro, a lançar seus produtos mensais entre os milhares de assinantes certos, recrutados pelas tentadoras promessas, pelo preço barato, sem competição possível, e pelo "facilitário" do desconto mensal da assinatura na folha de vencimentos. Inegavelmente, houve aqui um agravamento à Cooperativa Editora de Livros, em que já se constituiria a "Defesa". No mínimo, dispersão de esforços. A mesma boa idéia, de "semear livros a mancheiras" teria encontrado solução mais natural, mais lógica, se com os mesmos meios concedidos à nova editora se ti-

vesse inteligentemente habilitado a "Defesa" a desempenhar a mesmíssima missão, que já assumira. Os lucros da editora, assim consideravelmente ampliado o seu corpo de assinantes, cobririam até as despesas do custeio do mensário e ainda permitiriam acrescentá-lo.

Novo agravamento, mais caracterizado, sobreviria ultimamente com a edição brasileira, oficial, duma revista militar ianque, inteiramente *made in U.S.A.*, distribuição atribuída à Biblioteca do Exército, revista cujos trabalhos caberiam sob medida na "A Defesa Nacional", sem a dispendiosa manutenção de oficiais brasileiros nos U.S.A., para tradutores.

Idêntica invasão de seara — campo cultural —, nova dispersão de esforços, passou a manifestar-se através da Revista do Clube Militar, a qual, padecendo da referida incompreensão da "Defesa", quicá desconhecimento propositado de sua existência e significação, entrou a dedicar espaço a colaborações de caráter cultural, competição engravecida pela circunstância de ser gratuita sua distribuição. E o próprio formato dessa revista denuncia uma outra concorrência à "Defesa", de âmbito mais geral, exercida pela chusma de revistas "pra ler no bonde", tipo Seleções ou Digesto.

Além de todos esses obstáculos, envoltórios, que a própria evolução veio erguendo em torno à revista, avultou mais um, o do crescimento vertiginoso de seu custo de produção. É que não só os trabalhos tipográficos e o papel foram subindo de preço a altitudes siderais; como a própria economia interna viu subir o nível das necessidades. Assim, necessário foi passar a retribuir as colaborações literárias; engajar um quadro de empregados para os diversos misteres da administração, os quais a comêço eram, "por amor à arte", desempenhados gratis pelos mantenedores da revista, principalmente pelos 3 redatores, como então se denominavam os diretores; e, ainda, necessário foi remunerar os diretores com uma gratificação.

Acudiu a essas novas despesas forçadas o recurso à publicação de anúncios comerciais, de que a comêço, líricos, desdenháramos; e depois acudiu pequeno subsídio consignado no orçamento anual do M.G., o qual, em verdade, não representa favor ou munificência, senão mero esbôço de reconhecimento do significado histórico e remamente deste órgão, único na espécie, verdadeiro colaborador, livre, das instâncias oficiais prepostas ao alevantamento cultural dos profissionais da defesa armada nacional.

• •

Todos esses referidos fatores, enumerados talvez sem rigorosa obediência à ordem cronológica de seu surto, determinantes da escassez de amparo dispensado pela oficialidade do Exército à sua Revista "de assuntos profissionais", não tiram a esse fato concreto a qualificação de erro de visão, desculpa esfarrapada. Porque, em fato, nenhuma incompatibilidade, nem duplicidade, se verifica, entre a "bibliografia" militar, oficial e oficiososa, e a veterana "Defesa".

Tem esta, ademais, a finalidade e capacidade privativas de acolher entre suas colaborações literárias a intercomunicação, permuta de impressões e anseios, dos lidadores da "disciplina militar presente", a propósito de aspirações, observações e experiências feitas, da vida quotidiana do Exército, seja nas unidades de tropa, de serviços e grandes comandos, seja nos diversos estabelecimentos de ensino e industriais, distribuídos, uns e outros, pela nossa imensa geografia.

A alegação de falta de verba no orçamento individual para o "luxo" de tomar assinatura da "Defesa" entra na referida chave da desculpa esfarrapada. E na mesma cabe a insincera alegação de que os assuntos versados pela revista não atendem a tal ou qual setor: preencha o queixoso, ele próprio, a lacuna — *res non verba* — que julgue haver descoberto, ou comunique à diretoria o seu reparo

ou sugestão, o seu desejo de ver tratada tal ou qual matéria. As páginas da revista não são propriedade de sua diretoria, pertencem ao Exército, e até acolhem problemas dos outros ramos irmãos, do mar e do ar, da defesa armada nacional; nem a diretoria tem descurado de apelar para seus assinantes, que mandem suas colaborações.

• •

Cumpra, ainda e sobretudo, considerar que para o oficial inteiramente ajustado ao seu grave mister — que muito tem de sacerdote — a vida não é apenas material, vegetativa, não se preenche unicamente com a alternativa entre a tarimba e o gozo, com a tendência preponderante de inventar, buscar e aproveitar todas as ocasiões para a fruição deste e de burlar, o mais possível, as solicitações, as estritas exigências do "métier".

Nada de nobre pode produzir semelhante imediatismo, de ser irracional, egoísta, com pretensões a muito sabido. Instar praticar o *fair play*, a solidariedade de equipe, e estender esse nobre e nobilitante sentimento à obra dos antecessores.

"Honrarás teus maiores!" Sem essa decisão por honrar, a todo o transe, melhorar sempre que possível, a obra por eles realizada, nada de grande por tua vez realizarás, que também, "por obras valerosas" te vá "da lei da morte libertando."

Oxalá, para honra do Exército que passou, com essa geração de ontem, a de hoje — lembre-se que por sua vez passa! — não desampare esta obra do Exército, pois do Exército é ela, não obra de interesse pessoal dos que a ele e a esse seu órgão de intercâmbio de idéias e de conhecimentos serviram e servem, no encargo de dirigi-la e de mantê-la.

Oxalá a diretoria de hoje mova os corações dos camaradas ao lhes proclamar a oportuna lembrança: 40 anos vos contemplam!

HA QUARENTA ANOS PASSADOS...

General POMPEU CAVALCANTI

...eu era um ardoroso tenente de Artilharia, servindo no 1º R.A.M. então recentemente instalado em um dos amplos e novíssimos quartéis da Vila Militar. Por força da reorganização do saudoso Marechal Hermes da Fonseca, quando Ministro da Guerra, o Exército havia se beneficiado, naquela época, não só com uma nova ordem de batalha, que, na minha arma, transformara os antigos regimentos de campanha de seis baterias, em outros com três grupos de três baterias, como também com a construção de modernas casernas, constituídas de confortáveis pavilhões isolados, em plena correspondência com a organização de cada corpo.

Erguido o quartel, juntamente com outros, nos terrenos da antiga Fazenda de Sapopemba, a nova localização proporcionava à citada unidade, um extenso e apropriado campo de instrução. Era, naquele tempo, a Vila Militar uma vasta e despovoada área coberta, em grande parte, de vegetação agreste e de livre percurso em quase todas as direções, com interdição apenas de algumas valetas abertas à drenagem do terreno, pela Comissão Construtora da Vila. Colinas de formas variadas e geralmente de fácil acesso e dois ou três cursos d'água servidos de pontes ou de pontilhões nas estradas, completavam o cenário do excelente palco de exercícios.

Cartas da região, não havia. Exigindo, entretanto, a aprendizagem militar um levantamento ao menos expedito, que servisse de base à elaboração dos temas táticos formulados pelas próprias unidades, não faltou que alguns oficiais, de

iniciativa própria, empreendessem um levantamento de urgência com o auxílio de pranchetas, bússolas e podômetros de uso pessoal. Só mais tarde, criado o Serviço Geográfico Militar, pôde a região ser dotada de cartas precisas e minuciosas, visando a instrução em grau mais elevado.

A reorganização Hermes, diga-se também a propósito, trouxera, entre os seus principais escopos, salvar de inoxidável compulsória as gerações de aspirantes ao oficialato que, a partir de 1900 ou pouco antes, haviam ingressado no Exército, nele encontrando os quadros iniciais superlotados de agregados por excesso. É que, terminada a revolta da Armada, em 1893, o Marechal Floriano Peixoto promovera ao primeiro posto todos os alunos das Escolas Militares e bem assim a vários sargentos que, como aqueles, tinham tomado parte na defesa da ordem legal. Pertencente à geração mais moça, eu fazia parte de uma das melancólicas turmas de alferes-alunos saídas, anualmente, da Praia Vermelha, certas de encontrarem pela frente os quadros em pleiade, com elementos muitos deles mourejando já cerca de 14 anos na mesma graduação!

Não desanimara eu, entretanto, na carreira, confiante que estava nos bons propósitos dos chefes militares, tocados crescentemente pelo que eles próprios vinham observando em suas visitas ao estrangeiro. Uma lei especial foi, na verdade, pouco mais tarde, baixada, confirmando centenas de alferes-alunos em segundos tenentes — medida que a reorganização Hermes, no mesmo espírito renovador, com-

pletaria a seguir, ampliando os quadros de todas as armas do Exército e possibilitando novos acessos aos jovens oficiais egressos das Escolas.

Ainda que estagiando cerca de sete anos em cada posto, eu era, em 1913, um subalterno crente e ardoroso, como disse, zeloso pelos canhões de sua bateria, cuidadoso para com a cavalaria e o arreamento que lhe tinha sido distribuídos e orgulhoso das disciplinas e bem instruídas guarnições que preparara. Dir-se-ia ter dez anos de idade menos do que a real.

Não era mais, naquela época, um *recruta no ensino* (havia-os até em postos mais altos). Como alferes-aluno, servira já em duas unidades de Infantaria, uma sediada em Minas, outro no Rio Grande do Sul; tomara parte numa expedição militar que, em 1903, me levara do Estado sulino ao de Mato Grosso, em missão de vigilância na fronteira da Bolívia, ao se tornarem tensas as relações diplomáticas entre o nosso País. Não fora a habil e oportuna intervenção de Rio Branco e os graves conflitos, travados entre brasileiros e bolivianos pela posse do que se tornou por fim o Território do Acre e o incidente teria possivelmente degenerado em *Casus belli*.

Onde, porém, ou lograra freqüentar como oficial subalterno a melhor escola de comando — escola de iniciativa, de disciplina e de enrijamento militar, fora nos sertões de Mato Grosso quando, atendendo a um convite que aparentemente, o era de “amigo da onça”, como ora se diz, me incorporei à Comissão Construtora de Linhas Telegráficas, sob a enérgica e destemida direção do então Major de engenheiros Cândido Mariano Rondon, um chefe fora do padrão comum que fazia sentir aos seus comandados e à sociedade o comprovava com feitos impressionantes, haver riscado do seu dicionário a palavra “impossível”.

Seria fugir do assunto dêste artigo se me detivesse em descrever, mesmo superficialmente, a natureza

dos arrojados trabalhos a que se entregava a Comissão. Bastará registrar aqui que minha estadia em uma autêntica vida rústica, cheia de embaraçosas situações e de lances imprevisíveis para um bisonho *sertanejo* se fez nos pantanais da bacia do rio Paraguai — uma misteriosa mesopotâmia envolvendo secularmente de insondáveis sorvedouros a cidade de Corumbá, precisamente aquela que no grave momento histórico, interessava ao Governo ver ligada com urgência à Capital da República.

Voltemos ao Regimento. Foi quando me encontrava entregue às funções peculiares que, certa vez, me vi procurado pelo então 1º tenente Bertoldo Klinger, recentemente chegado ao R.A.M., após brilhante e proveitoso estágio no Exército Alemão. Num gesto altamente cativante, convidou-me para fazer parte do grupo mantenedor de de uma revista, cuja principal finalidade era difundir, no meio militar, os ensinamentos colhidos na Alemanha pelos oficiais que acabavam de servir no seu modelar Exército. Arcariamos com as despesas se as assinaturas não as cobrissem.

Eu conhecia de pouco o tenente Klinger, mas já o admirava pela destacada atuação que vinha tendo no Regimento, desde que nele ingressara. Sua incontestável competência profissional, aliada a uma extraordinária capacidade de trabalho e a um jeito todo especial de impôr suavemente uma vontade inflexível, davam-lhe um prestígio merecido entre os seus camaradas. Com ele eu já havia trabalhado no levantamento expedito a que de início aludi.

Refeito do inesperado do convite, não me fiz de rogado. Eu teria muito que aprender e algo talvez para dizer também, pois desde que me arregimentara, sentira necessidade não só de improvisar recursos (um código de sinais para comandos de tiro de artilharia, fora um deles) como de atualizar uma instrução regulamentar que se tornara absoleta ante os progressos da

técnica do armamento e do seu emprego tático. Um magnífico esforço do general João José de Lima, publicado à guiza de regulamentação geral, quando ainda coronel e condensando não só a parte formal da artilharia, que ele consideravelmente simplificara, como numerosos preceitos relacionados com o manejo do canhão de campanha, em marcha ou em posição, fôra como que uma despedida brilhante da velha faze da nobre arma.

Época do auto-didatismo, cada um de nós fazia uso de suas improvisações com o máximo de liberdade e conforme sua predileção pessoal pelos alemães ou pelos franceses. Ou mesmo pelos japoneses que, com grande surpresa para o mundo ocidental, tinham sido vitoriosos na grande luta contra o Império moscovita, proporcionando-nos valiosos ensinamentos, entre os quais o emprego do fogo de massas de artilharia contra um adversário que ainda fazia emprego individual do canhão; e a utilização do desenfiamento das baterias às vistas do inimigo, em contraposição à sua colocação nas cristas topográficas, como alvo já então verdadeiramente suicida ao fogo de baterias invisíveis dotados de aperfeiçoadíssimos aparelhos de pontaria.

Devo acrescentar, como despretençioso subsídio, que bem ou mal, minha bateria foi precursora, no Regimento, da aplicação dos ensinamentos em aprêço, por ocasião das manobras realizadas em 1911, no Campo dos Afonsos, conforme documentação existente.

O advento da revista parecia-me assim, providencial. Ela, certamente, não só colheria o que de esparso e aproveitável já existisse, como viria corporificar em doutrina quanto, a respeito, se consagrara na experiência das avançadas organizações européias.

Era certo que, veterana, já possuíamos uma revista no gênero, publicada sob os auspícios do Estado-Maior do Exército e na qual, por sinal, eu já tivera a honra de colaborar. Sua difusão, porém, era,

no momento, menos fácil, pois que a tropa daria preferência a uma publicação mais leve, menos formalística e mais objetiva à instrução dos quadros.

Não decorreu muito tempo após o irresistível convite e a "A Defesa Nacional" emergia para as letras militares e para os novos hábitos de uma movimentadíssima vida de caserna. Surgia sob a responsabilidade de três jovens oficiais que, dentro em breve, se imporiam à admiração dos camaradas e à confiança dos chefes militares: Bertoldo Klinger, Leitão de Carvalho e Souza Reis. Nomes de sobejo conhecidos, eu os relembro mesmo assim, como uma homenagem que, além de justa por vários títulos, tem especial cabimento neste número de aniversário. Aos três eu acrescentaria dois nomes, não porque outros não merecessem ser lembrados, mas porque tivessem particular atuação na primeira faze da existência da Revista. São eles os de Maciel da Costa, o saudoso tradutor das publicações alemãs editadas pelo novel periódico, dos quais logo se destacaria o "Griepenkerl" que fez época como conselheiro imprescindível à formulação de ordens de operações militares, através de temas táticos adequados; e de Pantaleão Pessoa que, pela pena bem esclarecida, nos problemas de nossa própria organização militar e pela ação de hábil catequista, logrou divulgar a Revista mesmo onde mais fortes eram as resistências dos misonieistas de antanho.

Quarenta anos decorridos, a "A Defesa Nacional" assistio vigilante e empenhadamente o desenrolar de duas grandes guerras mundiais que, de modo impressionante, revolucionaram não apenas o armamento e o seu emprego como a estrutura e o substratum mesmo das grandes forças militares. Prestigiu as diferentes missões de instrução vindas de países estrangeiros para aressarem em nosso meio, o surto das idéias progressistas, impostas aos novos quadros e ao nosso aparelhamento bélico. E se

deu conta do valor de seus esforços na própria transformação da mentalidade brasileira, refratária, de início, ao serviço militar e identificada, por fim, com o conceito não apenas da "Nação em Armas", mas, ainda, com aquele bem mais amplo e profundo da *guerra total*. Visceralmente apolítica, pôsto que atenta às realidades brasileiras, soube finalmente a "A Defesa Nacional" resguardar-se tanto quanto possível dos reflexos difusos decorrentes dos movimentos revolucionários ocorridos no País, episódicamente ou por força da missão histórica de que, nem sempre com inteira propriedade, se investiram as classes armadas na preservação do regime e da nacionalidade.

Foram quarenta anos que, para a "A Defesa Nacional", constituíram uma existência assaz expressiva pelo acervo e a idoneidade dos trabalhos realizados com elevado espírito público por um conjunto de moços, cuja primeira credencial foi seu idealismo. Resulta-lhe por isso mesmo, senão maior responsabilidade, pelo menos maior necessidade de alertar-se em um mundo em convulsão, no qual os estadistas, parece, não mais dominam os acontecimentos e os filósofos, por sua vez, não têm tempo de bem interpretá-los. E em que ou prevalece, entre os dirigentes, a asfixia da liberdade em nome de periclitante autoridade ou, no seio de povo, a subversão de valores, em nome de reivindicações não de todo amadurecidas e de uma liberdade ainda mal utilizada pelas massas.

Afastado há longos anos da atividade militar, falta-nos capacidade para bem percebermos a ação apostolar da querida Revista neste período não pequeno de lutas de idéias pela vitória dos sãos princípios com que se norteou. Outros entretanto, mais juizes do que partes, poderão fazê-lo com maior isenção e acerto, distinguindo, evidentemente, o papel desbravador da mesma em sua fase inicial, em prol de novos hábitos e de nova mentalidade, com preciosos conhecimentos ministrados em primeira mão, daquele que a colocou mais tarde, por ação evolutiva, em concorrência com outras e numerosas revistas do gênero, sob a égide de diversificadas instituições culturais. Isto é, de centros de altos estudos que, como presentemente se verifica com a Escola Superior de Guerra, acolhem civis e militares da mais elevada estirpe em mútua e salutar compreensão dos magnos problemas nacionais. E onde a visão dos fenômenos de ordem política e de ordem econômica se abrange na mesma unidade de pensamento que a Moral domina.

Seja como fôr, aí estão para explicar a pujança e o prestígio da "A Defesa Nacional", as gerações de devotados redatores que ocuparam a sua direção, no decorrer destes quarenta anos e nela frutificaram, mercê da eternidade da boa semente que, em outubro de 1913, Bertoldo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho e Joaquim de Souza Reis Neto lançaram em solo fecundo, colhendo-a como grandes iniciados nas veras de suas próprias almas.



CONFISSÕES DE UM VETERANO

Gen. F. DE PAULA CIDADE

O SOLDADO velho é sempre um nostálgico e — para que negar? — um revoltado contra o relógio e o calendário. Os que chegarem lá verão isso, salvo se percorrerem a escala hierárquica sem saber mesmo porque. Na verdade, sempre houve profissionais e amadores. Todos eles excelentes pessoas. De qualquer modo, uns e outros passam, porque tudo passa na vida. Aquilo que nos altos postos do Exército chega a parecer eterno tem também seu dia, que a passos largos se aproxima. O soldado ardoroso, a que os meios de medir o tempo jamais advertem oportunamente, marcha ao sentir seu fim próximo, o fim de carreira, como o condenado que caminha para a forca: não anda, mas deixa-se levar! Não foge a seu destino porque não pode fugir. É o trabalhador despedido de sua oficina por ter sido considerado inútil. Verá cair como cortina de ferro entre o passado e o que há de vir, num conflito íntimo entre o que é e o que podia ter sido, a inapelável sentença, baseada no testemunho do tempo bem medido.

Aquêle que não prestou atenção ao prudente conselho, que entre as galas do triunfo o escravo repetia aos ouvidos do general romano, sente inesperadamente o chão fugir-lhe de sob os pés. É como se rolasse por um precipício abaixo e ao erguer-se (se é que teria forças para isso) não visse em torno de si nada do que amou na vida, além da família e de alguns escassos amigos. A partir daí, falta-lhe tudo, porque tudo lhe arrebatou aquela ordem formal de retirada, a começar pelos

uniformes que sempre envergou com dignidade e que, desde esse dia, lhe é vedado usar. Vê-se na mesma situação dos condenados por má conduta. Passa a ter medo de aproximar-se daqueles que ainda no dia anterior eram seus pares ou seus comandados. Se a isso, por qualquer circunstância, se vê obrigado, lá se encontra contrafeito em longa fila, precedido de muitos outros que pouco antes, ao avistá-lo, tomavam a posição de sentido e levavam a mão à pala do boné. Aparentemente conformado com o tram-bolhão que levou, nesta ou em outra qualquer situação vê o tempo escorrer como água tranqüilla, mas já servida. Crepúsculo dos Deuses... Passara de mola real de engrenagem superior a lasca de ferro velho, atirada à estrada por não servir nem para sucata. E ao ver desfilar os que não se apercebem da marcha do tempo, poderá recordar — se é versado em história — a passagem em que Cípião, em pleno fulgor de sua glória imortal, assistindo arder Cartago, recitava mentalmente aquêles versos de Homero: "...Virá um dia em que sucumba Troia, cidade Santa".

* *

Soldado velho e nostálgico, longe da pátria para vencer em largas jornadas as tristezas que me atormentam, quantas vezes fico a pensar no que já passou, no que jamais voltará. Transporte-me a um dos nossos quartéis em que servi em qualquer posto a que por favor de Deus tenha sido elevado e tenha sido feliz (notadamente porque a felicidade está sempre

onde nós a pomos) e procuro adinhar, de acôrdo com a hora brasileira, o que ali se estará passando. Vejo a sentinela das armas em seu lugar, vejo cada oficial e cada sargento entregues a seus afazeres. Num de meus antigos quartéis-generais: quem estará ali na minha outrora mesa de trabalho? Aquelas paredes ainda me reconheceriam se hoje, abatido mais pelas amargas reminiscências do que pela idade, ali aparecesse? Como ainda quero bem a tudo aquilo, a todas as cousas que um dia me cercaram, àqueles soldados que embora substituídos ainda me parecem os mesmos!

* *

A tantas e tão amargas reminiscências veio juntar-se mais uma. Peridas, como se vê, todavia mal cicatrizadas, não amiga acaba de reabrir caridosa mente, ao bater-me no ombro, para lembrar que há quarenta anos fundamos uma revista profissional, que teve e tem vida gloriosa. "Não te esqueças que quarenta anos nos contemplam do alto das páginas da "A Defesa Nacional", escreve-me B. Klinger. Nessas palavras não há para mim simples ressonância de uma proclamação de Bonaparte a seus soldados: há mais que isso. Sinto um estilete que toca nas cordas mais sensíveis de meu coração, cordas que o tempo tange e que ressoam tristemente no silêncio da noite que já começou...

Que geração de apóstolos que foi a minha! Pregou, trabalhou, combateu, exauriu-se, sofreu e viu mais tarde realizados cinquenta por cento de seu programa sem reclamar para si qualquer vantagem material. Geração de fanáticos. Gente que derrubou ídolos, que ateou incêndios e que dos seus campos de batalha só reservou para si as cinzas que o vento em poucos anos dispersou. Em cada corpo de tropa surgia uma "célula", composta de um grupo de tenentes, destinada a impulsioná-lo. Assim, de par

com a fundação da "A Defesa Nacional", vem-me à mente a 5ª Companhia do 2º Regimento de Infantaria, hoje 1ª do II Batalhão, na Vila Militar, onde então servia como 2º Tenente. Não me pesava a intensa lida, as grandes marchas de treinamento com o equipamento completo e a mochila cheia. Quantas vezes, após dura jornada de campo, lá me ia à tarde para a Papelaria Macedo, à Rua da Quitanda, tomar parte nos trabalhos de nossa querida Revista e discutir os problemas militares do momento. Constituíamos ali uma assembléia bem democrática, mas sem oposição, porque estávamos sempre de acôrdo. Discutiam-se os novos métodos de instrução, as mais recentes idéias sobre a organização das forças armadas e sobre a operativa, enfim, preparávamos uma verdadeira revolução incurrente, que havia de começar pouco mais tarde e que envolveria o inteiro arcabouço militar do país, dos corpos de tropa ao alto comando. Tínhamos em nosso ardor messiânico alguma coisa de semelhante a um toque de clarim, que despertasse os dorminhocos... De volta à casa, iam escrever para "A Defesa" e preparar nossa jornada de instrução para o dia seguinte, quando aos primeiros raios do sol já estaríamos nos quartéis, atacadados em nossos soldados.

* *

Ah! seu eu pudesse dar voltas à roda do tempo e, como em certos filmes cinematográficos, retornar às origens de minha carreira, que bom que seria! Meter-me-ia direitinho, como 2º Tenente e com o último número da "A Defesa" de baixo do braço, dentro daquela mesma companhia do 2º Regimento, com o meu querido capitão e toda aquela gente de outros tempos, da qual duas invenções diabólicas — o relógio e o calendário — me afastaram para sempre.

Nápoles, julho de 1953.

DOUTRINA DE GUERRA

General EUCLYDES DE FIGUEIREDO

A "Defesa Nacional, por sua direção, querendo muito justamente, festejar o quadragésimo ano de sua existência, rende uma homenagem aos seus fundadores, pedindo-lhes, para o número comemorativo deste 10 de outubro, uma colaboração especial. Revista que tem prestado inestimáveis serviços à classe militar, através da difusão dos conhecimentos profissionais e geral, incentivando o estudo, impôs-se, por esse tempo todo, graças à perseverança dos seus diretores, à consideração das Forças Armadas, cujos quadros, cada vez mais, se fazem recomendar pela dedicação à profissão.

Bastava, então, que os novos falassem ou escrevessem, deixando os velhos no seu mutismo, no seu silêncio, dentro do qual melhor possam apreciar o progresso alcançado no período de sua ausência, contentando-se em aprender com ele, e com isso progredindo também. Assim, porém, não quiz o atual Diretor-Presidente, o ilustre General Juarez Távora, rebuscando os arquivos da Velha Guarda, para fazer vir à linha de frente os antigos, nesta parada de aniversário da nossa Revista, talvez no intuito de mostrar aos moços que, no passado, a cultura militar não foi desprezada.

* * *

Tomando nesse sentido o convite que recebi, volto-me igualmente para trás, procurando na história exemplos de estratégia que se enquadram na doutrina moderna de guerra. E valho-me de um notável trabalho, vindo à publicidade pouco antes do último conflito

mundial, no qual os escritores militares — Eugen Birchen e Walter Eobe — a par de uma biografia do General alemão conde Schlieffen, fazem uma explanação do célebre plano de guerra contra a França, que, ainda depois da morte do seu autor, serviu de diretriz às operações que se desenrolam, em 1914, na frente oeste. É uma obra que se pode emparelhar aos já muito conhecidos estudos de Wolfgang Foister e Freytag Loringhwen, e que mostra que a idéia de ofensiva, incutida no espírito dos Officiais do Grande Estado-Maior Imperial pelo infatigável mestre, nunca fôra abandonada, e tinha sempre em vista que o caminho de Paris havia de ser longo, para desbordar os exércitos franceses por seu flanco esquerdo.

O receio do comando supremo alemão, na primeira Grande Guerra, em oferecer à invasão das tropas inimigas as províncias da Alsácia e Lorena, de modo a poder fortalecer convenientemente a sua ala direita invasora, frustou daquela vez, desde a travessia do Sambre, os desígnios de envolvimento.

Marne foi então um simples episódio da guerra, que o encurtamento da frente alemã, desde aquele rio, tornou possível. Mas aquilo que o erro inicial da concentração de Moitke, na primeira guerra, fez redundar em fracasso a execução de um plano genialmente concebido e estudado durante anos, erro ainda maior de concepção do comando francês tornou viável na última. A ofensiva alemã na Bélgica abriu — talvez inesperadamente para ambos os estados-maiores — a brecha Namur-

Sedan, na frente aliada, o que possibilitou a arrancada das hostes motorizadas germânicas pelo solo francês. Contava, certamente o generalíssimo Gamelin poder valer-se das condições topográficas da região, favoráveis à defensiva, para opôr às massas blindadas adversárias as fracas divisões que "en teute Räte" fez enviar ao campo de ação. Mosa é realmente, naquele trecho, obstáculo de difícil passagem, mas nunca houve, em guerra alguma, rio intransponível; são as organizações defensivas de terreno e a articulação das tropas, as destruições de pontes, os fogos de artilharia de grande alcance e os bombardeios de avião, que dificultam, embarçam, detêm aqui e ali o avanço, mas não impossibilitam a passagem dos cursos d'água. Foi isto que faltou aos franceses no setor do território belga, cuja defesa lhes foi confiada. As pontes não tiveram a destruição total, não houve tempo para a organização do terreno, as tropas mal aparelhadas, em artilharia pesada, chegaram sucessivamente ao teatro da luta; e a rutura tornou-se inevitável. Mas uma vez ficou comprovado que não há ardor combativo que possa suprir tais falhas — surpresa estratégica, falta de meios materiais e retardada reunião de tropa.

O avanço rápido até Cambrai, embora deixando temerariamente a fortaleza de Maubeuge à direita, o alargamento da brecha para o sul, até Montemedy, fixando, por esse lado, o extremo da célebre linha

Maginot, a posse de Bethel e Laon, deram ao comando germânico os pontos de apoio para a sua manobra envolvente.

Foi o plano Schieffer redutivo, que destruiu o exército francês, atacando Paris por oeste e pelo sul. O prolongamento da frente de batalha, até a costa do mar da Mancha, que a posse de Amiens e Abreville possibilitou, garantiu o êxito do terrível golpe. Situando no mapa as forças que então se defrontaram e considerando-se a situação do ponto de vista estratégico, vê-se, no dia D mais 11 da fulminante ofensiva de 1940, esboçado um quadro análogo ao que Schlieffen traçara no seu plano, para o 31º dia depois da concentração.

Na Grande Guerra de 1914, os exércitos alemães conseguiram surpreender os aliados, pela rapidez dos seus deslocamentos e com o emprêgo da artilharia pesada, que, pela primeira vez apareceu em campanha. Não lograram vitória final, é certo; mas, depois, três decênios quase após, essas mesmas vantagens assinalaram de novo a ação dos exércitos nazistas, possibilitadas uma pela motorização e acrescida a outra com a moderna artilharia de longo alcance, que foi a aviação de bombardeio. O êxito de então confirmou a doutrina. E, se o conde Schlieffen, fosse vivo, teria constatação de que os princípios da guerra não mudam com o tempo, senão somente os meios, e estes tendentes sempre a facilitarem, pelo seu aprimoramento, a aplicação daqueles.



A MARCHA PARA A QUÍMICA TOTAL

Coronel MARIO CLEMENTINO

QUANDO no começo deste século, a Sra. Annie Besant, da Sociedade Teosófica, publicou a sua *QUÍMICA OCULTA (OCCULT CHEMISTRY)*, o mundo científico sorriu... É que a Sra. Besant pregava nessa obra a doutrina da "unidade da matéria" e dizia que os "corpos simples" eram assim chamados porque os sábios do Ocidente não sabiam decompô-los porém que os místicos do Oriente já o tinham feito muito tempo. E para exemplificar dava os diagramas de como se decompunham, "em seus elementos básicos imediatos", o oxigênio, o hidrogênio e o azoto.

A química do ocidente nesse tempo ainda estava no átomo duro, insecável e específico que nós tinha legado a antiga filosofia grega, e as idéias de "unidade da matéria e de desintegração do átomo eram pura metafísica..."

No entanto, já em 1897, J. J. Thomson descobria o *electron*, em 1905, Einstein descobria o *foton*, Rutherford em 1919 o *proton*, Anderson em 1932 o *positron*, Pauli em 1931 o *neutrino*, em 1932 Chadwick o *neutron*, Anderson e Neddermeyer em 1936 o *mesón mú*, e Powell, Occhialini e o nosso Lattes o *mesón pi*. E há ainda um formigueiro de "partículas" sugeridas ou pelo menos experimentalmente supostas: *Electrino*, *mesons pi* e *mú*, *neutrons*, *mesons lambda* e *táu*, *varitrons*, *electrons neutrons*, *protons* negativos e várias outras.

Com as suas descobertas os físicos construíram o edifício do átomo moderno: um núcleo composto de *protons* e *neutrons*, ro-

deado de uma coroa de *electrons* girando em torno do núcleo com velocidades fantásticas; e Mendeleeff organizou a sua tabela dos corpos simples, que vai do hidrogênio, o mais leve dos gases, até o urânio que é o "chefe de classe" do grupo dos metais pesados. Essa tabela está organizada segundo o número de *protons* que cada corpo tem no seu átomo, e segundo os pesos atômicos correspondentes.

Quando se examina essa tabela que vai de 1 a 92 uma primeira pergunta se apresenta ao espírito: de que matéria prima são esses corpos simples constituídos? Serão eles feitos a esmo, ao acaso, independentemente, ou derivam uns dos outros segundo leis?

Observando a tabela os físicos e químicos notaram que os corpos simples guardam uns com os outros uma certa periodicidade, e que há relações de parentesco entre eles, o que levou a dispô-los em "famílias", segundo as suas analogias. Compreende-se que isso é um passo para a "unidade da matéria" para a qual tendem hoje todos os espíritos: o que ainda falta é a prova rigorosamente científica.

Um outro fato interessante foi a verificação, examinando-se os metais que vinham nos meteoritos caídos dos corpos celestes, que eles tinham a mesmíssima constituição que os metais da terra. E examinando-se pela análise espectral a própria constituição dos corpos celestes verificou-se que eles eram constituídos com os mesmos materiais que a nossa Terra.

Um grande passo que se deu, entretanto, para a "unidade" foram as chamadas transmutações. Ru-

therford, bombardeando o azoto (n. 7) com os raios alfa do polonium (que à pequena distância se transformam em helium) obteve o oxigênio e o hidrogênio. A transformação se operou da seguinte maneira: o projétil de Helium expulsa um proton do azoto, e este captura dois protons do helium: Há um ganho de um, o azoto de 7 passa para 8, que é a dotação do oxigênio e transforma-se neste.

Eis aí mais uma prova do parentesco mútuo entre os corpos simples.

Se se lança contra os núcleos do azoto átomos de hidrogênio pesado (*deuterium*) obtém-se carbono e helium; num outro caso da mesma reação obtém-se um isótopo do oxigênio e um neutron deslocado do azoto. Boro e helium produzem carbono e hidrogênio. E assim por diante em centenas de reações já realizadas. Uma outra reação curiosa é fazer um corpo simples avançar ou recuar na escala de Mendeléeff acrescentando-lhe ou retirando-lhe um proton. Assim o sódio bombardeado pelo Helium transforma-se em magnésio e hidrogênio. O fluor e o hidrogênio dão néon. Num outro caso a mesma reação poderá conduzir o fluor mais o hidrogênio a produzirem oxigênio e helium.

A rutura do urânio na bomba atômica produz bário e kriptón.

As transmutações estão verificadas e constituem um assunto que não se discute mais.

• •

A energia atômica — Aí por 1910 mais ou menos, Einstein depois de longos estudos chegou à sua famosa equação:

$E = mc^2$, que significa: a energia contida em qualquer fragmento da matéria é igual à massa dessa matéria multiplicada pelo quadrado da velocidade da luz.

Estava descoberta a fórmula teórica da energia atômica, mas ia-se esperar trinta anos pela sua realização prática e experimental. Um garoto italiano de quatro anos es-

tava ainda nessa época entregue aos seus jogos infantis: Enrico Fermi. Cresceu, formou-se em física, foi para os Estados Unidos. O governo americano, em plena guerra, estava muito interessado na libertação da energia atômica e mandou Fermi, com uma pequena equipe de sábios trabalhar sob disfarce na Universidade de Chicago. E aí, depois de algum tempo foi obtida em pequenissima escala a famosa "reação em cadeia": obtém-se a explosão de um átomo de urânio e a explosão se propaga por grupos de átomos e instantaneamente. Resultado: Hiroshima e Nagasaki.

Quando se pergunta aos sábios donde vem essa formidável e destruidora energia que a matéria encerra eles dizem:

— "Para nós é um mistério".

Não o é, há milhares de anos, para os místicos da Índia.

Tudo que se vai seguir daqui por diante são revelações da filosofia oriental.

• •

Num livro escrito na Índia há quinze mil anos pelo místico Vyasa (o *Bhagavad Gita*), um episódio do poema o *Nahabarata* em que o Senhor é figurado como falando ao príncipe indú Arjuna, da dinastia dos Pandás que governava uma parte da Índia nesse tempo, o Senhor diz: "Todo este vasto Universo Eu o fiz com uma parte diminutissima de Mim mesmo". E noutro ponto: "Eu não durmo nunca antes do Meu tempo. Se Eu fechasse os olhos por um só instante, toda a Criação desmoronaria" (Explodiria, diríamos nos hoje).

A doutrina — Os Universos se sucedem no espaço e no tempo. Quando Deus está "manifestado" num Universo, como agora, diz-se que estamos num "dia de Brahma". Quando o Universo desaparece, diz-se: "a noite de Brahma", período de repouso para a Divindade. Ao cabo desse repouso Deus se re-

solve a criar um novo Universo: é o Seu Destino. O espaço está vazio, saturado da Energia Divina.

Uma primeira vibração criadora percorre o espaço. Unidades de Força divina, se fundem e formam a primeira massa de matéria física, que os indús chamam o Akasa, ou matéria primordial. Akasa 1. Uma segunda vibração percorre o espaço e duas massas do Akasa 1 se fundem e formam o Akasa 2, mas o Akasa 1 continua subsistindo, em grande parte.

Uma terceira vibração percorre o espaço e *uma parte* do Akasa 2 funde-se e forma o Akasa 3. E assim por diante até o Akasa 7. Está formado o chamado "plano divino" ou *mâha — para — nirvânico*.

O processo continua e uma parte (sempre uma parte!) do Akasa 7 funde-se e forma o primeiro sub-plano do plano para — *nirvânico*. E assim por diante até o sétimo sub-plano do plano para — *nirvânico*. Pelo mesmo processo passa-se ao plano *nirvânico*; depois ao *búdico*, depois ao plano *mental*, depois ao plano chamado *astral*. Cada

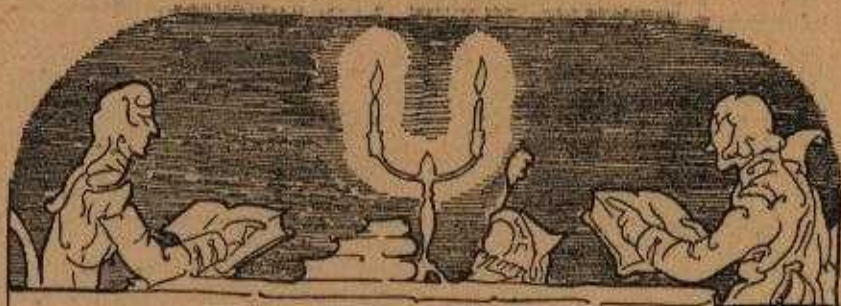
um desses planos se compõe de sete sub-planos ou sete estados da matéria, todos feitos de Energia Divina. Depois passa-se ao plano físico e aí temos sucessivamente os quatro estados *etéricos* e o gasoso, o líquido e o sólido. Está formado o Universo e os estados da matéria não são 3 ou 4, como se ensina nas escolas, mas na realidade 49.

A matéria é pois, feita de energia divina e por "compressão" da vontade de Deus, e é mantida em equilíbrio pela pressão contínua da vontade de Deus. Não admira pois que, quando Ele nos permite libertar essa Energia, ela que no plano físico representa a energia divina 49 vezes condensada, se manifeste com um tão formidável aspecto.

* *

Possam estas ligeiras notas, neste quadragésimo ano da A Defesa Nacional, contribuir para elevar o espírito dos seus leitores até o Supremo Criador de todas as coisas.





CULTURA PROFISSIONAL

O EMPREGO DO "NAPALM" NA COREIA

Major General F. BULLENE

Da Revista Combat Forces Journal
Trad. da 1ª edição, do Ten.-Cel. AMYR
BORGES FORTES



QUANDO as tropas do VIII Ex. atacaram ao norte do paralelo 38, na primavera de 1951, receberam ordem de conquistar uma colina dominante do caminho montanhoso que conduzia ao "Triângulo de Ferro". Atacaram-na, expulsando os comunistas chineses que ali se achavam. Estabeleceram, a seguir, uma linha defensiva.

Na tarde desse mesmo dia, o fogo serenou, excetuando-se alguns pontos isolados da mesma colina; noutras colinas situadas mais ao norte, entretanto, continuava a atividade, indicando que os vermelhos estavam concentrados para outro assalto, a ser lançado, provavelmente, ao despontar do dia.

Realmente, o ataque sobreveio, mas os berros e toques dos clarins dos chineses foram prontamente dominados pelos estampidos dos nossos fusis, metralhadoras e canhões. Parecia impossível que alguém pudesse galgar aquela ver-

tente, mas os vermelhos o conseguiram. Ao clarão das explosões dos projéteis, distinguia-se a grande massa atacante que, cerca de 100 m abaixo, aproxima-se correndo.

Súbitamente elevaram-se, ao longo da linha de defesa, uma série de lançadores de chamas, desprendendo um tão intenso calor, que os soldados americanos foram obrigados a proteger o rosto. As chamas, em poucos segundos, aumentavam, formando um anteparo, um muro espesso e contínuo, que ocultou os chineses. As armas cessaram de atirar, emudecendo bruscamente, e alguns momentos depois, quando as chamas desapareceram, o mesmo havia acontecido ao inimigo.

A surpresa desse resultado, entre os soldados, foi enorme, pois, com exceção de pequeno número que tinha sido devidamente instruído e adestrado quanto às explosões que originariam as chamas, os demais estavam desprevenidos.

O que havia explodido eram barris de gasolina "napalm", que as tropas do Corpo Químico haviam enterrado à flor da terra, ao longo da linha de defesa. Os barris, com capacidade de 220 litros, haviam sido guarnecidos com granadas de fósforo branco, e eram ligados entre si por mecha de combustão rápida e que seria acesa, eletricamente, por qualquer movimento produzido nas redes de arame da linha de defesa. Assim, quando os chineses tentaram romper o arame, estabeleceram o circuito necessário para inflamar a mecha, que comunicou a chama a todo o contorno da posição, diante da qual o inimigo viu elevar-se uma terrível parede de fogo.

Este processo de minar o solo tem, ainda, outro propósito. Como os vermelhos revelavam preferências pela realização de ataques noturnos em massa, a resposta lógica foi a iluminação do campo de batalha, especialmente quando, em seu avanço, podiam ser surpreendidos em campo aberto. O "napalm", ardendo em garrações de ferro e depósitos de diferentes tamanhos, iluminava facilmente grandes zonas. Um garrafão de 220 ls arde, praticamente, durante toda a noite.

Tal emprego da gasolina de grande viscosidade, como arma defensiva específica, confirma a opinião de que o "napalm" é uma formidável arma de múltiplas aplicações.

Durante o conflito coreano, recorreu-se, frequentemente, ao emprego dos lança-chamas e bombas incendiárias de gasolina gelatinizada para combater o inimigo, quando falhava o emprego das armas clássicas.

Antes do início das conversações do armistício, o emprego dos lança-chamas e minas de "napalm" deteve grande número de sangrentos ataques em massa, quando não os desarticulava antes da partida.

Antes de Pearl Harbour, os técnicos de Guerra Química do Exército dos EE UU descobriram que a combustão da gasolina poderia

ser mortal, se as chamas chegassem a penetrar no interior de um recinto ou se ardessem no exterior do mesmo durante vários minutos. Isso requeria uma gasolina suficientemente densa para ser lançada contra pequenos alvos e com uma combustão relativamente lenta.

O Corpo Químico procurou espessar a gasolina com goma e magnésio, obtendo, em ambos os processos, bons resultados; porém a disponibilidade desses materiais não era suficiente. Depois de muitas experiências, nossos cientistas conseguem uma mistura de naftanato de alumínio e certa quantidade de azeite de côco. Daí o nome de "napalm": "nap", de naftanato, e "palm", de palma de côco.

O "napalm" é uma substância de cor branco sujo, com aspecto de um pó de sabão de segunda. Pode misturar-se à gasolina no próprio local de emprego, juntando-o lentamente, enquanto se agita ativamente. Logo ao começo toma o aspecto concentrado, semelhante uma pasta de maçã; após algumas horas de agitação, torna-se um líquido fluido e uniforme, constituindo o que foi denominado o "gell-o", cuja cor varia de marrom ao rosado, conforme a pureza da gasolina.

Se bem seja possível preparar-se essa mistura no próprio local de emprego, há, em tais condições, o inconveniente de se não obter a fluidificação adequada, o que leva à necessidade de ser o "napalm" introduzido sob pressão, nos lança-chamas e bombas incendiárias.

Essa série de circunstâncias variáveis — pureza da gasolina, grau de mistura, variações de pressão, intervêm no disparo de um lança-chamas, o que leva a que, mesmo um operador adestrado, não possa assegurar o que acontecerá ao abrir a válvula. Uma característica do "napalm" que, geralmente, confunde a todos, é o fato de que um jato chamejante de gel, alcança quase o dobro da distância do outro não aceso.

Em diferentes experiências, os alcances obtidos com jatos acesos de gel atingiram maior comprimento que os alcances teóricos máximos, no vácuo, para esses mesmos jatos não acesos.

Alguns explicam essa anormalidade aparente, dizendo que a combustão dos gases dá origem a uma corrente ascensional de ar, que eleva o jato, o que lhe proporciona maior alcance; não podem explicar, porém, porque não continua elevando-se.

Outra particularidade do "napalm" é que um jato aceso conseguirá maior alcance quando dirigido contra o vento do que em direção transversal ao vento. É sabido que um vento transversal costuma interromper o jato. Entretanto, qual o motivo por que um jato interrompido tem menor alcance que outro não interrompido? Eis porque a direção do vento constitui um problema para o operador.

Uma terceira peculiaridade do "napalm" é que suas chamas tendem para os interiores.

Aparentemente, depois que suas chamas tenham consumido o oxigênio existente nas imediações de um recinto, penetram no interior do mesmo, em busca de mais. Fotografias tomadas durante os bombardeios a baixa altura, na Coreia do Norte, apresentam exemplos flagrantemente, nos quais, tendo caído completamente fora dos edifícios as bombas de "napalm", suas chamas penetravam nos mesmos, para sair pelas janelas e portas traseiras.

Não é certo que o gel de gasolina possa matar por asfixia ao destruir, por queima, todo o oxigênio existente nos arredores do ponto de aplicação, pois um homem pode viver durante algum tempo numa atmosfera com menor quantidade de oxigênio do que a que necessita para sua combustão. Entretanto, uma pessoa não precisa ser tocada pela gasolina ardente para morrer. O reconhecimento dos soldados inimigos mortos por "napalm" demonstrou que, geralmente, morre-se instantânea

e aparentemente sem dor, pois muitos cadáveres não mostravam a mais leve queimadura.

Isso confirma os informes japoneses de que um impacto de bombas incendiárias americanas, na corrente de ar que penetrava no interior de um abrigo ou refúgio, ou nas proximidades dessa corrente, podia matar todas as pessoas acolhidas nesse interior, sem outros sinais externos que um olhar de pavor ou surpresa.

A morte, ao que parece, podia ocorrer como consequência da combinação do calor, comocção, carência de oxigênio e possíveis emanações; não necessariamente, porém, de um só desses fatores.

O desenvolvimento do tanque lança-chamas foi o resultado lógico do desejo do operador de resguardar-se através de uma cobertura, enquanto aproximava do "bunker" inimigo para varrê-lo com seu jato. Do bom êxito alcançado ao montar, provisoriamente, um lança-chamas portátil sobre um cano leve, decorreu o rápido desenvolvimento dos tanques pesados dotados de lança-chamas, especialmente construídos para tal fim.

Esses monstros, podiam transportar uma elevada carga de gel e aproximar-se, com segurança, até uns 200 m do inimigo. Estes carros pesados foram mais empregados na Europa que os leves, e sua utilização foi feita também pela Infantaria da Marinha para expulsar os japoneses de Iwo Jima e outras ilhas do Pacífico.

Ainda que poucos tenham sido empregados nas Filipinas, o exército da terra não se apressava em adotar os carros lança-chamas com o mesmo fervor com que o fizeram os marinheiros, até que tais engenhos demonstraram sua eficiência contra as fortificações inimigas, na Coreia.

Agora, as unidades blindadas estão sendo dotadas de maior número delas, em vista de haverem demonstrado sua ampla e completa ação como arma de assalto táctica e, ultimamente, como arma

defensiva contra os ataques em massa dos comunistas chineses.

Um oficial em serviço na Coreia descreveu, recentemente, a sensação inimiga ante os lança-chamas mecanizados, dizendo: "O inimigo teme as chamas". "O fator psicológico é tremendo. Meu tanque entrou, recentemente, em um vale, para realizar um incêndio e, a uma distância de 1.000 metros, o inimigo refugiou-se em seus abrigos, cessando de atirar, inclusive os das colinas laterais, onde não seria possível alcançá-los".

O tanque lança-chamas produziu diferentes escolas de emprego.

Uma delas assegura que, para ser eficiente, o tanque deve ser uma arma de surpresa e, portanto, deve aparecer como qualquer outro tanque normal. Para conseguí-lo, desmonta-se o canhão da torre, substituindo-o pelo tubo lança-chamas, construído de maneira a assemelhar-se o mais possível com aquele. Como arma de surpresa, esse tanque poderá mover-se muito próximo do inimigo, sem revelar sua natureza. A experiência tem demonstrado que, às vezes, um inimigo bem fortificado e camuflado, para evitar ser descoberto, permite passar um tanque sem fazer fogo sobre ele. Assim, um tanque lança-chamas, com aparência comum, terá a possibilidade de aproximar-se de uma fortificação para pô-la fora de combate em curto prazo. Um grande inconveniente é que a capacidade de combustível é limitada e só permite uma série de pequenos incêndios ou combustões, ou uma de maior proporção, porém mantida com cerca de um minuto de duração. Todavia, um dano muito sensível pode ser causado, com uma combustão de dois segundos.

Outra das escolas, opina que um tanque lança-chamas deveria estar equipado com depósitos suplementares de combustível, transportados num reboque. Naturalmente, esta variante aumentaria o período de ação do lança-chamas; entretanto, seria suprimido o efeito de surpresa, pois a silhueta de um

tanque com reboque denunciaria, facilmente, sua natureza, passando a ser um alvo preferencial do inimigo. O aumento da carga de gasolina passaria, também, a aumentar o perigo para a guarnição do veículo.

Um tipo de lança-chamas mecanizado, chamado o "crocodilo", foi utilizado na Coreia, pelos ingleses.

Há os que pensam, também, que o lança-chamas deveria ser uma arma auxiliar do tanque. Em tal caso, uma versão modificada do lança-chamas de tipo portátil (com iguais possibilidades de limitações), substituiria uma das metralhadoras dianteiras. Talvez depois de empregar, na Coreia, durante certo tempo, todos esses diferentes tipos, e analisar seus resultados, pudessemos estabelecer qual deles seria o melhor.

Quando os aviões de caça foram dotados de bombas de "napalm", bombas carregadas no campo, a primeira vez que os coreanos do Norte atravessaram o paralelo 38°, não se fez, na realidade, mais que estender o alcance do lança-chamas, pois, nos elásticos e rápidos movimentos por aqueles terrenos montanhosos, o avião é, muitas vezes, o único e mais rápido processo de atingir o inimigo, perfeitamente entrincheirado nos cimos das colinas ou em suas contravertentes.

Algumas centenas de litros de gasolina bastavam para expulsar os vermelhos de suas posições.

Depressa descobriu-se que o "napalm" era uma excelente arma contra o tanque. Normalmente, os tanques inimigos tinham que sofrer um impacto direto de "bazooka", artilharia ou foguetes, para ficar inutilizados. Com o "napalm", ao contrário, os aviões não tinham que obter impactos diretos. Um tanque carregado com "napalm", espalhará um inferno de chamas crepitantes por um espaço tão grande como um campo de foot-ball, e qualquer tanque normal colhido nesse espaço, perderia, provavelmente, sua guarnição, inflamar-se-iam seus depósitos de combustível, ou explodiriam suas

munições, em vista do intenso calor.

O "napalm" é também eficiente contra as tropas inimigas entinchelradas em canais de escoamento de águas, pequenas vaeilas e atrás das taipas de barro que limitam os campos de arroz. Nesses casos, as ligênas vertentes tendem a canalisar o fogo para o fundo das sangas ou grotas, expulsando um inimigo que esteja distante até 100 metros.

Uma indicação de como se ampliou a utilização do "napalm" na Coréia, vamos encontrar num informe das Forças Aéreas, no qual se diz que mais de 26 milhões de litros de gel foram lançados contra os vermelhos durante o primeiro ano do conflito, sem contar o empregado por outras unidades navais ou de Infantaria de Marinha e as demais nações que têm tropas na Coréia. Um informe anterior assinala, como termo médio de consumo, em dias límpidos, as quantidades de 190.000 litros de gel nas Forças Aéreas; 52.000 litros na Armada e 19.000 na Infantaria de Marinha.

Tais cifras assumem um caráter surpreendente, ao considerarmos que quase todo o gel lançado na Coréia, o foi pelos caças e bombardeiros de pequeno raio de ação, pois o utilizado pelos grande bombardeiros para a destruição de importantes indústrias ou nas estratégicas de comunicação da Coréia do Norte, foi insignificante. Ainda que as cidades da Coréia do Norte,

por suas características, constituíssem excelentes alvos incendiários, somente foram bombardeadas, por B-29, com bases no Japão e Okinawa, os depósitos, bases de aprovisionamento, arsenais ferroviários e pontes, por serem objetivos estritamente militares. As superfortalezas, entretanto, empregam quase sempre altos explosivos, e quando, na Coréia, tiveram de realizar algum bombardeio estratégico incendiário para destruir depósitos de carburantes, utilizaram, sempre, bombas de termita e magnésio.

Porém, se o "napalm" não foi empregado nos bombardeios estratégicos da Coréia, os japoneses, em compensação, bem podem atestar sua eficiência. Em um resumo de informes do ano de 1948, sobre os bombardeios estratégicos no Japão, estimava-se que 175 milhas quadradas de cidades haviam sido destruídas, o que representa 45 % das 65 cidades atacadas. Ainda que uma pequena percentagem das bombas foram de alto explosivo ou fósforo, a maior parte das bombas lançadas estavam carregadas com "napalm". Os resultados obtidos no Japão foram suficientemente expressivos para nos induzir a armazenar, depois da guerra, grandes quantidades de "napalm" e estabelecer planos para preparar maiores quantidades, rapidamente, caso fôsse necessário. Parte daquelas reservas foram empregadas quando os vermelhos atacaram a Coréia do Sul.

ARTIGOS DE "A DEFESA NACIONAL" TRANSCRITOS EM REVISTA ESTRANGEIRA

A "Revista Militar", da Bolívia, número de fevereiro do corrente ano, transcreveu os seguintes artigos:

- "Mato Grosso e as lutas pela fixação das fronteiras ocidentais do Brasil", do General Antônio de Souza Júnior;
- "A sobrevivência da Cavalaria hipomóvel", do Coronel Arold Ramos de Castro.

As causas das crises da Cavalaria e a sua projeção contemporânea

Comunicação do Exmo. Sr. Brigadeiro B. MAR-
TINS na sessão comemorativa do 103.º Aní-
versário da "Revista Militar".

Extraído da "Revista Militar", de Portugal, maio
de 1953.

1 — As causas das crises da Cavalaria

"Tout progrès comporte des avantages et des risques : il faut
que dans son évolution constante vers le progrès la Cavalerie
s'efforce de profiter des uns et d'éviter les autres".

(Gener. BOUCHERIE — 1942)

* *

"C'est pourquoi, le génie n'étant pas chose courante, la Ca-
valerie est de toutes les Armes celle qui est, le plus souvent
mal employée".

(Cours d'Arme Blindée — SAUMUR 1950)

As crises de decadência da Cavalaria, através da sua longa história, resultaram sempre, e apenas, de erros de organização e de em-
prégo, derivados de um defeituoso estudo histórico do passado, ou
da obsessão de um "tecnicismo" dominador, servido pelo instinto revolu-
cionário de um "realismo" exaltado... Nunca por virtude de intrínseca
incapacidade para as missões que motivaram e justificaram a sua exis-
tência.

Mas tais erros parece que já não deveriam, hoje, repetir-se, dados
todos os ensinamentos que a história nos legou e os que nos oferece a
Pedagogia moderna, ao ensinar-nos o devido valor a atribuir, em cada
caso, aos três métodos fundamentais de estudo: o científico, o histórico
e o realista...

E entretanto subsistem!...

E que o homem, que tem conseguido, no campo da ciência e da
técnica, dominar a complexidade perturbadora das descobertas transcen-
dentes e dos instrumentos delicados que o Progresso o fez defrontar, com
a adequada organização de teorias de demonstração científica e de pro-
gramas de experimentação técnica, encontra mais subtis dificuldades no
estudo dos fenómenos bélicos e das aplicações militares, porque lhe es-
capam à demonstração científica e à dedução matemática, por virtude da
sua natureza humana e filosófica.

Existe, incontestavelmente, uma base científica na Arte da Guerra,
mas limita-se à preparação das armas e dos equipamentos e não tem
nada que ver com a organização das forças e o jogo do seu emprégo.

O empirismo que faz depender o grau de magister, e deduz as regras
e os processos, em qualquer ofício, apenas do seu exercício prolongado,
também não oferece já elementos de considerar para a resolução dos
problemas militares... Já Frederico dizia que: "uma besta de carga
se não transformaria no melhor dos estrategistas por ter transportado o
baste em dez campanhas sob o comando do príncipe Eugénio".

O método realista que pretende basear os sistemas e doutrinas apenas na análise das realidades presentes, é também contingente, porque a sua comprovação só pode basear-se, então, em experiências de polígono e de laboratório, ou "festes" de gabinete e conclusões tiradas das manobras de tempo de paz, quando é certo e fatal que não se pode nunca prever, com certeza, as reações de toda a ordem que surgem na obscura eventualidade da futura guerra.

Por sua vez o método histórico, quando se limita à imitação do passado e quando padece de superficial verificação da simples aparência dos fatos, deforma as realidades militares dos fenômenos encarados e conduz a erros e ilusões funestas, porque os futuros conflitos se desenvolvem em novas condições da ciência e da técnica e em novas circunstâncias das reações do ambiente aos novos meios.

Se quisermos trabalho útil para determinar os sistemas e as doutrinas de emprego das forças militares, é preciso valorizar ao máximo essa magnífica qualidade do homem que é a razão.

Não é a simples imitação do passado que interessa, nem as conclusões baseadas em deduções puramente técnicas; é, antes, a revisão do passado, tendo em conta a profunda observação dos meios empregados e do ambiente em que atuaram, e uma inteligente e muito refletida avaliação realista dos novos elementos que surgem.

Só um estudo assim orientado nos permitirá encontrar as verdadeiras idéias esclarecedoras e diretrizes que através do tempo dominaram sempre os fatos. Só assim se poderá atingir a plena capacidade individual de especulação e de intuição, mercê da qual se poderá ajuizar com justeza, prever com lógica e resolver com critério.

Todo este trabalho crítico feito em bases histórico-realistas, se complica, ainda, porque para extrair dele deduções cristalinas e conclusões sólidas e puras sobre a melhor organização das Forças Armadas, uma outra condição fundamental se impõe: a de nos libertarmos do ambiente apaixonado que por vezes se cria por influência dos preconceitos e de caprichos pessoais, e de não nos deixarmos subjugar aprioristicamente por considerações de interesses político-econômicos transitórios, que só devem ser considerados depois de encontradas e estabelecidas as verdades militares em que deve basear-se a organização do exército de campanha.

Eis a difícil tarefa para aqueles a quem caiba a transcendente responsabilidade histórica de organizar, preparar e empregar as Forças Armadas, para a futura guerra.

* *

Os desvios da orientação que nas páginas anteriores procurei focar enchem de erros a história da organização e emprego das Forças Armadas. Mesmo no nosso século se surpreende, ainda, essa curiosa e repetida tendência para erigir em axiomas militares, simples conclusões e verdades transitórias; para considerar novos meios que surgem, e que apenas fulguraram dominadoramente num ambiente particular, e enquanto durou a momentânea influência da surpresa que a sua aparição súbita provocou, como os decisivos — os únicos — do Futuro; e para desprezar, de ânimo leve, como ultrapassados e obsoletos, os que apenas por virtude daquela surpresa e das condições particulares do ambiente tiveram um momento de desfalecimento.

* *

Haverá mais eloquente demonstração das verdades que procurei focar, do que a longa história das Crises da Cavalaria?...

Do anátema do velho Folard do século XV, que ecoa através dos séculos — *Finis Equitatus!* —, à moderníssima e formal condenação irre-

mediável dos blindados, que tem agora a sua expressão inglesa na tão difundida teoria de Wintringham e a repercussão americana na alocução feita aos cadetes de West Point pelo Secretário do Exército Sr. Pace, — uma e outra proclamarem que as armas sem recuo, as cargas ôcas e chatas, as granadas de explosivo plástico e a espoleta Prosit, o progresso no setor dos projectis dirigidos e a possibilidade de emprêgo de armas atômicas, fazem já dos Blindados uma Arma em declínio e ultrapassada — em todos os tempos, as causas, e a evolução e as consequências das crises da Cavalaria foram sempre idênticas.

Sempre que a Cavalaria não atingiu a devida proporção numérica nos Exércitos; sempre que as suas unidades foram organizadas como corpos raquíticos e mal armados, ou perderam a sua mobilidade sob o peso excessivo de armas e couraças; sempre que a empregaram dispersivamente, toda ela geométricamente intercalada, orgânica e taticamente, entre as grandes e as pequenas Unidades de Infantaria e agarrada a esta, na sua frente imediata, ou arrastando-se penosamente, colada às caudas das suas pesadas colunas; sempre que os chefes, descrendo do seu papel no desenvolvimento e na conclusão da batalha, a relegaram para missões secundárias; sempre que a esgotaram prematuramente, e quando iludiram a sua preparação com uma exclusiva instrução de caserna, sob o pretexto de restrições econômicas... em todos estes casos, a cavalaria não pôde dar o rendimento de que era susceptível e os chefes haviam de ser vítimas de uma patente falta de capacidade de manobra.

A Cavalaria atravessou então as suas crises de decadência, foi acusada e criticada, mas sacrificada, afinal, à inépcia ou a insuperáveis dificuldades dos organizadores, e à mediocridade dos Chefes.

Essa é a história da Cavalaria do período da decadência romana; a de Courtrai, de Crecy, de Assaincourt e de Poitiers; da Crise da Cavalaria Couraçada dos séculos XIV e XV; e da Cavalaria dos ingénios fogos a cavalo e do ridículo "caracol" das guerras da religião; a da Cavalaria das campanhas do fim do século XIX e da Cavalaria de 1914... e praza a Deus que não seja também a da crise da Cavalaria de hoje.

* * *

Caber-me-lá, agora, comprovar as afirmações que ousei formular pela análise crítica e comparativa, da organização e emprêgo da Cavalaria nas épocas das suas crises de decadência e nas do seu maior esplendor.

Naturalmente que tive de realizar esse trabalho para poder adquirir a necessária convicção para as minhas opiniões.

De momento terei, contudo, de me limitar a focar as lições que julgo poderem-se extrair da organização e emprêgo da Cavalaria no nosso século, e especialmente na 2ª Guerra Mundial.

E fá-lo-ei encarando separadamente os dois aspectos fundamentais que interessam ao problema da Organização da Moderna Cavalaria: o da moderna Cavalaria a Cavalo, a que se poderá chamar a Cavalaria Mista do século XX e o da Cavalaria Blindada.

Quanto à apregoada teoria da incapacidade dos blindados para a futura guerra, limitar-me-ei por agora a considerá-la como mais uma expressão dum tecnicismo e de um realismo exaltados e procurarei em breve, apresentar o meu ponto de vista sobre o futuro dos Blindados.

2 — A Cavalaria a Cavalo na 2ª Guerra Mundial (1939-1945)

"A guerra pode fazer-se sem cavalaria... sem dúvida; mas faz-se então imperfeitamente."

(La Cavalerie en la era de la mecanización — J. M. MENENDEZ — Tomo II)

O continuo aperfeiçoamento das armas de fogo no fim do século XIX; o fracasso da Cavalaria nas guerras de 1866 e 1870, aliás já resultantes de uma errada concepção operativa de Comandos mediocres; a influência de conclusões precipitadas que se haviam tirado da preponderância do fogo nas guerras anglo-boer e russo-japonesa, criara nos princípios do nosso século uma progressiva, embora por vezes dessimulada, desconfiança sobre o papel da Cavalaria na batalha e daí o relegarem-na para a quase exclusiva função de órgão de segurança dos exércitos e algumas outras missões secundárias. Como corolário deste desvio de doutrina caíra-se no erro maior da sua disseminação, quer orgânica quer de emprego.

Mas as duras lições de 1914 e, mais do que essas, as ulteriores e brilhantes demonstrações da eficiência táctica e eficácia operativa da Cavalaria, tais como:

- as da Cavalaria alemã na frente oriental, a partir de 1915, e designadamente nas operações da Curlândia, da Lituânia e da Rumania sob o comando dos ousados e hábeis V. Garnier e V. Schemetow;
- as da Cavalaria dos aliados em 1917-1918, nos campos da França, sob o comando de chefes competentes como Bridoux e Conneau, quer colmatando rapidamente as brechas abertas pelas desesperadas ofensivas alemãs, quer cobrindo a retirada, quer explorando o sucesso e aprontando-se para a sua apoteose na perseguição, que o Armistício de 1918 cancelou;
- as da Cavalaria francesa nas ásperas serranias da Sérvia, com a brilhante cavalgada da Div. Gambetta sobre Uskub, que crava, pela retaguarda, um punhal nas ilhargas dos exércitos alemão e búlgaro, encravando-se na sua zona de ligação;
- as da Cavalaria inglesa nas calcinadas areias da Palestina, onde a massa do Corpo Montado do Exército, reforçada, sob o comando do grande Allenby, consegue numa manobra grandiosa tornar possível uma das raras batalhas de aniquilamento que se registam depois de Tannenberg (até 1939);
- e as das manobras espetaculares do Exército de Cavalaria Bolchevique de Budjonny, que consegue por duas vezes romper a frente polaca, o que a infantaria e artilharia não haviam conseguido;
- e a brilhante manobra de envolvimento da Cavalaria turca do grande cavaleiro Fahredim Bajá em 1922, que conduz ao cerco completo e ao aniquilamento dos I e II C.E. gregos na batalha de Dumlupinar (1922);
- e as da atívisima e gloriosa Cavalaria de Monastério na guerra civil de Espanha, especialmente depois de Alhambra e no avanço até Vinaroz na costa do Mediterrâneo,

tôdas estas eloquentes lições, tinham, por fim, pôsto em destaque toda a decisiva influência que poderia vir a ter quer no campo táctico como no operativo, uma Cavalaria forte em número, e reforçada nas suas possibilidades de reconhecimento, de velocidade, de potência e de raio de

ação, pela associação dos modernos meios que o progresso lhe oferecia: — as armas automáticas, os morteiros portáteis, a mecanização, a motorização, os meios rápidos da transmissão, T.S.F. e a aviação.

Por outro lado, as consequências funestas da carência da Cavalaria que os alemães haviam sentido nas ofensivas recíprocas de 1917-1918, e que aos polacos, a despeito do seu forte Exército havia de causar os pesados sacrifícios de 1920, e que os japoneses haviam de sentir na invasão da China, e que Franco e Miajas sentiram e logo procuraram sanar (sem o conseguirem totalmente), tinham provado que não dispoem de uma forte Cavalaria moderna, as manobras de ala não podem atingir a envergadura, nem a exploração de sucesso a necessária profundidade e rapidez, para dar à batalha um desfecho estratégico decisivo, isto a despeito do emprêgo das novas unidades motomecanizadas.

Mas quando precisamente estas conclusões, depois de uma análise crítica desapassionada e esclarecida, começava a prender a atenção dos Comandos e Estados-Maiores, e quando a Cavalaria começava a encarar de frente as largas perspectivas da sua continuidade histórica, novos acontecimentos vinham tornar efêmera a salutar reação, porque a obsessão no manejo do método realista, havia de desvirtuar as sãs conclusões a tirar do rápido e progressivo desenvolvimento industrial da mecanização e motorização terrestre e aérea.

Ia ressurgir o eterno equívoco entre a velocidade e a blindagem, e com ele ia engendrar-se a nova crise da Cavalaria, a que chamarei a crise da Cavalaria Mista.

A teoria simplista e aliciante era esta:

— “Se a Cavalaria havia demonstrado a sua capacidade para penetrar ou envolver rapidamente e atuar decisivamente nas retaguardas do inimigo e nas partes vulneráveis onde a clássica Infantaria não podia chegar a tempo, não demonstraram também os novos elementos mecânicos a sua capacidade para semelhantes funções, com maiores possibilidades de velocidade, de potência, de proteção e de raio de ação?”

E não é muito mais econômica — apregoavam os poderosos órgãos de propaganda da indústria automóvel — a constituição, conservação e reequipamento das unidades mecânicas?

De nada valeram as ponderações de alguns chefes e Cavaleiros que, embora progressivos e reconhecendo a importância decisiva de desenvolver e aperfeiçoar a aplicação dos blindados e aviação, não perdiam de vista as suas limitações e a lacuna que o eclipse da Cavalaria poderia originar na estrutura dos Exércitos de Campanha.

A força dominadora dos poderosos órgãos de propaganda das indústrias da Aviação e da mecanização, a exaltação de espírito dos apóstolos das novas armas, os interesses políticos-econômicos da Inglaterra e da América relativamente à constituição dos seus corpos expedicionários, e o interesse de Hitler em dar à sua guerra um caráter fulminante, única forma de fugir aos perigos que lhe acarretaria, fatalmente, uma duração prolongada de luta, foram afastando a pouco e pouco as sãs conclusões já estabelecidas.

Uma vez mais, as conclusões de um refletido estudo histórico-crítico iam ser submergidas pela onda de um materialismo e de um espírito revolucionário exaltados.

... Porque será que os homens — e designadamente os políticos e os chefes militares responsáveis pelos destinos dos povos — estão tão frequentemente sujeitos a essa curiosa tendência para esquecer as lições

que os conflitos passados lhes oferecem com a sua didática cruel e a sua eloquente e realista dialética?...

* *

De tudo isto resultou que em 1939 os exércitos entraram em guerra, quase sem Cavalaria. Apenas a Rússia, a Polónia e a Grécia conservavam forças apreciáveis desta Arma, e, em menor escala, também a França.

Vejamos as conseqüências que daí resultaram para os beligerantes.

Excluirei o caso da Polónia porque é impossível extrair rapidamente conclusões exatas e fundamentadas, quando a desproporção numérica e qualitativa entre os beligerantes é tão acentuada e os fatores geo-estratégicos tão perturbadores.

* *

Na 1ª Campanha da França manifesta-se, logo, a fraca projeção operativa da Cavalaria Francesa, que resultou não só da sua insuficiência numérica (apenas 5 Div. Lig. de Cavalaria, além dos G. Reconhecimento das G. Unidades da Infantaria, num total de perto de 100 Divisões aliadas, de infantaria, mecanizadas e blindadas), mas também do emprêgo dispersivo das suas G.U., que derivou mais uma vez das reminiscências da errada doutrina do fim do século XIX que lhes atribuía como papel principal a Exploração e a Segurança Afastada dos Exércitos, e de que resultara, já, toda essa disseminação de 1914.

Em lugar de reservarem as Div. Ligeiras de Cavalaria desde o início, ou pelo menos de a retirarem a tempo, para a empregarem em conjunto com as Div. Lig. Mecânicas e Div. Couraçadas, constituindo com todas uma potente massa articulada a N. e N.E. de Paris, a lançar nas direções decisivas e nos momentos cruciais, lançam-na "à priori" para a Bélgica, na errada convicção de que era ainda o plano Schlieffen o que seria empregado na invasão. Em breve recaem também nesse emprêgo "en poussière" ou "petits-paquets" como lhe chamam os franceses, ou "penny packets", como traduzem os americanos.

Esse é o primeiro erro a focar e a ele me voltarei a referir ao encerrar o emprêgo da Cavalaria Blindada.

* *

A despeito de tudo, os G. Rec. e as Div. Lig. de Cavalaria francesas conseguem pôr à prova a sua capacidade de reconhecimento tático e retardadora, mesmo em face das Div. Panzer, e exercem neste restrito campo tático, uma ação apreciável.

* *

Por outro lado, os Alemães acabam por reconhecer a carência de Cavalaria.

Hitler tinha baseado a sua estratégia numa guerra relâmpago, conduzida pelas suas Div. Panzer, apoiadas pelas Div. motorizadas. Mas verificou-se que, a despeito da excepcional capacidade industrial do Reich, não conseguiu dispor do número de Div. motorizadas suficientes para garantir a segurança das Comunicações das suas pontas de lança Blindadas e para ocupar rapidamente o terreno por elas conquistado.

De tudo isto resultou que as Div. Panzer, quando se encontravam já muito aventuradamente avançadas e pressentiam o perigo do corte das suas comunicações, eram obrigadas a parar para aguardar a apro-

ximação das pesadas colunas de infantaria e encontravam-se, então, em situações muito críticas.

Se em maio de 1940 as forças alemãs tivessem disposto dos necessários efetivos de uma Cavalaria a cavalo moderna, não se lhes teriam apresentado as "travagens" que lhes limitaram a magnitude da sua manobra de exploração do sucesso e não lhe deixaram conseguir cortar a retirada aos 300.000 ingleses de Dunkerke, que haviam de constituir o núcleo glorioso da futura resistência; nem se teriam exposto a situações tão críticas como a de Peronne, em que estiveram expostas a um fatal estrangulamento das suas linhas de comunicação.

Aí começaram os alemães a reconhecer a carência da *Arma de Velocidade intermédia* que pode seguir e apoiar de perto, através de todas as dificuldades de terreno e de clima, as pontas de lança blindadas da manobra.

Na primeira invasão da Grécia pelos italianos, manifesta-se: por um lado, a insuficiência a que, a despeito de quanto se diga, estão sujeitos os blindados num terreno movimentado, com fraca densidade de comunicações e por mau tempo, quando defrontam um exército, embora fraco, disposto a bater-se.

Por outro lado, evidencia-se o emprêgo glorioso da Cavalaria Grega, cuja projeção operativa levou os críticos militares a considerar como base fundamental da resistência grega, o emprêgo conjugado da sua Cavalaria e das destruições.

E na campanha da Síria, o papel de relêvo da Cavalaria de Wavell e de Degaulle na queda de Damasco e Beirut e o seu emprêgo conjugado com as tropas Blindadas que avançavam pelo vale do Eufrates, continuaram a pôr em destaque toda a capacidade tática e eficiência operativa de uma Cavalaria Moderna.

* *

Mas é na Campanha da Rússia que a importância do papel da Cavalaria, no próprio ambiente de aço de uma guerra moderna, vai ter a mais eloquente demonstração.

Os alemães não conseguiram reconstituir uma Cavalaria suficientemente numerosa e, por isso, a sua Cavalaria não alcançou projeção nas operações. Mas os russos — os grandes realistas do nosso tempo — mantendo a fé na sua Cavalaria — deram-lhe efetivos tão importantes que, em alguns setores, chegou-se a verificar a proporção de 32 Div. de Cavalaria para 77 Div. de Infantaria.

A Cavalaria russa, com as suas unidades a Cavalo fortemente dotadas de armas automáticas, morteiros e armas ligeiras anticarro; apoiada por uma forte artilharia e um efficacíssimo apoio aéreo, e dispondo de numerosas Autometralhadoras e Carros; indiferente às dificuldades do terreno e ao tempo, de que fez, de resto, poderosos aliados; conjugando hábilmente a manobra a cavalo com o combate a pé, chegando a empregar, com frequência (como, aliás, já o fizera Monastério na guerra civil de Espanha) esquadrões lançados à carga em formações largamente articuladas, e precedidos por um potente escalão de blindados apoiados pela Aviação, exerceu uma ação tão prodigiosa e eficiente, que se afirmou, sem discordâncias, ter sido graças a ela, e à profundidade dos dispositivos defensivos russos, que se salvou Moscovo e Stalinegrado e que os russos conseguiram a progressiva paralização e a conseqüente falência da Blitzkrieg.

Se agora nos detivermos sobre as Campanhas da Reconquista da Europa, vemos hoje reconhecida, quer pelos americanos como pelos alemães, as funestas conseqüências, para uns e outros, da carência de uma Cavalaria a Cavalos Moderna — como a Arma de Velocidade intermédia e de ação inalterável, capaz de apoiar de perto as pontas de aço de uma ofensiva, ou de as substituir onde o terreno e o tempo lhes dificulte a ação, e de retardar eficazmente o avanço das Div. Blindadas do Inimigo pela ameaça aos seus flancos e linhas de comunicações.

São concludentes os autorizados depoimentos do general Patton, do gen. Truscott que lhe sucedeu no comando do 3º Ex., e dos generais Wainright e Herr, para só citar os mais categorizados acusadores do erro da eliminação da Cavalaria nos exércitos da reconquista da Europa.

Dêsses depoimentos conclui-se :

- a) Que se em Tunes e na Sicília os americanos tivessem disposto de uma Div. de Cavalaria, que fôsse, os alemães não teriam escapado ; ter-se-iam evitado na Itália as sangrentas batalhas de Monte-Cassino e Anzio e ter-se-ia provavelmente podido encurtar de alguns meses a campanha de Itália.

Que, no seu avanço de Paris à fronteira alemã, se dispusessem de Cavalaria, os aliados poderiam ter também evitado as "travagens" a que por vêzes eram obrigadas as Div. Blindadas aliadas, para esperar os grosseiros de infantaria, e de que resultou a necessidade dessas onerosas "batalhas a oeste do Reno".

E que a poderosa concentração de V. Rundsted para a sua desesperada contra-ofensiva nas Ardenas só pôde realizar-se em segredo, a coberto da camuflagem dada pelos bosques da zona de concentração, favorecida pelo aproveitamento do nevoeiro para a concentração e desencadeamento do ataque, porque êsses dois fatores impediram a Aviação aliada de manter uma informação atualizada sobre os movimentos do inimigo. Isso não teria sucedido se nesse fraco setor da sua extensa frente, Eisenhower dispusesse de uma Cavalaria que poderia garantir-lhe o reconhecimento tático terrestre que torna impossível a surpresa.

- b) Que se, por seu lado, os alemães, a seguir ao desembarque aliado na Normândia, quando as suas reservas blindadas se viam desesperadamente entravadas nos seus movimentos para acorrer à zona de batalha, em virtude da destruição da rede de estradas produzida pela implacável ação aérea de Eisenhower — a pontos de chegarem primeiro Divisões de infantaria total e apressadamente montadas em bicicletas — se os alemães dispusessem de algumas Div. de Cavalaria, as operações de consolidação da testa de desembarque e a sorte de Caen poderiam ter tido desfecho diferente. A magnífica manobra envolvente de Patton poderia ter sido eficazmente contrariada e teriam, assim, poupado o sangrento massacre na bolsa de Falaise ; e o avanço aliado de Paris ao Reino poderia ter sofrido o retardamento indispensável que os alemães não conseguiram impor-lhe.

Destas conclusões autorizadas, do meu próprio estudo sobre as campanhas da reconquista da Europa, das operações da 1ª Campanha da França, da 1ª invasão da Grécia pelos Italianos e da invasão da Síria pelos ingleses e franceses dissidentes, e da campanha da Rússia, extrai estas conclusões finais que me permito apresentar à consideração be-

névola dos que tiveram a paciência de me acompanhar no presente estudo :

- 1º. Não se podendo conceber que qualquer Estado, por maior que seja a sua capacidade industrial, possa organizar e manter o número suficiente de Divisões de infantaria inteiramente mecanizadas em viaturas T.T. — únicas que poderão acompanhar de perto a manobra das Div. Blindadas sem a sujeição às vias de comunicação, cada vez mais dramaticamente ameaçadas — torna-se necessário, em qualquer organização de um Exército de Campanha moderno, prever a constituição de Divisões ou Brigadas de Cavalaria mista que eliminarão os riscos a que se sujeitam as Div. Blindadas nas suas aventureiras manobras de envolvimento ou de Exploração do Sucesso.

De resto, tudo indica que a futura guerra há-de ser caracterizada por uma dispersão cada vez mais acentuada, e que, por isso, entre os grandes eixos de comunicação ameaçados implacavelmente pelos poderosos fogos aéreos e terrestres modernos, existirão largos espaços em que a Cavalaria e a Infantaria podem ter uma proveitosa ação.

- 2º. Como afirmou o Gen. Herr, no seu importante e recente depoimento, julgo que não é só nos lugares afastados onde há montanhas e terreno difícil que a Cavalaria é útil. Pelo contrário, como afirma o General, nenhum país que pretenda estar bem organizado para a guerra poderá afirmar que é capaz de combater em qualquer teatro de operações e por qualquer tempo, se não dispuser do devido complemento de uma boa Cavalaria e de animais de carga.

Mas entendo que é nos países com uma geografia como a da Península Ibérica e da Grécia, por exemplo, que o problema de conservação de uma forte Cavalaria Mista moderna, tem maior interesse e projeção.

- 3º. Mas considero igualmente necessário que os C.E. disponham de um órgão inteiramente mecanizado para lhe garantir a segurança afastada e constituir reserva tática, com a rapidez e raio de ação adequadas à largura da zona de ação do C.E., à distância a que é preciso colher as informações e ao tempo que é preciso ganhar.

- 4º. Quando um país conclua que não pode organizar e manter Div. Blindadas e Motorizadas, mais indispensável se torna que os Comandos Superiores disponham de Div. de Cavalaria Mista, destinadas a substituir aquelas nas missões de reserva móvel estratégica e tática, de órgão de envolvimento nas manobras de ala e de exploração do sucesso frontal ou lateral.

- 5º. Entendendo que é também preciso não transformar as unidades a cavalo em uma má infantaria montada. Para isso, basta seguir o critério dos russos que conservam nos seus pelotões o caráter de leveza e flexibilidade de verdadeiros pelotões de Cavalaria, e que mantendo inflexivelmente a organização quaternária, introduz sucessivamente no esquadrão e no Regimento as armas pesadas e engenhos anticarro e de acompanhamento.

A Europa Ocidental, com as suas possibilidades de criação cavalares, por exemplo, na Alemanha está em plena ressurreição, aliadas às da Grécia e da Turquia, e Norte de África, e com a segurança de um paulatino reacompletamento e reabastecimento de forragens, por via da Inglaterra, da Irlanda e dos celeiros dos Estados Unidos da América, da Argentina e do Canadá, e mesmo da África, poderia prestar um impor-

tante serviço à organização das forças ocidentais, que de um dia para o outro se podem encontrar em face da realidade das grandes massas de blindados e Cavalaria vermelhas, e não apenas das Divisões Panzer de 1940.

* *

Para concluir esta parte do meu trabalho parece-me que não deixará de ter interesse chamar a atenção para o cuidado que os turcos, e parece que os suíços também, estão a dedicar à constituição de unidades a cavalo, o que os leva a procurar adquirir na Alemanha e outros mercados, elevado número de cavalos para a fileira, — segundo me informaram as Comissões de Remonta do nosso Exército que tem, ultimamente, ido adquirir cavalos de desporto na França e na Alemanha.

É também interessante informar sobre a opinião que vários oficiais alemães que fizeram a guerra na França e na Rússia, têm transmitido aos oficiais das nossas Comissões de Remonta. Parece que todos eles assinalam a falta de cavalos que sentiram os próprios comandos alemães e os esforços, aliás vão, que dispenderam para procurar reconstituir grandes unidades de Cavalaria a Cavalo.

* *

E, por fim, tem certo sabor citar a reorganização da Cavalaria Brasileira que data de 1951 e que apesar de fortemente influenciada pela organização americana, conserva Divisões de Cavalaria a Cavalo para cooperar com as Div. Blindadas.

No seu Manual de Campanha — Emprêgo da Cavalaria (C. 2-15) — que acabo de folhear, já depois de ter escrito as páginas anteriores, fui encontrar simplesmente isto, que teve para mim o sabor de uma agradável sobre-mesa, em relação ao meu trabalho:

— 1ª nota extraída das págs. 4 e 5:

"

.....
as resistências se concentrarão nos eixos das vias férreas e das grandes rodovias, que constituirão as linhas de comunicações dos Exércitos.

Sobre esses eixos as batalhas serão travadas, tendo por objetivos primordiais os nós de comunicações, mas entre os agrupamentos de forças, se abrirão largos intervalos desocupados ou fracamente mantidos, favoráveis à manobra.

Ora o comando procurará manobrar pelo terreno livre, para desbordar o flanco descoberto do adversário, ora atuará no sentido de romper o dispositivo inimigo por um ataque frontal, seguido de uma ação enérgica e profunda.

Nestas manobras através regiões em que a ausência de boas vias de comunicações transversais torna difícil o movimento rápido das reservas de todas as Armas, a Cavalaria terá frequentemente um papel decisivo a desempenhar.

No caso da manobra de ala, a Cavalaria poderá ser empregada para desbordar ou envolver a posição inimiga.

Se o Comando se empenhar em uma batalha de ruptura, a Cavalaria, juntamente ou não com unidades motomecânicas ou blindadas da reserva, manter-se-á atrás da frente, pronta a irromper no interior do dispositivo do inimigo, assim que seja aberta a brecha.

.....
.....

Na ação retardadora e na perseguição, quem dispuser de reservas de Cavalaria (referem-se às Divisões de Cavalaria a Cavalo) colherá os melhores resultados.

No início das operações as grandes unidades de Cavalaria (divisões ou corpos) constituem um dos elementos importantes dos exércitos em primeira linha (1).

— 2ª nota, extraída do Cap. 4 do referido Manual, que se refere à repartição da Cavalaria nos Exércitos:

- a) As Div. de Cavalaria fazem parte das reservas do Comando, podendo ser atribuídas aos exércitos ou entrar na composição de um corpo de Cavalaria.
- b) *Composição do Corpo de Cavalaria (eventual):*
 - Q.-G.;
 - Duas a três Div. de Cavalaria;
 - podendo receber unidades blindadas, de infantaria motorizada, de artilharia (de campanha e antiaérea) e de serviços especiais.
- c) *Organização da Div. de Cavalaria:*
 - Q.-G.;
 - 3 Reg. de Cavalaria;
 - 1 Reg. de Reconhecimento mecanizado;
 - 1 Reg. de Cavalaria motorizado;
 - 3 G.A. a Cavalo (75);
 - 1 G.O. de 10.5;
 - 1 G. Art. A.A. auto-motor;
 - Etc...
- d) *Cavalaria Orgânica das G.U. de Batalha:*
 - da Div. de infantaria: 1 Esq. Rec. (tipo americano) mecanizado.
 - do C.E.: 1 Reg. de Reconhecimento mecanizado, compreendendo:
 - o Com. e E.-M.;
 - 1 Esq. de Comando e Serviços;
 - 3 Esq. de Reconhecimento;
 - 1 Comp. de Carros Ligeiros;
 - 1 Esq. de Canhões de assalto;
 - 1 Secção de Saúde.

As operações dos Regimentos de Reconhecimento de um C.E. são coordenadas com as dos elementos de reconhecimento das Divisões, Destruidores de Carros e outras unidades à disposição.

(1) Foi em termos semelhantes que Staline exprimiu a sua opinião sobre a Cavalaria, num brinde feito em uma festa do exército vermelho, em 1942, nas vésperas da invasão da Alemanha. Passados dois anos, ao galardoar feitos da Cavalaria durante a guerra ratificou a sua opinião.

E já agora, aí vai também a organização da Div. de Cavalaria Russa:

- Q.-G.;
- 3 Reg. a Cavalo compreendendo cada um:
 - Com. e E.-M.;
 - 4 E. Cav. (com 4 pel. a cav.; 1 pel. de 4 Met.; e 1 pel. A.C.);
 - 1 Btl. de 4 canhões de 75 sem recuo, a dorso;
 - 1 Comp. de Morteiros (a 3 pel. de 4 Mort. de 50).
- 1 E. Rec.;
- 1 Reg. de Carros Médios;
- 1 Reg. de Art. de 75;
- 1 Batr. A.A.;
- Serviços.

A Div. é freqüentemente reforçada com unidades de infantaria motorizada. Pode, assim, verificar-se a influência da organização da Cavalaria Russa no estudo da organização da Div. de Cavalaria Brasileira 1951.

* *

Se os prezados camaradas que tiverem a paciência de ler este trabalho, quizerem dar-se ao incômodo de recordar as idéias que expus em 1935 nas conferências que realizei, como preparação para as Manobras de Cavalaria desse ano e que foram publicadas pelo E.M.E. no volume "Conferências sobre tática e Serviços de Cavalaria", far-me-ão, pelo menos, a justiça de aceitar que a minha dedução era suficientemente lógica para que passados dezessete anos, se encontre justificadas pela organização da Cavalaria russa e brasileira.

Defendi, então, a tese de que no nosso país não me parecia possível a organização de Div. inteiramente blindadas; e a organização da Divisão Blindada, que se pretendeu criar, morreu à nascença.

Condenei a constituição da Brigada de Cavalaria a dois regimentos a cavalo, defendendo "à outrance" a necessidade de organizar uma Divisão Ligeira de Cavalaria a 3 Reg. de Cav., 1 G.E. de A.M. (seja um regimento de reconhecimento mecanizado) e um Reg. de Cavalaria transportado em viaturas T.T. a que hoje se chamaria 1 G.E. de Atiradores Blindados... E é esta a organização adotada para a Div. de Cavalaria Brasileira 1951 e para a Div. de Cavalaria Russa.

Defendi a necessidade de contar com o reforço da Div. Lig. de Cav. que preconizava, com carros... E os carros aparecem no Reg. Mecanizado da Div. de Cav. Brasileira e no Reg. de Carros Médios da Div. de Cav. Russa.

Tive de defender, em pleno Conselho Superior do Exército, perante os mestres da nossa Artilharia, Generais Couceiro de Albuquerque, Anacleto dos Santos, Coronel Costa Ferreira e Cel. Beja Neves, as minhas idéias sobre a organização da Artilharia da Brigada de Cavalaria, que então podiam muito justamente prestar-se a discussões.

Hoje recordo com saudades essa tarde de batalha em que me senti um pobre cavaleiro batido, em campo descoberto, por um fogo cerrado de uma potente artilharia, e em que tive de fazer das tripas coração para responder com a minha pobre contra-bateria.

Guardo como das mais vivas e consoladoras recordações da minha carreira militar, a cavalheiresca e generosa atitude dos meus argüentes ao findar a batalha, e oíço ainda, com comoção, o prêmio que me con-

cedeu o saudoso e fogoso mestre Costa Ferreira quando num impulso de generosidade me disse ao terminar: "Como eu gostava de o ter como artilheiro!..."

Mas tudo isto começam a ser recordações de velho...

Contudo, tive ainda a compensação do meu atrevimento ao ler agora a organização das modernas Div. de Cavalaria russa e brasileira, e verificar o moderno emprêgo da Artilharia A.A. no tiro terrestre, que então defendia, ao pretender que dessem à Div. Lig. de Cavalaria que preconizava, um G. Art. A.A. que poderia ser utilizado com muita vantagem na ação contra carros e até, no reforço da magra ação de conjunto da Artilharia.

3 — O problema da moderna Cavalaria Blindada

— La dualité qui en a résulté entre les deux armes mécaniques (Divisions Blindées e carros da Infantaria), fut préjudiciable à tout le monde et dans tous tes domaines.

(Cours d'Arme Blindée — SAUMUR — 1932)

"Contrairement à une opinion courante, il faut préciser que c'est dans l'exploitation que les chars allemands obtinrent ses succès et que celle-ci fut permise par la percée initialement réalisée dans notre dispositif. Cette opération fut effectuée par des unités spécialisées d'Infanterie et de Génie appuyées par l'Artillerie et surtout par l'Aviation.

Cette opinion là, est explicable d'ailleurs, car la phase de rupture a toujours été courte et les chars allemands sont apparus presque aussitôt derrière nos positions.

(Cours d'Arme Blindée — SAUMUR — 1950)

Quando em novembro de 1917 as três brigadas dos "Mark I" irromperam em Cambrai, transformou-se em realidade a inspiração de Leonardo de Vinci, que, no princípio do século XVI, escrevia ao duque de Milão:

— "Farei carros cobertos e seguros, e inatacáveis, os quais penetrarão nas linhas inimigas com a sua Artilharia e serão capazes de romper, mesmo, a mais numerosa tropa de homens de armas.

Atrás deles, a infantaria poderá avançar sem perigo e sem dificuldades".

Os carros modernos e a teoria do seu emprêgo, que foram, afinal, concebidos pela inspiração do artista Florentino, tiveram, contudo, de aguardar mais de 400 anos, que o materialismo industrial do século XX, traduzido no motor de explosão, lhes desse vida real.

Os carros, que na inspiração do enciclopédico Vinci, e nas circunstâncias que impuseram a sua materialização, correspondiam a uma concepção de potência e de proteção, foram, afinal, materializados sob o signo da motorização, que deriva de uma tendência totalmente diferente: a de velocidade e raio de ação.

Os carros que são o produto de uma germinação potente do motor de explosão no ventre fecundo da velocidade, nascem em plena crise da infantaria, para vencer a muralha impenetrável produzida pela associação da metralhadora, do entrancheamento, do arame e dos tiros de detenção.

Eu chego a crer que no paradoxo desta disparidade existe, já, o germe do equívoco que tantas vezes dominou a teoria de emprêgo dos mecanizados, e tão profunda projeção tem tido na crise da Cavalaria Blindada.

Vejamos o que nos dizem as lições da Guerra.

Está hoje provado, com o reconhecimento dos franceses e o autorizado depoimento do General Gutieriam, que nem a deficiência numérica — que na realidade não se verificou — nem a superioridade técnica dos carros alemães (traduzida no canhão de 75, em lugar do canhão dos 47 dos SOMUA e dos 37 dos Renault F.T. e dos Hotchiss, e no equipamento de T.S.F. dos P.Z.K.W.III alemães), nem a eficaz cooperação dos Stukas com as Div. Panzer, nem mesmo a deficiência dos franceses em meios anticarro, justifica o rápido colapso dos exércitos aliados na campanha da França.

É na defeituosa organização e, sobretudo, na errada doutrina de emprego das forças de Cavalaria e Blindados dos franceses, que se pode encontrar a explicação.

Em 1940, o número total de carros das 10 Div. couraçadas empregadas pelos alemães na 1ª Campanha da França nunca excedeu os 3.500; os franceses por seu lado dispunham de 3.250 (aos quais convém juntar os 600 carros ingleses) repartidos pelas suas 5 Div. Lig., 4 Div. Couraçadas e 25 Batalhões de apoio da infantaria.

Mas enquanto os alemães tinham formado com a quase totalidade dos seus carros uma poderosa massa blindada de 10 Div. Panzer, e não dispunham mesmo de outras unidades de carros (a não ser uma ou duas centenas como reservas de material e nas Escolas), os franceses tinham, como dissemos, mais de metade dos seus carros divididos pelas Div. de infantaria.

Esta é a primeira observação a focar.

Por outro lado, sob a obsessão da hipótese de que o plano Schlieffen seria ainda o da invasão, e do critério de emprego da Cavalaria na Exploração, as Div. Lig. Mecânicas, a maior parte das Div. Lig. de Caval. e também a 1ª Div. Couraçada, são lançadas "à priori" para a Bélgica, sem haver ao menos um eficiente plano de coordenação do seu emprego.

Das suas Div. Couraçadas só uma chegou a ser empregada como G.U.; as restantes foram esfrangalhadas em destacamentos para reforçar as Div. de Inf., aqui e ali.

De sorte que, quando as Forças de V. Rundstedt desembocaram das Ardenas, o comando francês já não dispunha dos seus grandes trunfos para lutar com as Panzer, porque tinha lançado no jôgo, prematura e dispersivamente, as suas Div. Lig. Mecânicas e as suas Divisões Couraçadas e tinha metade dos seus carros hipotecados à Infantaria.

Assim, os franceses perderam a primeira oportunidade logo no dia seguinte ao da invasão, quando o Gen. Guteterian, transposto o Mosa, lança a 1ª Div. Panzer de V. Kleist para Oeste, quando a 2ª e 10ª Div. que o flanqueavam ainda se achavam detidas, a 2ª Div. em Semoy e a 10ª Divisão no Mosa.

O contra-ataque das 3 Div. do General Freres, quando apoiado por uma massa suficiente de Div. Blindadas poderia ter tido um efeito tremendo. Mas esse contra-ataque, que chegou a ser decidido, teve de ser cancelado porque a Div. Couraçada do General De Gaulle, chamado à pressa, não chegou a poder contra-atacar por escassez de combustível.

Outra grande oportunidade perdida foi na tão citada situação crítica de Peronne, em que, de novo, as Div. Panzer, avançando vertiginosamente sob a atração magnética da costa atlântica, se vêem em riscos de ver as suas comunicações cortadas, enquanto aguardam a aproximação dos grossos de Infantaria.

Num e noutro caso, salvam-se com a sua audácia temerária, porque os escassos efetivos, o precário armamento e a dispersão das reservas

Blindadas francesas, não permitiu um contra-ataque capaz de estrangular as suas linhas de comunicação.

* *

Uma outra lição a extrair da Campanha da França é a do erro cometido na teoria francesa de articulação no emprego dos carros que cooperavam com as Div. de Infantaria.

Os carros de manobra de conjunto, podendo lançar-se rapidamente sobre os objetivos do ataque, tinham, aí, de esperar pelos agrupamentos mistos de carros de acompanhamento — infantaria. Resultava, então, para os primeiros, uma situação crítica de vulnerabilidade e uma forçada renúncia à rápida exploração em profundidade do sucesso provocado pela sua irrupção potente.

Além disso, os carros adaptados às P.U. de infantaria, em compartimentos estreitos, viam-se impedidos de escolher livremente os itinerários mais favoráveis, para evitarem os obstáculos, para o seu melhor desenfiamento e para abordar ou manobrar o inimigo. A infantaria impunha assim aos carros, implicitamente, a rigidez da sua Tática.

Por fim, a dualidade no emprego dos carros de manobra de conjunto e dos carros de acompanhamento, impossibilitava o emprego dos carros de que dispunha a Div. de Inf. reunidos, numa imediata e potente exploração do sucesso, ou num forte contra-ataque para parar a um insucesso, porque na zona de ataque da Divisão os primeiros estavam às ordens diretas do Comandante da Divisão e os segundos diretamente subordinados aos Comandantes dos B.I.

Estas observações faziam, naturalmente, chegar a estas conclusões:

- 1º. Os próprios carros atribuídos às unidades de infantaria deveriam dispor de frações próprias de atiradores mecanizados, que lhe evitassem a forçada paragem, à espera da infantaria;
- 2º. Todos os carros destinados à cooperação com a Div. de Inf. deverão constituir uma unidade diretamente dependente do Comandante da Div.

Estas conclusões que nem têm grande mérito, tão fácil é a sua dedução, parece, contudo, que ainda hoje não foram universalmente assimiladas. Haja em vista a organização e articulação das unidades de carros da Div. de Inf. Americana que não dispõem de atiradores blindados próprios, e que constituem um batalhão de carros divisório e companhias de carros dos regimentos de infantaria, descentralização orgânica que, além de tudo mais, apresenta graves inconvenientes quer sob o ponto de vista de economia de emprego, como de funcionamento dos serviços de manutenção em tempo de paz e em campanha, e dificuldades práticas de uma instrução uniforme de todos os carros.

Contudo, eu acho aquelas conclusões bem documentadas nos argumentos que passo a apresentar, começando por recordar que foi, por certo, tudo isso que levou os alemães a organizar todos os seus carros em Divisões Panzer, que dispunham das correspondentes unidades mecanizadas de apoio, e a não organizar unidades de carros organicamente atribuídos à infantaria.

Reparem os meus pacientes leitores:

- 1º. Extraído do moderno "curso da Arma Blindada" de Saumur:

A doutrina francesa de emprego dos carros, exclusivamente subordinados à infantaria, era "à priori" rígida e esquemática. Interdizia a iniciativa dos Comandos dos Carros e o desenvol-

vimento das possibilidades oferecidas pelo material.....

A dualidade que daí resultou, entre as armas mecânicas — unidades de carros de Cavalaria e carros de infantaria, foi prejudicial para toda a gente, em todos os domínios;

- 2º. Reparem na teoria dos russos, que embora durante a guerra procurassem conjugar a teoria francesa e a teoria alemã, encarando o emprego de G.U. Blindadas e o emprego de carros de apoio da infantaria, nunca admitiram a sua articulação orgânica dentro da Divisão;
- 3º. Reparem na actual organização da moderna Div. de infantaria francesa que no respeitante a tropas blindadas compreende:
 - 1 Reg. de carros ligeiros com 3 Esq. de Combate (cada um deles com 3 pelotões de Car. Ligeiros e do tipo dos pelotões de Reconhecimento, e 1 pel. de At. transportados em viaturas de meia lagarta) que representa o órgão de Rec. Divisionário;
 - 1 Reg. de carros médios, que designam por "Reg. de Caçadores de Carros", a 3 Esq. de Combate (cada um deles com 3 pel. de 4 carros e 1 sec. de proteção em viaturas de meia lagarta e com 1 pel. de At. em Jeeps).

Reparem na organização da moderna Div. Motorizada Russa que compreende:

- 1 Grupo de Reconhecimento;
- 1 Reg. de Carros com 2 B. de Car. Médios (cada um deles com 2 Comp. de Car. Médios a 10 carros e 1 Bat. de Automotores (S.U.) armados com canhões de 85 a 100 mm).

Reparem que a Div. de Inf. Russa, nem dispõe de unidades privativas de carros.

E, por fim, que a Div. de Inf. Britânica que compreende 1 Reg. Btl. Divisionário com 3 Esq. de combate (cada um deles com 2 pel. de Carros ligeiros a 4 carros e 3 Pel. de Atradores transportados em viaturas T.T. Kangoroux, além do Pel. de Rec. do Comando com 6 carros exploradores — Scouts — e 6 carros ligeiros) Regimento este que é essencialmente um Reg. de reconhecimento e exploração do sucesso.

4º. Oçam esta afirmação do Marechal Montgomery:

- O carro deve ser uma arma de utilização universal, capaz não só de operar com a infantaria na fase do ataque, mas também na exploração do sucesso e de servir para a perseguição com as pontas de lança das Div. Blindadas.
- 5º. E oçam, ainda, V. Manteuffel, o Maj. General das Forças Panzer Alemãs durante a 2ª Guerra Mundial, ao emitir recentemente a sua opinião sobre o futuro das tropas blindadas:
 - "Uma tentativa para modernamente empregar os carros principalmente como apoio da infantaria, será o primeiro passo no sentido do atolamento das unidades blindadas.

Uma tal medida, deveria ser considerada como uma indicação de que o esforço blindado teria já ultrapassado o seu apogeu".

O autorizado autor destas linhas acrescenta que os modernos meios de apoio da Div. de Infantaria dispensam o emprego de carros para a ruptura, e entende que o que é preciso, modernamente, é dar às Div. Blindadas o reforço

de uma infantaria mecanizada T.T. e absolutamente blindada, para lhes dar o apoio necessário na exploração do sucesso.

* *

É claro que já espero estas duas objeções:

1ª. E a organização da Div. de Inf. americana?

2ª. E porque se faz a distinção entre carros médios e pesados?

A primeira responderei com a proposta de alteração da articulação dos carros na Div. de Infantaria americana, que foi publicada recentemente e na qual, tendo em conta as experiências da Guerra da Coreia, o coronel Welborn G. Dolvin uma das autoridades em assuntos de Blindados na América e membro do Conselho Executivo da Associação dos Blindados dos E.U. pretende: que em lugar do batalhão de carros divisionário e das Companhias de carros regimentais se constitua um Regimento de Carros, a 3 batalhões de 3 Companhias, cada uma destas constituídas por um carro de Comando da Comp. e 3 pelotões de 4 carros.

O Reg. fica, assim, com menos 6 carros do que os atualmente incluídos no Bat. Divisionário e Companhias regimentais, que representarão reservas do Reg.

O meticoloso estudo do Coronel Dolvin, mostra as vantagens desta organização sob o aspecto do melhor emprego tático dos carros, da mais econômica e segura organização do serviço mecânico e da melhor viabilidade de instrução dos carros divisionários em tempo de paz, e corresponde quase em absoluto às opiniões que sempre transmiti aos camaradas que se dignaram trocar impressões comigo sobre estes assuntos.

Relativamente à 2ª objeção, responderei que creio estar universalmente aceite, hoje, a teoria Russa, segundo a qual os carros pesados, ou a sua modalidade especial dos canhões e obuses auto-motores, não representam carros da infantaria, mas carros destinados a apoiar as unidades de carros que atuem em apoio da infantaria ou das que fazem parte integrante das Divisões Blindadas.

4 — Conclusões finais

Neste, porventura, enfadonho estudo, procurei oferecer a minha modesta contribuição pessoal para o estudo da organização da moderna Cavalaria, que sintetizarei encarando os dois aspectos que interessam: o da Organização de Campanha e o da organização em tempo de paz.

Todo o meu estudo é baseado nas seguintes premissas que julgo indispensáveis pôr em foco.

A primeira estabelece que o estudo da organização do Exército de Campanha para a defesa de um país, não tem que ser necessariamente subordinada às exigências transitórias da constituição de um Corpo Expedicionário destinado a incorporar-se num determinado agrupamento de forças de uma Coligação.

O problema fundamental e delicado do estudo de uma organização militar de campanha é o da organização das Forças Armadas para a defesa do país (exceção feita, naturalmente, para os Estados imperialistas e com propósitos expansionistas). O da organização de um Corpo Expedicionário, por mais dificuldades que resultem da premência da sua constituição que as circunstâncias imponham e da falta de equipamento e preparação militar com que se lute — que podem, é certo, exigir um trabalho exaustivo e penoso e, até, impor a inversão na ordem de priori-

dade dos dois problemas — não deve deixar de ser considerada, senão, como um caso particular de adaptação, e de duração transitória.

A segunda premissa que se impôs ao meu espírito é a que resulta da dificuldade que um país com as características do nosso tem de, por um lado, organizar uma muito numerosa Cavalaria a Cavalo, e, por outro, de conseguir constituir e manter todos os órgãos de manobra e de segurança do Comando superior e das Grandes Unidades Táticas, quando se pretendesse mecanizá-los inteiramente. Mas parece inteiramente viável conseguir dispor desses órgãos quando se recorra, em partes sensivelmente iguais, à organização de unidades a Cavalo e de unidades mecanizadas e se preveja o fornecimento pela infantaria dos batalhões motorizados de atiradores todo o terreno necessários para reforço das unidades blindadas fornecidas pela Cavalaria.

* *

Com estas premissas poderei, sem grande risco, tirar estas conclusões:

A — Constituição do Exército de Campanha:

- a) Necessidade de organização de uma Cavalaria a Cavalo moderna, não só reduzida a alguns esqueléticos, e forçosamente inúteis, esquadrões de montanha, mas incluindo Brigadas Mistas (hipomecanizadas) capazes de apoiar as G.U. Blindadas que seja possível constituir, e de as substituir quando o terreno, o tempo, ou as faltas de recompletamento de material ou carburantes, restrinjam as possibilidades do seu emprego.

Essas Brigadas e as eventuais G.U. blindadas seriam, acima de tudo, os órgãos de manobra envolvente e de exploração do sucesso, e as reservas móveis, do Comando Superior.

- b) Os Exércitos, e os C.E. quando se constituam, devem dispor, como órgão de segurança afastada e reserva do Comando, de um Regimento mecanizado ligeiro, com a força e raio de ação adequados à antecedência com que as informações devam ser colhidas, à duração que devem revestir as suas missões retardadoras e à largura da zona de ação da Grande Unidade.

Para isso, esse Regimento não deverá contar com força inferior à de 3 Esq. de Reconhecimento, 3 Esq. de Carros (que podem ser constituídos por 3 pelotões a 4 carros e 1 pel. de Atiradores Blindados) e uma artilharia mecanizada, devendo contar-se como normal o seu reforço por um Batalhão de Infantaria transportado em viaturas de transporte blindadas T.T.

A organização binária além de constituir um corpo raquítico, fatalmente destinado ao fracasso perante as realidades da guerra, não permite uma articulação compatível com as necessidades de manobra.

- c) A Divisão deve dispor de um órgão de reconhecimento Divisório, mecanizado ou hipo-mecanizado (entendo que este último é suficiente) mas com a força indispensável para garantir a segurança à frente das G. Avs., evitando-lhes desenvolvimentos prematuros que se traduzem em demoras na progressão dos grossos e gastamento prematuro da capacidade ofensiva das G. Avançadas; e para fornecer os órgãos de segurança dos flancos, que dada a moderna celeridade dos movimentos das G. Unidades já não pode, a maior parte das vezes, ser garantida por Guardas de Flanco de infantaria.

É evidente que um Esquadrão de Reconhecimento a 3 pelotões de maneira nenhuma pode fazer face aquelas exigências.

A organizar-se um Grupo de Reconhecimento Divisionário inteiramente mecanizado, não poderá dispensar o mínimo de um Esquadrão a 4 pelotões de reconhecimento e deve contar com o apoio de pelo menos 1 Esquadrão de Carros e atiradores blindados a fornecer-lhe pela unidade de Carros Divisionária que se constitua.

- d) As unidades de Carros atribuídas à Div. de infantaria devem ser reunidas, todas elas, num Regimento Blindado Divisionário, incluindo nos seus esquadrões de combate, atiradores mecanizados em viaturas inteiramente T.T.
- e) A centralização orgânica das unidades de carros destinadas a apoio da infantaria deve ser tanto mais acentuada quanto maior for a dificuldade de se constituírem e manterem em número suficiente e isso pode conduzir à organização dessas unidades no escalão C.E. ou até Ex.

O que não me parece aceitável é que se constituam, por exemplo, 24 esquadrões de carros todos hipotecados à infantaria e o Comando superior não disponha de nenhuns para a organização dos seus próprios órgãos de manobra, quer eles devam ser Div. Blindadas ou Divisões Mistas com uma brigada a cavalo e outra mecanizada (como a moderna Div. de Cavalaria Brasileira).

- f) Todos os esquadrões de Cavalaria, quer a cavalo quer blindados, devem regressar à ordem quaternária, de que nunca deveriam ter saído, como se está, aliás, a verificar na evolução das organizações estrangeiras. Nos esquadrões de carros um dos pelotões deverá ser, então, de atiradores blindados.

B — Organização de tempo de paz :

Entendo que a organização dos atuais 8 Regimentos de Cavalaria em quatro ou, pelo menos, 3 regimentos a cavalo e quatro ou, pelo menos, 3 regimentos blindados, cada um deles dispondo de um esquadrão de reconhecimento, permitiria a mobilização das unidades de Campanha que as circunstâncias viessem a exigir, e garantiria um eficaz e viável funcionamento da instrução em tempo de paz.

Os regimentos a cavalo, quando necessário, poderiam transformar-se segundo as exigências de campanha em unidades de atiradores ou de exploradores mecanizados, sem qualquer dificuldade.



ENSINAMENTOS DA CAMPANHA DA CORÉIA

Ten.-Cel. MICHELET

Traduzido, data vênica, da "Revue Militaire d'Information" de 10 de março de 1953, pelo Ten.-Cel. FLORIANO MÖLLER

II

O DESENVOLVIMENTO DAS OPERAÇÕES

d) A intervenção chinesa

Foi a 16 de outubro que os elementos do 4º Exército chinês de campanha começaram a atravessar o Yalu. A partir dessa data, as forças das Nações Unidas começam a registrar uma série de revezes locais que, nem por isso são menos aterradores, contribuindo para criar um clima de inquietude crescente diante de qualquer coisa de descomunal que todo o mundo sente se aproximar, mas que ninguém ousa manifestar. A 31 de outubro, os boletins de informações revelam a existência, na fronteira da Mandchúria, de 316.000 chineses organizados em 44 divisões, as quais estão articuladas em 12 Exércitos. (2)

Mas é somente a 9 de novembro que Mac Arthur, em sua mensagem às Nações Unidas, denuncia a presença, em seu *front*, de tropas chinesas organizadas, estimadas em 60.000 homens, e que não é mais possível considerá-los como voluntários vindos individualmente em socorro dos norte-coreanos. Uma resistência inimiga obstinada se define sobre uma linha balisada pelas localidades de Chongju, Tae-

chon, Unsan e Huichon. (Ver figura 1).

A ofensiva de Mac Arthur, de 24 de novembro de 1950, se contrapõe, quase imediatamente, a uma contra-ofensiva conduzida por quatro Exércitos chineses identificados como sendo os 38º, 39º, 40º e 41º Exércitos; um destes está engajado, à Leste, contra o X C. Ex., e os três outros à Oeste, contra o 8º Exército.

Mas, à retaguarda destes quatro Exércitos de primeira linha, outros Exércitos chineses se escalonam em profundidade no território coreano e acompanham a progressão. Se a isso se somar os Exércitos concentrados na Mandchúria e em condições de intervirem com um retardo de uma ou duas semanas, chega-se facilmente ao milhão de homens anunciados por Mac Arthur. Estas cifras não são de nenhum modo fantasistas. Nunca se pôde desmentir essa avaliação em bases tão positivas quanto aquelas com que foram calculadas.

Os serviços de reconhecimento e informações de Tokio conheciam perfeitamente a ordem de batalha dos Exércitos comunistas chineses na China e na Mandchúria, e bem assim a localização de diversos

N.R. — Continuação do número 470, de "A Defesa Nacional" de setembro de 1953.

(2) Os chineses denominam "Exército" o que nós chamamos "C. Ex.". Isto é, o conjunto de diversas divisões; os norte-coreanos empregam o termo "C. Ex." e ainda os chineses denominam "Exército de Campanha" o equivalente a um Grupo de Exércitos ocidental. (N.A.).

Grupos de Exército e de Exércitos de Campanha.

A partir da declaração de Chou-En-Lai, esses órgãos acompanharam os deslocamentos dessas tropas, em particular do 4º Exército de Campanha, para a Mandchúria. As identificações ulteriores de Exércitos e de Divisões permitiram confirmar, se bem que já muito tarde, o valor e o acerto deste trabalho de 2ª Secção.

e) Mac Arthur joga e perde

O General Mac Arthur estava, então, perfeitamente fundamentado ao declarar: "É uma guerra inteiramente nova que começa". Os dados do problema estavam totalmente alterados. Era preciso re-examinar, em particular, a conduta das Nações Unidas. Podia-se, *a priori*, aceitar a ideia de uma guerra total com a China? Evidentemente não! Podia-se esperar resistir na Coreia do Norte a um milhão de chineses, sobre uma frente imensa, com tropas extenuadas, dizimadas pelo frio, com linhas de comunicações extensas? Evidentemente não!

É razoável, nestas condições, reprovar a Mac Arthur a retirada geral sobre o paralelo 38º, uma vez seu X C. Ex. cercado, suas melhores divisões do Oeste severamente acoçadas, a 2ª D.I. tendo perdido, em Kunuri, 4.100 homens e uma boa parte de sua artilharia? Em nossa opinião, poder-se-ia muito mais logicamente lhe reprovar ter ficado à espera do desencadeamento da ofensiva geral chinesa e de não ter tomado a iniciativa da retirada para uma posição defensiva bem escolhida antes de se chegar a tão desagradável situação.

Uma tal atitude, lógica do ponto de vista militar, poderia ser justificada no plano político. As tropas das Nações Unidas haviam liberado a Coreia do Sul, expurgando o agressor norte-coreano. Elas não pretendiam ameaçar a China, mantendo a ocupação da Coreia do Norte, mas somente se colocaram em condições de proteger eficazmente a Coreia do Sul contra um novo ataque.

Se Mac Arthur tivesse adotado esta solução em tempo útil, teria podido se encontrar, a 15 de dezembro de 1950, na situação excelente que será a das Nações Unidas em junho de 1951, ao ser estancada a 2ª ofensiva de primavera.

1) Os efetivos em presença

O General Mac Arthur tendo, ao contrário, aceito deliberadamente o combate na Coreia do Norte, quais podem ser as causas de seu revés? Examinemos antes de tudo a proporção das forças. Os chineses engajaram em primeira linha quatro Exércitos. Cada um deles compreendia 3 divisões de 10.000 homens, mais 5.000 homens de "Unidades de Exército", ou sejam 35.000 homens por Exército, num total de 140.000 homens.

Do lado aliado havia sete divisões americanas, quatro à Oeste, três à Leste, a brigada inglesa, a brigada turca, e cerca de quatro divisões sul-coreanas, ou sejam um total equivalente a doze divisões, isto é, o mesmo número de divisões que os chineses. Se bem que uma divisão americana, com efetivo completo, compreenda 18.000 a 19.000 homens, sua infantaria não é mais numerosa que a de uma divisão chinesa. Ela é apenas melhor apoiada porque o efetivo excedente é constituído pela artilharia, os carros, a Engenharia e os Serviços divisionários que nessa época, não tinham equivalentes na divisão chinesa.

Mas, é preciso recordar que a Infantaria divisionária das D.I. das Nações Unidas estava francamente desfalcada no momento do ataque. Por outro lado, os elementos de apoio de que ela se beneficiava, por diversas razões, não tinham podido atingir sua plena eficácia.

A infantaria chinesa, ao contrário, estava com efetivo completo e absolutamente descansada. Por outro lado, os chineses tendo a iniciativa, puderam concentrar suas forças como bem entenderam. Contrariamente ao que se possa afirmar, os mesmos são dispostos para

terem, onde quer que ataquem, a superioridade numérica local. Os chineses tinham, de qualquer modo, no conjunto do T.O., uma superioridade numérica de pelo menos três contra um, superioridade que conservaram constantemente desde então.

Em nenhum caso, as tropas das Nações Unidas foram constrangidas a retirar por uma infantaria "inferior em número".

g) *Como os chineses venceram*

Nas muito raras ocasiões em que as forças das Nações Unidas puderam aplicar a sua potência de fogo, os chineses sofreram perdas consideráveis e seus prisioneiros se nos apresentaram totalmente surpreendidos, desmoralizados, literalmente aturridos por esta potência de fogo de um Exército moderno, com o qual faziam conhecimento pela primeira vez.

Mas os chineses atacavam quase sempre de noite, com uma técnica experimentada que lhes permitiu subtrair-se aos efeitos da potência de fogo. Era, até bem pouco, impossível aos carros atirarem sobre os mesmos com eficácia. A artilharia não dispunha senão de quantidades insuficientes de munição. As posições aliadas eram, em geral, muito sumariamente organizadas, sem minas, sem cercas de arame, sem dispositivos iluminativos.

Os chineses puderam, quase sempre, efetuar o envolvimento desses centros de resistência e, por meio de ardis muito eficazes sobre uma tropa mal aguerrida, levar os defensores a consumir todas suas munições até o momento em que o verdadeiro assalto era lançado.

Por outro lado, as tropas das Nações Unidas não tiveram nunca a possibilidade de ocupar a totalidade do terreno com uma densidade defensiva real. As mesmas tiveram que se contentar em se instalar em baixa altura, na proximidade imediata dos vales. Mas como o inimigo progredia rapidamente ao longo das cristas mais elevadas, as forças aliadas viram-se constantemente desbordadas, suas linhas de comu-

nicções cortadas cada noite, em todos os desfiladeiros, pelas obstruções de estrada ("Road-blocks").

Constrangidos a se retirar, as tropas das NN.UU. tinham que concentrar todos os seus meios na ruptura das obstruções, operação extremamente difícil e custosa. Mas, na noite seguinte, a barreira era restabelecida por um novo ataque chinês, desembocando das alturas do terreno e isto antes que a totalidade da coluna tivesse podido escapar-se. Forçoso era, então, abandonar, cada vez, uma boa parte do material pesado.

h) *Alguns erros de visão*

É nessa ocasião que as conclusões mais temerárias foram anunciadas: os americanos, dizia-se, tinham perdido sua mobilidade porque tinham viaturas em demasia; a potência de fogo não tinha mais nenhum valor contra as marés humanas; não somente o bazooka (lança-rojão) não tinha podido deter os carros (o que era exato), mas as metralhadoras e as barragens de artilharia eram impotentes para quebrarem o ímpeto dos ataques banzai. Incriminou-se mesmo, injustamente, a combatividade do infante do Exército americano, reservando todos os encômios aos "Marines" (fuzileiros navais), como se estes pertencessem a uma espécie absolutamente diferente daqueles.

Afirmou-se, também, que se tratava de uma guerra 100 % de infantaria, em que a decisão seria alcançada pelo valor individual do combatente no corpo a corpo ou à baioneta.

Tudo isso é absurdo e a sequência dos acontecimentos bem o demonstrou. A verdade é que, nessa época, nunca a potência de fogo foi empregada a fundo, com a intensidade e a duração necessárias. Esta será uma das tarefas essenciais do General Ridgway, a de reconduzir a potência de fogo a seu lugar de honra até o dia em que a mesma esmagará irremissivelmente a segunda ofensiva de primavera. De qualquer modo, parece que todas as conclusões tiradas dos

seis primeiros meses de operações ficaram completamente invalidadas.

i) *Primeiro restabelecimento da situação*

O fim do mês de dezembro encontra as tropas das Nações Unidas um tanto enfraquecidas, mas instaladas à altura do paralelo 38°. As posições, bastante favoráveis em certos pontos, têm, no conjunto da frente, um valor defensivo muito relativo. Um esforço real é feito para ocupar esta linha de u'a maneira tão objetiva quanto possível; mas, estamos ainda muito longe da frente contínua, porque as três divisões americanas severamente castigadas no bolsão de Hungnam, ainda não retomaram seu lugar na frente atual.

Os dois terços da frente Leste, mantidos pelos sul-coreanos, eram, a este respeito, um grande ponto de interrogação que se apresentava. A 2ª D.I. americana mal refeita de suas provações, é mandada para Chungju, a fim de apoiar os "Rocks", que defendem o paralelo ao Norte de Chunchon.

O contacto com o inimigo foi totalmente perdido, salvo no que concerne a guerrilhas que infestam toda a Coréia do Sul.

O Corpo de Batalha chinês mostrou-se incapaz de perseguir as divisões americanas mesmo batidas e desorganizadas; o mesmo está em vias de se desenvolver em linha um pouco ao Sul de Pyong-Yang. Corpos de Exército norte-coreanos reorganizados fizeram sua aparição. Todo mundo faz a mesma pergunta: "Os chineses transporão o paralelo? Apostas são fechadas. Mas se se interroga os americanos, mesmo nos escalões mais elevados, a linha de ação que manteriam, em semelhante eventualidade, parece imprecisa em seu espírito: é o mínimo que se pode dizer. Na realidade, parece que as Nações Unidas e seu Comandante em Chefe ainda não definiram claramente a sua posição nesse assunto.

Mas, a 1 de janeiro de 1951, nenhuma dúvida é mais possível. O inimigo retoma o contacto e ataca em toda frente. O mesmo ultra-

passa e envolve quatro divisões sul-coreanas que defendem Chunchon e estabelece uma barreira à retaguarda destas, para lhes cortar a retirada. Seul cai a 3 de janeiro. A7, os norte-coreanos atacam Wonju. A cidade é evacuada pouco depois. Todos os olhares, para não dizer, todas as esperanças se dirigem para Pusan, e já se começa a falar abertamente em abandonar a Coréia à sua triste sorte.

j) *A contra-ofensiva em marcha*

É agora que se produz o acontecimento de maior repercussão em toda a guerra: o General Ridgway assumiu o Comando do 8º Exército, em lugar do General Walker, morto num acidente de automóvel e empreende imediatamente uma ação decisiva de comandante. O General Mac Arthur coloca deliberadamente sob suas ordens o X.C. Ex., cujos primeiros elementos começam a chegar em linha, e que até aqui haviam sempre feito fortificações. Ridgway se valerá dele também para estender suas linhas para Leste, em substituição aos sul-coreanos, de novo derrotados.

Além disso, o General Ridgway definiu claramente sua política: não é questão de derrotar o Exército chinês em rasa campanha por uma manobra brilhante como se pôde fazer com o Exército norte-coreano no início da guerra. Mas não se trata mais de reembargar em Pusan. Ao contrário, as forças das Nações Unidas se manterão na Coréia, a despeito de tudo e contra tudo. As mesmas estabelecer-se-ão em linhas sólidas e contínuas. Ao mesmo tempo, lançarão patrulhas agressivas em quaisquer situações, a fim de manterem o contacto com o inimigo; estabelecerão sólidas bases de partida para essas patrulhas e, desde que seja possível, se apossarão de posições mais favoráveis à defesa.

Simultaneamente, o General Ridgway lança uma eficiente campanha para o emprego máximo do único verdadeiro trunfo de que dispõem as Nações Unidas: a potência de fogo. Na ofensiva, como

na defensiva, o objetivo real é sacar o máximo, a fim de infligir ao inimigo o máximo de perdas.

O que lhes interessa não é conquistar ou conservar alguns hectares de terra, mas sim, o de fazer o maior mal possível ao inimigo. A partir deste momento, de alto a baixo, na escala hierárquica, cada chefe virá, a todo instante, repreender seus subordinados por não

Pari-passu, a chegada do General Ridgway marca o início de um esforço constante, tendo em vista estabelecer uma frente contínua. Esta foi alcançada sem demora, graças à entrada em linha do X C. Ex., e bem assim à mobilização geral que o Cmt. em Chefe obtem do Governo sul-coreano, e que permitirá organizar completamente dez divisões "Roks"; e, bem assim,



Fig. 2 — Um morteiro em ação na Coréia

atirarem suficientemente. Em réplica, a todos os escalões de infantaria, artilharia e carros, fornecer-se-á dotações de consumo cada vez mais impressionante, como se se tratasse de bater um record. Mas, no mesmo tempo que recomenda o tiro à outrance, o Comandante se preocupa em estabelecer um sistema eficiente de remuniciamento. Pouco a pouco, as tropas retomam sua confiança na potência de fogo e os chineses registram perdas cada vez mais severas até o dia em que sua segunda ofensiva de primavera é esmagada sob um furacão de ferro e fogo.

graças à eliminação total da guerrilha em sua retaguarda.

O General Ridgway não conserva senão três C. Ex. sul-coreanos: os da costa Oriental. Os outros são dissolvidos e suas divisões destruídas entre os três C. Ex. americanos — o I, o IX e X. As divisões sul-coreanas beneficiar-se-ão também do apoio dos elementos do C. Ex., em particular da artilharia, o que virá aliviar, em certa medida, sua fraca dotação divisionária (um grupo 105 por divisão). Além disso, será também mais fácil e mais rápido deter localmente qualquer penetração efetuada pelo inimigo no setor de uma divisão Rok.

Finalmente, o General Ridgway vai voltar todas suas atenções para o aperfeiçoamento da técnica defensiva, especialmente à noite: escolha de posições, organização do terreno, posições de bateria, abrigos, minas, redes de arame, dispositivos iluminativos, fogaças, projetores, observação e alerta, desencadeamento de fogos, articulação de reservas, planos de contra-ataque, etc... Instruções precisas são elaboradas sobre todos esses pontos, com todos os detalhes técnicos claramente definidos e o material correspondente é posto à disposição dos interessados a tempo e a hora.

k) Os primeiros sucessos

As diretivas, transmitidas a todos os escalões por um Comandante enérgico, executadas com coração pelas tropas, não tardam em produzir resultados animadores; nos dias 13 e 14 de fevereiro de 1951, os chineses, tendo lançado uma nova ofensiva à base de massa humana, sofrem em Chipyong-Ni e Wonju seu primeiro grave reves de toda a guerra, o qual lhes custa a perda de 10.000 homens. Este reves ficará de tal modo gravado em suas mentes e de uma maneira tão cruciante que seu comandante designará para objetivo da segunda ofensiva de primavera a destruição da 2ª D.I. americana "para vingar os mortos de Chipyong-Ni".

Primeira vitória da potência de fogo contra a massa, esse magnífico sucesso foi alcançado à custa de golpes certos de morteiros e de aviação, mas também e sobretudo a golpes de artilharia e mesmo de carros. Os chineses se retiraram para o Norte, em todas as linhas. A contra-ofensiva aliada tem início a 22 de fevereiro. As operações "Killer" e "Rugged" levam as tropas das Nações Unidas, a 22 de abril, sobre as bordas do Reservatório de Hwachon.

É agora que os sino-coreanos desencadeiam a sua famosa fase tão longamente aguardada e ainda denominada primeira ofensiva de primavera. Os I e IX C. Ex. refluem sob o impacto, mas assim

mesmo infligem perdas terríveis ao inimigo. Pouco terreno é reconquistado, após o fracasso desse ataque.

l) O massacre de maio

O dispositivo inimigo se desloca gradualmente para Leste e os sinais do ataque iminente se revelam pouco a pouco. Na frente do X C. Ex., nada menos que quatro Exércitos chineses (137.000 homens) e um C. Ex. norte-coreano (38.000 homens) lançam, a 16 de maio, a famosa segunda ofensiva de primavera. Durante seis dias e seis noites é feito o esmagamento total das massas inimigas pela artilharia divisionária, artilharia pesada, morteiros, aviação de assalto e os B-26 que lançam, todas as noites, centenas de toneladas de bombas, enquanto que os carros, dispostos em ordem de batalha, em todos os vales, ceifam as vagas de assalto inimigas com os tiros de suas metralhadoras. Calculam-se as perdas inimigas em 65.000 mortos. É a maior vitória de toda a guerra, justamente conhecida sob o nome de *Massacre de Maio*.

É fácil concluir que todos os reveses das Nações Unidas na Coreia foram devidos ao emprego insuficiente da potência de fogo, pelas razões mais variadas: inferioridade numérica, posições desfavoráveis, dispositivo demasiadamente estirado em largura e profundidade, descontinuidade do front, insuficiência de dotação e de suprimento de munições.

No dia em que as tropas das Nações Unidas redescobriram a potência de fogo e foram dados os meios de a aplicar de uma maneira maciça, o inimigo deparou com insucessos cada vez mais graves, sofrendo perdas cada vez mais severas. A profundidade atingida pelas suas ações ofensivas vai diminuindo até o dia em que a última e a mais formidável dentre elas, — a segunda ofensiva de primavera foi estancada, após ter andado 8 km penosamente, sob um dilúvio de aço de intensidade ainda desconhecida.

As condições ideais de aplicação da potência de fogo provaram ser: uma boa posição defensiva solidamente organizada, ou uma boa base de partida para a ofensiva; uma frente tão contínua quanto possível; uma densidade suficiente de tropas para assegurar o mobiliamento completo do terreno e, enfim, um suprimento em munições funcionando sem falhas, perfeitamente sincronizado com as necessidades das tropas.

É curioso constatar, exceção feita do espetacular desembarque de Inchon, cujo caráter excepcional salientamos, que as vitórias mais

brilhantes e mais decisivas das Nações Unidas — Chipyong-Ni, Wonju e o "Massacre de Maio", foram vitórias inteiramente devidas à potência de fogo.

* *

No próximo número:

A SEGUNDA FASE: DURANTE E APÓS KAESONG

- a) O inimigo na defensiva;
- b) A potência de fogo do inimigo;
- c) As ofensivas "limitadas";
- d) O inimigo atual.



O TREINAMENTO FÍSICO NO EXÉRCITO

CRÍTICA CONSTRUTIVA E NECESSIDADE DE NOVOS RUMOS

Ten.-Cel. JAYR JORDÃO RAMOS



Está em discussão a questão doutrinária da educação física no Exército.

Em face da nossa experiência, em relação ao treinamento físico militar e das novas orientações impressas pelos Exércitos mais eficientes, agora que se cogita de reeditar o Manual C-21-20 e organizar outros tantos ligados às atividades físicas, torna-se necessário meditar sobre o programa de trabalho que nos convém, a fim de estabelecermos normas seguras e objetivas para o preparo físico dos nossos soldados.

Para estudo de tão importante questão, visto ser o treinamento físico a base da preparação militar, dentro das nossas possibilidades e experiências, faremos inicialmente uma rápida crítica construtiva sobre as prescrições vigentes e sua aplicação na tropa, para poder, assim, com mais autoridade e conhecimento de causa, propor soluções práticas e adequadas para, no curto prazo do serviço militar de um ano, obtermos combatentes bastante adestrados, perfeitamente adaptados aos esforços físicos intensos, harmoniosamente desenvolvidos, cheios de confiança em si e capazes de um alto rendimento nas ações de combate.

A nossa atual doutrina, oriunda da chamada escola francesa de Joinville-le-Pont, teve a sua época e produziu os seus frutos. Mas, achamos que, dentro das atuais orientações do adestramento militar e das duras servidões impostas pela

guerra moderna, a sua organização tornou-se arcaica, formal e académica e os resultados obtidos com a sua prática um tanto insuficientes.

Nas sessões de ginástica comum, por exemplo, os exercícios de atenção são monótonos e sem nenhum valor educativo; os exercícios construídos chamados flexionamentos educativos, na sua grande maioria, são de efeitos pouco positivos e convincentes; os pequenos jogos, salvo algumas exceções, são destituídos de atração e pouco apropriados para adultos e as aplicações constituídas por exercícios naturais, indispensáveis na formação do soldado, precisam sofrer um trabalho de seleção, a fim de serem aproveitados apenas as de comprovado valor desportivo e utilitário. Além disso, os resultados obtidos por meio da ginástica comum deixam um pouco a desejar sob o ponto de vista de aquisição da flexibilidade e do desenvolvimento muscular, comprovando, tal fato, entre outros, o elevado número de indivíduos incapacitados na prova de trepar, por ocasião da realização do exame físico para ingresso na Academia Militar das Agulhas Negras e na Escola de Educação Física do Exército.

A própria França reconheceu as deficiências doutrinárias e de aplicação do sistema, estabelecendo uma nova regulamentação consubstanciada no "Memento de l'Entraînement Physique Militaire", onde, na parte da ginástica, as influências das escolas Sueca e de Hebert se fizeram sentir de maneira preponderante.

Quando à sessão de ginástica acrobática, modalidade de trabalho indispensável no adestramento físico do soldado, devido à sua eficácia sobre o caráter, achamos que o seu quadro pedagógico, planejado de maneira análoga à sessão de ginástica comum é, por demais, clássico, complicado e de evolução demorada. Assim, para obtermos melhores resultados, somos de opinião que devemos realizá-la como um complemento da ginástica básica, estabelecendo-se para ela um esquema mais objetivo e convenientemente dosado em intensidade e dificuldade.

Os jogos militares também necessitam um ajustamento. É preferível eliminar do sistema a maior parte dos existentes, a fim de permitir que o soldado concentre o seu interesse e atenção sobre um pequeno número deles, especialmente escolhidos pela sua recreação que proporcionam e as qualidades que desenvolvem.

Os desportos individuais e coletivos, apesar do ambiente de campeonatos e competições que existe no Exército, ainda não são suficientemente explorados como meio educacional de grande valor na formação militar. É preciso ter sempre em mente as palavras do Gen. Mac Arthur, gravadas no pórtico da Academia Militar de West Point. "São nos campos de lutas amigáveis que são lançadas as sementes que, em outros campos e outras épocas, produzirão os frutos da vitória". Mas, para isso, é preciso que os desportos sejam praticados pela massa de soldados, como iniciação desportiva ou tarefa do Serviço Especial, constituindo a especialização atlético-desportiva uma questão secundária. Realmente, é mais útil que, numa Unidade, todos os homens pratiquem desportos que, apenas, alguns campeões o façam otimamente, pois uma das finalidades de tal maneira de agir é fazer que todos aprendam algo e se crie uma consciência desportiva durante o curto tempo de serviço, possibilitando, assim, ao soldado, a sua prática, após o licenciamento, concorrendo esse estímulo para melhor apresentação

das nossas reservas, quando mobilizadas.

Das modalidades de trabalho, resta-nos agora uma ligeira apreciação sobre as aplicações militares. As diferentes sessões — preparação do combatente, atacar e defender-se, aplicações militares e o próprio percurso em pista de obstáculo, necessitam modificar o caráter académico da maneira que são organizadas e ministradas e, o que é mais importante, devem sair do quadro dos trabalhos da educação física propriamente dita e passarem a constituir ensinamentos técnicos das diferentes armas. Embora sem idéia preconcebida, alguns manuais de combate recentemente aparecidos, implicitamente, consubstanciam essa orientação.

Finalmente, quanto à verificação do trabalho físico, assentado nos exames médico e físico, achamos que, sendo a questão da instrução um problema de tempo, torna-se necessário eliminar do sistema tudo que não for de aplicação imediata e não colocarmos apenas elementos elucidativos da marcha do treinamento. Assim, na ficha biométrica em vigor, deverá ser eliminada a parte biotipo-etnológica que necessita para a sua realização bastante tempo, pessoal numeroso habilitado para a tomada das medidas e apresenta pouco valor prático em suas finalidades.

Do exposto, como ponto de partida do presente trabalho construtivo, diante da nossa experiência e das novas tendências em todos os setores das atividades militares, devemos decidir se convém conservar, em suas linhas gerais, a nossa atual doutrina de educação física ou adotar integralmente os programas de treinamento físico do Exército dos Estados Unidos.

Dentro das nossas possibilidades e experiências, achamos ser preferível estabelecermos um sistema de trabalho eclético, entrosado nas diferentes atividades militares e perfeitamente de acordo com a nossa gente, recursos e necessidades.

O Manual C-21-20 será então organizado sob novas bases. As suas prescrições bastante simples deverão ser do conhecimento de todos

os oficiais e sargentos não especializados; por conseguinte, o seu estudo pormenorizado deverá ser feito nas respectivas escolas de formação. Na tropa, se quisermos obter um alto rendimento no adestramento físico dos nossos soldados, devemos dar aos comandantes de subunidades, da mesma maneira que nos demais ramos de instrução, o papel diretor e preponderante. Outras serão as funções do Oficial de Educação Física e do Serviço Especial.

Procurando agir sobre a massa dos soldados, o treinamento físico geral, constante do novo Manual, esquematicamente comportará três espécies de atividades: básicas, complementares e suplementares.

As atividades básicas terão por fim o desenvolvimento das qualidades do homem, tendo em vista colocá-lo em "condição" ou mantê-lo nessa situação. Compreenderão duas modalidades de trabalho — a ginástica básica e a ginástica com arma, cujos exercícios de tipo calistênico serão capazes de agir benéficamente no desenvolvimento de todas as qualidades e, em particular, sobre a flexibilidade e a força muscular.

As atividades complementares serão constituídas de exercícios funcionais especialmente escolhidos para exercerem uma ação intensa sobre o organismo do praticante, visando particularmente dar energia e agilidade e contribuir para a formação do caráter. Para facilidade de coordenação do trabalho físico, dividimos estas atividades em dois grupos, colocando, no primeiro, a ginástica de aplicação e a ginástica acrobática e, no segundo, a corrida rústica, os jogos militares, os desportos coletivos, atacar e defender-se e o percurso em pista de obstáculos.

As atividades suplementares, como indica o seu nome, constituem formas de trabalho auxiliar, realizadas conforme as possibilidades e necessidades. Nelas estão incluídos o treinamento aquático, o curso de força e a ginástica de conservação da idade madura. A primeira visa preparar o soldado para as operações aquáticas; o segundo aper-

feiçoar a força do soldado complementando o treinamento físico geral ou desenvolvendo bastante o seu sistema muscular, a fim de permiti-lo realizar, nas melhores condições, certas funções específicas, tais a de para-quedista ou de polícia militar; enfim, a terceira constitui uma seriação de trabalho ginástico bem estudado, como um meio de manutenção das condições físicas nos indivíduos de idade madura.

Estudas de u'a maneira geral as atividades fundamentais propostas para constituírem um programa bastante flexível da educação física na tropa, passaremos a examinar, sem grandes pormenores, as principais características das suas diferentes modalidades de trabalho.

Ginástica Básica — Constituindo a modalidade básica do treinamento, as sessões de ginástica básica, em número de duas, análogas às constantes do F.M.-21-20 do Exército dos Estados Unidos, comportarão, cada uma delas, doze exercícios, capazes de exercerem uma ação intensa sobre todos os músculos fundamentais do corpo. Em princípio, previstas para serem praticadas diariamente, apresentam inúmeras vantagens, entre outras, não necessitar de material, poder ser realizada em qualquer local, permitir a sua realização por grandes agrupamentos, não ter necessidade de organização de turmas homogêneas, ser facilmente adaptada aos indivíduos de valores fisiológicos diferentes e permitir uma graduação em intensidade. A título de experiência, está sendo praticada, como trabalho ginástico derivativo, na Escola de Educação Física de Antibes, atual centro de formação de especialistas de educação física do Exército Francês.

Ginástica com Arma — Esta modalidade de trabalho, retirada do F.M.-21-20 de Exército dos Estados Unidos, apresenta as mesmas vantagens e efeitos análogos aos da ginástica básica. Devido ao peso da arma, exercerá uma ação bastante intensa sobre o sistema muscular e a sua prática concorrerá para variar o trabalho físico. Três

sessões típicas serão organizadas para sua execução.

Ginástica de Aplicação — Sob o título de ginástica de aplicação, em cinco sessões curtas e padronizadas, durante 15 minutos, serão reunidas sete aplicações convenientemente selecionadas em nossa ginástica comum, em outros sistemas ginásticos e nas atividades atlético-desportivos. Estas sessões terão um caráter utilitário e desportivo, visando fazer o soldado realizar, com o máximo rendimento e o mínimo de esforço e fadiga, certos movimentos necessários no combate e na vida em campanha, dando-lhe, concomitantemente, o treinamento físico e os conhecimentos técnicos necessários para que possa se iniciar no atletismo em geral. Assim, por exemplo, a marcha rastejante, o transporte de um companheiro montado nas costas, o salto em altura com impulso e o arremesso do peso, serão elementos desse aperfeiçoamento. Além disso, em cada sessão, será ministrado, pelo menos, um jogo de curta duração.

A ginástica comum do atual C-21-20 e o moderno sistema francês de educação física desportiva generalizada fornecerão os principais elementos dessa modalidade de trabalho.

Ginástica Acrobática — Ministrada sob a forma de sessões curtas e freqüentes, a ginástica acrobática terá um lugar importante na nova sistematização. Além da agilidade e energia, os seus exercícios agirão fortemente sobre a personalidade do soldado, desenvolvendo-lhe, em grau acentuado, o sangue frio, a confiança em si, a audácia e a coragem. Cinco sessões típicas serão organizadas para sua execução, sendo todos os exercícios executados, em princípio, no chão ou sobre aparelhos vivos.

Corrida Rústica — Devido ao seu valor utilitário e às qualidades que desenvolve, a corrida rústica constitui, sem dúvida, um dos processos mais aconselhados no treinamento físico dos soldados. Em princípio, é preciso realizá-la diariamente, sob qualquer forma, mesmo fora do quadro destas sessões especiais.

Mas, para bem conduzi-la, torna-se necessário dosar convenientemente o esforço, começando com pequenos percursos ou tempo curto de trabalho, para chegar a atingir grandes distâncias ou longo tempo de execução. No início do treinamento, é conveniente combiná-la com a marcha; por exemplo, para cada 400 metros fazer 50 metros marchando.

Percurso na Pista de Obstáculo — Como variante do treinamento anterior, o percurso das pistas de obstáculos constitui um adestramento excelente. Além de desenvolver as qualidades físicas dos praticantes, desenvolve no mesmo as suas qualidades morais e aumenta o seu valor individual, capacitando-o para melhor cumprir as suas missões no combate. Entretanto, diga-se de passagem que as pistas devem ser bastante variadas, construídas nas proximidades do Quartel e aproveitando-se, quando for possível, os obstáculos naturais existentes.

Desportos Coletivos — Serão praticados o futebol, o basquetebol e o voleibol, permitindo, sempre que possível, que todos os homens joguem. As sessões serão curtas, cabendo ao Oficial de Educação Física e Serviço Especial organizar outras sessões sob sua forma normal, como atividades especializadas ou do Serviço Especial, sem prejuízo das horas destinadas ao treinamento físico propriamente dito.

Jogos Militares — Quando não for possível a prática dos desportos coletivos, por falta de local suficiente, serão ministradas sessões de jogos militares. Além disso, serão previstos jogos especiais com características diferentes dos desportos coletivos, como o cabo de guerra ou reunião de pequenos jogos. A duração de uma sessão é variável de 10 a 20 minutos. Entretanto, no início do treinamento, complementando as sessões de ginástica básica, poderão ser ministrados isoladamente pequenos jogos.

Ataque e Defesa — Os exercícios de ataque e defesa, previstos para serem ministrados em sessões de 15 a 20 minutos, constituem verdadei-

ros exercícios preparatórios para o treinamento utilitário mais pormenorizado, a ser feito em sessões ligadas às aplicações militares. Por isso mesmo deverão desenvolver, ao máximo, certas qualidades físicas e morais, como a confiança em si, espírito de decisão, força, agilidade, ardilidade e predisposição para a luta, tão necessários no combate moderno. Cinco sessões típicas serão realizadas, sendo os seus elementos oriundos do boxe, da luta livre e do judo. Algumas lutas realizadas por equipes também farão parte deste adestramento.

Treinamento Aquático — O treinamento aquático previsto para ser ministrado fora das horas normais de educação física, à razão de duas ou 3 sessões semanais de 20 e 30 minutos de duração, constitui uma preparação para adestramentos mais pormenorizados tratados nas aplicações militares, onde será completada a preparação física e psíquica dos nossos soldados, capacitando-os para enfrentarem, com denodo e eficiência, as surpresas e agruras da luta no mar.

Curso de Força — Após o homem ter adquirido certa flexibilidade e adaptado o seu organismo ao trabalho físico, a fim de cooperar no seu desenvolvimento muscular, poderá ser prevista a sua participação no "Curso de Força". Obrigatório em certas Unidades, onde a força muscular deve ser bastante desenvolvida e facultativo nas demais, consiste este curso na realização de uma série de exercícios especialmente escolhidos e variados, capazes de resultados intensos e em curto espaço de tempo. Para isso, deverão ser estabelecidas 7 ou 8 posições, onde o soldado, em cada uma, durante uns 2 minutos, realiza, com energia e precisão, o exercício estabelecido.

A título de informação, elucidamos que os exercícios são do tipo boa postura, balanceamento do peso, ação sobre os músculos abdominais, ação sobre os músculos do braço e levantamento de pesos. Estes exercícios serão repetidos, perfazendo uma sessão, por conse-

guinte, 30 minutos aproximadamente.

Ginástica de Conservação — Duas ou três sessões da ginástica de conservação serão organizadas, a fim de possibilitar ao indivíduo de idade madura, quando for o caso, realizar uma série de exercícios capazes de manter a sua flexibilidade e o seu vigor nas melhores condições.

Com as diferentes modalidades de trabalho das atividades básicas e complementares, será organizada a sessão de trabalho diário. Em princípio, ela compreenderá quatro partes:

1ª. **Aquecimento** — Constando de exercícios de intensidade moderada, de efeitos higiênicos e preparação articular, muscular, nervosa e funcional. Normalmente, o simples deslocamento, correndo para o local de trabalho, será suficiente.

2ª. **Exercícios de Flexibilidade e Desenvolvimento Muscular** — Constituída de exercícios construídos, de efeitos morfológicos, tendo em vista desenvolver, principalmente, a flexibilidade geral e a força. Tais exercícios do tipo calistênico, terão um objetivo de obrigação e submissão.

3ª. **Exercícios de Agilidade e Energia** — Constituída de exercícios bastante variados, de caráter natural, atlético e acrobático, capazes de agirem benéficamente sobre o rendimento do trabalho e o caráter.

4ª. **Exercícios Utilitários e Desportivos** — Processos utilitários e recreativos, capazes de exercerem uma ação útil sobre a resistência e permitirem uma sã recreação.

Diga-se, de passagem, que a sessão diária ou cada uma das suas partes competentes, quando o trabalho for isolado, deverá sempre terminar com uma volta à calma, cujas características serão idênticas às atuais.

Assim, dentro do quadro pedagógico exposto, a título de exemplo, após um ou dois meses de instrução, vejamos o plano de algumas sessões diárias.

Sessão n. 1

Ginástica Básica.....	15 m
Ginástica de Aplicação.....	15 m
Jogo Militar — Bola militar.....	20 m

Sessão n. 2

Ginástica com Arma.....	15 m
Ginástica Acrobática.....	20 m
Corrida Rústica.....	15 m

Sessão n. 3

Ginástica Básica.....	15 m
Ginástica Acrobática.....	15 m
Ataque e Defesa.....	20 m

Naturalmente este esquema presta-se a muitas variações. A duração das sessões parciais não será sempre a mesma. Assim, a ginástica básica, durante o Período de Adaptação, ocupará quase totalmente o tempo disponível de 50 minutos, pois além de constituir um treinamento inicial, haverá necessidade de memorização dos exercícios por parte dos instruídos.

Do mesmo modo, a fim de se aproveitar inteligentemente o tempo destinado à instrução e evitar treinamentos excessivos e desnecessários, será permitido a substituição de certas sessões por outras de trabalho equivalente, apesar de não pertencerem ao quadro metódico da educação física. Assim, dentro desta ordem de idéias, na infantaria, uma instrução ativa de combate poderá muitas vezes ocupar o lugar da ginástica de aplicação; na cavalaria, o volteio poderá substituir a ginástica acrobática; em qualquer arma, a corrida do campo de instrução até o Quartel poderá ser programada ao invés da corrida rústica. Quanto ao critério das sessões preferenciais, deve-se ter em conta a arma ou especialidade dos praticantes. Por exemplo, nas Unidades Rodoviárias, os desportos coletivos são bastante indicados, pois servirão como um derivativo dos trabalhos musculares intensos, impostas pelas tarefas que lhes são próprias.

Cuidadosamente estudada e de maneira objetiva, cuidará o futuro

C-21-20, também, da parte da verificação do treinamento, a fim de colocar os instrutores e os próprios homens a par de seus progressos e retrocessos é permitir, através dos registros dos resultados obtidos nas fichas que deverão ser estabelecidas, para cada homem, uma apreciação de sua saúde, de sua eficiência física e de suas possibilidades mecânicas. Assim, além do registro gráfico do peso, constará a futura ficha de dados numerosos sobre os índices alcançados nas provas de eficiência física e de valor mecânico.

As pesagens mensais constituirão uma excelente verificação da alimentação e do trabalho físico, sendo, por conseguinte, um meio precioso de informações sobre o estado geral dos homens. No exame de eficiência física, será determinado o estado de certos órgãos e funções e no exame de valor mecânico, numa realização mais dinâmica, as possibilidades atlético-desportivas dos soldados. Os homens, assim como as Subunidades, serão classificados em diferentes categorias, de acordo com os pontos obtidos em tabelas especiais organizadas dentro do critério estatístico, agindo-se, assim, de maneira semelhante ao que se faz presentemente nos Exércitos dos Estados Unidos e França.

Como já tivemos oportunidade de dizer, o Manual C-21-20 será um verdadeiro guia dos oficiais e sargentos sem conhecimentos espe-

cializados de educação física; por conseguinte, deverá conter todos os elementos indispensáveis aos mesmos para cumprimento de seu papel de treinadores no quadro da subunidade, cabendo ao pessoal especializado, com o curso da Escola de Educação Física do Exército, as funções ligadas ao treinamento especializado e ao Serviço Especial.

Surge, por conseguinte, a necessidade da elaboração de uma série de manuais técnicos complementares, onde serão encontrados os pormenores do treinamento atlético-desportivo especializado. Os Desportos Terrestres Coletivos, o Atletismo, a Ginástica e o Halterofilismo, os Desportos de Combate, os Desportos Aquáticos e a Esgrima são assuntos que, sem dúvida, exigirão a elaboração de manuais especiais.

Dentro da mesma ordem de idéias, a medicina especializada vai exigir os seus manuais técnicos, cabendo, por conseguinte, entre outros, elaborar os relativos ao "Papel do Médico de Educação Física", o do "Massagista do Exército" (com a parte da massagem desportiva) e o de "Recondicionamento Físico".

Como indica o seu nome, o Manual de "Papel do Médico de Educação Física" estabelecerá as normas e processos empregados pelo médico na sua intensa colaboração com o instrutor de educação física, em particular, na verificação do treinamento atlético-desportivo. O teste de Donnaggio, a prova tensio-estigmométrica do exercício, a prova de Burges e outros elementos do controle serão convenientemente elucidados.

Além do Manual do Massagista do Exército, outros poderão ser previstos pelo Departamento Médico da Escola de Educação Física do Exército, cumprindo, no entanto, chamar atenção sobre o "Manual de Recondicionamento Físico" existente no Exército dos Estados Unidos e indispensável nos demais, pois é preciso prever, desde os tempos de paz, como orientar os trabalhos de recuperação cinesioterápica dos feridos e doentes mentais de guerra.

Como já dissemos acima, tendo em vista aproveitar ao máximo o tempo disponível e obter o máximo rendimento na instrução, os assuntos de aplicações militares serão ministrados como os demais ramos de instrução, independentes do currículo do treinamento físico geral. Constituirão assuntos totais e parciais de manuais de campanha, cujos preliminares foram previstos em algumas modalidades de trabalho do futuro C-21-20.

Esses manuais serão o de "Atacar e Defender-se do Militar Desarmado", a "Instrução Individual para as Operações Aquáticas", o de "Baioneta" (onde será tratado o combate à baioneta e com armas improvisadas) e o de "Granadas" (onde serão descritos os pormenores especializados do lançamento de granadas).

O Manual de Atacar e Defender-se do Militar Desarmado terá por fim adestrar todos os militares, desarmados, com armas improvisadas ou de pequeno porte a dominar, atacar e defender-se de um adversário de maneira rápida, violenta e decisiva, qualquer que seja a sua força ou possibilidade. Terá um caráter eminentemente militar, nada, tendo de comum com as atuais sessões de atacar e defender-se, onde predominam os golpes de briga de rua. A maneira de estrangular uma sentinela, de conduzir um prisioneiro e muitos outros golpes e ardis serão cuidadosamente estudados.

O Manual de Instrução Individual para Operações Aquáticas terá por fim fornecer aos soldados os elementos necessários para que possam enfrentar, com eficiência, as surpresas da luta no mar, constando de ensinamentos e normas fundamentais para o adestramento aquático de toda a tropa embarcada. Além dos conhecimentos básicos de natação sob o ponto de vista militar, cujos preliminares serão abordados no "Treinamento Aquático", tratará o manual em aprêdo do material de salvamento, abandono de navio e utilização de botes salva-vidas, permanência no oceano, proteção contra animais marinhos, primeiros socorros, tra-

vessia de cursos d'água e conduta nas embarcações de desembarque.

O Combate à Baioneta e o Emprego de Armas Improvisadas serão assuntos do Manual de Baioneta. Anotar, no entanto, que somos partidários da adoção da doutrina americana, devido ao seu caráter eminentemente ofensivo e os resultados do seu emprego no último conflito mundial.

O Lançamento de Granadas será regulado pelo Manual de Granadas.

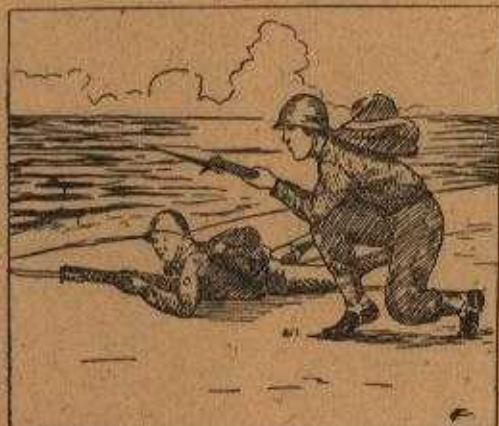
Entretanto, somos partidários de um estudo cuidadoso sobre os diferentes processos do lançamento, a fim de decidir, tendo em vista o nosso homem, quais os que mais nos convêm. Devemos continuar a lançar como prescreve a doutrina francesa? Será preferível adotar o processo americano, semelhante ao lançamento da bola de "baseball", já previsto no Manual de Granadas? Ou será melhor aproveitar a nossa maneira de atirar pedras para adaptá-la às necessidades dos lançamentos?

E não ficam nos enumerados os manuais ligados ao treinamento físico, pois outros necessitam ser organizados, a fim de atenderem a

casos especiais. Assim, entre outros, aconselhamos a organização dos manuais técnicos: "O Treinamento Físico nos Estabelecimentos de Ensino Militar, Tiros de Guerra e Estabelecimentos Fabris", "Bases Científicas da Educação Física" e "Organização Material da Educação Física". As suas prescrições, além de orientarem convenientemente sobre os assuntos tratados, servirão como fonte de consulta indispensáveis nos currículos da Escola de Educação Física do Exército.

Finalizando este artigo, diremos que, para nós, constituirá motivo de orgulho e satisfação, se pudermos, com as despretençiosas linhas acima, iniciar um movimento renovador da educação física militar.

As idéias lançadas não são definitivas. Constituem, apenas, um subsídio para o grande trabalho a realizar, onde todos os camaradas, especializados ou não, poderão trazer o seu contingente de cooperação, assegurando à Escola de Educação Física do Exército, assim, os elementos indispensáveis para o cumprimento de uma das suas finalidades — estabelecer a doutrina da educação física para o treinamento dos nossos soldados.



Seleção de alvos para a Artilharia Antiaérea

Comandante M.R. CATHY
"Antiaircraft Journal"

Tradução, data vênica, do Major LUIZ FELIPPE
da SILVA WIEDMANN



M dos problemas que se apresenta, durante a campanha, ao Comandante de um Grupo de Artilharia Antiaérea é o da seleção dos alvos, uma vez que tendo de agir, geralmente, sobre um grande número deles, a sua seleção correta chega a apresentar certas dificuldades. A Circular norte-americana n. 18 (de 27 de dezembro de 1950), relativa a esta espécie de instrução, recomenda o seguinte:

1º. A cada Unidade de fogo deverá ser designado um setor normal e um setor eventual de tiro.

2º. Apresentando-se somente um avião no setor normal, o Comandante da dita Unidade o atacará enquanto for possível.

3º. Aparecendo mais de um alvo no setor primário, o Comandante atacará o maior número possível de alvos da maneira mais eficaz.

4º. Não aparecendo nenhum alvo no setor normal, atacar-se-á o maior número possível de alvos que se apresentem no setor eventual.

5º. Os alvos que se aproximam são mais proveitosos do que os aviões que se afastam.

6º. Cada alvo deverá ser atacado, por uma Unidade de fogo, pelo menos até o momento em que ele termine o seu bombardeio.

A mesma Circular estabelece também que: "O Comandante da defesa antiaérea deverá editar regras para a seleção de alvos situa-

dos dentro dos setores normal e eventual..." Isto é precisamente o que vamos procurar esclarecer nas linhas que se seguem, tendo em vista obter a solução do problema.

Primeiramente, toda Bateria antiaérea disporá de uma equipagem de radar SCR-584, que, uma vez destinado a acompanhar um alvo, permanecerá cego a qualquer outra ameaça que possa surgir na zona que tenha de vigiar. Isto exige a instalação de uma mesa traçadora em cada posto de comando da Bateria, para traçar a rota de outros aviões hostis ou não identificados, situados dentro do alcance da defesa, segundo as ordens recebidas. Mediante a consulta do registro das rotas e aplicando-se as regras adequadas para selecionar os objetivos, o Comandante da Bateria poderá determinar o momento mais apropriado para cessar com o traçado da rota do avião que esteja combatendo e começar a bater um novo objetivo mais proveitoso.

APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Consideremos uma defesa simples, constituída por quatro Baterias antiaéreas, tal como nos mostra a figura 1, em que estão marcados os setores primários designados para cada Bateria. Para a Bateria A, por exemplo, o setor eventual estará constituído pelos setores primários das outras três Baterias. Além disso, considerou-se, para evitar confusões, que as interseções dos setores pri-

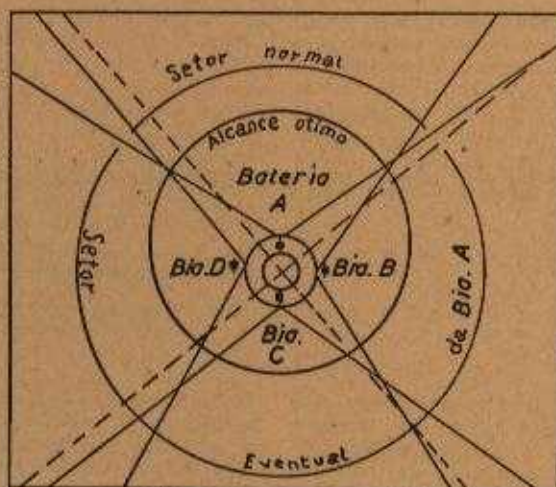


FIGURA. I

mários das diferentes Baterias tenham lugar a partir do alcance ótimo das mesmas.

Esta organização em setores procura, por si mesma, uma coordenação básica na distribuição do fogo das Baterias. Se somente existir um objetivo adequado no setor normal, a escolha do Comandante da Bateria será simples. Mas se os objetivos presentes são dois ou mais, será então necessário dispor-se de um critério seletivo para determinar a prioridade da ação combativa.

Se a prioridade for baseada no alcance, teremos, então, que introduzir o conceito de alcance ótimo, que é definido como aquele em que a decisão adotada, para atacar um objetivo, permita batê-lo dentro do alcance máximo da Bateria. Este alcance ótimo pode ser calculado da seguinte maneira:

1º. Determina-se a velocidade e altitude de voo atacante (suponhamos uma velocidade de 640 km/h e uma altitude de 9.000 m).

2º. Calcula-se a rota do alvo durante o tempo que transcorre entre a decisão do Comandante da Bateria para batê-lo e o momento

em que o radar informa "sobre o alvo". Este estabelece-se experimentalmente para cada Bateria. Suponhamos também, que seja de 20 segundos. Em consequência, a distância coberta pelo alvo, neste tempo, é de 3.560 m.

3º. Calcula-se o trajeto do alvo durante o tempo decorrido desde que o radar informa "sobre o alvo" até quando a Bateria faça fogo. Este intervalo, que inclui os tempos empregados no transporte, graduação e carga do projétil, está também determinado pela experiência em cada Bateria. Suponhamos, agora, que é de 30 segundos; a distância percorrida durante os mesmos é de 5.340 m.

4º. Calcula-se o percurso do alvo durante o tempo de duração da trajetória do projétil à posição futura do alvo, situado no alcance máximo da Bateria. Neste caso, podemos considerar que o tempo é de 30,11 segundos, durante o qual o avião percorre 5.350 m.

5º. Determina-se o alcance máximo horizontal das peças, correspondente a uma altitude de 9.000 m e a uma graduação de espoleta de 30 segundos, que, neste caso, suporemos que é de 6.552 m.

A soma total dos valores determinados nas operações 2, 3, 4 e 5 nos dá o alcance ótimo, que no caso que se trata é de 20.812 m.

O alcance ótimo determinado desta maneira poderá ser confirmado pela experiência. Se, ao fazê-lo, observarmos que a Bateria não se encontra pronta para abrir fogo, quando o alvo se encontrar no alcance máximo do canhão, isto quer dizer que a linha de alcance ótimo está muito próxima. Ao contrário, se a Bateria encontrar-se pronta para abrir fogo antes que o alvo se ache dentro do alcance determinado pela graduação da espoleta, o alcance determinado como ótimo será muito grande.

Referindo-nos à figura 1, um objetivo sobre a linha de alcance ótimo ou muito próximo da mesma resulta muito melhor que outro que se encontre mais distante, a mais ou a menos, da citada linha.

Agora, visto que existe um alcance ótimo, também haverá uma linha de alcance longínqua, a partir da qual não seja de interesse imediato combater um alvo, e uma linha de alcance curto, a partir da qual, somente é possível combater o alvo.

A diferença entre o alcance ótimo e o longo é a distância que pode percorrer um avião que se aproxima diretamente, durante o tempo em que a Bateria perde em captar e atacar, eficazmente, outro objetivo. Este tempo também poderá ser determinado pela experiência. No entanto, poderá ser calculado nuns 100 segundos, em cujo caso a linha de alcance longo encontra-se afastada 17.800 m, do alcance ótimo, o que quer dizer, a 38.612 m, da Bateria.

O alcance curto é calculado da seguinte forma:

1º. Calcula-se o trajeto do alvo durante o tempo decorrido para a sua captação. Utilizando-se os mesmos dados, supostos anteriormente para calcular o alcance ótimo, obtem-se o mesmo valor de 3.560 m.

2º. Calcula-se o trajeto do alvo durante o tempo empregado para graduar o projétil e carregá-lo, que poderemos supor igual ao do alcance ótimo, isto é, de 5.340 m.

3º. Calcula-se o percurso do avião durante a duração da trajetória do projétil, definida pelos argumentos: 9.000 m de altitude e elevação máxima da peça. Para um valor de 75° — 1.300 milésimos aproximadamente —, a duração de trajeto é de 22,94 segundos e a distância coberta durante os mesmos é de 4.073 m.

4º. Determina-se o alcance mínimo horizontal para um ângulo de elevação de 75° e uma altitude de 9.000 m, que, segundo as tabelas de tiro correspondentes, é de 3.402 m.

5º. O alcance curto será constituído pela soma das distâncias encontradas nas operações 1, 2, 3 e 4. No caso em que tratamos, este alcance curto é de 16.375 m. Devemos observar, no entanto, que se decidirmos iniciar o traçado da rota desde o alcance curto, o tempo disponível deverá permitir atacar o alvo com uma salva.

A prioridade, definida pelos alcances longo, ótimo e curto, deverá ser registrada mediante as linhas ou arcos correspondentes sobre qualquer dispositivo, traçador ou localizador dos objetivos, com o fim de poder selecioná-los. Entre estes dispositivos encontram-se as mesas traçadoras, osciloscópios PPI de radar e as mesas registradoras da central antiaérea.

Estas últimas mesas traçadoras raramente designarão alvos específicos para uma determinada Bateria, se bem, que em alguns casos, pudesse ser necessário.

No mais, uma vez tomadas todas as medidas adequadas para a seleção dos alvos, tornar-se-á possível formular as regras específicas para a dita seleção.

Regras para a seleção dos alvos:

1º. Combater os alvos que se encontrem na rota de aproximação, de preferência os que se encontrem na rota transversal ou de afastamento.

2º. Atacar tantos alvos quantos seja possível. Atirar sem tréguas com os canhões.

3º. Com prioridade, combater os alvos mais próximos da linha de alcance ótimo e dentro do setor primário ou normal.

4º. Não existindo nenhum alvo nas condições anteriores, combater os alvos situados fora do setor normal e os mais próximos da linha de alcance ótimo; sempre que possível disparar, pelo menos, uma salva em tal espécie de alvos, antes que chegue algum alvo na linha mencionada de alcance ótimo.

5º. Fora do setor normal, dar preferência aos alvos mais próximos do referido setor.

6º. A prioridade se estenderá do alvo situado dentro do setor normal e o mais próximo da linha de alcance longo.

7º. Os alvos situados fora do setor normal deixarão de ser atacados quando aparecer outro que exija maior prioridade.

8º. Os alvos que se encontram na rota de aproximação para a linha de alcance máximo ou que estejam dentro do referido alcance, serão os de menores ordens de prioridade

EXEMPLO

Na figura 2 apresenta-se uma situação tal como seria representada na mesa registradora de uma Bateria.

Após considerarem-se as regras para a seleção dos alvos, poderia ser observado que os numerados por 2, 3 e 4 não são julgados como adequados para serem atacados em tal momento.

O alvo 1 é o de maior prioridade, uma vez que fica dentro do setor normal e muito perto da linha de alcance ótimo.

Se não existisse o alvo 1, consideraria-se, provavelmente, o 6 como o de maior prioridade, pois permitiria um curto período de ataque antes que o alvo 7 atinja a linha de alcance ótimo dentro do setor normal. Neste momento, deixar-se-á de combater o alvo 6, dando-se ordem de prioridade ao alvo 7.

Ao alvo 6 será dada muito mais preferência que ao 5, ainda que ambos se encontrem fora do setor primário e do alcance ótimo; as razões desta preferência são as seguintes: em primeiro lugar, o

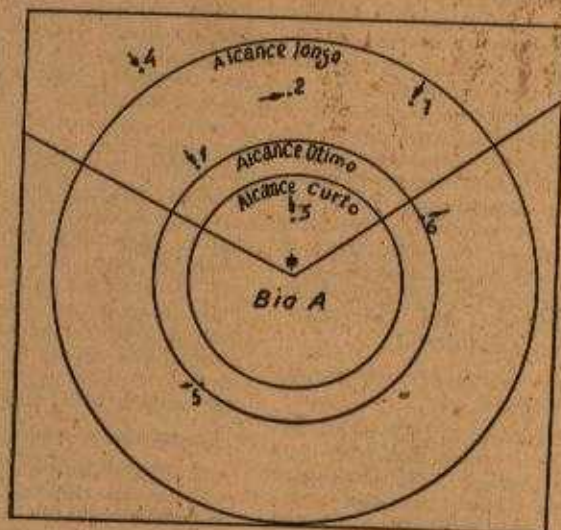


FIGURA 2

alvo 6 encontrar-se mais próximo do setor primário e, em segundo lugar, o alvo 6 encontrar-se numa rota de aproximação, enquanto que o 5 está numa rota transversal.

Finalmente, insistimos em recomendar o estudo e execução prática desta espécie de exercícios, que consideramos como uma instrução excelente para todo oficial de Bateria Antiaérea.



O G.A.C.M. COMO ARTILHARIA DE CAMPANHA

Cap. MARCEL PADILLA, Instrutor da E.A.O.

1 — INTRODUÇÃO



emprego dos G.A.C.M. em missões de tiro terrestre é doutrina indiscutível, uma vez que, como missão secundária, essas unidades poderão ser utili-

zadas como artilharia de campanha, no escalão Corpo de Exército principalmente.

A conduta do tiro em tais missões tem sido motivo de discussões e estudo por quem se interessa em resolvê-la. Assim é que na Escola de Artilharia de Costa, de onde fui instrutor, se doutrina a sua solução como sendo igual à da artilharia de campanha, o que vem sendo NPA desde que ouço falar neste problema. Então, se o G.A.C.M. executa tiro terrestre, tudo muda: os comandos de tiro, o material usado na sua solução técnica e até o pessoal passa a ter outra designação funcional. Em consequência, a instrução dessas unidades se torna mais complicada; há necessidade de formar o artilheiro de costa e o artilheiro de campanha.

De quando em vez um companheiro que está servindo nessas unidades solicita da E.A.O. colaboração material para instrução de tiro terrestre, tal como: transferidor de locação, boletim de tiro, etc.

No número 464 desta revista foi divulgada uma solução dentro da doutrina preconizada na E.A.O., pela qual se abandona toda a aparelhagem da câmara de tiro e se passa a usar a central de tiro dos grupos de artilharia de campanha e seus processos peculiares para cumprir missões desta natureza. Para formar o feixe ficou aconse-

lhado o emprego do goniômetro bússola, material não orgânico desses grupos e cuja utilização acarreta dificuldades numa operação tão simples, não só porque as lunetas dos canhões são graduadas em graus e centésimos do grau, como também devido ao sentido de graduação dos dois instrumentos.

O presente artigo se destina a apresentar uma outra solução para a conduta do tiro terrestre dos G.A.C.M. em que se não abandona a aparelhagem da câmara de tiro e a conduta do tiro é, tanto quanto possível, a mesma preconizada para o tiro naval.

2 — MISSÕES DE TIRO

Caberá a esses grupos bater objetivos típicos de Artilharia de Corpo de Exército, tais como: baterias inimigas, zonas de reunião à retaguarda, instalações de suprimento, pontos críticos das vias de transporte, etc.

Esses objetivos poderão ser localizados pela A.C.Ex., pelo Exército ou pelo observador aéreo orgânico do grupo. Em qualquer caso se trata de atirar sobre objetivos cujas coordenadas são conhecidas.

No tiro terrestre deve-se, portanto, fazer regulações sobre o PV e os AA, a fim de obter as correções experimentais do tiro necessárias à realização das concentrações sobre aqueles objetivos. O desencadeamento dos tiros terrestres desses grupos se caracteriza pela massa de tiros executados com justeza, precisão e por surpresa.

Em resumo: há regulações de tiro e execução de tiros sobre objetivos designados por suas coordenadas.

3 — OBSERVAÇÃO DO TIRO

Cabendo ao grupo bater o inimigo em profundidade, não poderá ser eficiente a observação terrestre de seus tiros, tal a dificuldade de se conseguir um observatório tão dominante que lhe permita cumprir a missão. Só posso admitir a observação aérea como único meio capaz de conduzir o tiro com eficiência e de fazer a busca de objetivos.

Como também para o tiro naval o sistema de observação atualmente em uso é precário, exigindo também o emprêgo da observação aérea, já se depreende que a solução do avião orgânico virá atender à dupla missão.

Em alcance, o observador transmitirá o sentido dos tiros e, em direção, os desvios em metros.

4 — LOCAÇÃO DOS OBJETIVOS

Como vimos, o objetivo é designado por suas coordenadas; portanto, deverá ser fixada na prancheta de tiro a carta que abranja a área de objetivos da A.C.Ex ou o papel quadriculado, se não houver carta, de acordo com a orientação dada à prancheta de tiro.

Colocada a carta na sua posição correta, é suficiente que, com o esquadro de locação, seja locado o objetivo para se obterem os elementos topográficos do tiro, isto é, o azimute e a distância do PD para o objetivo locado.

O problema, pois, consiste em preparar inicialmente a prancheta de tiro para a posição ocupada pela Bia. É o que veremos a seguir.

5 — PRANCHETA DE TIRO

A turma topográfica do grupo deve fornecer as coordenadas dos PD, PV, AA e pontos das fotografias que abranjam a área de objetivos, necessários à restituição de objetivos pela linha radial.

Na prancheta de tiro tudo se passa como se fôsse um levantamento monostático sem relocação, em que o azimute médio é o da direção de vigilância.

Para se ajustar a carta ou o papel quadriculado sobre a prancheta

de tiro, basta que se loquem dois pontos da carta — dois cantos de quadricula, por exemplo — por intermédio do braço secundário e utilizando o azimute e a distância, calculados, do PD para esses pontos. A seguir, procede-se à coincidência dos cantos de quadricula da carta com os pontos locados na prancheta. Pode-se fazer uma verificação, considerando-se um terceiro canto de quadricula.

Evidentemente, a prancheta e a carta deverão estar na mesma escala para que a orientação seja correta. Daí a necessidade de se possuir um braço secundário que permita usar as cartas militares de escalas 1/20.000 e 1/25.000, as mais comumente empregadas no tiro de artilharia de campanha.

A guarnição da prancheta se reduzirá ao P2, que loca os objetivos e lê as distâncias; e ao P6, que lê os azimutes para os objetivos. Os P3, P4 e P5 poderão ser empregados em outras funções.

6 — TOTALIZADOR DAS CORREÇÕES DO ALCANCE

A correção secundária é determinada, para todos os objetivos, do mesmo modo que para o tiro naval.

A única particularidade se prende ao sítio. Para que se torne prática a sua determinação, o P7 terá um auxiliar — o P5, por exemplo — que calcula a diferença de altitude entre o objetivo e o PD; esta diferença (mais ou menos tantos metros) será utilizada pelo P7 no seu gráfico, ficando a correção devida ao sítio introduzida na correção secundária dada ao P8.

7 — CORRETOR DO ALCANCE

O procedimento do P8 é semelhante ao do tiro naval.

Quando uma das Bias, regular sobre o PV e os AA, a ajustagem da TGT da artilharia de campanha é aqui feita no corretor do alcance. O resultado da regulação é depurado das correções secundárias aplicadas ao tiro e associado à correção de regimagem da Bia., quando fôr o caso. Faz-se um risco no

índice de leitura do corretor do alcance correspondente à ajustagem total. As alças passarão a ser lidas sob esse índice traçado.

8 — CORRETOR DE DIREÇÃO

O procedimento dos serventes é o mesmo do tiro naval quando se utiliza o caso III de pontaria, não se levando em consideração, é claro, a predição.

A correção de regulamenção é utilizada como correção constante dentro da zona de validade do PV e AA, correção esta que deve ser dada pelo P12.

9 — GRÁFICO DA ADAPTAÇÃO EM ALCANCE

O procedimento do P11 é idêntico ao preconizado para o tiro naval.

A regulação termina quando se obtiverem, pelo menos, 8 tiros enquadantes com a mesma alça. A alça de regulação será a da última série, alterada da clássica correção C — L

2n

x garfo.

Após o desencadeamento de uma concentração, o observador aéreo poderá pedir a introdução de correções no alcance e o seu procedimento e o do P11 serão iguais aos previstos para a regulação.

10 — GRÁFICO DE ADAPTAÇÃO EM DIREÇÃO

O procedimento do P12 é idêntico ao do tiro naval.

Os desvios em direção, em metros, enviados pelo observador aéreo, serão transformados em milésimos para o PD, o que poderá ser feito pelo P3 manejando uma régua de cálculo (a régua de predição, por exemplo). Tudo se passa como se fosse uma observação em direção feita a binóculo.

A última correção de adaptação, determinada nas regulações, é a que deverá ser considerada nos transportes como correção constante a introduzir no corretor de direção.

Para corrigir o tiro após o desencadeamento de uma concentração,

os procedimentos do observador aéreo e do P12 serão idênticos aos previstos para a regulação.

11 — PONTARIA DAS PEÇAS

Para a execução dos tiros, as peças recebem azimutes para serem apontadas em direção. Em consequência, o CLF deverá orientar a linha de fogo como se tratasse do caso III de pontaria do tiro naval.

É indispensável, pois, que a turma topográfica do grupo forneça, para cada CLF, o azimuth de uma DR para orientar o seu GEB, instrumento utilizado na orientação das peças.

12 — COMUNICAÇÕES

Cada câmara de tiro deverá estar ligada ao S3 do Grupo por telefone; o S3, também por telefone, deverá se ligar ao S3 da ACEX.

O observador aéreo, em seu rádio, deverá ter um canal pre-sintonizado na rede de tiro do grupo e outro na rede de tiro da ACEX. A rede de tiro normal do grupo deve ser num só canal para facilitar a ligação direta das Bias com o observador aéreo.

Depois da Bia. receber a missão do S3 do grupo, o observador aéreo passa a se ligar diretamente com a Bia. para a necessária condução do tiro. O rádio operador da Bia. poderá ser o P4.

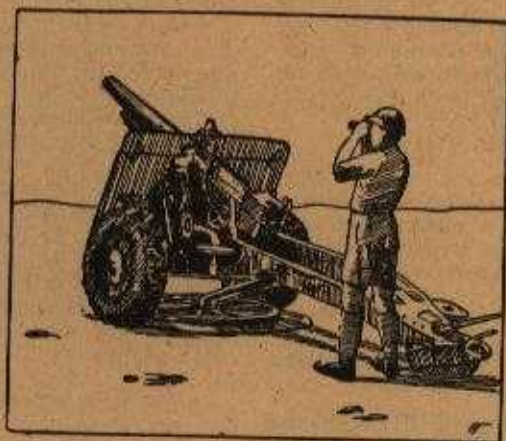
13 — CONCLUSÃO

Conforme ficou exposto, o problema do tiro terrestre para os G.A.C.M. ficará plenamente resolvido utilizando o mesmo pessoal e material empregados no tiro naval, desde que sejam essas unidades dotadas de 2 aviões de observação e que a prancheta de tiro disponha, no braço secundário das escalas mais comuns às cartas militares, quais sejam as de 1/20.000 e 1/25.000. Todo o material utilizado pela artilharia de costa foi totalmente empregado no tiro terrestre; não houve modificação radical na condução do tiro e o pessoal que garante os diferentes aparelhos da

câmara foram empregados como o são no tiro naval.

Em resumo: não há necessidade de preparar o artilheiro de campanha; há tão somente a imperiosa imposição de toda instrução: a sua

aplicação com a realização de escolas de fogo, por meio das quais se poderão fixar os comandos de tiro mais apropriados, revelar as falhas do presente trabalho e indicar as soluções mais práticas.



COMPARAÇÃO E DIVULGAÇÃO

(A PROPÓSITO DOS C.P.O.R. E N.P.O.R.)

Pelo 1º Ten. HELIO A. CANONGIA

Os C.P.O.R. e os N.P.O.R. são os funis, por onde escoam os nossos oficiais da reserva. Apesar das grandes deficiências, que se nos deparam, os rapazes concluem o curso com uma perfeita noção daquilo que lhes é indispensável, para que possam desempenhar, perfeitamente, as mais árduas missões.

Esses Centros e Núcleos iniciam suas atividades no mês de outubro, quando as "Sessões de Matrícula" começam a receber os candidatos anteriormente relacionados pelos P.R. que funcionam, no início do ano, nos meses de apresentação da classe chamada à prestação do Serviço Militar. Essa Sessão tem um trabalho de grande responsabilidade, pois a ela cabe:

- a divulgação, pelos jornais e pelas diferentes escolas e faculdades, da abertura das inscrições para matrícula nos Centros ou Núcleos;
- a orientação dos documentos que os candidatos devem trazer;
- o exame desses documentos, logo que os mesmos sejam entregues;
- o preenchimento dos fichários de informações;
- a organização das relações dos candidatos para exame médico;
- a organização de todos os documentos em envelopes próprios;
- atender os pedidos de informação das C.R.;

- fazer a triagem dos candidatos, tendo em vista os diferentes "pareceres médico";
- orientar os incapazes, a fim de que os mesmos não se tornem, insubmissos, além de muitas outras atribuições não interessantes no momento.

Há uma grande diferença no funcionamento da Sessão de Matrícula do C.P.O.R. do R.J. e do N.P.O.R. anexo ao 3º R.I., isto por motivos bem justos e explicáveis. O C.P.O.R. do R.J. recebe, por ano, mais de mil e quinhentos documentos de inscrição de candidatos convocados, não podendo, por isso, aceitar candidatos voluntários, tendo em vista que o número de vagas não excedem a quatrocentas e cinquenta mais ou menos, enquanto que no N.P.O.R. de São Gonçalo, o número de vagas é, geralmente, superior ao número de candidatos convocados e, por isso, há quase sempre possibilidades de se inscrever voluntários. Dessa forma, o Comando do C.P.O.R. se vê na contingência de designar uma Comissão de Exame, a fim de ser feita uma seleção com os candidatos aprovados no exame médico, geralmente 45 %, raras vezes menor; e essa seleção consta de provas escritas de desenho, geometria, trigonometria, álgebra, português, aritmética e testes. Aqueles que não obtiverem aprovação serão, forçosamente, apresentados à C.R., a fim de serem destinados aos diversos Corpos de Tropa. Isto já não se dá no N.P.O.R. anexo ao 3º Regimento de Infantaria pelo motivo

exposto acima e somente os candidatos voluntários são submetidos a um exame intelectual à base do que prescreve o R.-C.P.O.R.

Dai se concluir que, na maior parte das vezes, os alunos do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do R.J. devem ser melhores, intelectualmente, que os do N.P.O.R. de S. Gonçalo, não constituindo isto uma regra sem exceção. Durante o transcorrer do mês de outubro, a preparação material e intelectual é grande por parte dos instrutores e monitores. São feitas nessa época as pinturas dos alojamentos e das salas de instrução; as reservas de armamentos são inspecionados e melhoradas, se possível; quadros murais são confeccionados para melhor aproveitamento das instruções; enfim, tudo é revisado com a idéia de melhorar e dar, à nova turma, uma melhor impressão.

— Tem início a instrução no dia 15 de dezembro e são apresentados e incorporados aos diferentes cursos, conforme suas aptidões, os candidatos julgados aptos, isto depois de ser levada em consideração, no julgamento geral, as suas preferências pelas diversas armas ou serviço, desde que seja possível tal consideração.

Na maior parte das vezes, os alunos do 1º ano são estudantes de faculdades ou de vestibulares e dessa forma se torna bem difícil, para o instrutor, a maneira de lidar com esses rapazes que se apresentam tão somente por força de Lei. Como não seria admissível o caso contrário, esses alunos são completamente destuídos de espírito militar, e muitos deles são recalçados e não concebem, inicialmente, a razão de ser do serviço obrigatório.

Não por serem máus brasileiros, mas, simplesmente, por que se acham prejudicados nos seus estudos, nos seus ideais e não querem vê-los destruídos como a primeira vista lhes parece. Ai é que entra a ação enérgica e eficiente do ins-

trutor. Deve ele introduzir, na mentalidade dessa mocidade, a noção de dever, de Pátria, de espírito militar, de obrigação, de responsabilidade, coisas que a maioria não possui. As primeiras instruções para eles são incompreensíveis na parte que diz respeito à sua aplicação. Acham tudo supérfluo, não admitem as instruções de manobrabilidade, de combate e outras mais. Todos têm uma reação natural, cabendo ao instrutor a grande responsabilidade de vencer todos esses obstáculos que, para alguns instrutores inexperientes, ocasiona uma revolta contínua e até prejudicial para os próprios alunos. Nesses casos, deve o instrutor ser bastante superior, ter uma formação moral bem rígida para que, aos poucos, vá mostrando a sua capacidade intelectual, profissional e física. Somente após alguns meses de instrução contínua é que esses rapazes começam a sentir os resultados daquela exigência, daquela homogeneidade de atitudes. É preciso usar de muita psicologia, para que se possa conseguir o máximo de aproveitamento. Na primeira verificação escrita, geralmente, existe elementos que querem usar de meios ilícitos, porém o ambiente que encontram, a fiscalização rigorosa, tornam-nos, completamente indefesos e não tentam usar de subterfúgios pelas advertências severas e constantes, feitas inicialmente. No segundo ano, a maioria já está mais moldada aos regulamentos e a disciplina se torna mais fácil e o aproveitamento melhor. Ao serem declarados Aspirantes à Oficial da Reserva é que vêm a modificação que sofreram no seu caráter, na sua formação moral, enfim em todas as suas atitudes durante o tempo permanecido na caserna.

Saem homens mais responsáveis, mais entusiasmados, mais ardorosos no combate a um futuro melhor e promissor.

E esses homens são a Reserva do nosso Exército.



O PRESENTE E O FUTURO DO DIREITO INTERNACIONAL

RAUL FERNANDES

Transcrito do "Digesto Econômico" de março
de 1953

O direito é um fenômeno essencialmente social, como norma de conduta necessária para disciplinar as relações dos homens uns com os outros: — *ubi societas, ibi ius*. Por isso mesmo, um direito internacional supõe relações mais ou menos frequentes entre aglomerações humanas constituindo nações. Na antiguidade esse direito não existiu, sendo, então desconhecidas as duas noções fundamentais em que ele precisa se apoiar, isto é, um mínimo de deveres invioláveis arbitrariamente, e uma certa igualdade entre os grupos, como quer que se organizem em tribos, clãs ou Estados. O direito antigo era de base religiosa, e as religiões eram locais e exclusivistas. As relações normais entre tribos ou cidades não excediam o raio de denominação da religião comum, não abarcavam, em consequência, senão as comunidades vizinhas, da mesma raça, da mesma língua, sobretudo da mesma religião, como as tribos chinesas, as cidades gregas com as suas "anficionias" e as etruscas

com suas federações. Fora deste círculo restrito, o estrangeiro é o inimigo, guerreando-se os povos até o extermínio sem outra lei senão a da força bruta. Veja-se na Política de Aristóteles, depois dos preceitos mais sábios e prudentes sobre as relações recíprocas das cidades gregas, esta passagem significativa: — "As cidades gregas têm o direito de marchar reunidas à conquista dos bárbaros... este direito transforma-se em dever desde que disponha de força adequada a segurar a vitória."

Em Roma, a extensão do *jus civile* aos povos conquistados só se realiza pela extensão paralela da cidadania, afinal concedida em bloco por Caracalla a todos os habitantes do Império. A língua reflete esse estado de cousas, pois o mesmo vocábulo — *hostis* — significa ao mesmo tempo *inimigo* e *estrangeiro*; e esse estado permanece sem alteração desde a dureza da lei das Doze Tábuas dizendo "*adversus hostem aeterna auctoritas esto*" até à codificação de Justiniano, que

acolheu no Digesto este terrível texto Pompônio :

"Mesmo em tempo de paz, se não temos com uma nação nem pacto de amizade ou de hospitalidade, nem aliança, pósto que essa nação não seja nossa inimiga, tudo quanto é nosso e de que ela pode se apoderar, torna-se seu ; do mesmo modo, será nossa qualquer coisa dela que caia em nossas mãos."

Não nos espantemos : ainda em nossos dias, diverso não é o tratamento dispensado pelas tribos de Mauritània, entre Marrocos e o Senegal, aos viajantes do ar ou do mar aí desventurosamente naufragados, os quais só se libertam mediante resgate.

Se as religiões diversas e irreconciliáveis operaram na antiguidade como um fator de isolamento e de inimizade, o cristianismo, pelo menos na parte do mundo onde apareceu e triunfou, devia produzir o resultado oposto, adoçando os sentimentos e facilitando relações que dariam lugar ao surto de uma disciplina entre as nações que o abraçaram. Com ele, pela primeira vez, nos encontramos em presença de uma doutrina que não distingue nações, raças ou línguas, e desconhece a antiga diferença fundamental entre o homem livre e o escravo sem personalidade, pois como escreveu S. Paulo na admirável epístola aos Colossos "*não há mais grego nem judeu, nem circunciso ou incircunciso, nem bárbaro ou cita, nem escravo ou homem livre, mas o Cristo está todo em nós*". Esta é a carta da fraternidade humana ; ela visa tanto aos indivíduos como às nações, num apelo universal ao espírito de justiça, melhor do que isto, exclamou Le Fur, ao espírito de caridade.

Pode dizer-se que o incomparável apóstolo lançou os primeiros fundamentos do direito internacional, que remontaria certamente como corpo de regras jurídicas à Idade Média, tão impregnada de fé militante, se a organização política feudal não se caracterizasse, como foi o caso, por uma poeira de baronias, condados e ducados, ligados por laços de subordinação hierar-

quizada, unidas tôdas essas autonomias limitadas sob a hegemonia temporal do Santo Império Romano Germânico e sob o poder espiritual do Papa.

Algumas instituições de caráter internacional criam-se ou desenvolvem-se então, como os estatutos, as represálias e, sobretudo, o arbitramento ; a noção da guerra justa ou injusta, luminosamente concebida por S. Tomás de Aquino, entra na prática dos senhores feudais e na doutrina dos glosadores e canonistas. São fatos, costumes ou institutos fragmentários, que correspondem à unidade política e religiosa da cristandade e se refletem com a mesma limitação na produção científica desse tempo.

O surto do direito internacional devia ser produzido pela passagem da Idade Média à era moderna, caracterizada pela constituição dos Estados com os lineamentos estruturais com que se apresentam ainda em nossos dias. A autoridade se concentrou então nos monarcas impacientes de afirmar sua plena independência ante o Imperador germânico ; e mesmo na ordem espiritual, a Reforma, quebrando a unidade religiosa na Europa, eximiu grande número de Estados à autoridade do Pontífice romano.

Esse movimento tem sua consagração nos tratados de Vestfália (1648) que criaram algumas centenas de pequenos Estados independentes. Desta independência política completa, reforçada pela Renascença na sua dupla face, a renascença jurídica com o predomínio do direito romano e de suas tendências absolutistas, e a renascença filosófica e literária, convergindo ambas para o mesmo resultado de libertar o Estado de qualquer subordinação leiga ou religiosa, nasceu o conceito novo da soberania que durante quatro séculos viciaria a construção do direito internacional ; introduzindo nêle as contradições e fraquezas que o desacreditam e impedindo o seu aperfeiçoamento orgânico.

Esse conceito é errôneo e inibitório de todo regime jurídico. Soberania quer dizer poder sem con-

traste, determinação livre tirando de si mesma as suas razões de procedimento. Um poder assim ilimitado é fundamentalmente incompatível com a sujeição do Estado a qualquer norma legal; não admira, portanto, se manifestassem impotentes todos os esforços dos teóricos da soberania para sua conciliação com as bases fundamentais do direito internacional, as mesmas de qualquer outro direito, e que se resumem na sujeição da pessoa a normas de conduta superiores e infrangíveis. Na verdade, não se pode escapar a este dilema: — ou o Estado é soberano e então não pode ser submetido a regras imperativas, ou pode sofrer estas regras e então, não é soberano.

Para romper esse dilema inventaram-se explicações engenhosas, mas insuficientes, tais a teoria dos chamados "direitos fundamentais" e a da "autolimitação."

A primeira, acolhida especialmente na França, inspira-se na idéia do contrato social de Rousseau: — os Estados teriam direitos anteriores à sua entrada na comunidade internacional, e, incorporando-se nela, podem exercê-los tanto que respeitem os direitos análogos dos outros Estados; esta obrigação geral seria o fundamento do direito internacional traduzido nos costumes e nos tratados. Salta, porém, aos olhos, o círculo vicioso desta explicação, a qual funda o direito internacional em certas faculdades fundamentais dos Estados, cujo reconhecimento pelos demais Estados supõe a preexistência de um regime jurídico entre eles.

Para os propugnadores da teoria da autolimitação, os Estados, sendo soberanos, podem precisamente no exercício dessa soberania aceitar voluntariamente certas regras a que, daí por diante, ficam submetidos. A obrigatoriedade do direito internacional decorreria assim da própria soberania dos Estados os quais encontrariam interesse em limitar por si mesmos a sua autonomia.

A objeção inelutável é que, para ser obrigatória, a regra voluntária-

mente aceita deve-se filiar a alguma outra regra superior, imperativa por si mesma, como os contratos de direito privado que também fazem lei entre as partes, mas sem que qualquer dos contratantes possa impunemente se retratar, sob pena de incidir em sanções civis decorrentes da regra, superior à sua vontade, de que os pactos devem ser fielmente observados: *pacta sunt servanda*. Esta regra legal sanciona os vínculos contratuais e supõe, preexistente ao contrato, um direito que o discipline e seja superior ao arbítrio dos contratantes. Do mesmo modo, ou na esfera internacional existem também preceitos superiores ao arbítrio dos Estados, de modo que a autolimitação resultante dos tratados tenha sanção e seja eficiente como regra de conduta, e nesse caso essa autolimitação não é o fundamento do direito internacional, mas se realiza dentro dele e ao abrigo das suas garantias; ou, ao contrário, só a autolimitação cria a obrigação internacional, e, então, o mesmo poder que forma o vínculo pode rompê-lo, e isto fundaria, não um regime jurídico, mas o do puro arbítrio.

A inanidade dessas duas teorias engendradas para sujeitar os Estados soberanos ao império do direito internacional mostra que é preciso escolher entre estes dois irreconciliáveis: a soberania e o direito. É o que fizeram francamente alguns teóricos alemães, como Hegel e Jellinek, para os quais, em caso de conflito, o direito cede ao Estado soberano. "O direito internacional, disse o segundo desses juristas-filósofos, existe para os Estados, e não os Estados para o direito internacional". Há quatro séculos, Maquiavel pregava por outras palavras a mesma doutrina do contemporâneo Jellinek... É que o famoso século XIX, sendo o do progresso científico e do florescimento do liberalismo democrático, reforçou ao mesmo tempo o princípio individualista na esfera econômica e na esfera jurídica; de modo que a soberania dos monarcas passou para a nação organizada em Estado,

mas nada abandonou das suas pretensões na órbita internacional, onde, longe disso, campeou sem freios na expansão política das grandes potências a que se chamou "imperialismo."

A Soberania justificou o arbítrio dos governos; forneceu-lhes pretextos para a ambição e o imperialismo; fomentou guerras e conquistas; e na observação sagaz de Pelitis, ela paralizou o progresso dos Estados, ocultando-lhes o interesse geral que condiciona o interesse particular, e impedindo-lhes a compreensão de que seus direitos não se vivificam sem a correlação de deveres que ultrapassam a fórmula negativa do respeito dos direitos alheios e cheguem até à assistência e à solidariedade.

Obscurecidas essas verdades, a hipetrofia do Estado eliminou o homem do direito internacional: nesta esfera jurídica o Estado absorve totalmente o indivíduo; só ele é sujeito ativo e passivo de direitos. Mesmo quando um governo responsabiliza outro governo por prejuízos irrogados a seus nacionais, o direito que ele faz valer é seu próprio e não do particular lesado; em consequência, sua liberdade é completa para reclamar ou deixar de reclamar, para transigir como lhe aprouver, e até para pagar ou deixar de pagar as indenizações que lograr receber.

Durante esses quatro séculos de predomínio da ideologia dos Estados soberanos, o direito internacional vegetou atrofiado e sem crédito, ao mesmo tempo que as relações de comércio entre os povos iam crescendo em extensão e frequência, tornando cada vez mais sensíveis as falhas da sua indispensável regulamentação.

Abra-se qualquer compêndio de direito internacional em vigor até às duas primeiras décadas do século atual e ver-se-á que em duas terças partes ele se consagrou a regular a guerra terrestre e marítima; o direito da paz compreende apenas os preceitos relativos aos elementos constitutivos do Estado em direito internacional público (a população, o território, o mar,

os rios e canais); aos órgãos de relações (agentes diplomáticos ou consulares, e as uniões administrativas); a disciplina das convenções e tratados, e, finalmente, a responsabilidade internacional dos Estados.

Esse pouco, inçado de dúvidas quanto à existência da regra jurídica em si mesma, ou quanto à sua zona de aplicação. Isto decorre logicamente do fato de que só os tratados e os costumes constituem fontes do direito internacional público; admitidas pela soberania dos Estados. Como a regra dos tratados não se aplica senão aos contratantes, e o costume só prevalece quando geralmente admitido — inclusive pelo Estado contra o qual ele é invocado —, a consequência é que poucas são as normas convencionais ou costumeiras que tenham aplicação universal.

Assim, em pontos capitais, como por exemplo a guerra naval, o direito continental europeu difere do anglo-saxônico; dentro do próprio grupo anglo-saxônico, é conhecida a divergência de vistas entre a Inglaterra e os Estados Unidos sobre a imunidade da propriedade privada inimiga na guerra marítima; o instituto do *uti possidetis* na jurisprudência internacional ibero-americana tem uma compreensão muito mais larga do que no direito clássico; e assim por diante.

Essas divergências decorrem das considerações de ordem política e são irremovíveis enquanto perduram as razões de conveniência particular dos Estados que as inspiram. De tempos em tempos, a necessidade de uniformizar ou clarear o direito leva as potências a se reunirem em congressos e conferências; mas o princípio dominante da soberania impõe a regra da unanimidade para as resoluções, o que dá a qualquer dos Estados participantes o esterilizante direito de veto. Foi assim que, na conferência de Haia de 1907 para a codificação do direito internacional, o princípio do arbitramento obrigatório para solução das divergências não pôde ser adotado pela oposição de

uma pequena minoria chefiada pela Alemanha.

Por outro lado, mesmo que o acôrdo unânime fôsse conseguido para a adoção de normas positivas de caráter convencional ou consuetudinário e nesse domínio o direito internacional atingisse à certeza e à universalidade, isso não corrigiria senão um aspecto da sua deficiência; porque as leis e os costumes não esgotam todo o direito, nem sequer abarcam a maior parte do seu domínio, e às vêzes são mesmo a negação da justiça: há certos princípios gerais de direito superiores ao direito positivo e com os quais este se deve conformar sob pena de ser um direito injusto. No direito interno, êsses princípios desempenham um papel essencial; se o legislador os esquece, ou os afronta, o juiz, intérprete e executor da lei, os restaura.

Com êsses princípios, os teóricos do direito internacional, mesmo os negadores do direito natural ou metafísico, sempre procuram preencher as lacunas do direito escrito; mas os homens de Estado, e os juristas empenhados praticamente nas controvérsias entre nações, assombrados pela objeção da soberania, nunca puderam apoiar-se confiantemente nessas construções teóricas.

• •

Tal era o direito internacional até o princípio do século XX: um direito mais particular do que geral; desprovido de legislador, de tribunais e de sanções; manando de fonte escassa; mal ajustado à crescente complexidade e frequência das relações entre os povos; tolhido no seu dinamismo pelo preconceito da soberania.

Ao clarão da grande guerra apareceram essas deficiências, e se revelou a tôda luz o descompasso entre os fatos internacionais e a sua disciplina jurídica, mesmo nos pontos em que esta parecia mais adiantada. Tôda a regulamentação da guerra, aperfeiçoada pelas convenções de Haia e largamente inspirada pelas famosas "Instruções para os exércitos em campanha da

União Americana" expedidas pelo Presidente Lincoln durante a guerra de Secessão, partiam do pressuposto que a guerra se limita aos exércitos; daí, uma minuciosa proteção da pessoas e da propriedade privada dos beligerantes, e um conjunto de disposições visando a eliminar a crueldade inútil.

Esta construção ruíu ao choque das terríveis realidades da conflagração mundial; as invenções da ciência e a generalização do serviço militar obrigatório deram às operações de guerra uma extensão que surpreendeu os próprios Estados-Maiores, e o mundo, consternado, presenciou uma guerra de povos e não de exércitos. A mão-de-obra militar recrutou a população civil em todos os seus elementos válidos, inclusive as mulheres; o avião, como arma de combate, alargou a zona de guerra a todo o território inimigo; o submarino deu aspecto imprevisível à guerra marítima. As regras mais assentadas do bloqueio, do contrabando de guerra, dos direitos e deveres dos neutros, da imunidade dos bens e propriedade privadas do inimigo, não concebidas para êsse imprevisível estado de coisas a que se chamou a "guerra total", foram decididamente postas de lado pelos beligerantes. Certamente, nessa subversão completa de um regime jurídico que parecia solidamente estabelecido pelo acôrdo das soberanias casou houve inescusáveis mas de um modo geral, as violações desse regime por um dos beligerantes, seguidas de represálias ou retorsões do adversário, correspondiam inegavelmente ao estado de necessidade.

Esses horrores mostraram aos Estados, mesmo aos mais poderosos, que as guerras do futuro seriam nesse mesmo estilo, agravado pelos rigores com que o dotassem os progressos da ciência aplicada às indústrias. Eles se inclinaram, por isso, à reconstrução do direito internacional, não mais para atenuar a guerra, mas para evitá-la, e vão consentindo no princípio da soberania brechas cada vez mais largas que nos prometem perspecti-

vas de um melhor futuro para o gênero humano.

O caminho estava desbravado pela própria transformação desse princípio no direito público interno, onde a autoridade soberana se transformou em autoridade responsável, preposta à gestão dos interesses comuns e tendo por medida da legitimidade dos seus poderes o uso deles na conformidade de sua destinação social.

Em poucos anos, esse movimento acusa progressos sensíveis no internacionalismo.

O maior desses progressos não é, como pode parecer à primeira vista, a Sociedade das Nações, criada pelos tratados de paz de 1919. Ela será uma excelente escola para facilitar o progresso do direito das gentes, porque reúne frequentemente um grande número de Estados civilizados, propicia a mútua compreensão dos interesses divergentes, facilita a coordenação deles e cria o "espírito internacional" com que devem ser examinados os problemas sociais e políticos do ponto de vista da unidade do gênero humano. Um dos seus principais objetivos é prevenir a guerra, e também por este motivo ela concorrerá poderosamente para fortalecer e desenvolver a organização jurídica internacional, pois o direito e a paz se condicionam mutuamente. Mas, a obra imorredoura de Wilson dobrou-se à necessidade psicológica de transigir com o preconceito da soberania dos Estados, acolhendo no seu estatuto a regra da unanimidade para as resoluções substanciais e outorgando aos membros da Sociedade a liberdade de secessão com pré-aviso de dois anos. É certo que nessa unanimidade não se contam os votos dos Estados interessados em qualquer conflito submetido à mediação da Sociedade; vai aí uma certa submissão da soberania de cada um deles a um poder estrangeiro; todavia, esta dependência é de origem convencional e em substância não difere da que sempre decorreu dos tratados de arbitramento. A única novidade — e esta é imensa — consiste nas sanções econômicas e

militares criadas pelo Pacto contra a guerra empreendida com violação das obrigações estatutárias. Note-se que as sanções são aplicáveis mesmo aos Estados estrangeiros à Sociedade, quando, na iminência de albirerem hostilidades contra uma nação associada, forem convidados a seguir o processo de solução pacífica instituído entre os membros dessa grande União, e recusando-se a isso, fizerem a guerra.

Por aí se vê que se a Sociedade das Nações não inovou o direito vigente, nem procurou corrigir o princípio anárquico que lhe corrumpia as fontes, em todo caso esboçou um sistema de sanções, pôsto que limitado à violação de uma única obrigação jurídica. Ela criou assim o germe, o foco de irradiação de um sistema compulsório, cuja falta tem levado certos espíritos a qualificarem de "moral internacional" o conjunto das normas que regulam as relações dos Estados.

Esse mesmo traço de contemporização provisória com a soberania marca as criações da Sociedade das Nações, entre as quais avulta a Corte Permanente de Justiça Internacional. Salvo para algumas questões expressamente definidas nos Tratados de Paz de 1919, a jurisdição da Corte é simplesmente acessível aos Estados, mas de nenhum modo obrigatória, salvo para o Estado que voluntariamente o aceitar com este caráter vis-à-vis dos que manifestarem idêntica aceitação. Na prática, a jurisdição obrigatória que era a exceção nos primeiros anos de existência desse Tribunal, está prestes a ser a regra: — aceita por 18 Estados secundários entre 1921 e 1924, mas refugada pelas grandes potências, cuja reserva paralizou adesões mais numerosas, ela teve a acessão da Alemanha desde que esta entrou para a Sociedade das Nações, seguindo-se a da França depois da conclusão dos convênios de Locarno. Este ano de 1929 viu um verdadeiro rush dos Estados para a jurisdição obrigatória da Corte de Haia. A Grã-Bretanha, sob o governo dos trabalhistas, e a Itália, a aceitaram e deram com isso o sinal de uma verdadeira chu-

va de assinaturas no conhecido protocolo anexo ao estatuto do Tribunal. Quando vierem, e certamente virão, as ratificações parlamentares, dos grandes Estados do mundo, só o Japão e os Estados Unidos não poderão por enquanto ser chamados ante os juizes de Haia e julgados à revelia se não quiserem comparecer. A República de Libéria poderá citar a Grã-Bretanha, como dentro das fronteiras de um Estado civilizado o mais obscuro operário pode citar um potentado da indústria.

As nações dispõem assim de um órgão para solução das controvérsias de natureza jurídica, em bases de perfeita igualdade; com isto se aproxima o direito internacional da segurança e da democratização que são o apanágio do direito interno.

Reconhecendo o imenso progresso realizado neste terreno pela Sociedade das Nações, não esqueçamos, contudo, que esse progresso vai sendo alcançado praticamente, mas sempre com reserva do princípio da soberania, pois da Corte de Haia, como da própria Sociedade, os Estados podem-se retirar. Por mais longe que eles levem a sua sujeição às obrigações do Pacto ou do Estatuto da Corte, sempre o fazem por adesão livremente dada e não menos livremente revogável.

O que dizemos da Sociedade das Nações e da Corte de Haia, poderíamos dizer das outras instituições ou normas em que, sem fundamento, alguns autores têm visto ultimamente derrogações importantes ao dogma da soberania internacional. As restrições da soberania são, certamente, cada vez mais numerosas, por exemplo em matéria de liberdade de comunicações e de comércio e na de responsabilidade internacional; mas todas têm base convencional e se reduzem afinal a autolimitações postas pelos Estados à sua liberdade.

A questão é saber se, na realidade, a faculdade potencial que assiste aos Estados de desatar os laços convencionais de tais limitações por eles mesmos postos à sua autoridade, é suscetível de ser exercida sem o perigo de comoções

graves e extensas, capazes de comprometer a própria existência do agente. Ora, esse perigo existe, porque a interdependência dos Estados modernos é um fato irrecusável, atestado pelas mais variadas manifestações, e que revela a unidade moral e econômica do mundo. Em última análise, pode dizer-se que a soberania é uma ilusão, e que as concessões feitas ao seu princípio, cada vez mais numerosas, vão resultando de um determinismo histórico, cujas leis a política egoísta das nações já não pode infringir sem sofrer as punições de uma justiça sobre-humana e imanente.

Neste estado da comunhão internacional sobreveio o Pacto Kellog. É este o mais singelo e ao mesmo tempo o mais vasto tratado jamais concluído entre Estados. Dos seus dois únicos artigos, o primeiro proscree a guerra como meio de realização da política nacional, e o segundo ressalva o caso inevitável da legítima defesa. Parece pouco; deixa em aberto as dificuldades quase insuperáveis da caracterização do agressor internacional; não organiza sanções...

Entretanto, não é preciso ser profeta para antever toda a engrenagem de que ele apenas mostra o primeiro dente. Com a fiança de todo o mundo civilizado, dada de modo expresso por mais de 50 assinaturas, ou de modo tácito (como é o caso de alguns países sul-americanos, o Brasil inclusive), a proscrição da guerra agressiva se incorpora definitivamente ao patrimônio moral da humanidade; a honra dos Estados está comprometida na observância desse preceito, a cuja segurança concorrem as massas populares devotadas à paz por amarga experiência e organizadas democraticamente nos Estados mais poderosos e influentes, de modo a controlarem eficazmente a atividades política dos governos.

Mas a guerra era um remédio; remédio bárbaro, e às vezes contra-producente, mas enfim remédio, ou tentativa de remédio. Sua abolição deixa um vácuo, de que a natureza tem horror como diziam os peripa-

tóricos, e que de um modo ou de outro será preciso preencher. Assim como a justiça privada, dentro dos Estados, só pôde ser proibida mediante a possibilidade do apêlo a uma justiça pública, é fatal que a primeira consequência do Pacto Kellog será, não direi a criação da justiça internacional, porque ela está criada, mas o desenvolvimento das matérias de sua competência e o aumento do número de seus jurisdicionados.

Paralelamente, far-se-á sentir a necessidade não só de definir o direito aplicável por essa jurisdição, mas também de alargar o seu campo pela invasão progressiva da zona onde se move a competência doméstica dos Estados.

Em parte, essas tendências já se manifestaram quase imediatamente à adoção do Pacto Kellog, tanto pela adesão dos Estados Unidos à Corte de Haia, como pela simultânea aceitação, por grande número de Estados já pertencentes à instituição, da cláusula de jurisdição compulsória. A seu turno, a Sociedade das Nações acaba de nomear uma comissão para emendar o seu estatuto nos tópicos em que ele prevê a admite a legitimidade da guerra não defensiva, ao mesmo tempo que convocou para a próxima primavera uma conferência mundial para a codificação do direito internacional. Outra manifestação significativa nesta ordem de idéias foi a do Presidente Hoover em discurso proferido há poucos dias, no qual chamou a atenção pública do seu país para a necessidade de se eliminarem as reservas ali geralmente postas à admissão do arbitramento como meio de solver as controvérsias internacionais.

Mas, para abolir a guerra não basta uma proclamação, por mais solene e irrefratável que seja: é preciso, ao mesmo tempo eliminar as causas de conflito. Essas causas freqüentemente consistem em choques de interesses irredutíveis a fórmulas jurídicas e, portanto, insuscetíveis de solução judiciária; no interior dos Estados esses conflitos são prevenidos ou solvidos por via legislativa, sendo o poder

público o conciliador supremo dos antagonismos inerentes à especialização de funções entre as classes sociais. Suprimidas, entre as nações, as guerras com que elas ajustavam os conflitos econômicos de gigantesca envergadura, fatalmente há de se lhes dar um sucedâneo do bárbaro expediente repudiado, um meio qualquer de cooperação para solver problemas como o da repartição das matérias-primas e o dos desequilíbrios demográficos. Congressos? Conferências? Câmaras de Economia Internacional? como quer que se lhe chame, uma espécie de parlamento mundial forçosamente será chamado a equilibrar a humanidade em bases compatíveis com a paz perpétua declarada ao mundo pelo Pacto Kellog; pois de outro modo seria vã e illusória a tentativa de cristalizar a atual carta política do globo, com as desigualdades que ela ostenta, e das quais são inúmeras as criadas artificialmente pelos exércitos vitoriosos.

Também cedo ou tarde, o regime da paz definitiva suscitará um sistema de sanções, cuja escala pode variar das mais benígnas às mais severas, mas não dispensará em certos casos e emprêgo da força, a exemplo do que se pratica no interior das fronteiras.

É isto uma contingência da natureza humana. Os exércitos e as esquadras serão sempre necessários, ainda que se figure em remotíssimo futuro uma organização dos grupos humanos sob qualquer regime mais aperfeiçoado do que o Estado contemporâneo. A função militar poderá não ser guerreira e transformar-se numa espécie de polícia repressiva internacional; a mobilização e emprêgo das forças armadas podem transferir-se do Estado para algum órgão da coletividade dos Estados. São possibilidades estas que estão nos limbos do futuro. Mas para a defesa comum, como pode vir a ser, ou para a defesa individual, como é atualmente, sempre as organizações militares serão uma peça insubstituível no mecanismo do poder público; de tal modo que nunca se

falará em desarmamento senão por uma sinédoque, para significar redução ou limitação de armamentos.

Tais são, em sumariíssimo compêndio, as potencialidades do Pacto Kellog, virtualmente contidas na proscrição da guerra. Coartada nesta suprema manifestação, a soberania, desarmada do seu indispensável instrumento do domínio, vai ceder o passo à equidade e ao direito, forças espirituais a serviço do bem comum da humanidade.

Praza a Deus seja este o epílogo da luta secular entre as duas gran-

des concepções antitéticas que se afrontaram no curso da história humana e constituem todo o problema do direito internacional: de um lado, a do poder absoluto encarnado pelos grupos particulares, sucessivamente família, clã, tribo, cidade antiga, barões feudais e Estado moderno, pretendendo cada qual a soberania ilimitada, e de outro lado, a do império da justiça, única verdadeira soberania sobre os indivíduos, que são ao mesmo tempo o elemento inicial dos agrupamentos humanos e o fim último do direito.

METALÚRGICA E MUNIÇÕES

DE

Amadeo Rossi & Cia.

Fabricação em grande escala de artefatos de ferro, aço e metal em geral. Espolêtas para dinamite. Espolêtas para armas de caça de todos os tipos usados no País. Espingardas de ouvido e fogo central de todos os calibres. Bombas para mate. Cutelaria. Artigos de cozinha e outros artefatos de alumínio. Artefatos bélicos e munições de guerra.

SÃO LEOPOLDO — RIO GRANDE DO SUL

Rua Epifânio Fogaça, 143 — Caixa Postal, 28

Telegramas: "ROSSI" — Fones: 220 e 42

(N. 2)

FIAÇÃO E TECELAGEM PIRATININGA S. A.

FIOS E TECIDOS DE ALGODÃO

ACABAMENTO PARA TERCEIROS

Praça Jóquei Clube, 55 — Fone: 9-2183 — Rêde Interna

Caixa Postal, 298 — São Paulo

(N. 22)

O IMPACTO DO PETRÓLEO SOBRE A NOSSA CIVILIZAÇÃO

GUSTAV EGLOFF

Extraído do "Digesto Econômico",
de junho de 1953

O "Digesto Econômico", que acolhe com zelo os trabalhos de interesse para a economia e o desenvolvimento do Brasil, não pode ficar alheio ao discurso pronunciado pelo Dr. Gustav Egloff, em 23 de fevereiro do corrente ano, na Western Society of Engineers, por ocasião da homenagem que lhe foi prestada ao receber a "Washington Award" do ano de 1953. Aquela alta distinção é conferida aos engenheiros que, por suas realizações grandiosas, promoveram a felicidade, o conforto e o bem-estar da Humanidade.

Gustav Egloff é sábio mundialmente conhecido pelos notáveis trabalhos sobre constituição e transformação de hidrocarbonetos, especialmente visando às aplicações práticas. É cientista e tecnólogo, a quem a Civilização deve trabalhos de maior valor no campo da química pura como também nas suas mais úteis aplicações. O grande número de publicações, em livros e folhetos, corre de par com as numerosas patentes, que cobrem variadíssimos processos de obtenção de produtos do petróleo. É autor de mais de cerca de 600 artigos, 11 livros e 300 patentes de invenção, versando sobre carvão, petróleo, óleo de esquistos e produtos químicos derivados de hidrocarbonetos. Diretor de Pesquisas da Universal Oil Products Company, em Chicago, o Dr. Egloff recebeu neste ano, como disse, a "Washington Award", concedida anteriormente a grandes vultos americanos como Karl Compton, Henry Ford, Herbert Hoover.

No discurso aqui traduzido, tem-se uma imagem perfeita da importância que o petróleo desempenha na vida moderna, através das palavras de uma das pessoas mais autorizadas para discorrer sobre o assunto.

Familiarizado com todas as patentes referentes a produtos de derivados do petróleo, dirigindo pesquisas com o fito de obter novos produtos que se adaptem aos requintes da maneira de viver do homem moderno, o Dr. Egloff tem ainda a capacidade de expor com simplicidade e dosagem de algarismos, que convence, agrada e não cansa o leitor.

Essa palestra é uma revisão sucinta de todas as aplicações úteis do petróleo, uma manifestação de confiança na ciência e na técnica e uma confissão de fé nos destinos grandiosos do Homem.

A divulgação desse trabalho, no Brasil, servirá para mostrar como o petróleo atua hoje em quase todos os setores da vida econômica duma nação, fomentando o progresso, criando riqueza, proporcionando bem-estar e segurança aos povos.

Mostrando como é um problema empolgante da atualidade, deverá impressionar os moços que buscam uma profissão atraente, capaz de dar riqueza em troca de idéias acertadas e de empreendimentos arrojados.

A transcrição, além de constituir a adesão do "Digesto Econômico" às excepcionais homenagens prestadas àquele grande cientista norte-americano (o Dr. Egloff, des-

cendente de suíços, nasceu em Nova York), representa também uma oportunidade para divulgar fatos que devem ser conhecidos por todos os que se interessam pelo futuro do nosso país.

O petróleo é essencial a todas as fases da vida moderna. Sem o óleo nossa civilização sofreria um colapso. O petróleo não somente é nossa fonte primária de energia, como também a fonte de matérias-primas de cerca de 5.000 produtos diferentes. Sua indústria tem sempre se mantido na vanguarda na criação de novos e aperfeiçoados produtos, a mais baixo custo, para o consumo do público.

Entre as indústrias de maior vulto, a do petróleo ocupa o terceiro lugar com investimentos no total de 43 bilhões de dólares e emprega mais de 2 milhões de pessoas. Somente a agricultura, com investimentos de 170 bilhões de dólares e a indústria de utilidades públicas, com 52 bilhões de dólares, são maiores que a do petróleo.

Estas gigantescas proporções foram atingidas no período de tempo relativamente curto de 94 anos, desde a descoberta do Poço Drake em 1859. A magnitude atual da indústria do petróleo é o resultado da sua posição relativa aos investimentos e às pesquisas. Desde a Segunda Guerra Mundial, ela consumiu 20 bilhões de dólares para expandir e aperfeiçoar suas instalações e planeja consumir 4 bilhões mais durante 1953. Estes gastos habilitam a indústria a satisfazer todas as necessidades e marchar paralelamente aos aperfeiçoamentos técnicos no equipamento de exploração e perfuração, unidades de refinação e instalações de transporte. São necessárias quantias crescentes para diversas de suas operações. Por exemplo, o custo de perfuração de um poço aumentou 200 por cento nos últimos 5 anos.

Uma das principais razões para este aumento é que o óleo que está sendo descoberto se encontra a maiores profundidades ou em locais menos acessíveis do que antigamente. A aquiescência da in-

dústria do petróleo em investir fundos para o futuro é talvez mais claramente ilustrada pelo custo de um milhão duzentos e cinquenta dólares (\$ 1.250.000) necessários para uma única ilha feita pela mão do homem na perfuração de um poço no Golfo do México.

Não obstante os custos crescentes encontrados pela indústria do petróleo, ela mantém os preços da gasolina a um nível muito mais baixo do que os de outras utilidades e, ao mesmo tempo, paga aos seus operários altos salários.

O preço da gasolina, inclusive impostos, elevou-se em média cerca de 45 por cento durante estes últimos treze anos, comparado com cerca de 85 por cento para todas as outras utilidades.

A razão primária da capacidade da indústria do petróleo em gastar mais, sem aumentar os preços correspondentemente, é a sua extensa utilização do potencial humano técnico e científico. Ela emprega mais de 17.000 engenheiros e cientistas saídos das escolas e gasta em pesquisas mais de 130 milhões de dólares por ano.

As invenções que daí resultam habilitam a indústria a oferecer produtos novos e aperfeiçoados e, ao mesmo tempo, a conservar os preços baixos.

Ademais, o valor das invenções surgidas das pesquisas no petróleo estende-se muito além da própria indústria, na aplicação de técnicas e instrumentos a outras indústrias.

Por exemplo, a técnica dos fluidos para o manuseio dos sólidos, que foi desenvolvida em conexão com o processo do "Fluid Flow Catalytic Cracking" tem sido aplicada numa grande escala de processos tais como da recuperação de metal dos minérios de baixo teor, da fabricação de anidrido ftálico e da calcinação da pedra calcária. Outra ilustração consiste no emprego do ácido fluorídrico como catalisador no processo de alquilação, que é usado para os componentes da gasolina de aviação.

O ácido fluorídrico tem algumas propriedades violentamente corro-

silvas que a princípio pareciam inibir o seu emprêgo comercial. As dificuldades foram sobrepujadas e assim toda a indústria foi aquinhoadas com o modo adequado para empregar esta substância. A indústria do petróleo aumenta também o volume de negócios de outras indústrias. Como ilustração, as necessidades de catalisadores de "cracking" são de cerca de 1.000.000 de libras por dia e quando for completada a expansão planejada, elas passarão a ser de cerca de 1.400.000 libras diárias.

A capacidade da indústria em competir com o aparentemente impossível, tem-se muito freqüentemente evidenciado nas emergências. Da súbita necessidade de quantidades sem precedentes de gasolina de aviação de índice de octana 100, durante a II Guerra Mundial, surgiu uma rápida comercialização de novos processos. Mesmo antes de Pearl Harbour, grande volumes foram fornecidos às nações aliadas. A maior potência e facilidade de manobra dos aeroplanos consumindo gasolina de octana 100, habilitou aos aviadores britânicos fazer voltar a maré da Batalha da Inglaterra contra a força aérea nazista, que consumia combustível de índice de octana 91. As enormes necessidades de trinitrotolulol e de borracha sintética foram satisfeitas por uma comercialização quase da noite para o dia, de processos que se achavam em estudos para a produção de tolueno e butadieno. Uma das mais notáveis realizações da engenharia, a construção do oleoduto "Big Inch", foi outro desafio ocorrido durante a guerra, que a indústria teve de satisfazer para assegurar o transporte do óleo da Costa do Golfo até a Costa Leste, que estava sendo interceptado pelos ataques dos submarinos aos navios-tanque.

No início da guerra na Coréia, os Estados Unidos foram ameaçados com uma séria escassez de benzol, que é substância básica para diversas naturezas de plásticos, borracha sintética, nylon, detergentes e outros materiais que

servem tanto para a defesa como para as necessidades civis do país. Préviamente, sua produção provinha totalmente dos fornos de coque cuja operação está ligada à produção do aço. No curto espaço de tempo intermediário, a indústria do petróleo tornou-se uma grande produtora de benzol e a sua falta foi aliviada. A indústria do petróleo entra em tantas fases de nossa vida, que somente alguns de seus efeitos podem ser considerados em detalhe.

O petróleo (este termo como é aqui e subsequentemente usado, inclui o gás natural) é muito importante como uma fonte de energia para o transporte, o aquecimento e operação industrial.

Desde a 1ª Guerra Mundial ele vem arcando com o encargo adicional imposto pelas nossas necessidades de energia rapidamente crescentes e desbancou o carvão como sua fonte primária.

Durante este período, a produção de carvão ter permanecido quase estacionária, em cerca de 610 milhões de toneladas por ano. Em contraste, a produção de petróleo aumentou mais de seis vezes e a do gás natural, cinco vezes. Juntos, fornecem atualmente 57 por cento de nossas necessidades de energia, enquanto que o carvão fornece apenas 39 por cento e o potencial hidráulico, os restantes 4 por cento.

Ainda que o incremento na quantidade de automóveis, caminhões, ônibus e aeronaves constitua um fator preponderante nesta transformação de fontes de energia, a mudança do carvão para o óleo, na produção de força e aquecimento para fins industriais e domésticos, assim como a substituição de locomotivas a carvão pelas diesel, têm sido de grande importância. Estas transformações têm trazido aos consumidores muitos benefícios, em virtude da maior conveniência no manuseio, facilidade de controle e limpeza.

A produção da gasolina constitui hoje o maior volume da indústria, mas não tem sido sempre assim. De 1859 até cerca de 1915,

o querosene foi produzido em maiores quantidades do que a gasolina. A revolução da produção industrial de querosene para a de gasolina, foi uma das maiores realizações em nossa história e a que pôs literalmente a América sobre rodas. Quando o automóvel entrou primeiramente em uso, 13 por cento foi a quantidade máxima de gasolina que se podia obter pela destilação do óleo cru, o único processo de refinação desenvolvido naquela época. Por volta de 1910, havia 500.000 automóveis e homens com mentes progressivamente voltadas para o óleo, começavam a considerar que seriam necessárias muito maiores quantidades de gasolina, do que as que se podiam obter pelo mero aumento da produção de óleo cru. Os pesquisadores do petróleo, contudo, já se encontravam em atividade sobre o problema da gasolina, e em 1913, entravam em operação as primeiras unidades comerciais de "cracking".

Em breve surgiam os aperfeiçoamentos no "cracking", com o resultado de que tem sempre havido mais gasolina do que é necessário, de qualidade suficientemente alta, para satisfazer às necessidades do nosso sempre crescente número de automóveis.

Em meados de 1930, os processos catalíticos começaram a entrar em operação em escala comercial. O efeito dos mesmos foi obter-se gasolina de maior número de octana e aumentarem-se as quantidades, de modo que hoje se obtém do óleo cru cerca de 45 por cento de gasolina. O emprego dos processos de "cracking" torna necessária a produção de cerca de 2,5 bilhões de barris de óleo por ano, os quais seriam de outro modo necessários.

O aumento da produção de gasolina não é o único fator na conservação da supremacia do petróleo. A melhoria da qualidade resulta no aumento da quilometragem. Dois galões de uma gasolina de hoje, equivalem a três galões da gasolina de 1925. De fato, os motores de alta compressão dos

automóveis de hoje, não poderiam nem funcionar com a gasolina de 1925. Maiores economias de consumo serão ainda obtidas, quando estiverem em uso os motores de taxa de compressão de 12:1 e quando se puder empregar gasolina de mais alta qualidade.

Ensaio de estrada mostram que se pode obter uma quilometragem 40 % maior do que a obtida pelos automóveis de hoje. Da mesma forma, a aviação moderna não teria sido possível sem a gasolina de aviação de alto número de octana que resultou da pesquisa e do desenvolvimento contínuos. Pelo emprego de processos novos e aperfeiçoamentos, a indústria produz gasolinas que ultrapassam a escala de avaliação da performance. Não obstante constituir o número de octana um critério preponderante na medição da qualidade da gasolina, outros fatores são da mais alta importância, e em relação a eles se efetuam pesquisas contínuas.

Os aviões a jato criaram novos problemas inteiramente diferentes dos relacionados com os motores alternativos. Inicialmente, os motores a jato requeriam cerca de cinco vezes mais combustível. Este e outros problemas foram resolvidos parcialmente, mas podem-se esperar combustíveis feitos especialmente para os motores a jato.

Nos combustíveis para motores diesel encontram-se critérios de qualidades ainda diferentes e sua procura vem aumentando rapidamente. Uma das principais razões para este aumento é que cerca de 70 por cento do total dos transportes de carga e de passageiros são feitos por veículos a diesel. Outro produto cuja procura tem aumentado, é o óleo leve para aquecimento, usado principalmente para o aquecimento doméstico.

O aquecimento a óleo e gás natural tem-se tornado muito popular por causa das vantagens que oferece quanto à limpeza, facilidade de regulagem e menor trabalho, comparado ao a carvão. Em 1935, o carvão fornecia 80 por cento do calor nas habitações, enquanto

que o óleo e o gás forneciam apenas 19 por cento. Em 1951, a utilização do carvão caiu para 43 por cento, enquanto que a do óleo e do gás, subiu para 54 por cento.

Outros produtos do petróleo tradicionalmente consagrados incluem os lubrificantes e as graxas. A indústria agora fabrica mais de 1.500 óleos lubrificantes diferentes e 430 qualidades de graxas. Se bem que as graxas do petróleo fossem usadas nas rodas das carruagens de nossas avós e que suas geléias de maçã fossem vedadas com cera de parafina, as graxas de petróleo e lubrificantes de hoje, envolvem produtos para os fins mais diversos, variando desde as máquinas gigantescas até os minúsculos relógios.

A indústria do petróleo é hoje, entretanto, mais do que uma produtora de combustíveis e lubrificantes para motores e aquecimento. Ela constitui a base de uma nova indústria química de enormes proporções. Os petroquímicos, que há cerca de trinta anos surgiram como subprodutos do petróleo, constituem hoje uma indústria de 2 bilhões de dólares. Atualmente ela está produzindo mais de 25 por cento das necessidades totais de produtos químicos dos Estados Unidos e estará produzindo 50 por cento do total pelo ano de 1962. O desenvolvimento desta indústria tornou possível a obtenção de maiores quantidades de produtos antigos e alguns produtos inteiramente novos, que concorrem grandemente às conveniências da vida.

As oportunidades futuras neste campo são ilimitadas. Dispondo de ampla quantidade de matérias-primas, a pesquisa está habilitada a elevar o padrão de vida do mundo inteiro. Os petroquímicos abrangem muitos produtos cuja procura representa bilhões de libras ou mais, anualmente. Eles abrangem os produtos químicos tais como o metanol, cuja produção provinha antigamente de outras fontes e outros, como o álcool isopropílico, cuja industrialização só foi tornada possível pela utilização do

petróleo como matéria-prima. O metanol é comumente conhecido como "álcool de madeira" porém decorreram muitos anos desde o tempo em que ele era realmente derivado da madeira e o gás natural é agora sua principal matéria-prima. O uso principal do álcool isopropílico reside na fabricação da acetona, outro produto que provinha totalmente de fontes não petrolíferas.

Estas mudanças de matérias-primas são importantes não somente por causa dos custos mais reduzidos, como também porque não se poderiam obter quantidades suficientes de produtos químicos para as necessidades atuais, partindo das antigas fontes de matérias-primas. Os produtos finais que se podem agora obter dos petroquímicos estão revolucionando diversas fases de nossa vida. Os mais importantes destes são os produtos químicos usados para os plásticos, borracha sintética e têxteis.

Os plásticos estão substituindo os metais escassos, o vidro, cerâmica, madeira, fibras naturais, couro, papel e outros materiais. Em diversos casos, são superiores ao material que substituem e frequentemente são de mais baixo custo. Uma das mais recentes substituições no campo dos metais é o emprego das tubulações de plástico. Elas têm a vantagem de serem flexíveis e resistentes à corrosão, incrustação e ferrugem, além de serem mais leves. Outra substituição de metais que será dentro em breve feita em massa, é a de carroçarias de automóvel feitas de laminados de fibra de vidro com resina. Estas carroçarias não estão sujeitas às mossas e nem à ferrugem, são mais resistentes, porém leves e, portanto, economizam gasolina e produzem menor desgaste dos pneus. Um material similar será usado para a fabricação de banheiras. Estas serão particularmente vantajosas para uso em "trailers" onde o peso é um fator importante. As banheiras de fibra de vidro com resina pesam cerca de 15 libras, comparadas com 150 libras para as de

aço esmaltado e 200 libras para as de ferro fundido esmaltadas. Constitui uma observação interessante o fato de que revolução em materiais envolve não somente o uso de substâncias inteiramente novas, como também uma utilização mais vantajosa de material consagrado pelo tempo, como o vidro. Enquanto que as fibras de vidro são superiores aos metais e aos têxteis para alguns fins, os plásticos estão substituindo o vidro em alguns de seus empregos antigos. O polietileno, por exemplo, tem muitas vantagens sobre o vidro em garrafas para cosméticos, drogas farmacêuticas e diversas drogas químicas. As garrafas de polietileno são inquebráveis, mais leves e resistentes à maioria dos corrosivos químicos.

Para uso doméstico, os plásticos têm um extraordinário número de aplicações. Admite-se que os revestimentos de vinil para assoalho, terão maior duração do que as casas em que são colocados. Ademais, estes revestimentos nunca precisam ser encerados ou esfregados e não mancham ou se decompõem em contacto com a graxa. Os plásticos têm ainda invadido o mercado das tintas. Substituindo os óleos vegetais como base para tintas a serem usadas nos interiores, eles se tornam mais fáceis de aplicar, são isentos de cheiro e secam mais rapidamente. As novas películas envolventes, transparentes para embalagem, feitas de polietileno ou Saran, preservam os alimentos durante maior tempo e são utilizáveis em alguns fins, como para a congelação profunda "deepfreezing", para a qual os envolventes do tipo antigo eram inadequados.

Os plásticos são também usados em telas à prova de ferrugem, peças para rádios e geladeiras, pratos inquebráveis, peças decorativas e outros artigos de uso doméstico. O desenvolvimento industrial dos plásticos trará resultados de longo alcance. Um dos melhores exemplos é a substituição dos moldes de areia pelas coquilhas de plásticos fenólicos nas fun-

dições. As novas coquilhas produzem peças fundidas com superfícies mais lisas, dimensões mais precisas e requerem menos usinagem do que as provenientes dos moldes convencionais. O peso mais reduzido das coquilhas de plástico torna possível o aproveitamento nas fundições de pessoas fisicamente menos resistentes do que as que eram anteriormente necessárias. As necessidades de plásticos fenólicos para este fim, espera-se que sejam elevadas de um total de 3 milhões de libras no ano passado, para 80 milhões dentro de cinco anos.

As novas fibras têxteis são talvez os mais interessantes de todos os produtos petroquímicos. Quimicamente, elas são aparentadas aos plásticos e algumas delas podem ser classificadas numa ou noutra categoria. Em geral, elas têm vantagens sobre as fibras naturais, por serem mais fortes, secarem mais rapidamente, requererem pouco ou nenhuma passagem a ferro, resistirem à ação deteriorante das traças, do mofo e dos agentes químicos. Como consequência disso, necessitam menos cuidados e duram mais. São produzidas de matérias-primas que não estão sujeitas, como as fibras naturais, a fatores imprevisíveis como as condições do tempo, estragos pelos insetos e condições de saúde dos animais. Como resultado, todos estarão algum dia bem vestidos e abrigados em habitações atraentemente decoradas.

As fibras isoladas variam em suas aplicações e para alguns usos são misturadas com fibras naturais. O nylon é muito conhecido, mas estão sendo continuamente descobertas novas aplicações para o mesmo. Uma das mais dramáticas é a sua utilização para as vestimentas de guerra. Os oficiais têm atribuído a estas vestimentas a redução de 80 % nos ferimentos abdominais e torácicos na guerra da Coreia. Outro emprego menos conhecido do nylon é em tapetes, que durarão pelo menos cinco vezes mais do que os de lã. Tingem-se mais unifor-

memente, podem ser iguais na cor, enquanto que as fibras de lã variam, e podem ser limpas com água e sabão.

O nylon não é naturalmente, nenhuma panacéia. As camisas de homem, por exemplo, não se tornaram muito populares, porém uma outra fibra Dracon tem então sido aplicada para camisas e esta, além das vantagens de rápida secagem do nylon, tem melhor aparência, proporciona maior conforto e não tem necessidade de ser passada a ferro.

O Dracon está sendo também usado tanto isoladamente como em misturas, em tecidos para roupas.

As fibras acrílicas, Orlon, Dynel e Acrilan são usadas principalmente como substituto da lã, tanto isoladas como em misturas como a lã, o algodão ou o rayon, em produtos tais como cobertores, cortinas, meias de homem, camisas, roupa para trabalho, roupas de baixo, ternos de roupa, vestidos e tecidos industriais.

O Acrilan tem a maior resistência à tração e o Orlon é o mais resistente à deterioração pela ação do tempo. O Dynel é o mais resistente à chama e por isto mais de 13,5 milhas do mesmo foram usadas para cortinas e tapeçaria, cobertores, roupa de cama e enfeites no novo transatlântico "United States".

Os fios vinílicos Saran e Velon têm sido grandemente usados para revestimentos de assentos de automóvel. Recentemente, contudo, tem sido produzida uma grande variedade de produtos têxteis abrangendo desde os tapetes até os tecidos para roupas.

A borracha sintética está estreitamente aparentada aos plásticos e têxteis sintéticos. A indústria da borracha, como a conhecemos hoje, não poderia existir sem o petróleo como fonte de matéria-prima. O efeito da borracha derivada do petróleo tem sido colocar os Estados Unidos numa posição de auto-suficiência no que concerne aos fornecimentos de borracha. Contínuas pesquisas têm resultado em tipos de borracha

grandemente aperfeiçoados. O desenvolvimento da borracha fria, por exemplo, tem aumentado a quilometragem dos pneus feitos dela em 25 por cento e daí economizou ao público cerca de 347 milhões de dólares durante o ano passado. Diversas borrachas especiais têm também sido produzidas para as câmaras-de-ar, isolamento elétrico para serviço pesado, mangueiras para bombas de gasolina, depósitos auto-estancques para gás e outros fins. Uma das mais vitais aplicações dos produtos de petróleo está na produção agrícola, que tem sido aumentada pelo emprêgo de máquinas acionadas a petróleo e por meio de produtos químicos tais como os fertilizadores, inseticidas, fungicidas, reguladores do crescimento, exterminadores de ervas daninhas e desfolhadores. O impacto que estas inovações têm constituído é ilustrado pela radical transformação desde 1910, quando os trabalhadores em fazendas constituíam 31 por cento da força operária, quando em 1952 somente 13,9 por cento eram empregados neste mister. A produção de milho por acre, nossa mais importante colheita, elevou-se para mais de 35 por cento durante este mesmo período, pelos efeitos combinados da mecanização, hibridização e o emprêgo de agentes químicos.

A aplicação do exterminador de ervas daninhas 2, 4-D é uma boa ilustração das economias feitas. As ervas daninhas podem ser eliminadas pela aplicação de uma libra de 2,4-D por acre e esta operação leva apenas uma hora, com um espalhador mecânico puxado a trator, comparada com a operação manual de exterminação, que leva 100 horas. Tem-se estimado que a produção do milho poderia ser aumentada de 50 por cento, pelo uso mais generalizado dos agentes químicos. Do mesmo modo, a produção do trigo poderia ser aumentada de 30 por cento, sem qualquer aumento de mão-de-obra. O algodão requer atualmente maior proporção de mão-de-obra do que qualquer outro

produto agrícola entre os mais importantes. O emprego de máquinas e agentes químicos, contudo, está sendo rapidamente incrementado. Os aeroplanos são agora usados para cobrir grandes áreas com inseticidas, desfolhadores e outros agentes químicos. A mecanização e a aplicação da química reduzirão, segundo estimativas, o número de horas-homem necessários para produzir um fardo de algodão, de 155 para 10 horas. Não obstante o uso generalizado de maquinaria e de agentes químicos, tem-se estimado que 13 bilhões de dólares são perdidos anualmente das colheitas, por causa de ervas daninhas, insetos, cogumelos e doenças nas plantações. O petróleo desempenhará um papel primordial na redução desta perda, porque ele será uma fonte preponderante de combustíveis para a mecanização e agentes químicos para o controle dos agentes de destruição.

Estes são apenas alguns exemplos dos diversos produtos do petróleo. O grande número de produtos químicos, contudo, requer menos do que um por cento da produção total de óleo norte-americano e cerca de cinco por cento da produção total de gás natural. A expansão planejada da indústria assegura amplos fornecimentos para o incremento dos atuais produtos e para a fabricação dos que serão desenvolvidos pelos nossos engenheiros e cientistas.

Esta discussão do impacto da indústria do petróleo tem-se limitado aos Estados Unidos, mas os seus efeitos são mundiais. Um dos exemplos mais espetaculares encerra o uso de um único inseticida petroquímico, o aldrin, que é eficaz contra certas pragas devastadoras como as locustas, os gafanhotos e gergulhos.

Durante 1951, o Irã teve sua pior praga de gafanhotos neste século e pediu auxílio dos Estados Unidos para debelá-la. Deste país saiu de avião uma equipe de pessoas com suprimentos de aldrin e em quatro dias a exterminação dos gafanhotos foi de 100 por cento e mais de 53.000 acres de plantações foram assim salvos. Numa escala muito maior, contudo, a indústria do petróleo nos Estados Unidos executa um programa do Ponto IV financiado por particulares. Em todos os lugares onde operam nossas companhias de óleo, as condições de vida têm sido grandemente melhoradas e boas oportunidades de emprego e educação têm-se estendido a milhares de nativos.

Fantásticas como podem parecer as realizações da indústria do petróleo, elas são apenas uma indicação do que está para vir.

A indústria tem aquela fé no futuro, fé que tornou grandiosa a América e continua a encerrar ainda maiores promessas para a nossa civilização.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239
END. TEL. "RIOINCO"

Gerência, 23-0556 — Subgerência, 43-1112

Contadoria, 23-2329 — Cobranças, 43-9780

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE
(N. 6)



Teria chegado Irala ao Salto do Avanhandava no Tieté?

General SILVEIRA DE MELLO

Por aquele tempo, consoante a narração de Rui Díaz de Guzman, vieram caciques do Guaira queixar-se a Irala contra os tupis do Brasil, seus inimigos, que lhes depredavam as terras em continuas incursões, favorecidos pelos portugueses do litoral. Irala, aproveitando-se dessa oportunidade para visitar a provincia do Guaira, tomou uma companhia de soldados e partiu para a região das Sete Quedas, onde os índios da outra banda o receberam com agrado e lhe facultaram meios de navegação. Acompanhado de contingentes guaranis, subiu o rio Paraná *hasta los pueblos de los tupis* (1). Levantaram-se estes índios, ao pressentirem a aproximação dos castelhanos e fizeram-lhes frente, por água e por terra, *en un paso pelgroso del rio* (2), passo esse que Rui Díaz diz chamar-se *Salto del Ayembí*.

Qual seria esse passo ou passagem? Seria o rebojo do Jupia, abaixo da foz do Tieté, fortes e perigosas corredeiras existentes num trecho pedregoso e apertado do rio Paraná? Ou seria o salto do Itapura, a uns 22 km acima da foz do Tieté, que não é simplesmente um passo, mas uma alta queda, abrupta e intransponível a qualquer espécie de navegação?

Quando li esse trecho de Guzman na edição de Angelis, única que a esse tempo me chegara às mãos, admiti que Irala poderia ter ido até o Itapura, *Salto del Ayembí*. Consultando, porém, *Descripcion*, de Azara, fiquei admirado, este escritor afirma que Irala avançara, em perseguição dos tupis, até o salto do Avanhandava, no interior paulista, destruindo-os, submetendo-os e indo além. /

(1) Até onde chegariam as terras dos tupis do Brasil no Paraná-superior? Talvez até a foz do Tieté, de cujo rio eram senhores, talvez até a embocadura do rio Verde.

(2) Até aqui Guzman não fala de outro rio, a não ser do Paraná. Que se deve concluir disso, logicamente? Que o tal passo ou salto del Ayembí devia estar no Paraná e não noutro rio.

Não me parecia bem assim. Empenhado como estava Irala nos complicados negócios de seu governo, em Assunção, e tendo auxiliares de confiança para enviar àquela longa e difícil expedição, como explicar que o caudilho em pessoa, se tivesse decidido, após remontar o rio Paraná uns 500 km, a enveredar mais 200 km pelo Tieté acima, rio encachoeirado e distante, sem motivo de relevância política, nem os impulsos de ambição que o levaram ao Peru?

Em si mesma essa expedição não era impraticável, em face de outras que se realizaram nesses tempos bárbaros, quer partidas de Assunção, quer do litoral atlântico, quer dos Andes. Era inverossímil, a meu ver, por falta de motivos, até onde a levava o autor de *Descripcion*. Mas, dado que outros motivos desconhecidos a tivessem justificado, a afirmação de Azara parecia-me ridícula, por não se fundar em nenhum documento. Se Guzman, que narrou a expedição de Irala, não trouxe à baila o salto de Avandava, como Azara poderia invocá-lo? Fe-lo porque correspondia aos seus anseios de tornar público que os castelhanos haviam senhoreado, não apenas Xarayes, Guaira, Itatin, mas ainda o caminho fluvial que levava ao planalto piratiningano.

Não posso avaliar com que fim teria procedido Azara dessa forma. Não será descabido supor que ele procurava criar ambiente favorável à aceitação, pelos portugueses, do Ivinheima pelo Igurey, rio este que o hábil chicanista dizia inexistente. Pretendia, dessarte, avançar as raízes castelhanas até o centro-sul matogrossense, de onde num salto audacioso pelas armas, consoante insinuava em carta ao vice-rei, apossarem-se os castelhanos das ricas lavras auríferas de Culabá, por eles cobiçadas (3).

Eduardo Prado, primeiro entre nós, que examinou detidamente este assunto, estribado no texto de Angelis, foi de parecer que a assertiva de Azara não devia ser considerada erro de interpretação, porquanto seria grosseiro levar tal erro a conta de um espírito atilado como o dele e tão severo contra afirmações graciosas de outros cronistas. Atribue-o delicadamente Eduardo Prado, não à pessoa do naturalista e geógrafo que foi Azara, mas à preocupação deste, em seu papel de diplomata e agente da corte espanhola, e de outros escritores castelhanos e platenses, de torcerem o sentido de textos históricos para fundamentarem alegações em defesa de interesses territoriais de seus países, contra Portugal e o Brasil (4).

A tais jogos de subterfúgios não escaparam também os demarcadores portugueses. Dessas tretas "valiam-se bem os comissários das duas partes contratantes... cada funcionário procurava ostentar zelo, isto é adiantar sua carreira" (5).

Coteje-se o texto de Azara com o de Guzman (edição De Angelis) e ver-se-á que Eduardo Prado tinha boas razões. Nada parecia autorizar Azara a levar Irala até o Avandava.

Texto de Azara:

Fué bien recibido de estos indios (del cacique Guaira) que le acompañaron en la navegación que hizo con las mismas canoas Paraná arriba hasta la boca del río Tieté ó Añembí, que es caudaloso y corre al Occidente. Subió Irala nave-

Guzman, ed. De Angelis:

...navegó por el Paraná arriba hasta los pueblos de los Tupis: los quales, con mucha presteza se convocaron y tomaron las armas, saliendole á resistir por mar y tierra, con quienes tuvo una trabada pelea, en un peligroso paso

(3) Carta XXIV, de Azara ao Vice-Rel. De Angelis, "Colección de Obras...", vol. 4.

(4) Eduardo Prado, "Os Espanhóis no Salto Avandava, no século XVI", Rev. do I. Hist. de São Paulo, vol. 4, pág. 243.

(5) Capistrano, Hist. Colonial, pág. 190.

gando el Tieté hasta que en su segundo salto llamado Abainandaba, le acometieron por tierra y por agua los indios que Rui Díaz y Lozano llamam tupia, y que yo presumo eran guaraní, como todos los anteriores. Los rechazó y abuyentó Irala y se apoderó de su pueblo, matando á muchos. Luego corrió el país y á costa de algunos reencuentros, le redujo en pocos días á sua obediencia. ("Descripción e História del Paraguay..." pag. 319).

del rio que llaman el Salto del Ayembí; y desbaratando á los enemigos, los puso en huida, y entró en el pueblo principal de la comarca con muerte de mucha gente; y pasando adelante tuvo otros muchos reencuentros, con que dentro de pocos dias trajo á sugección y dominio aquella gente. Y despues de algunos tratos de paz, prometieron de no hacer mas guerra á los indios guaranis de aquel gobierno, ni entraries por sus tierras... ("La Argentina", II, cap. 13 "Colección de Obras..." 1º Vol.).

Eu já sabia da agilidade intelectual de Azara no famoso caso do rio Iguerey. Achando-se ele, como geógrafo e depois comissário da 2ª partida da demarcação de limites (Tratado de 1777), a par da fisiografia paraguaia, não podia ignorar a existência do verdadeiro Iguerey. No entanto fez-se escamoteador de topônimos, querendo impingir o rio Ivinheima por aquele, cuja evidência demonstrara Cândido Xavier em sua expedição de 1783.

No incidente do Iguerey, Azara desempenhara papel de prestidigitador e chicanista, mas ao afirmar o avanço de Irala até o interior paulista, pareceu-me falsador da história. Não era, porém, o primeiro passo que ele dava para desnaturar acontecimentos contrários ao seu modo de sentir e levar ao ridículo antigos cronistas do Paraguai. Fe-lo ainda para desvirtuar as atividades dos missionários inacianos, como inimigo que era da Companhia de Jesus (6).

Havia eu redigido estas notas, quando iniciei a leitura da monumental "História Geral das Bandeiras Paulistas", de A. Taunay. Qual não foi

(6) Não se pode negar a Azara notável ardor patriótico, invulgar zéto e aplicação no desempenho das missões de que era incumbido mas, por seu caráter impositivo, estraviou a muitos nos trabalhos que realizou no campo da história e da etnografia. Não são poucos os modernos autores que denunciam seus erros e mistificações. Bastaria citar o sábio Bertoní. Tão suave na apreciação daqueles de quem dissenta, não pôde conter estas e outras amargas recriminações a Azara: *Es verdaderamente de lamentar el descuido con que tan sabio autor ha redactado su Capítulo X, relativo á los indigenas de esta parte de America — entremezclando datos averiguados con supuestos — rechazando á veces el parecer general sin expresar motivos, y dando el suyo muy distinto — negando o atribuyendo autoridad á los otros autores según sus antojos ó sus pujanzas partidistas, y omitiendo el indicar las fuentes, personales ó documentarias, de ciertos datos, que serian de luminosa importancia, y que su observación, sus relaciones y los Arquivos de la Asunción le habian revelado, pero sobre cuya exactitud pueda echar alguna duda su espíritu contradictorio, imperativo y apasionado (La Civilización Guaraní, pag. 362)... "Con razón me escribe un explorador de nota: — Este Azara es un terrible autor; parece haber escrito su obra con el propósito de producir confusiones y hacer descarrillar por completo á los que le consultan. — No es exagerado este juicio... Las expresiones de Azara han descarrillado la etnologia platense durante cien años, y sus efectos aún se hacen sentir" (pag. 485).*

"De este último (Azara) cabe decir que si sus apreciaciones son en general sospechosas — como aquel maestro también reconoció — sus datos no lo son á veces menos, no pareciendo sino que en la etnografia y la historia hubiese querido empuñar la fama de observador exacto, que la zoologia y la geografia con tanta razón debian merecerle" (pag. 439).

Eis agora como é arrasador o juízo que o sábio P. Carlos Teschauer, em o 3º vol., pag. 16, de sua conceituada "História do Rio Grande do Sul", faz de Azara, como historiador: "... basta só enumerar algumas das muitas falsificações e invenções que ousou fazer nas suas obras á respeito das missões". E pag. 20: "Um autor que afirma a pés juntos com incrível facilidade e assombroso sangue frio, o que é inteira e absolutamente falso e conhecido como tal por todos e o que ele mesmo, ludibriando os leitores, como ridículo aprumo em outro lugar rejeita, semelhante escritor, digo, perante a critica histórica, é destituído de toda a autoridade e não merece crédito..."

a minha surpresa, ao deparar, logo no 1º volume, com a refutação às objurgatórias de Eduardo Prado contra Azara e com a reivindicação da figura deste, como historiador, ao narrar o avanço de Irala até o Avanhandava.

Taunay diz que Eduardo Prado (como a generalidade dos leitores brasileiros) lera "La Argentina" de Guzman, pela edição de Angelis e ficara fiel a esse texto ao denunciar a discordância de Azara inserta em sua "Description e História del Paraguay".

Procurando explicar o incidente, declarava Taunay que modernos estudos de crítica-histórica, realizados por Paulo Groussac, diretor da Biblioteca Nacional de Buenos Aires, revelaram a existência de vários códices que punham de manifesto a veracidade da citação de Azara. Taunay dá notícia da edição Groussac, consoante o texto de um desses códices até então inédito e considerado por este pesquisador o que mais parece aproximar-se do original.

Senti-me acachapado com a revelação de Taunay. Procurei a edição Groussac, se não para tirar a limpo essa dúvida, ao menos para abeberar-me da crítica que o historiador platense faz da obra de Guzman. Por mais esforços que fizesse, não consegui encontrá-la sob o título "La Argentina", nas bibliotecas do Rio. Não figurava também na bibliografia de obras de Groussac. Foi então que, nessa busca pelas bibliotecas, encontrei a edição paraguaia de 1845, e nela deparei, tal qual, o texto utilizado por Azara.

Já não podia discordar das razões de Taunay em defesa de Azara, e estava a ponto de retificar as notas, que escrevera, de solidariedade a Eduardo Prado. Fiquei nas condições de quem se vê sitiado, sem possibilidades de romper o cerco. Devia capitular. Ainda assim, mais por sincera curiosidade que por incredulidade, insisti na procura da edição Groussac. Não constava porém dos catálogos nem davam-lhe indicação certa os dizeres de Taunay. Por felicidade, consultando os autores argentinos, na Biblioteca do Itamaraty, dei com Rómulo Carbia, "História Crítica de la Historiografía Argentina", que me deu o roteiro exato da edição Groussac. Devia encontrá-la inserta em "Anales de la Biblioteca" (de Buenos Aires), tomo IX. Realmente lá estava. Forneceu-me também a Biblioteca do Itamaraty. Manuseei-a nervosamente, tendo em conta este elogio de Carbia: a publicação de Groussac está livre dos defeitos de outras edições, que "deben ser usadas con cautela" (ob. cit. nota 21, pag. 32).

Com este elogio e esta advertência, fiquei um tanto desarmado de minhas dúvidas e arguições. Todavia, não entreguei de todo os pontos. Reservava-se-me agradável surpresa à minha pertinaz curiosidade. Lamento que Eduardo Prado não estivesse vivo em 1924, quando saiu a lume o primeiro volume de "História Geral das Bandeiras Paulistas", no qual Taunay refuta os conceitos daquele contra Azara. Poderia o autor de "Husão Americana" revidar ao amigo e ambos teriam reexaminado o assunto com largueza e permitido a Taunay reconhecer, que, quando saiu em defesa de Azara se apoiara num terceiro texto, pensando apolar-se em Groussac, cuja edição e cuja crítica dão razões a Eduardo Prado.

Ora, não somente a edição Groussac de 1914 concorda com a de Angelis, mas também aquele reputa mais fiel a sua que a edição assunçencha de 1845.

Coteje-se agora a edição paraguaia com a de Groussac, sem esquecer que esta, quanto ao incidente que vimos examinando, é substancialmente idêntica a de Angelis e em nada se refere a Avanhandava.

Edição Groussac:

...mauego por el Paraná arriba hasta los pueblos delos tupis: los quales con mucha prestessa secombocaran y tomaron las armas, salientandole arresistir por mar y tierra, con quien tubo vno famosa pelea en un peligroso passo del rio que llaman el Salto del ayembi. Y desbaratados los enemigos los pusso en huyda y entro dentro del Pueblo principal de la Commarca con nuerte de mucha gente. Y passando adelante tubo otros muchos encuentros, con quien dentro de pocos dias trajo a Sujecion y dominio a aquella Gente. Y despues de Algunos tiratos de Paz promettieron de no hacer mas guerra a los Indios guaranis de aquel Gouerno ni entrarles por su tierra como asta entonzes lo auian hecho (Pag. 146).

Edição Paraguaia:

...navegó el Paraná arriba, hasta los pueblos de los Tupies, los cuales con mucha presteza seconvocaran y tomaron armas, saliendoles a recibir por el rio y por tierra, y tuvieron una reñida pelea en un peligroso paso del rio, que llaman el Salto de Abañandaba, ó paso del Anembi, y desbaratados los enemigos, fueron puestos en huida, y entraron los nuestros al pueblo principal de la comarca, donde mataron mucha gente, y pasando adelante, tuvieron otros muchos encuentros, con que dentro de pocos dias trajeron á su sujecion y dominio aquellos habitantes, y despues de algunos tratados de paz prometieron no hacer mas guerra á los indios Guaranis de aquel Gobierno, ni entrar en sus tierras, como antes lo habian hecho. (Pagina 99).

Azara esteve no Paraguai e no Prata de 1784 a 1801. Em 1793 ofereceu ao cabildo de Assunção o manuscrito de "Descripción e História del Paraguay", no qual declara que possuía uma cópia da obra de Guzman.

Groussac diz que os códices de Assunção são posteriores aos de Angelis e aos que existem na Biblioteca Nacional do Rio. Explica ainda o crítico argentino que as cópias vindas do século XVIII — umas doze, no seu entender — não são rigorosamente iguais. Em cada uma delas há variantes, omissões, trocas de palavras, acréscimos, introduzidos pelos copistas, que padecem do "prurido de emendadores". Acrescenta Groussac: "No es dudoso, en todo caso — como en el curso de nuestras anotaciones se pone en evidencia — que el texto de la Assunción representa en muchos lugares una verdadera refundición del original, ejecutada por algun fraile o curial imbuido en la retórica pendantesca que en las aulas florecia; y era por lo mismo inevitable que fuese preferido por nuestros semiletrados y editores de ocasión" (ob. cit., Prologo, pag. XLVII).

Eis aí a asseveração de Groussac: "o texto assuncenho representa em muitos lugares verdadeira refundição do original". Como pois não admitir adulterado o episódio do Avandava?

O crítico argentino não conseguiu que o governo paraguaio lhe fornecesse, para cotejo, o manuscrito assuncenho, mas teve em mãos, em Buenos Aires, os dois exemplares brasileiros, que lhe foram enviados a pedido. Na falta do códice paraguaio, fez uso da edição assuncenha de 1845, que se diz fiel àquele manuscrito. Pelo estudo comparativo a que procedeu, declara Groussac: há muitas divergências entre o texto paraguaio e os de Angelis; aquele teve por modelo o de Francisco de la Rosa, que data de 1760, ao passo que o de Angelis e suas ramificações arrancam del manuscrito mas antigo y quasi desguardenado que menciono el autor de dicho códice" (ob. cit., Prologo, pag. XLVII e ss.).

Groussac chega à conclusão que no século do setecentos havia três espécies de códices de Guzman; os de Angelis, representados pelos manuscritos brasileiros (ns. 1 e 2) e um da Biblioteca de Buenos Aires (n. 3); da segunda espécie fazem parte a edição paraguaia de 1845,

a de Montevideo de 1846 e a de Pelizza de Buenos Aires, de 1881; na terceira categoria, figura o código de Seguro, que originou a edição única de Groussac.

Os manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio, que consultei, trazem, da expedição de Irala ao Tieté, os seguintes tópicos:

Código 1 (ficha 1-15-2-20):

...navegó por el Paraná arriba hasta los Pueblos de los Tupies los quales con mucha presteza se combocaron y tomaron las armas, saliendo a resistir por mar y tierra con quienes tubo una trabada pelea en un peligroso paso del Rio que llaman el paso del Aiembí, y desbaratando a los enemigos los puso en huida...

Código 2 (ficha 1-15-3-15):

...navego por el Parana arriba, hasta los pueblos de los tupies, los quales con mucha presteza se convocaron, y tomaron las Armas, y salieron a resistirle por mar y tierra; con quienes tubo una reñida pelea en un peligroso paso del Asembí; y desbaratando a los Enemigos los puso en huida...

Que é que se deve inferir d'êste debate? Foi sempre minha opinião (embora estivesse provada a fidelidade do texto assuncencho com o original) que Guzman fantasiara, como era do seu costume, a expedição de Irala até o Avanhandava, para dar mais um florão de glória ao avô (7). Na verdade, que interesse teria Irala em remontar o Paraná e o Tieté, em perseguição dos índios tupis daquela banda, quando não procedera contra os do litoral paranaense, nem contra os que vinham pelo caminho do Peabiru, por onde irromperam mais tarde os bandeirantes? Os motivos de Irala não eram tão imperiosos que o levassem tão longe, a tão áspera viagem pelo encrespado Tieté, a vencer corredeiras, e temerosos saltos. Se é exata, porém, a excursão de Irala, pelo Paraná acima, êle não teria passado do Itapura (8).

É o mais que se lhe pode dar, consoante o que se lê nas edições Groussac, de Angelis, e nos vários códigos de onde êstes procedem. É também o que se conclui da leitura de Lozano, como veremos adiante.

Como se vem de analisar, não só a razão repele a veracidade da expedição de Irala ao interior paulista, mas também os textos históricos, especialmente o de Groussac, tido como o mais recomendável, nos levam a crer que o código assuncencho foi adulterado naquele ponto para se lhe

(7) "Los errores más graves de La Argentina non son imputables a la ignorancia del autor, sino, como arriba se dijo, a su falta de veracidad, en cuanto los echos se relacionan con personas de su familia. Ahora bien: siendo así que, por obra y gracia de Guzmán, los actos o ademanes de su abuelo Irala, de su tío Cabeza de Vaca y de su padre Riquelme (fuera la menuda parentela), ocupan lugar prestante en los más de los capítulos, puede el lector formarse una idea anticipada del espíritu, que en el relato domina y de la confianza que debe merecer". (Groussac, ob. cit., pag. XXIX).

(8) Para se ter uma idéia do itinerário pelo Tieté e pelo Paraná abaixo, veja-se a descrição da "Viagem de D. Luis de Cespedes Xeria", em 1818, talvez a mais antiga notícia de percurso por essa via fluvial. Por aí se verá das dificuldades e perigos em descer o curso desses rios. Dificuldades muito maiores porém eram as de remontar êsses cursos d'água e mais ainda no caso de Irala, que não disporia de tantos meios quantos Xeria "... nove dias mais tarde pousava (Cespedes) nas imediações de um grande salto, de onde se precipitava o rio, do alto de grandíssimas pedras. Sacamos las canoas por tierra... dos mil pasos, Su nombre proprio es Abayandava. Cinco dias depois de haver deixado o Avanhandava, atinga o salto de Itapura, através do trecho encachoeirado, que lhe ditava estas palavras — desde el salto grande de Abayandava hasta aqueste de Itapura, todo es grandísimas corrientes y penascos y riesgos por donde veniamos todos los dias, desnudos, acompañando las canoas y teniéndolas para que no se hiciesen pedazos y otras veces echándolas al agua con palancas. Entrando no Paraná, assustou-o muito o reboto do Jupia — grandísimos remolinos, de agua y mucho peligro para las canoas, donde me desembarqué con toda mi gente, siendo por tierra gran pedazo y las canoas por este peligro (Rev. I.H., tomo 84, páginas 468-70).

interpolarem palavras de sentido tendencioso fazendo crer que Irala teria ido até lá.

Azara repele não poucos fatos narrados por Guzman e ter-se-ia insurgido contra o de Avanhandava se essa ocorrência não lisongeasse suas idéias e argumentos de comissário de limites.

Vejamos qual o interesse do copista em adulterar aquele episódio. Seria o prurido de emendar ou esclarecer, a seu modo, uma passagem obscura? Teria agido por insinuação ou a mandado de outrem? Consoante averiguações de Groussac, o códice assuncenho fôra copiado depois de 1760, tendo por modelo o de Francisco de la Rosa, que data desse ano. Assim sendo, aquele manuscrito foi copiado na época das demarcações de limites, que se arrastaram até o fim do século. A solerte impugnação, apresentada pelos castelhanos, da inexistência do rio Igurey, levou os portugueses, na primeira demarcação, a aceitarem, sub condicione, o Iguatemi. Todavia, ainda contra este se rebelou Azara no novo pleito de demarcação que se reabriu com o tratado de 1777, visto que o Iguatemi correspondia ao Ipané e este entrava pelo território paraguaio a dentro. Instigados por Azara, já não querem os castelhanos os limites por esses dois rios, e sim pelo Ivinheima, que aquele instava em fazer passar pelo verdadeiro Igurey.

Ora, para preparar argumentação histórica do domínio e influência que teriam exercido os espanhóis até mais ao norte das raias assinaladas pelos tratados de Madrid e S. Ildefonso (como também pretenderam levar para leste a linha Pepiri-Santo Antônio) convinha à chicana dos demarcadores castelhanos (como conveio aos portugueses, pela força, ocuparem a região ocidental do rio Paraguai) que, pelo menos, ficasse provada a presença de Irala no Avanhandava e a posse tomada por ele daquela região paulista. Embora não se averbe isso de argumento decisivo, porque, se existiu, caducou, em todo caso serviria de escora à reivindicação do Itatin, e, assim, simulando renunciar ao muito para pedir pouco, fazerem cavalo de batalha das raias pelo Ivinheima e o Rio Branco.

O manuscrito original de *La Argentina* continua desconhecido. Parece, não será jamais encontrado. Nestas condições, havendo três grupos de cópias, dos quais apenas um traz à baila o Avanhandava, necessariamente nos decidiremos pelos outros dois. Primeiro, porque um deles — o de Angelis, edição príncipe — foi divulgado antes de todos e sua edição de 1835 não sofreu objeção naquele ponto. Segundo, porque o outro — o de Groussac — apresenta credenciais de maior fidelidade, e, também, não foi contestado.

Nestas condições, podemos averbar de enxertia aquele tópico do códice assuncenho. Tida como verdadeira a nossa suposição, o motivo da interpolação teria sido: a) idéia do copista em esclarecer, a seu modo, qual fôra o *paso peligroso que llaman Ayembí*; b) propósito maquiavélico de insinuar que Irala teria ido de fato até o interior paulista, para exercer ali a soberania castelhana. Em qualquer das duas hipóteses parece evidente que o autor da interpolação não era simples escriba, mas um entendido da geografia e toponímia daqueles tempos. Não há como afirmar, então, que a inscrição — *Avanhandava* — era estranha ao original, e foi enxertada pelo copista.

Que devemos concluir? Primeiramente, reivindicar para Eduardo Prado a justeza de seus conceitos na apreciação do episódio do Avanhandava. Este escritor teve razão em arguir de falsa ou improcedente a assertiva de Azara. Se a este não coube responsabilidade na adulteração, nem por isso deixa de ter razão Eduardo Prado, porquanto o que ele visava, em princípio, não era pessoalmente Azara, mas a falsidade do alegado e o mentor daquela deformação.

Procurando defender Eduardo Prado e reivindicar atualidade à sua crítica, apresso-me também a declarar que A. Taunay, ao apontar o su-

posto equivoco daquele, foi, por sua vez, vítima de um engano. Este erudito historiador, tendo sob os olhos várias edições de *La Argentina*, citou ao que parece, em abono de sua tese, a edição assuncencha de 1845, na suposição de que tinha em mãos, no momento, a de Groussac de 1914. Ora, aconteceu isto: o seu raciocínio saiu às avessas.

O aprêço que merece A. Taunay, pelo muito que lhe deve a história e as letras brasileiras, me leva a afirmar que por maior cuidado que tenha um escritor consciencioso, não raro cai em engano semelhante ao que ocorre a itinerantes de anotarem a direita pela esquerda de um rio e o rumo de um quadrante pelo quadrante oposto.

Não fôra Taunay desviado, sem o perceber, do rumo, na apreciação daquele caso, teria evidentemente, à vista dos estudos de Groussac, pôsto em evidência as razões de Eduardo Prado, embora julgasse de boa ética ressaltar a responsabilidade de Azara, considerando-o, por sua vez, vítima da inconsciência do copista.

Eu, porém, não me inclino a inocentar totalmente Azara.

Se o manuscrito assuncencho foi adulterado, para nêle se inserir a passagem do Avanhanda, será possível pô-lo à prova com outros oriundos do mesmo modelo, que foi o de Francisco de la Rosa. Tornar-se-ia, porém, necessário tê-lo em mãos. Se tal fôr verificado, não é fora de dúvida essa adulteração se tenha realizado ao tempo de Azara em Assunção, talvez com o parecer dêle, a título de esclarecer a ocorrência, talvez por sua iniciativa.

De qualquer modo, há no livro de Azara um tópico, referente àquela passagem, que não se contém em nenhum códice, nem mesmo na edição assuncencha. Ei-lo aqui: *Y luego corrió el país...* Esta frase empresta enorme amplitude à proesa de Irala. Não só teria batido os tupis em suas aldeias, mas ainda, teria palmilhado, como dominador, as terras do planalto.

Azara, esquecido de sua severidade contra os antigos cronistas, resvala em maior disparate, porquanto excede aqueles nêsse passo. Excede-se também a si mesmo em zelo pela causa do rei, como se aquele episódio, por ele dourado e engrandecido, pudesse dar asas ou valimento a um título de expansão às raíais castelhanas, que êle arquitetara em mente na linha Ivinheima-Rio Branco.

Não encontrei nas Bibliotecas do Rio as edições De Peliza, 1881, nem a da Livraria J. Lajouane, 1910, citadas por Groussac. Recorri, então, mais uma vez a antigos cronistas da conquista e colonização do Paraguai. "*La Argentina*" (Ed. 1602 de Barco Centenera, anterior a Ruy Díaz) não faz referências àquela expedição de Irala. Aliás, é menos história que poema dos primeiros tempos do Rio da Prata.

O padre Montoya (*Conquista Espiritual*, Ed. de 1639) não historia os fatos do Paraguai que precederam as reduções do Guaira. Charlevoix (*Historia del Paraguay*, Ed. francesa de 1756) traz abundantes informações dos séculos que o precederam. Quanto à expedição de Irala, escreve simplesmente que o caudilho fôra ter ao Guaira e ali desbaratara os tapes que invadiam as terras dos guaranis, mas não diz que passou adiante. Confunde o autor os tupis de S. Paulo com os tapes do Rio Grande. Charlevoix reedita algumas fantasias da obra de Gusman, contudo nem uma palavra emprega sobre o avanço de Irala ao Tietê.

Guevara ("*Historia del Paraguay...*") não faz menção de *Mala Entrada* nem da façanha de Irala ao *salto do Ayembí*.

Techo (*Historia de la Provincia del Paraguay*", editada em 1673), que pouco se ocupa dos primeiros acontecimentos do Paraguai, também não trata daquele episódio.

Lozano (*Historia de la Conquista del Paraguay*, editada em 1754), sim, êste traz longa notícia do avanço de Irala. Narra-o com grande

cópia de palavras, baseado nos códices que estiveram a seu alcance em Córdoba, quando ali exerceu as funções de historiador da Companhia entre os anos de 1743 e 1773.

Todavia, a narração deste escritor jesuita está em acôrdo com a que lemos nas edições de Angelis e Groussac. O testemunho de Lozano é valioso para a apuração da verdade, visto que ele pôde consultar à vontade os cronistas que o precederam e os códices e referências, que existiam, ao seu tempo, do original de *La Argentina*. No entanto, nem por sombra faz referência ao Avanhandava. Eis como ele descreve o incidente:

"Navegó todo el por el rio hasta la boca del rio Añembi, por donde descubrieron a los pueblos de los tupies. Tomaron estos prontamente las armas y convocando su nacion hicieron porfiada resistencia; disputaron con grande valor un paso peligroso de aquele rio que llaman el Salto del Añembi y favorecidos del terreno tralan en continua operacion nuestras armas peleando con obstinacion asi por agua como por tierra... Corrieron despues (os castelhanos) las demas poblaciones de los tupies, quienes, al fin... imploraron clemencia..."

Há ainda, como reforço de nossa tese, um tópico de "La Antigua Provincia de Guayrá", do historiador paraguaio contemporâneo, Ramón I. Cardoso, mestre de assuntos da história colonial de sua pátria. Referindo-se à expedição de Irala e fazendo menção de Azara, narra o episódio consoante o texto de Guzman, editado por de Angelis: "Remontó el rio hasta los pueblos de los tupies, quienes se opusieron al avance en un paso llamado Añembi, donde Irala triunfó e impuso la paz". Este insuspeito historiador, como se vê, não se deixou levar pela versão de Azara, nem pela edição assuncenha de 1845.

Se ficasse provado que o códice assuncenho fôra copiado antes da chegada de Azara ao Paraguai ou fora de suas vistas, e que a edição paraguaia de 1845 é fiel àquele códice, poderíamos dizer: Azara não teve influência na adulteração do tópico referente ao Avanhandava. A minha dúvida, porém, contra Azara, está nisto; esse códice e seus afins teriam sido copiados e adulterados na estada do autor de "Description" em Assunção, de 1784 a 1793, ano da conclusão do seu livro.

Sou levado a esta suposição porque Azara alarga a importância da incursão de Irala com estas palavras inexistentes em qualquer das edições de "La Argentina", palavras que ele acrescenta por sua conta: *Luego corrió el país (pag. 319)*, quando os textos se limitam a dizer: *Y pasando adelante*.

Ainda há um ponto a considerar. Irala em sua condição de caudilho, empenhado nos cruciantes problemas de consolidação do governo, não se iria expor a uma perseguição de índios a tais distâncias: 1) quando, bem perto, os terríveis palaguás, volta-e-meia, punham em perigo a capital; 2) porque os numerosos índios do Guaira, apenas auxiliados pelos castelhanos, poderiam sair em defesa de suas terras contra outros índios providos de armas idênticas, como se apresentaram os que se teriam oposto a Irala.

É o próprio Azara, todavia, que, não raro informa de inverídicos, fantásticos ou fora de cronologia, alguns acontecimentos narrados por Guzman. Quanto à expedição de Irala ao Tieté, tem-na como realizada não em 52, como a dá Guzman, mas em 53.

Azara ("Description", pag. 817-18) mostra que não se teria podido realizar a expedição de Irala em 1552. Admite-a, em 53. Todavia em 53 também não teria sido possível, visto que nesse ano e no seguinte estiveram em atividades no rio Uruguay as expedições de Romero para fundar São João e a de Riquelme, partida depois daquele, em seu au-

xílio. Se Irala houvesse partido nêsse tempo para o Guaira e mais ao norte, levando consigo uma companhia de soldados, por certo ficaria desgarnecida a capital, o que era inadmissível, tendo em conta, principalmente, os assaltos que com frequência a punham em xeque os índios do Chaco.

Groussac, porém, que estudou a fundo *La Argentina*, à luz de novos conhecimentos, chega à conclusão que Irala não teria feito sua visita ao Guaira nem em 1554 nem em 55, e sim, no ano de 56, em que o caudilho, já idoso, estava prestes a morrer (3 de outubro de 1557).

Groussac vai ao ponto de duvidar da expedição de Irala ao alto-Paraná, restringindo-a a uma visita à região das Sete Quedas. Eis como a aprecia o crítico argentino: "De la matéria tratada en este capítulo (o autor refere-se ao cap. XIII, liv. II, de *La Argentina*, em que Ruy Díaz narra o episódio do Afembi) y gran parte del siguiente (fuera de la fundación bien auténtica de Ontiveros), solo nos toca decir que todas esas aventuras, con su catástrofe del Guaira — eco probable de una zozobra ocurrida años después en el río Aracuay, por la región de Itatín — flotan en un limbo impreciso, apenas tangente a la historia y la cronología. Lo que puede afirmarse y demostrar-se, es que Irala no hizo entrada al Guaira en año de 54 ni el siguiente. El mismo nos dice (carta citada): *el año de cinquenta y quatro, procuré poner en punto mi jornada por esta provincia del Itatín. Agrega que en Octubre, quando había despachado adelante al infatigable Nuflo Chaves, llegaron cartas de San Vicente, avisándole que venían, traídas por Bartolomé Justiniano, las reales provisiones que tanto le importaban. Llegaron, en efecto, por junio del 56: y el resto del año se empleó en tomar posesión del gobierno, cambiar el personal y poner en marcha el rechinante carro administrativo. En 1556, si, emprendió Irala una jornada al Paraná; pero entonces hacia dos años que Garci Rodriguez habia cumplido la suya, fundando en la boca del Pequiri la población de Ontiveros, luego substituida por la Ciudad Real de Diaz Melgarejo*" (ob. cit. nota 127).

Como aí vem demonstrado, em 1556, já estava fundada Ontoveros, no Guaira, e os castelhanos dispunham ali de um destacamento de soldados em condições de repelir os tupis ou de se fazer por eles respeitados, caso tentassem vir até ali, pelo Paraná abaixo. Dado porém, que se fazia mister afugentar aqueles índios, não se abalancaria o próprio Irala e fazê-lo, quando dispunha em Guaira de oficiais e soldados, reforçados pela indiada guarani. Além disso em 56 já estava assentada em Piratininga a vila de São Paulo. Caso se tivesse realizado aquela incursão até o alto-Tieté, êsse acontecimento teria repercutido ali e provocado protestos e reações.

Damos, pois, por justificado o protesto de Eduardo Prado, quanto à incursão de Irala até o Avanhandava. Outrossim, com fundamento nos embargos que opõe Groussac à jornada de Irala e nos dizeres do próprio Azara quanto aos desvaneios de Guzman em favor de Irala, seu avô, pode-se asseverar que a expedição dêste não teria passado da região das Sete Quedas, onde já existia, desde 1554, a Vila de Ontiveros, primeiro núcleo castelhano do Guaira, fundado por Vergara.

Em remate, devemos concluir: não foi Irala nem os castelhanos que estiveram no Avanhandava no século XVI; quem lá esteve, pela imaginação, foi Azara, cioso de arranjar um trampolim com que provocar um salto do rio Igurey, da parte sul das cataratas, onde está, para a calha do Ivinheima, muito ao norte.

MATO GROSSO SOB OS ASPECTOS: FÍSICO, SOCIAL E ECONÔMICO

Capitão HERMINIO PÓVOA DE MATTOS

Ao publicarmos o presente despretensioso trabalho, temos unicamente, como objetivo, o de cooperar com os oficiais que desejam ingressar na Escola de Estado-Maior. Uma das maiores dificuldades encontradas pelos que se preparam para o concurso, é a coleta de material para o estudo dos diferentes pontos. Há necessidade da consulta de livros didáticos, publicações oficiais, artigos, entrevistas de técnicos, etc., o que provoca perda de tempo e dispendio monetário. Um grande passo, nesse sentido, foi dado pelo Curso de Preparação do Clube Militar que, além de estabelecer uma diretriz para o candidato, lhe fornece os pontos, em sua maioria muito bem confeccionados. Resolvemos apresentar um estudo sobre Mato Grosso, pois esse Estado e o Rio Grande do Sul avultam de importância, figurando em vários pontos do programa. Estudaremos Mato Grosso de acordo com o esquema abaixo:

Fronteiras externas — descrição:

Aspecto físico:

- Geologia;
- Orografia;
- Hidrografia;
- Climatologia;
- Fitogeografia;

Aspecto social:

- Etnografia;
- Povoamento;
- Demografia;

Aspecto econômico:

- Recursos naturais.
- Agricultura e pecuária;
- Indústria e comércio;
- Transportes.

Mato Grosso possui uma superfície de 1.262.572 km, correspondendo a 14,82 % do Brasil. A sua maior extensão é no sentido N-S (± 1.854 km), possuindo de L-W, 1.241 km.

Fronteiras externas — descrição:

Mato Grosso possui fronteiras com 2 países estrangeiros: Paraguai e Bolívia. *Paraguai — Limites* — Do salto das Sete Quedas alcança a margem direita do Paraná e vai pelo divisor de águas das Serras de Maracaju e Amambí, essa separando os afluentes do Paraná dos do Paraguai. Atingindo o Riacho Estrêla, formador do Apa, por ele desce até sua foz, no Rio Apa; desce este até à sua confluência com o Rio Paraguai, pelo qual sobe até o desaguadouro da Baía Negra, junção com a fronteira da Bolívia.

Podemos classificar essa fronteira como *linha, natural e real*. De acordo com a classificação de Camilo Vallaux, podemos dizer que é *viva*, com tendência a se tornar de *tensão*.

Bolívia — Limites:

Sobe o Rio Paraguai, do desaguadouro da Baía Negra até um ponto a 9 quilômetros em linha reta do Forte de Coimbra; segue por

duas linhas convencionais até ao arroio Conceição, pelo qual desce até à Lagoa de Cáceres, que é cortada em direção à porta do Tamarindeiro. Uma linha sobre o paralelo de 18° 14'-S., vai até à Lagoa de Mandiocaré, da qual passa à Lagoa Gaíba pelo paralelo 14° 49'-S. Alcançando o Canal Pedro II ou Pando, ao N da Lagoa Gaíba, vai por ele até à Lagoa Uberaba. Daí, pelo Canal da Corixa Grande, passa à confluência da de São Matias com a do Peniado. Nesse ponto, segue uma reta de 114 quilômetros, atingindo o morro da Boa Vista; daí, outra reta que liga ao morro dos 4 Irmãos (o mais ocidental). Ainda com algumas retas menores, alcança a nascente do Rio Verde, pelo qual desce até o Rio Guaporé. Dêsse ponto tem início a fronteira com o Território de Guaporé.

Podemos classificar essa fronteira como *linha, real e convencional, natural e artificial*. De acordo com Vallaux, podemos dizer que é *viva* em certos trechos e *morta* em outros, podendo, no futuro, se tornar de tensão.

Aspecto Físico — Geologia — O seu solo, sucintamente, é de origem *arqueana* ao N e N W, *cretáceo* no centro, N W e N E, *triássica* a L e S e *quaternária* a W e S W, na planície por onde corre o Paraguai.

Existem trechos do *algonqueano* ao S, circundando o pantanal. No período *arqueano*, a maior parte da superfície W do Brasil era fundo de um mar que, nos períodos seguintes, com a elevação dos Andes, recuou, procurando saída pelo N (Amazonas) e pelo S (Prata). No período *triássico*, pela grande fenda aberta no S, e que se estendia de São Paulo ao Rio Grande do Sul, houve derrame basáltico que escorreu para a costa (lado ocidental na época), resfriando por camadas e fazendo verdadeiros degraus. São os Trapps do Paraná de basalto e diabase. As formações geológicas são que determinam fundamentalmente sobre a vegetação, formação dos lei-

tos dos rios, orografia e consequentemente sobre a grande área inundada conhecida por pantanal.

Orografia — O relevo de Mato Grosso pertence ao Maciço Central Brasileiro, com altitudes que oscilam entre 300 a 600 m, em 50 % do Estado. Abaixo de 100 m, temos um pouco mais de 10 % e entre 200 e 300 m, 40 %. É uma vantagem para Mato Grosso, pois a altitude compensa a latitude. Possui um planalto regular central, conhecido por chapadão, cujo embasamento é o complexo cristalino, coberto por sedimentos, principalmente de arenitos, com ramificações para a N W, Serra dos Parecis, para o N a Serra Azul e para N E Serra do Roncador. Para o S, formando a perna do Y, surgem dobramentos do tipo de enrugamentos. Esses dobramentos e a erosão dos rios são responsáveis pelas Seras de São Jerônimo, Santa Marta, Baús, Amambí e Maracaju, argilosas, de cor avermelhada e ricas em ferro. Essa região é conhecida por "peneplano". Ao N, tem início a planície amazônica por onde correm os afluentes do Amazonas e, ao centro e S W, a planície do Paraguai, que vai se estreitando para o S. É um saco de boca para baixo.

Hidrografia — Os rios de Mato Grosso pertencem às bacias do Amazonas, Paraná e Paraguai. O chapadão, com as suas ramificações, serve de divisor de águas entre as bacias do Amazonas e Paraguai. Ao N do chapadão, correm inúmeros afluentes da margem direita do Amazonas, destacando-se o Madeira, o Aripuanã, o Tapajoz, formado pelo Juruema e Cap. Teles Pires, o Xingu e o Araguaí. É uma região coberta de rios, alguns deles navegáveis e, no futuro, deverão ser utilizados como vias de comunicações entre o Brasil Central e do Norte. Procurou-se, com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, dar escoamento aos produtos bolivianos pelo Amazonas, utilizando-se, para isso, o Rio Madeira, porém, a região é de

difficil acesso, inhóspita e sem desenvolvimento econômico, o que torna extensivamente precária a possibilidade de êxito da tentativa. O Rio Paraguai e seus afluentes constituem as vias de penetração para o interior do Estado, servindo de escoamento aos produtos da região central e possibilitando a comunicação com Cuiabá. O Rio Paraguai possibilita a navegação até Assunção servindo como ligação do interior do Brasil com o Paraguai. Inúmeras Companhias exploram o transporte, destacando-se a Mihailovich, argentina e o Lóide Brasileiro. Os transportes no Paraguai e Paraná são controlados pela autarquia "Serviço de Navegação da Bacia do Prata", que infelizmente não tem podido dar a assistência que merece o problema. Os serviços se acham desorganizados, o rio sem dragagem e os vapores sem horários, o que prejudica grandemente o transporte dos produtos do interior, provocando um deslocamento da população da região central matogrossense para a região sulina servida pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. O Rio Paraná, na fronteira com São Paulo e Paraná, tem o seu curso interrompido pelos saltos de Urubupungá e Sete Quedas, sendo, entretanto, navegável entre os dois. Os seus afluentes matogrossenses, Verde, Pardo, Ivinheima e Iguaçu, são conhecidos como rios ervateiros. Como vemos, Mato Grosso é profundamente cortado por cursos d'água, com grandes possibilidades de aproveitamento de energia, conhecida, principalmente, pelos saltos já citados, bem como, a utilização dos rios como vias de transporte. O Rio Paraguai, na época das cheias, provoca inundação de enorme área (250 X 400 km), constituindo sério entrave ao desenvolvimento dessa zona. Pela formação geológica, nas zonas sedimentares, o solo se apresenta "poroso", região rica em nascentes, ou é "permeável", com lençol subterrâneo. O complexo cristalino, quando vem

à superfície, provoca corredeiras nos rios.

Climatologia — O clima de Mato Grosso, segundo o critério de Moritz-Delgado de Carvalho, é tropical, semi-húmido continental, com distribuição regular das chuvas. A altitude, em certos pontos, corrige a latitude, propiciando um clima ameno.

De acordo com a classificação de Koppen, o clima é quente, com chuvas de verão. Nas Serras de Caiapós e dos Pirineus, o clima é temperado brando.

Fitogeografia — No divisor de águas das Bacias Amazônica e Paraguai, predomina as florestas tropicais da hileia. Na região do pantanal, é um complexo com matas de encostas, palmeiras, cerrados, campos e etc. Contudo, o aspecto geral da vegetação é o campestre. É interessante ainda destacar o carandazal, que marca a transição do terreno alagado para as regiões menos inundadas.

Aspecto social — Etnografia — Mato Grosso, anteriormente à infiltração do branco, era povoado por raças de nível cultural extremamente baixo; eram povos na idade da pedra. A principal família era a dos Tupis. Atualmente, ainda permanecem principalmente ao Norte, em território quase inexplorado, no divisor de águas das bacias Amazônica e Paraguai, tribos em completa estagnação social, muitas delas ferozes e que não aceitam o contacto com o branco. São os xavantes, botocudos, caiapós, etc. O elemento branco, que penetrou inicialmente, é de origem portuguesa, vindo nas bandeiras e que se estabeleceu em várias regiões. O afluxo do negro foi pequeno, quando o caboclo habitante da região, originário do entrelaçamento do branco com o índio.

Povoamento — O povoamento de Mato Grosso se deu graças à ambição e coragem dos bandeirantes, que, na caça ao aborígene, penetraram em territórios completamente desconhecidos. Antônio Raposo Tavares percorreu os sertões até o Araguaia, Cuiabá

e Guaporé. Pascoal Moreira Cabral, sendo informado por Antônio Pires de Campos, da existência de populosos aldeamentos à margem do Cuiabá, para lá seguiu, sendo porém rechaçado. A sorte o favoreceu e descobriu ouro nos cascalhos do Coxipó, fundando o povoado de N.S. da Penha. Sendo descoberto ouro em maior quantidade no córrego da Prainha, para lá se transferiu a onda humana, dando nascimento à cidade de Cuiabá, em 1719. Daí partiram as bandeiras que devassaram o alto Paraguai e, contornando o planalto, atingiram o Jauru e o Guaporé, onde encontram novas riquezas. Improvisaram-se arraiais na chapada e a Corôa Portuguesa se apressou a colher resultados promissores. Pelo Alvará Régio de 9 de maio de 1748 criou o Governo das Minas de Cuiabá. O povoamento, que se processara espontaneamente, à revelia das autoridades, continuaria à sombra do regime legal, a experimentar análogas ou mais graves amofinações. As dificuldades para o desenvolvimento da região eram imensas, ocasionadas pela ausência de transportes e afastamento dos centros povoados do litoral. Apesar de tudo, as povoações progrediam, tanto em Cuiabá como a que surgiu às margens do Guaporé, fundada por Rolim de Moura, a capital, a que deu o nome de Vila Bela da Santíssima Trindade. Na época da independência, foi transferida a sede do Governo para Cuiabá, cuja irradiação aumentou, à medida que crescia Vila Bela. No século passado, lavradores mineiros, oriundos do Triângulo, atravessaram o Parnaíba e se espraíram pelo Sudoeste até o Rio Apa e se localizaram, principalmente, no planalto maracujano. Após a derrota da Revolução Federalista, inúmeros gauchos cruzaram o Paraná e por estradas paraguaias, alcançaram os ervaais matogrossenses. E assim se constituiu o povo matogrossense, com o tronco bandeirante, no qual se enxertou o

ramo mineiro de Santana, o gaúcho de Ponta Porã, o nordestino dos garimpos e, por último, novamente, o paulista pela Noroeste, além dos forasteiros de diversas procedências transportados pela via fluvial do Paraguai.

Demografia — Em Mato Grosso, a região mais desenvolvida economicamente e conseqüentemente mais povoada é a do sul do Estado. Zona propícia à agricultura e principalmente à pecuária, servida por uma boa estrada de ferro, a Noroeste do Brasil, teria fatalmente de se desenvolver com muito mais intensidade do que uma outra sofrendo de precaríssimas vias de transporte, podendo somente se utilizar da irregular navegação fluvial e da aviação.

A população atual de Mato Grosso é de 582.451 habitantes, com uma densidade demográfica de 0,5h/km², constituindo $\pm 1\%$ da população do Brasil. Encontramos, nessa população, 50 % de brancos, 40 % de pardos, 9 % de negros e 1 % de amarelos. A predominância da idade é de 0 a 10 anos. A natalidade é grande. Encontramos ainda $\pm 5\%$ de estrangeiros. Com a criação dos territórios, houve um maior impulso no povoamento e no desenvolvimento. A região norte do Estado, início da planície amazônica, é completamente despovoada, habitada somente por tribos indígenas. A região do centro (chapadão) é de fraca densidade demográfica, pois estando próxima do peneplano, a população é absorvida por esse, por apresentar melhores condições de vida. Normalmente, os habitantes se distribuem ao longo dos rios, sua principal via de comunicação. Esta zona foi onde se originou o povoamento do Estado, mas, em face das dificuldades de ligação, os seus produtos não tinham fácil escoamento, o que provocou o declínio da vida econômica e a atual estagnação. Os habitantes da região foram, aos poucos, se deslocando para regiões mais propícias e se localizando principalmente na zona da Noroeste. Nor-

malmente, uma cidade tem possibilidades de empurrar o povoamento até 500 quilômetros. Mato Grosso não tem uma grande cidade nessas condições sendo que Cuiabá já atingiu o máximo de suas possibilidades. Encontramos, nesta região, os seguintes principais municípios:

	Habitantes
Cuiabá	58.867
Mato Grosso.....	2.905
S. Luiz de Cáceres....	19.527
Poconé	13.495

Como já dissemos, a região sul é a mais povoada, possuindo as cidade mais progressistas. No caso de Mato Grosso, vemos a importância fundamental do transporte para o desenvolvimento econômico duma região. Onde existe possibilidades de escoamento dos produtos, fatalmente haverá surto de progresso e ampliação das medidas culturais e sociais. Sendo, além disso, uma região bastante favorável à agricultura, com ótimas pastagens e possuidora de riquezas minerais, temos a certeza, desde que os transportes aumentem, com o entrosamento das rodovias com a ferrovia e o aproveitamento dos rios, que, dentro de pouco tempo, o sul de Mato Grosso se tornará um elemento de valor na economia do Brasil.

As principais cidades são: Corumbá, principal porto do Paraguai, no Brasil e centro exportador do Estado. Atualmente se acha dotada de usina siderúrgica, pertencente à Sociedade Brasileira de Siderurgia e que prepara o minério de ferro e o exporta para a Argentina. Acha-se ligada diretamente, por via fluvial, à Assunção, Buenos Aires e Montevideu. Além disso, em Corumbá tem início os trilhos da Brasil-Bolívia, artéria ferroviária de enorme importância política e econômica. Possui uma população de 39.913 habitantes. No Rio Paraguai, ainda encontramos Porto Murtinho (8.441 habitantes) e Porto Esperança. Ao longo da Noroeste se acham as cidades de Miranda (7.688 habitantes), Aquidauana (21.450 habitantes), Campo Grande (58.305 habitantes) e Três Lagoas com 19.005 habitantes. Na fronteira com o Paraguai, encontramos Bela Vista (16.585) e Ponta Porã (20.627 habitantes). Essa, dentro em pouco, estará ligada a Campo Grande por um ramal da Noroeste, além de ser, no futuro, o ponto de encontro da "Ferrocaril Norte del Paraguai" com a "Noroeste". Como podemos verificar, a maior densidade demográfica do Estado se encontra ao sul, bem como suas cidades mais importantes. Revisando o assunto, verificamos que a fronteira com a Bolívia é completamente despovoada, sómente encontrando aglomerações humanas ao sul. A fronteira com o Paraguai é mais povoada, se bem que ainda não satisfaça a densidade demográfica.

Um problema que deve merecer a atenção dos dirigentes, é o das condições de povoamento das faixas fronteiriças. No caso que estamos estudando, o Paraguai, pelas suas condições de vida, sensivelmente menos favorecidas que a nossa, a superioridade econômica, cultural e social do brasileiro sobressai notadamente, dando a esse uma posição superior com relação ao estrangeiro fronteiriço, o que infelizmente não acontece em outras fronteiras. São necessários cuidados especiais para com as populações dos nossos limites, fornecendo-lhes meios que possibilitem o seu desenvolvimento, de modo que, no choque de influências com os vizinhos, estejamos sempre, pelos menos, em condições de igualdade. Não devemos nos esquecer que essas populações são os destacamentos avançados da defesa do país e temos, a todo custo, de evitar o nascimento, nelas, de um complexo de inferioridade. Existe na nossa fronteira com o Paraguai o problema dos marginais, que são homens de situação indefinida, que perambulam pela região, sem estabilidade, vivendo dos dois lados, onde melhor lhes convenha. Normalmente, são paraguaios que

atraídos pelos salários mais elevados do que os da sua terra, penetram em território brasileiro e se empregam nos ervais. Resulta, desse fato, um choque com os nacionais, pois os ervateiros preferem a mão-de-obra paraguaia por ser mais barata e poder burlar as leis trabalhistas nacionais. Esse fato já tem provocado incidentes e várias medidas estão em estudo para resolvê-lo. Com relação à fronteira boliviana, urge a tomada de medidas eficazes, visando a fixação de núcleos populacionais e o seu conseqüente desenvolvimento econômico. A criação de territórios é uma das medidas que têm mostrado o seu acerto, pois permite o amparo direto do governo federal às regiões fronteiriças, de interesse para a defesa nacional e cujos governos estaduais não têm possibilidades para incrementar o seu progresso.

Aspecto econômico — Recursos naturais — Mato Grosso é possuidor de abundantes recursos naturais, constituindo o transporte no maior obstáculo para o seu aproveitamento. Assim, encontramos, no divisor de águas com a bacia Amazônica, região das florestas, madeira, plantas medicinais e uma rica fauna. A poaia, a ipecacunha, constituem o esteio econômico de alguns municípios, como São Luiz de Cáceres. A seringueira também é encontrada na região. A erva-mate existe em grande quantidade, inicialmente ao longo do Rio Paraná. O quebracho, de onde se extrai o tanino, é também encontrado na bacia do Paraguai, existindo em Porto Murinho duas fábricas de extrato de quebracho. Na zona do pantanal, encontramos uma palmeira do tipo buriti, que é muito empregada para construção de casas. Também nessa zona existem magníficas pastagens, sendo uma das regiões de criação do país. Em Urucum, perto de Corumbá, existem grandes jazidas de ferro e manganês, sendo consideradas uma das mais ricas do mundo. O manganês está sendo

explorado por uma Companhia brasileira-americana, sendo interessada a "United States Steel". O ferro é exportado principalmente para a Argentina. Existem ainda calcários e minério em Corumbá e Cuiabá, pedras preciosas, chumbo, estanho, casiterita, bauxita e outros. Ainda não se fez um estudo para determinar verdadeiramente os seus recursos.

Agricultura e Pecuária — A agricultura é pouco desenvolvida, destinando-se principalmente ao consumo interno. Pelo Anuário Estatístico, verificamos que a área cultivada (ha), em Mato Grosso, foi apenas de 110.238 ha., inferior à de Sergipe. Os principais produtos agrícolas são: feijão, arroz, batata, cana, café, mamona, milho e frutas. O esteio econômico do Estado reside na pecuária, possuindo um dos maiores rebanhos de gado vacum do país, estimado, em 1948, em 4.474.990 cabeças. Em segundo lugar, encontramos os suínos, com 559.210 cabeças e os eqüinos, com 307.120 cabeças. A região de criação é a zona do pantanal, que pela qualidade de suas pastagens, impregnadas de sal, é extremamente favorável à criação. Os criadores lutam com o enorme obstáculo da inundação, obrigando-os ao transporte de seu gado, na época das cheias para as terras mais altas. Não há seleção de raças, sendo o gado criado à vontade. Para nós, militares, é de grande interesse a localização da zona de criação, tendo em vista a possibilidade da transformação de Mato Grosso em futuro teatro de operações. Em caso de termos o nosso território invadido, há necessidade absoluta da retirada de todo o rebanho para zonas interiores. Em caso contrário, com uma base de operações em Mato Grosso, a questão do reabastecimento estará em parte resolvida.

Indústria e Comércio — A indústria, em Mato Grosso, é das mais incipientes, resumindo-se na indústria extrativa da erva-mate,

com 12.939 t, no sul de Mato Grosso, do *quebracho*, com duas fábricas em Pôrto Murtinho e a *saladeril* e de couros e peles. Em Corumbá, foi instalado um alto forno para a produção de ferro guza. Corumbá é o centro exportador do Estado, com envio de mercadorias para o Paraguai, Argentina e Uruguai, enviando, principalmente, mate, tanino e ferro guza (Argentina.) Para as demais unidades da federação, envia, principalmente, gado em pé.

Transportes — Ferrovias — A única ferrovia existente no Estado é a Noroeste do Brasil que, partindo de Baurú, em São Paulo, atinge Corumbá, servindo à zona sul do Estado, passando pelas cidades de Três Lagoas, Campo Grande, Aquidauana, Miranda, Pôrto Esperança e Corumbá. De Corumbá parte a Brasil-Bolívia. De Indubrasil, a 19 quilômetros de Campo Grande, parte um ramal para Ponta Porã, atingindo atualmente o Rio Dourados. Em Ponta Porã deverá ser entroncar com a ferrovia paraguaia que, partindo de Concepcion, deverá atingir Pedro Juan Caballero. A Noroeste avulta de importância, pois é o respiradouro de Mato Grosso, por ela recebendo o que necessita e enviando o que produz. Da sua importância basta verificar o surto progressista das cidades por elas servidas.

Rodovias — São precárias, não suportando tráfego intenso. As principais são: Br. 31 Alto Araguaia-Cuiabá, estrada federal de tráfego permanente, bifurcando-se, em Cuiabá, nas estradas Br.30, para Poconé e Br.29, para Rosário-Oeste, ambas de tráfego permanente. *Aquidauana-Nioac-Jardim*, bifurcando-se, nesta cidade, para Bela Vista e Pôrto Murtinho. *Estradas carroçáveis*: Pôrto 15 de novembro-Corumbá-Campo Grande-Ponta-Porã; Campo Grande-Br.31; Ponta Porã-Bela Vista; Poconé-Cáceres-Mato Grosso; Araguaiana-Cuiabá.

Aquavias — A navegação fluvial, em Mato Grosso, é controlada pela autarquia "Serviço de Navegação da Bacia do Prata" (S.N.B.P.).

O rio Paraguai constitui a principal artéria fluvial do Estado, sendo a via de ligação com a capital e as cidades do centro. O seu principal pórtio é Corumbá, com comunicação regular com as cidades de Assunção, Buenos Aires e Montevideu. Existem, ainda, Pôrto Murtinho, Pôrto Esperança, Cáceres. Possui afluentes navegáveis como o São Lourenço (180 quilômetros) Cuiabá (250 quilômetros) que serve a capital do Estado, Taquari (280 quilômetros), Miranda (200 quilômetros). As Companhias que exploram a navegação, são: A Companhia "Mihailovich", argentina, o "Lóide Brasileiro" e a "Companhia Minas-Mato Grosso". *Linhas de navegação*: Montevideu-Corumbá e Corumbá-Cuiabá. O rio Paraná tem o seu curso interrompido pelos saltos Urubupungá e 7 Quedas, sendo navegável entre os 2 saltos. Possui, em território de Mato Grosso, vários afluentes navegáveis, como: Iguatemi, Amambai, Pardo, Verde, Ivinheira, Dourados, que são conhecidos como rios ervateiros. *Linhas de navegação*: P. Epitácio-Tupl, no rio Anhandui, 250 quilômetros. Entre os 2 saltos, o serviço é explorado pela "Companhia Nacional São Paulo-Mato Grosso". Na fronteira de Mato Grosso e Goiás, encontramos o rio Araguaia, navegável, cujo serviço é explorado pela "Empresa Navegação Araguaia-Tocantins", com ligação até Belém.

Aerovias — A aviação é o meio de transporte que mais se desenvolveu no Brasil, ligando os pontos mais distantes aos centros principais do país. Em Mato Grosso todas as cidades principais se acham servidas por linhas aéreas. Assim, Cuiabá, Cáceres, Poxoréu, Guaraatinga, Três Lagoas, Campo Grande, Aquidauana, Corumbá, Dourados, Ponta Porã, Bela Vista possuem campos de pouso e são servidas pelas Companhias existentes no país.

Conclusões: 1) Mato Grosso, com uma densidade demográfica de 0,5 habitantes km² é, praticamente, despovoado, existindo enormes extensões de terras onde a ci-

vilização não penetrou e habitadas por tribos indígenas da época da pedra lascada. A sua população, na sua maioria, com um padrão de vida baixo, se distribui ao longo dos rios e junto à "Estrada de Ferro Noroeste". As suas cidades, com raras exceções, não possuem desenvolvimento econômico, cultural e civil, acima da média.

2) A fronteira com a Bolívia é completamente despovoada, ao norte, surgindo núcleos populacionais ao sul. Atualmente, não há perigo iminente nessa parte, visto que do lado boliviano, também, nada existe, sendo uma região deserta, inhóspita. Devemos porém estabelecer planos para a colonização da faixa fronteiriça, devendo essa ser dirigida pelo Governo Federal, de modo a evitar os improvisamentos.

3) Mato Grosso poderá se tornar, de um momento para outro, um teatro de operações de grande importância, tendo em vista a sua proximidade dos centros vitais do país: São Paulo e Rio de Janeiro. Em face disso, é necessário um melhor amparo ao Estado, de modo a possibilitá-lo a incrementar a sua vida econômica, principalmente nas regiões fronteiriças. 4) Acredito que a criação de territórios federais é a medida que melhor atende ao problema de povoamento das fronteiras, pois o governo federal, possuidor de maiores recursos, terá maior liberdade de ação para tomar as medidas adequadas, sem ter os entraves dos interesses regionais, além de ter uma idéia precisa das necessidades da defesa nacional.

5) A região fronteiriça do Paraguai é a mais desenvolvida economicamente, sendo, entretanto, mister dar uma maior compreensão nacionalista à sua população, de modo a fazê-la compreender a sua importância como destacamento avançado da soberania do Brasil. 6) É preciso maior vigilância com relação à infiltração dos marginais, que poderão se tornar um quisto dentro das nossas terras.

7) Para que se consiga um povoamento efetivo, é preciso que o homem se estabeleça à terra e, para isso, o governo poderá fazer uma distribuição de lotes, fornecendo,

aos camponeses, créditos, sementes, instrumentos agrícolas e principalmente transporte para o escoamento da sua produção. Feito isso, com critério e ordem, teremos solucionado o problema de povoamento das fronteiras. Essa medida é mais um argumento a favor da criação dos territórios.

São das mais interessantes as conclusões do General Paula Cidade expendidas no seu livro "Geografia Militar Sul-Americana", com relação ao Paraguai e a Bolívia, às quais transcrevemos:

I

Quanto ao Paraguai:

A gênese do sólo paraguaio explica os traços gerais das operações de guerra que ali têm tido ou terão lugar. A vasta planície de aluvião, último vestígio de um mar que passou, acha-se ainda mal consolidada e apresenta, como único caminho seguro a calha do rio Paraguai; mais para leste, as terras altas, cortadas pelo eixo ferroviário da "Central do Paraguai", oferecem um caminho militar imposto pela dura experiência das campanhas dos anos de 1866-69, livre dos pantanais que bordam as margens do rio.

Achando-se o território da República dividido, pelo rio Paraguai, em duas porções, uma ocidental e outra oriental, pode parecer, à primeira vista, que existam aí dois teatros de operações, até certo ponto de igual valor; no entanto, a região ocidental, constituída pelo Chaco Boreal, não chega a ser um teatro de operações, desde que se trate de efetivos mais ou menos consideráveis, por falta de recursos de toda espécie e; mesmo de estradas. A luta que aí se travou entre o Paraguai e a Bolívia parece contrapor-se a tal juízo, mas a verdade é que a guerra do Chaco não deu lugar a grandes batalhas campais, de resultados decisivos. Como qualquer dos países lindeiros, não pode concentrar ali, movimentar e reabastecer efetivos consideráveis, as grandes operações hão de se arrastar morosamente e se de-

envolver em torno de pontos de fácil acesso, não muito afastados da via navegável do rio Paraguai ou do Pilcomaio.

Em se tratando de operações que se desenvolvessem de sul para norte, como as da guerra de 65-69, o rio Paraguai funcionaria, quando muito, apenas como elemento disjuntor, dificultando as ligações entre as forças que operarem nas duas margens, exigindo a presença de meios fluviais adequados.

Nestas condições, a função da mais alta importância, exercida pelo rio, é a de linha de comunicações, nem sempre muito segura, desde que o adversário tenha possibilidade de fazer incursões pelo Chaco, para tirar partido da potência do canhão moderno.

Desde que ambos os adversários venham a optar pelo caminho histórico que se estende ao longo do rio Paraguai, como em 1866 encontrarão eles apoio para as suas alas de oeste; no rio Paraguai apoiarão, então, os paraguaios a sua ala direita e os seus adversários, a sua ala esquerda, evitando, durante vários anos, recíprocos envolvimento.

No momento atual dada a existência da "Central do Paraguai", o mais expedito dos caminhos militares que conduzem a Assunção não é mais o seu grande rio, mas o eixo Encarnacion Vila Rica- Assunção, que desconta largamente quaisquer defesas ensaiadas na zona baixa que margeia o rio Paraguai, com graves consequências operativas para um partido do norte.

Em face de uma visão do norte para o sul, ou em sentido contrário, o território paraguaio, de Assunção para o norte, é favorável à defensiva, pela presença de numerosas linhas d'água transversais ao sentido da marcha do invasor, constituídas pelos afluentes do rio Paraguai.

Num território como que constituído o teatro de guerra nos primeiros anos, baixo, cheio de pantanais e de lagoas, com inúmeros córregos, notadamente nas épocas das chuvas, os elementos mecanizados, no es-

tado atual da indústria, não encontrarão aí muitas oportunidades de emprego adequado.

Neste momento, o território paraguaio, com escassa população, sem indústrias importantes, com falta de uma sofrível rede de estradas, no estado atual do equilíbrio sulamericano, não apresenta grande importância.

II

Quanto à Bolívia:

Sendo a Bolívia um estado central, tem apenas como respiradouros naturais os grandes rios tributários do Amazonas e ainda, graças aos convênios com o Brasil, o rio Paraguai. A força expansiva do estado boliviano tem atuado várias vezes sobre a linha considerada de menor resistência, visando a alcançar uma das orlas marítimas do continente.

A guerra com o Chile parece haver demonstrado que, pelo momento, não é por aquele lado que deve ser buscado a solução do problema.

A ação geográfico-militar da Bolívia interessa a duas regiões do Brasil, pósto que pode visar tanto a fronteira amazônica, como a de Mato Grosso.

Atualmente, a fronteira boliviano-brasileira de Mato-Grosso nenhum valor tem como teatro de operações, pelas suas condições econômicas, notadamente quanto a transportes.

Aí, nenhum rio existe convenientemente orientado, capaz de permitir transportes de concentração, quer da Bolívia para o Brasil, quer do Brasil para a Bolívia. O próprio Pilcomaio, que é apenas navegável em seu baixo curso, desagua no rio Paraguai, corre transversalmente à direção das linhas de invasão e pode apenas funcionar como linhas de cobertura, atrás da qual um dos partidos poderá ensaiar a primeira resistência; mais tarde, desde que um dos partidos penetre profundamente no território do outro, poderá servir como linha de rocade, que os contendores poderão utilizar para deslocar la-

teralmente o centro de gravidade.

Completada a estrada de ferro de La Paz até Santa Cruz de La Sierra, concluída a ligação que está sendo levada a efeito dessa última cidade a Corumbá, a fronteira matogrossense ficará mais perto de La Paz do que do Rio de Janeiro. Desde que a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil tenha chegado a Corumbá e ligado seus trilhos às linhas bolivianas, desaparecem, para o Brasil, as defesas passivas constituídas, até agora, pelas enormes distâncias a serem transportadas através de verdadeiros desertos por um invasor que marcha de oeste para leste. Surgem, então, novos problemas geográficos militares. Verificado que a Bolívia não pode fazer respeitar a sua neutralidade, numa conflagração sul-americana, ou desde que tome parte no bloco que nos é oposto, o teatro de operações de Mato Grosso adquire grande importância, porque conduz, pelo caminho mais expedito, aos centros vitais do Brasil, cuja unidade de ação pode vir, assim, a ser comprometida.

As novas convenções, firmadas pelo governo brasileiro com o boliviano, têm vistas exclusivamente comerciais. Sob o ponto de vista militar não são favoráveis ao Brasil.

Achando-se as fontes do petróleo boliviano a mais de 500 quilômetros da fronteira brasileira, não é possível ao Brasil protegê-las e, por consequência, poderão ser cortados os fornecimentos, a qualquer momento.

Mais grave ainda é que um invasor, marchando de oeste sobre Mato Grosso e São Paulo, terá sempre, à ilharga, essa fonte de energia, para assegurar todos os seus reabastecimentos.

Também, do lado boliviano, a situação geográfica permite a ilação de que a sua posição central, encerrando o nó ferroviário do continente, dá ao seu território grande importância, em caso de guerra entre vários países seus vizinhos, que precisarão muitas vezes atravessá-lo para ferir pontos vitais de seus adversários.

BIBLIOGRAFIA

Notas de Geografia Militar Su Americana — Gen. Paula Cidade

Brasil 1942 — Ministério das Relações Exteriores.

Brasil 1948 — Ministério das Relações Exteriores.

Anuário Estatístico do Brasil — I.B.G.E.

Evolução histórica de Mato Grosso — Virgílio Corrêa Filho. Artigo publicado na Revista Esso.

Pontos do Curso de Preparação do Clube Militar.

Roteiro Rodoviário — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

História do Brasil — Rocha Pombo.

Para o seu
escritório, prefira
"CIMO"
o movel que
dura muito...

FABRICAS:
Rio de Janeiro, Jurema, Curitiba,
FISIAIS:
SÃO PAULO: Rua Maria Fátima, 89
CURITIBA: - Avenida da Boa Fé, 138
BELO HORIZONTE: - Rua Cardeal, 101
JOINVILLE: - Rua São Pedro, 100

MOVEIS CIMO

A MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL

Major ALFREDO CORREIA LIMA

I — FATORES QUE A IMPÕEM

Intimamente ligado ao problema de redivisão territorial, acha-se outro, de não menor importância, que é o da interiorização da Capital Federal. Acreditamos mesmo que o primeiro passo para a execução de qualquer grandioso plano de redivisão seria esse de levar, para o coração do país, a sua máquina propulsora, em primeiro lugar pela repercussão moral sobre os sentimentos regionalistas, abalados que seriam, nos seus alicerces, vendo a cosmopolita Rio de Janeiro perder a sua condição de capital, em segundo porque, centrada, mais fácil e eficientemente poderia a nova metrópole comandar o processo redivisionista.

Independentemente, entretanto, de tais considerações, urge retirar o governo federal do Rio de Janeiro, tendo em vista outras que se impõem, haja ou não redivisão territorial e tal afirmação não constitui nenhuma novidade. Dela sabem muito bem os nossos estadistas, os membros dos poderes da República, grande parte dos oficiais das Forças Armadas, os estudiosos da geografia e da história, os engenheiros e os economistas.

Sabem-no, e não é de agora. A origem da Idéia remonta aos tempos do Brasil-colônia, desde quando quando Manoel Felix, em 1742, pelo Guaporé, se passou ao Madeira, provando a possibilidade de, por linhas interiores, fazer-se a ligação dos Campos de Cima com a Amazônia. Desde então se descobriu que, subindo o Rio das Mortes, outras ligações poderiam ser conseguidas com a Amazônia (Araguaia, Tocantins e Xingu). Começou-se,

desde logo, a preconisar a conveniência de assegurar-se o domínio dos rios, onde o governo da Colônia poderia ter abrigo seguro contra as invasões do espanhol.

Fatores diversos fizeram com que a Capital do Brasil fôsse erigida à beira-mar, inicialmente no Salvador, passando para o Rio de Janeiro em 1763, e daí não mais sendo afastada. Mais 13 capitais, estaduais e de território, estão situadas na orla marítima: Macapá, Belém, São Luiz, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceló, Aracaju, Salvador, Vitória Niterói e Florianópolis. Das interiores, S. Paulo, Curitiba e Porto Alegre estão tão próximas do mar que quase as podemos incluir entre as marítimas, mormente a última, porto fluvial importante. Dêsse modo, apenas 8 das 25 capitais existentes no país estão bastante afastadas do litoral, o que constitui, sem dúvida, uma das confirmações de que o Brasil buscou o mar como melhor meio de ligar as diversas partes do país, entre si e com o mundo.

Mas não é possível ficarmos inteiramente, e pelo correr dos séculos, amarrados ao litoral. Estamos num país imenso e não podemos nos quedar eternamente encantados com suas prodigiosas possibilidades. Há que explorá-las!

A capital do país está esdruxulamente situada, desde que não é mais cabível dependermos exclusivamente do mar. As estradas vão, pouco a pouco, num esforço titânico, se aprofundando pelos sertões, na consecução de largos objetivos, que patriotas destemerosos não se amedrontaram de encarar. Nosso Plano de Viação Nacional é grandioso, e

não hão de faltar homens de rija ténpero que o levarão adiante. Nossos largos rios pedem navegação eficiente, dragagem de leitos, intercomunicações por meio de canais. Hão de conseguí-los. Rendamos nossa homenagem aos irmãos do ar, que têm levado as asas do Brasil às rotas do Araguaia e do Acre, semeando um núcleo de civilização em cada campo de pouso que abrem no coração da selva.

Tais considerações é que nos fazem afirmar: a capital pode deixar o litoral.

E porque deve fazê-lo?

Antes de qualquer outra consideração, porque o Rio é vulnerável a um ataque militar. Não nos iluda a grande distância a que fica de qualquer outro país, mesmo americano. O fator distância perdeu muito do seu valor intrínseco diante do vertiginoso progresso aeronáutico. Se o Rio é acessível pelo ar, como do resto o são, de modo geral, todas as cidades do mundo, devemos lembrarnos de que a aproximação se pode dar em vôo sobre o mar, garantindo-se o assaltante uma maior possibilidade de obter surpresa, que poderá ser seguida por ataques navais de grande poder. A aeronáutica inimiga tentará isolar a cidade, tanto atacando a sua defesa aérea, como cortando as artérias de comunicação com o resto do país, que todas galgam os alcantilados da Serra do Mar. A esquadra de superfície atacará a defesa costeira. E não precisamos recorrer à imaginação fertilíssima de um Wilde para lobrigarmos uma operação anfíbia, que a não impediriam as águas mansas da Barra da Tijuca ou da baía de Sepetiba. Por certo que uma tal ação terá de contar com forte reação nossa. Mas, não há negar, os assaltantes poderiam guardar, como trunfo seu, uma poderosa concentração de meios.

E nós? Precisamos encarar certas realidades — nossa pequena densidade demográfica, 15.719 km de fronteiras a guardar, 7.408 de costa a defender, avultado número de pontos-chaves a proteger. Com sacrifícios, somente, conseguiríamos reunir homens, engenhos, na-

vios e aviões suficientes para garantir, no sentido absoluto da palavra, a posse de uma cidade de situação tão delicada, do ponto de vista militar, como é a da metrópole carioca.

Perguntar-se-á: e se a capital estiver no interior?

Bem, assim a história já será outra. A última guerra mundial não está tão afastada no tempo que já nos tenhamos esquecido da ação submarina ítalo-germânica, e sua cruel repercussão sobre o nosso sistema de comunicações; os tremendos óbices criados à nossa navegação marítima forçaram a utilização das rotas do interior. Então, a capital interior fica, desde logo, livre da ação das esquadras, somente podendo ser molestada pelas aviões transportados; mas, as ações aéreas terão de vencer as defesas escalonadas no território para a poderem atingir, e isto, bem o sabemos, já não é tão simples. É ainda a última guerra que nos traz ensinamentos, e tenhamos presentes que as distâncias a vencer são, no continente americano, bem maiores que na Europa. Se o espaço perdeu muito do seu valor face aos meios aéreos, não podemos dizer tal coisa com referência aos terrestres. A localização interior é, pois, uma forte garantia à proteção da capital contra incursões de tropas agressoras, especialmente se vindas do litoral, tendo adiante de si os paredões abruptos da serra, que teriam de galgar.

Objetar-se-á: levando a capital para o interior, não a iremos aproximar dos outros países sul-americanos, diminuindo-lhes a distância a que fica das fronteiras?

E certo, em parte. Nossa terra é tão grande que poderemos até afastá-la mais de alguns dos do Sul, por exemplo. É verdade que a aproximaremos então dos do Norte e Oeste, o que não carrega consigo grave inconveniente, pois ainda assim poderá ficar a considerável distância deles, tendo de permeanse imensas regiões despovoadas, e até desconhecidas, tanto de um como de outro lado da fronteira. Para o futuro, devido ao fatal desenvolvi-

mento dessas regiões, serão outras tantas defesas vitais que surgirão, cobrindo a capital. E, precisamos não esquecer, tais considerações têm cunho evidentemente doutrinário, dadas as excelentes relações de que desfrutamos com nossos vizinhos, graças à feliz política de amizade que por todos os países americanos é seguida.

Do ponto de vista econômico, parece-nos, será um fator de extraordinário impulso a mudança da capital para uma zona interior. Teríamos, de início, a rápida valorização de toda a região circunvizinha, que se basearia no aproveitamento agrícola, pastoril, hidrelétrico, e mesmo industrial, para o abastecimento imediato da capital. A nova localização incrementaria o desenvolvimento das linhas aéreas para essa zona, se localizada em cidade já existente (e importante, por certo), ou exigiria a construção de moderno aeródromo numa nova, forçando, em qualquer caso, a constituição de um sistema radial de novas ligações. No plano terrestre, seriam novas rodovias e ferrovias, a carrearem progresso para o "hinterland", e, quiçá, o estabelecimento nuns, e o melhoramento em outros, da navegação de nossos grandes rios.

Tudo o que foi dito pode ser traduzido em: comércio, difusão de cultura, sanitarismo, revigoração das iniciativas privadas ou, em uma palavra — riqueza! Riqueza que, não só fixaria o homem da região escolhida, como atrairia o de outras, até mesmo o do litoral.

Centrada, a capital, igual facilidade teria o Governo, pelo menos por intermédio dos meios aéreos e radiotelegráficos, em se ligar com as diversas regiões do país. O conseqüente desenvolvimento das rodovias, ferrovias e outros meios de comunicação, ainda melhor consolidariam essa centralização administrativa.

A localização da capital no centro do país é, no dizer de Lourenço Filho "uma solução biológica". E Jackson de Figueiredo aponta-a como "um fator de nacionalização,

de conservação da identidade, na preservação do governo às tendências irresistíveis de um meio cosmopolita".

II — ESCOLHA DA POSIÇÃO

Sobejamente tem sido argumentada a necessidade da mudança da Capital Federal. E compreendida. Tanto assim que as Constituições de 1891, 1934 e 1946, cuidam do assunto, determinando estudos para escolha de uma posição central. Estudos diversos têm sido realizados: historiadores, geógrafos, sociólogos, não só patricios, como também estrangeiros mesmo, têm-se manifestado a respeito, numa unanimidade convincente sobre como é necessária tal mudança.

Foge, porém, à unanimidade, a escolha da posição. Diversas cidades têm sido apontadas, a maioria situadas no Estado de Minas Gerais. Algumas escolhas bem argumentadas, outras frágeis à primeira aragem de bom senso. É digno de nota, entretanto, verificar-se que as duas opiniões mais abalizadas, porque provenientes de comissões especialmente designadas, e que "in-loco" estudaram o problema, indicam para sede da futura metrópole a zona Centro-Leste do Estado de Goiás, balizada pela chapada dos Veadeiros, na região das Lagoas Formosa, Feia e Meste d'Armas.

A 17 de maio de 1892, era expedido aviso do Ministério de Obras Públicas, nomeando o engenheiro Luiz Cruls para, como chefe de uma comissão cuidadosamente selecionada, proceder ao estudo e trabalhos relativos à escolha de uma área, no planalto central, para sede da futura Capital. Essa comissão, como seria de esperar do valor de seus componentes, deu cabal desempenho à sua incumbência, apresentando belo e circunstanciado relatório a respeito. Esse documento veiu evidenciar a clarividência do grande Pôrto-Seguro, que já apontara, cerca de meio lustro antes, a mesma região.

Feita essa arrancada animadora, tudo cessou, ou melhor modorrou,

pois vozes houve que não cessaram de clamar pela necessária realização do projeto, tais como Alberto Torres, Otto Maul e o grupo que se intitulou Ação Social Nacionalista, por volta do centenário de nossa Independência. Mais recentemente os pronunciamentos têm sido mais frequentes.

Com o advento da Constituição de 18 de setembro de 1946, nova comissão foi nomeada, sendo designado seu chefe o Exmo. Sr. General Djalma Poly Coelho, credenciado pela sua função de Diretor do Serviço Geográfico do Exército. Essa comissão ratificou integralmente as conclusões do douto engenheiro Cruls. Vejamos, rapidamente, alguns conceitos de S. Excia.:

"...Essa prevenção de resumo em fortalecer a situação geopolítica da Nação, pelo aumento da riqueza humana e pela homogeneização política do Estado, acabando-se com as áreas favorecidas e as áreas desprezadas, e ocupando principalmente a área central do território brasileiro..."

"...Voltando ao assunto dos critérios para definição do planalto central, no intuito de fixar bem o que visa a Constituição de 1946, torna-se indispensável, dissemos, apelar para o critério geopolítico..."

"...Pode-se racionalizar o progresso do Brasil, por meio de uma geopolítica adequada..."

"...É necessário, como remédio principal contra todos os nossos desajustamentos, estabelecer um sistema mais natural e mais fácil de ligações interiores entre todas as partes de nosso território, construindo um sistema de estradas de rodagem e de ferro e usando os rios navegáveis de modo a unir rapidamente todos os Estados da União à sua Capital, colocada no Centro. É necessário edificar um Brasil mais unido, utilizando por igual todas as forças nacionais, sem indagar se elas são do Norte, do Centro ou do Sul..."

"...Depois de termos visto que o critério geológico e o cri-

tério geométrico não bastam para fundamentar a solução do nosso problema, podemos concluir que o mais acertado é considerar-se como verdadeiro planalto central do Brasil, para os efeitos da mudança da Capital, aquela parte do espigão mestre ou "divortium aquarum" das bacias amazônicas e platina, a qual, situada em território goiano, vem morrer nas encostas ocidentais do vale do rio São Francisco..."

"...O Brasil central, geopoliticamente falando, é já uma formação política, nacional, jurídica e econômica, segundo a feliz discriminação de Otto Maul..."

Este notável sociólogo alemão assim se referiu ao Planalto Central: "...Com excelente clima e favoráveis condições de habitabilidade para o colono europeu, o importante núcleo central do Brasil tem ainda a vantagem econômica e política de se poder pôr em direto e rápido contacto fluvial com todo o resto do país. De fato, daquela zona elevada desfluem águas para as nossas três grandes bacias. A linha de cumeadas, que não é orograficamente formada por anteclineais camadas, mas gerada pelo trabalho de erosão das águas nos terrenos sedimentares, segue em continuadas curvas desde o Pico dos Pirineus até à lagoa do Mestre d'Armas e serve para separar as águas que demandam o Amazonas, pelo Rio das Almas e Rio dos Patos, ou desfluem para o Paraná pelos Rios Corumbá e São Bartolomeu. No extremo Leste dessa linha de vertentes há um extenso chapadão com a cota média de mil metros, perto de 4 léguas a WNW de Formosa, numa paragem onde, segundo o Dr. Cruls, a um tiro de fuzil umas das outras, se vêm as cabeceiras dos riberões Santa Rita, que é vertente do Rio São Francisco pelo Rio Preto; e Bandeirinha, que é vertente do Amazonas, através do Paraná e Tocantins; e Sítio Novo, vertente do Rio da Prata, pelo São Bartolomeu e Grande Paraná. Esse extenso chapadão, com a cota média de mil metros, situado sobre o espigão mestre, é que tem servido

para definir o planalto central do Brasil..."

E voltemos às palavras de S. Excia.:

"...Não há melhor definição desse planalto, no nosso modo de ver. A ele se referiu sempre o Visconde de Pôrto Seguro. Ele foi utilizado para caracterizar o retângulo geodésico dentro do qual o Dr. Luiz Cruls encerrou os 14.400 quilômetros quadrados que, desde a Constituição de 1891, foram reservados para néles ser escolhida a posição da nova Capital..."

"...Esse espigão mestre é o acidente geográfico que liga o sistema dos principais divisores de águas do Brasil ao sistema andino, isto é, a espinha dorsal do continente sul-americano, onde estão confinadas, nos dias de hoje, as geleiras da América Meridional..."

"...O conceito geopolítico de planalto central, assim, à mesma região que mereceu a preferência de nossos antepassados e que guiou o Dr. Luiz Cruls na ocasião em que ele foi demarcar a área do novo Distrito Federal, em virtude da Constituição de 1891..."

"...É ali, portanto, que deve ser escolhida a nova Capital do Brasil, em obediência ao texto constitucional de 18 de setembro de 1946..."

"...É por isso que afirmamos aqui, mais uma vez, segundo as vistas do Visconde de Pôrto Seguro, do Dr. Luiz Cruls e do geopolítico alemão Otto Maul, e de outros, que o planalto central do Brasil, para onde a Constituição de 18 de setembro de 1946 manda transferir a Capital do Brasil, é o mesmo que já foi uma vez explorado e demarcado e que, desde então, pertence, de direito, à União, para nele ser estabelecida a Capital..."

"...Esse é o conceito geopolítico do planalto central que deve ser mantido..."

Não existindo nenhuma cidade importante nessa região, terá de ser integralmente erguida a nova me-

trópole, o que não deixa de apresentar uma série de óbices palpáveis. Assim é que, contrariando a abalizada opinião de duas comissões técnicas, tentaram algumas correntes políticas puxar para a região de Uberlândia ou Araxá a localização da Capital. Não concordando com essa idéia, abraçada rapidamente por certos interesses particulares, o presidente da comissão solicitou demissão do cargo.

Como já escrevemos, diversos autores se intimidaram com a idéia de se necessitar construir inteiramente uma nova Capital. Aconselham alguns o abandono da idéia, buscando-se uma cidade de recursos para o importante papel. Outros buscam uma contemporização, preconizando a cidade existente, "a meio caminho do planalto central", como capital provisória, "enquanto se prepara o desbravamento", visando a posterior mudança definitiva.

Os argumentos invocados a favor dessa tese são as de que a capital não pode, desde logo, se trasladar ao Planalto Central, pelas grandes dificuldades a vencer, a principal delas constituída pela própria construção da cidade, acarretando a extensão das vias de comunicações, e outros problemas de elevadíssima ordem financeira, a que não fugiriam a transferência de numeroso corpo funcional e sua instalação num grau de conforto compatível com o padrão de vida a que se habituou.

A idéia da capital provisória não deixava de ser engenhosa, por contornar as indefectíveis dificuldades iniciais de construção e instalação. Um de seus principais defensores, o Dr. Teixeira de Freitas, preconizava uma cidade que atendesse aos seguintes requisitos gerais:

- localização sobre o maciço central do país;
- bom clima e recursos higiênicos;
- estar em zona de fartos recursos econômicos e fácil abastecimento;

- possuir arredores pitorescos, de grande beleza natural, capazes de atração aos turistas;
- contar com boas condições de defesa;
- dispor, desde logo, dos recursos suficientes para a instalação do governo sem o acarreteramento de grandes despesas;
- situar-se em ponto tal que estimule o povoamento e progresso do "hinterland";
- ligar-se facilmente aos centros mais importantes do país, especialmente ao Rio de Janeiro, para permitir uma progressiva mudança do governo.

E ele mesmo aponta uma cidade em tais condições: Belo Horizonte!

Inegavelmente, a linda cidade serrana satisfaz à maior parte dos requisitos exigidos, mas está apenas a 600 km do litoral, a um tempo fugindo do centro geográfico e, a nosso ver, do estímulo ao povoamento e progresso do interior, por se situar em zona já amplamente desenvolvida. E, dada a versatilidade de nosso irrequieto espírito latino, parece-nos que, no caso melhor seria a transferência definitiva para uma dessas cidades, fosse ela Petrópolis, São Paulo, Ouro Preto, Araxá, Uberlândia ou mesmo, conforme já ouvimos, alguma ribeirinha do São Francisco — "o mais brasileiro de todos os Rios".

Mas não é a nossa preferência. Somos pela solução completa, que consideramos aquela de construir uma cidade nova, traçada desde o papel para atender a seu agigantado fim, e que a mesma se situe onde manda a Geopolítica, isto é, naquela zona alto donde se irradiam as águas que descem para o Amazonas, para o Prata, para o São Francisco. O esboço anexo nos revela qual é esse centro: veremos, através dele, a existência de algumas linhas secas, ora serras e cordilheiras, ora chapadões e platôs, que compartimentam o Brasil em 6 grandes bacias esquemáticas. Essas grandes linhas formam, entre si, alguns nós de extraordinária

importância geográfica e estratégica. E o exame das mesmas, superficial que seja, nos apontará claramente qual seja o Planalto Central do Brasil: a Chapada dos Veadeiros!

III — MATERIALIZAÇÃO DA IDEIA

A 5 de janeiro do corrente ano, foi assinada uma lei, que tomou o número 1.803, que autoriza o Poder Executivo a realizar os estudos definitivos sobre a localização da nova Capital da República. É o cumprimento do art. 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, anexo à Constituição assinada em 1946.

Mas não é assunto novo, como já vimos linhas atrás, pois essa mesma disposição já figurava na carta de 1891, em seu art. 3º. E a 9 de outubro de 1821 fôra proposto pelos deputados paulistas, em obediência a instruções do Governo Provisório "que se levantasse uma cidade central, no interior do Brasil, para assento da Corte ou da Regência, que poderia ser na latitude, pouco mais ou menos, de 15°, em sítio sadio..."

Esperemos, animosamente, que desta vez se concretize a ideia. A Lei, ora assinada, fixa a zona dentro da qual será escolhida a posição: é um vasto quadrilátero compreendido pelos meridianos 46° 30' e 49° 30' a W de Greenwich e os paralelos S 15° 30' e 17°. A Chapada dos Veadeiros está contida dentro dessa área, situando-se no seu quadrante NW.

É uma extensa área, de perto de 41.670 km², onde poderá ser procurada, da maneira mais conveniente, a localização do futuro Distrito Federal, cuja área também o prevê a Lei, será de 8.000 km² (cerca de 3,7 vezes o atual).

Está encerrada a fase das discussões — a capital será no Planalto Central! Gire a escolha do seu final assento para o N ou para S, para o L ou para o W, de qualquer maneira se encontrará coincidente ou muito próxima à região estudada no passado.

Cairam tôdas as veleidades de eleição desta ou daquela cidade para desempenhar o glorioso papel de futura metrópole. A nova capital será uma cidade nova, especialmente construída para tal e, praza aos céos, que seja aquela agradável localidade, rodeada de parques e bosquetes, de avenidas largas e arborizadas, de paisagens atraentes e bucólicas, de que nos fala o professor José E. Dias Martins.

O § 1º do art. 1º da Lei n. 1.803, estão consignados, embora com outras palavras, os requisitos que eram buscados pelos apologistas da cidade já existente, isto é, bom clima e salubridade, abundância d'água, energia e proximidade de terras para cultura, facilidade de transportes e de construções, atração turística. Nos outros artigos do mesmo instrumento se determina o estudo da mudança dos órgãos do governo, a organização da transferência dos Ministérios e órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, elaborando-se os planos respectivos, que serão encaminhados ao Congresso, como parte do Plano Geral de Mudança da Capital.

Finalmente, ainda se prevê, na Lei n. 1803, o estudo da situação futura do atual Distrito Federal, e a organização do futuro Estado da Guanabara, também previsto no Ato das Disposições Transitórias, anexo à Constituição de 1946. Oxalá êle se constitua pela fusão do atual Distrito Federal com o Estado do Rio de Janeiro, o que será um bem para as duas Unidades.

Por certo, o gigantesco empreendimento da mudança da capital consumirá energias e recursos preciosos, mas só os timoratos e roneiros de espírito se recusarão a lobrigar os altos juros que, em prazo curto, supreendentemente reduzido, acreditamos, uma tal empresa pagará ao Brasil. Pensamos mesmo que sobrepujará as mais lisongeiças e otimistas conjecturas, e que iremos, então, lamentar o longo tempo que perdemos com a protelação de tão útil empreendimento.

Enganam-se os que lobrigam insuperáveis dificuldades na conse-

cução do grandioso cometimento. Goiânia, exemplo recente, e próximo, geograficamente falando, ali está, para atestar da facilidade com que se poderá erguer do ermo a aprasivel cidade-vergel que tanto representará para a identificação do Brasil com seus altos destinos. A ponta dos trilhos ferroviários já atingiu Goiânia, e outro ramo, em trabalho ativo, ultrapassa a região de Anapólis, alongado pelos sertões, a sombra protetora da civilização. O D.N.E.F. tem consigo, já estudado, o prolongamento do ramal de Pirapora, da Central, até a localidade de Formosa — situada no Planalto Central, "dentro do quadrilátero de que trata a Lei número 1.803". Estradas de rodagem secundárias as há por toda a parte, na região e também pelos Planos Rodoviários Nacional e do Estado de Goiás ela é bem contemplada. Aliás o art. 3º da Lei diz: "... reconhecimento sobre o estabelecimento do plano rodoviário, que deverá ligar a futura capital a todos os Estados, com sua adaptação ao Plano Geral de Viação Nacional; o estudo definitivo das vias de transportes necessárias à efetivação da mudança da Capital..." Não esqueçamos, nesse particular, ainda, o enorme auxílio que poderá ser trazido por Goiânia, com suas instalações para a realização da mudança, a começar do seu confortável aeródromo, grande, folgado, permanentemente aberto à aterragem dos aviões de grande porte. Assim é que, fechando os olhos, antevemos os bulldozers e patrols, atrosando os ares com rechinar de suas lagartas, a rasgarem os sertões em tôdas as direções, trocando os gigantes da selva por km de estradas, num distribuir de século XX por aquelas brenhas abandonadas. Escutamos o doce mugir das sereias, e sentimos as embarcações sulcarem as águas espelhantes do Araguaia e do Tocantins, carregadas com os produtos do planalto que descem, ou com os de fora que sobem, ou ainda, e simplesmente, com os turistas que sorvem as belezas naturais do hinterland; o silvo agudo das locomotivas, ator-

doando, no recesso da mata, um sem numero de aves estranhas e pequenos animais assustados. Vemos torres de aço que apontam ao infinito, lançando aos ares a voz dos noticiários e as músicas de nossa terra, e guiando, do solo, as aeronaves que riscam o firmamento azul do planalto; aeródromos a surgirem como grandes retângulos claros no verde malva das florestas; cidades prósperas brotando nos locais ocupados por aldeamentos índios; fazendas e granjas, a enfeitarem com os quadrados de suas culturas, os platôs que hoje cobrem cerados de ervas daninhas. E, como rainha incontestada de tais maravilhas, luxuriante na sua grinalda de parques e campos de recreio, ridente na ufania de sua edificação nova e graciosa, talvez livre da neurose dos blocos maciços e pouco higiênicos dos apartamentos, bela no traçado regular de suas largas avenidas e no encanto de suas praças floridas, a cidade-jardim, a nova capital, o coração mesmo do nosso Brasil!

LEI N. 1.803 — DE 5 DE JANERO DE 1953

Autoriza o Poder Executivo a realizar estudos definitivos sobre a localização da nova Capital da República

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a mandar proceder, como achar conveniente, na Região do Planalto Central, compreendida entre os paralelos Sul 15º e 30' e 17º, e o meridiano a W de Gr 46º 30' e 49º 30', aos estudos definitivos para escolha do sítio da nova Capital Federal, que deverão ficar concluídos dentro de 3 (três) anos.

§ 1º. Os estudos mencionados neste artigo deverão satisfazer às seguintes condições:

a) clima e salubridade favoráveis;

b) facilidade de abastecimento d'água e energia elétrica;

c) facilidade de acesso às vias de transporte terrestre e aéreas;

d) topografia adequada;

e) solo favorável às edificações e existência de materiais de construção;

f) proximidade de terras para cultura;

g) paisagem atraente.

§ 2. Os estudos serão feitos na base de uma cidade para 500.000 habitantes.

§ 3º. O prazo para início destes estudos será de 60 (sessenta) dias, a contar da vigência desta Lei.

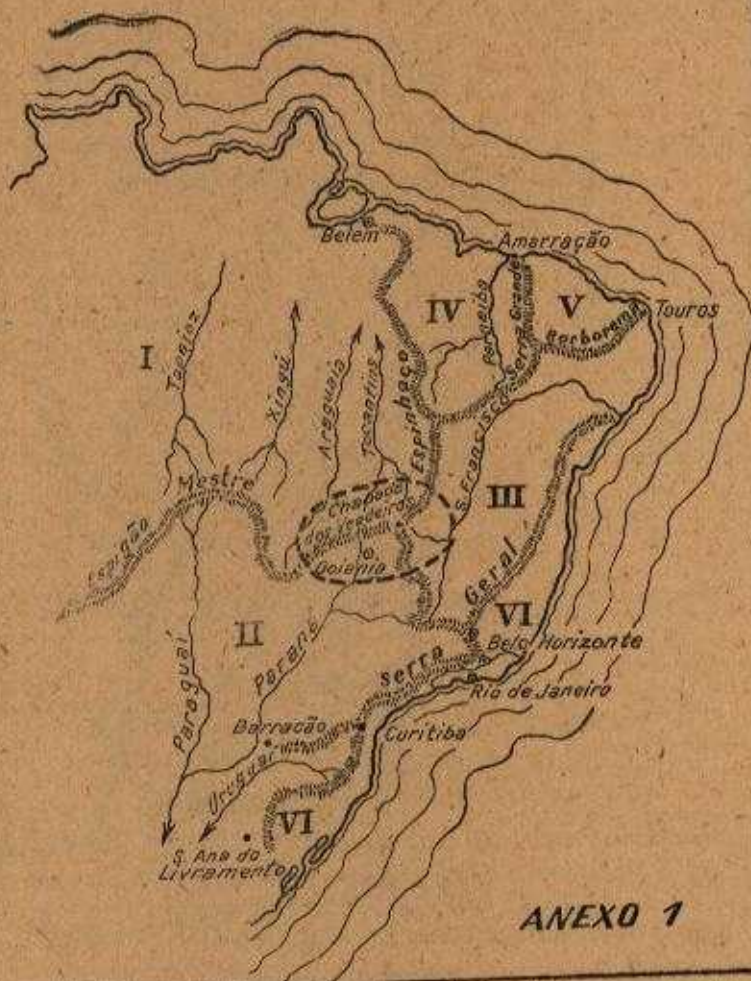
Art. 2º. Em torno deste sítio, será demarcada, adotados os limites naturais ou não, uma área aproximada de 5.000 km² (cinco mil quilômetros quadrados), que deverá conter, da melhor forma, os requisitos necessários à constituição do Distrito Federal e que será incorporado ao Patrimônio da União.

Art. 3º. O Governo Federal mandará realizar estudos definitivos sobre as condições de abastecimento de água e energia elétrica; reconhecimento sobre o estabelecimento do plano rodoviário, que deverá ligar a futura capital a todos os Estados, com sua adaptação ao Plano Geral de Viação Nacional; o estudo definitivo das vias de transporte necessárias à efetivação da mudança da Capital; o plano de desapropriações das áreas necessárias e o plano urbanístico da nova Capital.

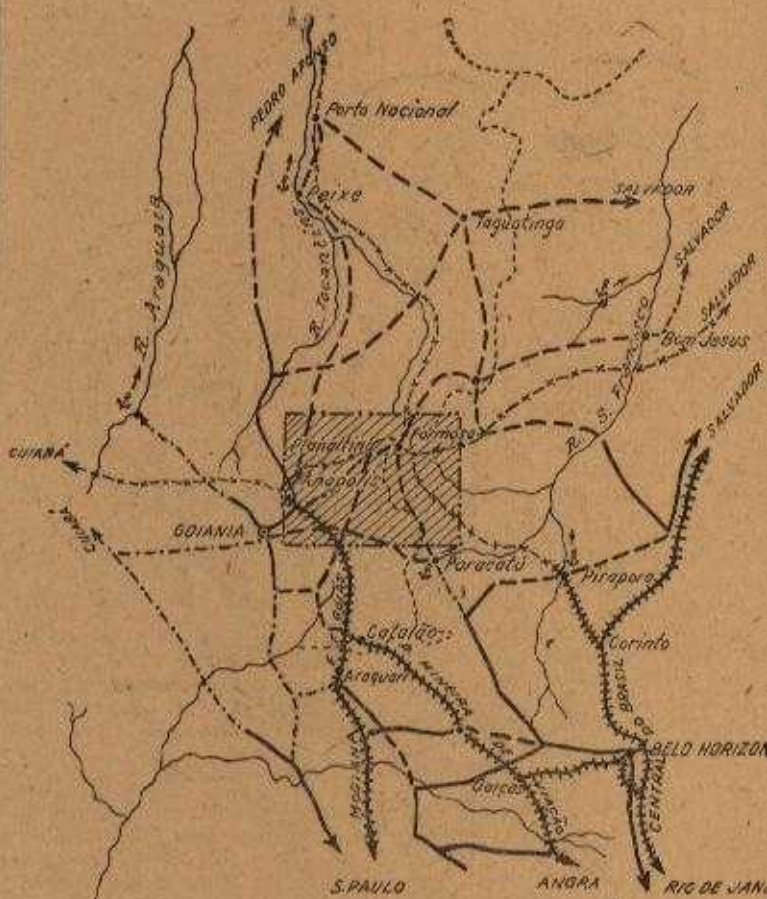
Art. 4º. O Governo Federal mandará estudar pela sua Secretaria e por cada um dos Ministérios o plano de sua mudança para a futura Capital e dos órgãos ou representações que lhe são inerentes, assim como os efeitos da medida sobre os Departamentos subsidiários, sediados nos diversos pontos do território nacional.

Art. 5º. O Governo Federal mandará estudar, pelo órgão competente, o problema de transferência dos Poderes Legislativo e Judi-

ESQUEMA DAS PRINCIPAIS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO BRASIL
E DOS DIVISORES DE ÁGUAS RESPECTIVOS
DEFINIÇÃO GRÁFICA DO PLANALTO CENTRAL



**ESBOÇO DO PLANO DE VIAÇÃO NACIONAL
NO QUE INTERESSA AO QUADRILÁTERO DE ESCOLHA DA
FUTURA CAPITAL DO BRASIL
(federal e Estadual)**



LEGENDA

PREVISTA : EXISTENTE : EM CONSTRUÇÃO

Rodovia -	— — — — —	— — — — —	— — — — —
Ferruvia -	— — — — —	— — — — —	— — — — —
Aguvia -	— — — — —	— — — — —	— — — — —
Aerovia -	— — — — —	— — — — —	— — — — —

ANEXO 2

ciário, assim como o funcionalismo público federal a sua instalação na nova Capital.

Art. 6º. Os planos parciais constituirão o Plano Geral da Mudança da Capital e poderão ser encaminhados, por etapas, à aprovação do Congresso, conforme o exigirem circunstâncias e a urgência de execução de cada um.

Art. 7º. O Governo Federal mandará estudar a situação decorrente da transferência da sede do Governo para o atual Distrito Fe-

deral e a organização do novo Estado da Guanabara, previsto na Constituição.

Art. 8º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), para atender aos encargos criados por esta Lei.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

OFICINA MECÂNICA BRASILEIRA

MARIO FABRI

FABRICANTE DE MATERIAL BÉLICO

ESCRITÓRIO: Rua Ten. Abel Cunha, 149-A — Telef.: 30-2049
HIGIENÓPOLIS

OFICINAS: Rua Ten. Abel Cunha, 149-B C
RIO DE JANEIRO

DEPÓSITO: Avenida Suburbana, n. 2.422

(N. 8)

ORONTES MAIA

Caixa Postal, 34 — End. Teleg.: "OROMAIA" — TELEFONE: 1-5-3

RUA MANOEL LOURENÇO DE ANDRADE, 14

CÓDIGOS: A B C 5ª ED. — RIBEIRO E BORGES

AGENCIAMENTO MARÍTIMO

EMBARQUES

Despachos Ferroviários e Marítimos

Redespachos — Representações

Recebimento e Embarque de Madeiras, Erva Mate, Cereais, etc.

Para qualquer Pôrto do País ou do Exterior — Desembaraço de Cargas de Importação do Interior e Exterior

ARMAZENS PRÓPRIOS, SERVIÇOS DE DESVIOS FERROVIÁRIOS

ARMAZENS E PATIOS NO PORTO DO "BUCAREIN" — JOINVILLE

ESTADO DE SANTA CATARINA — BRASIL

SAO FRANCISCO DO SUL

(N. 17)



DIVERSOS

O BRASIL VISTO DA ALEMANHA

Coronel A. DE LYRA TAVARES

Deu-me o destino a oportunidade feliz de conhecer de perto a Alemanha, onde exerci, durante quase cinco anos, as funções de subchefe e de chefe interino da nossa Missão Militar. Os encargos oficiais que, então, desempenhei e os laços de amizade que estabeleci e ainda conservo, propiciaram-me um grande campo de observação a respeito de nossos problemas e nossos interesses, vistos sob ângulo diferente do que, como regra, proporcionam os livros e os jornais. É evidente que, lá, como aqui, há espíritos apaixonados para os quais todos os problemas são olhados sob um mesmo prisma unilateral, que deforma a visão dos nossos interesses recíprocos verdadeiros, perfeitamente conciliáveis com o nosso justificado zelo nacional. Deixando de lado os movimentos político-ideológicos estranhos e hostis à nossa mentalidade democrática, já bem arraigada no espírito do povo brasileiro para ser comprometido pela propaganda tenden-

cialosa de "leaders" ocasionais de outras nações, devemos discernir, mediante estudo mais sereno e mais profundo, os grandes interesses que temos no nosso intercâmbio com a Alemanha. O maior deles já foi prejudicado, no período imediato do após-guerra, quando o Brasil perdeu a oportunidade excepcional de receber grande número de técnicos especializados, desejosos de se transferirem para o nosso país, em caráter definitivo. O ambiente não poderia ser mais favorável. As destruições e as desmontagens de grandes indústrias alemãs elevaram o número de desempregados a extremos limites e as condições de vida, por força do desajustamento da economia do país, eram terrivelmente difíceis. A emigração se impunha como uma solução imperiosa, tanto para o cidadão que desejava reiniciar a sua vida e produzir, em condições mais seguras, mais estáveis e mais compensadoras, como para a política dos ocupantes, que arcavam com a res-

ponsabilidade e o ônus do problema social habilmente explorado pelos comunistas. Os técnicos alemães de maior qualificação eram disputados pelos principais vencedores, empenhados que estavam eles em beneficiar-se, tanto quanto possível, dos incontestáveis sucessos da ciência e da técnica na Alemanha. O Brasil desfrutava uma situação privilegiada para atrair, não somente técnicos, como agricultores. País de imigração, onde não existe o problema do desemprego para os que querem trabalhar e produzir, desfrutava, além disso, de verdadeira popularidade na Alemanha. Nós tivemos muitas oportunidades para verificá-lo. Uma das primeiras foi em Berlim, quando os americanos, em 1946, procuravam reabrir os teatros e reorganizar a vida cultural e artística da cidade semi-destruída. Fez-se, então, uma "enquête" na opinião pública alemã para apurar quais as músicas que despertavam mais a sua curiosidade e o seu interesse. Os resultados dessa "enquête", que muito nos sensibilizaram, foram trazidos oficialmente ao nosso conhecimento e nós o comunicamos ao Governo. Eles indicavam a preferência dos berlineses pela música brasileira, sobretudo as óperas de Carlos Gomes e as composições de Guarneri, Vila Lobos e Mignone.

Por outro lado, apesar das dificuldades que se opunham à saída dos alemães, pela burocracia e exigências dos Poderes de Ocupação, o Brasil era, das Nações Aliadas, uma das mais credenciadas e com direitos maiores para pleiteá-la. Não lhe coubera parte nenhuma na distribuição das reparações de guerra. Nem mesmo um simples convite para participar da Conferência de Reparações de Guerra, que se realizou em Paris, em dezembro de 1945, quando as demais nações aliadas repartiram, entre si, por quotas, os bens considerados disponíveis em consequência da limitação do nível industrial da Alemanha e das desmontagens determinadas pelo ato de rendição.

Evidentemente não eram apenas esses aspectos que indicavam a conveniência de um intercâmbio maior entre o Brasil e a Alemanha, bastando indicar os interesses comerciais existentes, por tradição, entre os dois países, e o grande entrelaçamento dos dois povos, desde a fase inicial do nosso Primeiro Império. Temos muito o que trocar, da parte de cada um, e ninguém poderá, de boa-fé, deixando de lado circunstâncias políticas ocasionais, esquecer os resultados positivos e inegáveis da contribuição que teve no nosso progresso a corrente imigratória alemã da qual descendem grandes brasileiros e patriotas.

A compreensão dos Estados Unidos tem sido, nesse sentido, muito mais avisada. Basta estudar, desde a fase inicial, a formação do grande país e observá-lo no pós-guerra, para tirarmos conclusões de grande interesse, principalmente quando se trata, para nós, de problemas elementares para cuja solução devemos olhar para a história dos outros povos. A guerra já passou, e precisamos tirar partido dos ensinamentos que ficaram. Trata-se, agora, da reconstrução do mundo, no qual nos está reservado um grande papel. Para isso, devemos olhar com serenidade e com ponderação para os problemas do nosso próprio desenvolvimento, estudando os fatores tradicionais que têm contribuído para impulsioná-lo. Se cometemos erros, no passado, cumpre corrigi-los, mas com a isenção de ânimos imprescindível a qualquer esforço construtor.

A verdade é que, nas civilizações mais antigas e mais desenvolvidas, há muito o que aprender e aproveitar para a solução dos nossos próprios problemas. Excetuados os que decorrem das nossas próprias peculiaridades, não há, propriamente, problemas novos no Brasil. E a prova está em que os progressos acentuados da nossa indústria, da nossa técnica e da nossa cultura se traduzem, nestes últimos tempos, em realizações de grande envergadura que, em todos os campos, assinalam o pro-

gresso do nosso país, tendendo a nivelá-lo com o dos grandes países em que fomos colher experiência. Aqui está, por sinal, uma das observações que fizemos na Alemanha a respeito do Brasil: é que nós não nos empenhamos em divulgar essas realizações, nem sequer entre nós mesmos. As revistas, as estações emissoras e os demais meios de publicidade raramente nos dão conta do que estamos, na verdade, realizando. Não é de admirar, por isso, que a visão do Brasil novo, tão necessária ao prestígio nacional no exterior, dê ainda, a respeito do que já fizemos e do que já somos, uma idéia atrasada, que contrasta com a nossa verdadeira posição no mundo atual. A divulgação bem orientada representa propaganda e a propaganda constitui a base do intercâmbio e do entendimento. O idioma nacional, muito pouco acessível, constitui, na verdade, um fator desfavorável para o nosso intercâmbio de idéias, que quase se limita à mesa das conferências internacionais e aos serões de cultura. Temos, porém, uma grande compensação no grau de curiosidade, de interesse e de simpatia que existe na Europa Central com relação ao nosso país. A nossa cultura tem lá as suas origens, e é forçoso reconhecer que devemos aos europeus, sobretudo aos alemães, os primeiros estudos, ainda hoje preciosos e atuais, a respeito das riquezas naturais que mal começamos a explorar.

O Brasil já atravessou o século da independência, já forjou e consolidou, em bases seguras, a consciência nacional do seu povo e já enveredou, de ânimo resolutivo, pelo programa de desenvolvimento econômico sem o qual não poderão ser atingidos os objetivos nacionais.

Já é tempo de encarar — e já começamos a encará-los — com objetividade, com senso de realismo, com justificada confiança

em nós mesmos, os problemas a solucionar e os meios verdadeiros de solucioná-los. As outras nações já atravessaram as mesmas dificuldades. Os problemas são os mesmos. Elas importaram técnicos para a formação da sua própria técnica; importaram recursos para desenvolver os seus próprios recursos. E não há nenhuma grande nação que não tenha seguido esse mesmo caminho para completar, com a sua independência econômica, a sua independência política, que essa, em *senso lato*, é uma decorrência do poder nacional.

**Para escritórios
e residências!**



GABOIRA
ANATÔMICA
TIPO 1301

CIA INDUSTRIAL DE MADEIRA
CIMO
INDÚSTRIA BRASILEIRA

FABRICAS:
R. Magalhães, Jacaré - Curitiba
FÍLIALS:
SÃO PAULO: Rua Maria Teresa, 89
CURITIBA: Rua da Boa Vista, 713
RIO HORIZONTE: Rua Campa, 101
JONVIL: Rua São Pedro, 140

MOVEIS CIMO

UM ESCUDO PARA O BATALHÃO DE GUARDAS

Ten.-Cel. NELSON R. CARVALHO

O Batalhão de Guardas, unidade de elite da Infantaria do nosso Exército, ostenta, entre suas mais vivas tradições, três legítimos motivos de orgulho e de glória.

Primeiro é que, por definição e atribuições, é o herdeiro natural e único do Batalhão do Imperador, como se sabe criado e selecionado pessoalmente pelo próprio D. Pedro I, logo após a independência, tropa de elite destinada à guarda do paço imperial e às lutas que se prenunciavam, contra os lusos recalcitrantes em abandonar o território nacional.

Segundo, por que Caxias, o Patrono do Exército, foi nêle ajudante, recebeu, por êle, o pavilhão nacional do Brasil livre, das mãos de D. Pedro, na cerimônia da capela imperial e do Campo de Santana e, mais que tudo, teve no Batalhão do Imperador o seu batismo de fogo, na campanha da independência da Bahia. Foi, pois, vexillário da Pátria desde o seu dealbar político e, como um símbolo, haveria de ser o condestável de todo o Império.

Finalmente, por que dêle, como Batalhão do Imperador, participou a heroína Maria Quitéria, a representante necessária da Mulher Brasileira nas lutas por nossa emancipação política, com êle pelejando e se distinguindo por atos de bravura nos recontros de Pituba e Itapuã. Resultou daí, como assinala o Professor Pereira Reis, a quem se deve o benemérito esforço de pela primeira vez biografar a heroína em homenagem ao centenário de sua morte, uma citação em ordem do dia do General Labatut, Comandante em Chefe do Exército Libertador.

UM ESCUDO PARA O BATALHÃO DE GUARDAS



MODELO PROPOSTO

Valeu-lhe o feito, a promoção a Cadete, como haveriam de valer-lhe mais tarde, a concessão do sôldo de Alferes de Linha e a insígnia de Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro do Sul das mãos do próprio Imperador, os atos de bravura que praticou ao atacar, "com água pelos seios uma barcaça que se batia renhidamente contra as tropas do Batalhão que integrava" (o Batalhão do Imperador).

Tais fatos motivaram a sugestão que ora se apresenta, de um escudo de braço para o Batalhão de Guardas (que bem se poderia denominar Batalhão Pedro I e com o que o Exército, secundando o fecundo trabalho de Otávio Tarquínio de Souza, promoveria, em definitivo, como já é tempo e se

faz necessário, a reabilitação do fogoso fundador da Pátria Brasileira).

JUSTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO

A idéia se justificaria como uma homenagem que, em face dos motivos históricos apontados, plenamente comprovados, e da transcorrência do centenário de Maria Quitéria e do sesquicentenário do Duque de Caxias, oportuna também, portanto, bem a merece e faz jus o brioso Batalhão de Guardas.

O campo do escudo é de prata, debruado de blau e goles, cores simbólicas do Exército Nacional.

Ostenta ele um Leão rampante, bandado de sinople e ouro e carregado de três estrelas de prata — a bravura do futuro Duque de Caxias em seu batismo de fogo nas lutas pela independência em solo bahiano, quando ainda Capitão.

Tem o leão a dextra apoiada sobre um escudo em lisonja, forma heráldica do brasão feminino, em cujo campo, sinople de infantaria, se vê o quêpi tradicional usado pela heroína Maria Quitéria e amplamente divulgado nas fotos e retrato oficial, na campanha e na

mesma unidade em que por fim se bateu, talvez ao lado do Patrono do Exército.

O tope deste escudo é o próprio distintivo atual do Batalhão de Guardas.

FABRICA BANGU



TECIDO PERFEITO

FIRMEZA DE CORES

LINDOS PADRÕES

DURABILIDADE

EXIJA NA OURELLA

BANGU - INDÚSTRIA BRASILEIRA

(N. 7)

F. G. SCHWARTZ

TIPOGRAFIA — PAPELARIA — LIVRARIA — FABRICA DE LIVROS
COMERCIAIS E FISCAIS

RUA 3 DE MAIO, 43 E ALAMEDA BRUESTLEIN, 54 — JOINVILLE

(N. 20)

DROGARIA E FARMÁCIA CATARINENSE S. A.

MAIOR ORGANIZAÇÃO FARMACÊUTICA DO SUL DO BRASIL

Matriz:

Joinville — Rua 3 de Março, 638 — Caixa Postal, 95

Filiais:

Florianópolis — Blumenau — Joacaba — Joinville — Porto Alegre e Curitiba

Grandes estoques de Drogas e Produtos Químicos — Perfumarias

Especialidades Farmacêuticas e Artigos Dentários

(N. 19)

O PROBLEMA DA PRODUÇÃO DE MATERIAL FERROVIÁRIO

Ten.-Cel. ENRAS MARQUES SOBRINHO

pesar de nosso crescente desenvolvimento industrial, possibilitado pela criação da Usina Siderúrgica Volta Redonda, existe ainda, no Brasil, grande carência de material para equipar nossas principais ferrovias.

Este problema, que a muitos parecerá insolúvel e dependente da indústria estrangeira, encontra-se, no entanto, de nossas fronteiras, solução fácil, além do que, permite o aproveitamento de nossa imensa riqueza mineral e o adestramento de nossa hábil mão de obra, aliada à capacidade técnica de nossos Estados engenheiros.

O único fator, entretanto, que pode perturbar, e que ainda não conseguiu solucionar a questão, reside exclusivamente em nosso nacionalismo a tudo que se fabrica no Brasil, prejudicando-o de qualificação inferior ao produzido em além

mar, menosprezo ao valor de nossos técnicos necessita ser vencido através de uma educação cívica que nos faça acreditar na capacidade dos que se devotam, com patriotismo, aos grandes problemas nacionais.

Estes pioneiros da indústria nacional merecem toda nossa sincera apreciação e entusiasmo pelo vultoso trabalho que realizam.

Muitos camaradas nossos, encarregados de trabalhos de planejamento, não têm pleno conhecimento das verdadeiras possibilidades da indústria de material ferroviário.

Muitos foram despertados, por ocasião da segunda guerra mundial

e, com surpresa, constatarem a fabricação, em nosso meio, de motores Diesel elétricos, que vieram permitir à nossa gloriosa Marinha equipar navios, com tais motores.

Outros, quando se lhes fala da existência, em pleno Distrito Federal, de uma fábrica de locomotivas, como a das "Indústrias Reunidas de Ferro e Aço S.A.", descreditam de uma realidade que brota aos olhos de qualquer leigo. A estes somente uma visita ao local onde mourejam aqueles denodados artifices, em *Santíssimo*, poderá tirá-los da situação de incréus, pois necessitarão de recorrer ao dogma de *Sto. Thomé*, para se converterem e sentirem a vibração e orgulho de serem brasileiros.

Lá poderão constatar que, sob a esclarecida direção de um abnegado patriota, o Dr. Fernando Galvão Antunes, estão sendo fabricadas, no momento, dez locomotivas Diesel elétricas, com material, mão de obra e assistência técnica puramente nacionais e poderão sentir que, se a fábrica não se expande mais, não é por falta de capacidade de produção, mas, única e exclusivamente, por falta de mercado interno. Em síntese, porque preferimos empregar nossas divisas importando o mesmo artigo que somos capazes de fabricar...

Em futuro próximo, graças à tenacidade de seus diretores e ao decidido apoio emprestado pelo Chefe do Governo, a mesma fábrica estará lançando locomotivas Diesel hidráulicas e em condições de produzir até duzentas unidades por ano.

As locomotivas, ora em acabamento, são capazes de uma tração de 1.500 toneladas, isto é, de puxarem composições de mais de trinta carros, dependendo, unicamente, do traçado da via permanente.

As estradas de ferro Central do Brasil, Leopoldina e a Leste Brasileira poderão atestar da qualidade e das magníficas características das locomotivas, pois que dispõem deste material em utilização diária, tracionando seus trens.

Todo este esforço realizado, felizmente, encontrou a compreensão e apoio dos que se interessam diretamente pela segurança nacional, pois nesta luta também não faltou a campanha difamatória, procurando desacreditar e mesmo sufocar a indústria nascente. Elementos interessados em manter a nossa dependência da indústria estrangeira visaram, por todos os meios possíveis, abalar a fé dos que se aco-

meteram a um investimento de tal ordem. Não lograram porém triunfar e a obra aí está como franca realidade e com um futuro promissor.

Devemos estar atentos para a possibilidade da repetição de um conflito armado abalando o mundo e, de um momento para outro, nos encontrar-mos, novamente, às voltas com os efeitos perturbadores de uma privação completa de importar o material ferroviário de que necessitamos para fazer circular a nossa produção. Aí, então, nada poderá remediar a voluntária imprevidência a que nos expuzemos.

Amparemos pois, e manifestemos nossa admiração, acreditando em nossas possibilidades para resolver um dos problemas básicos do país, emprestando toda nossa solidariedade aos que, sentindo a grandeza da tarefa a cumprir, cooperam para a solução de tão magno assunto.

CASA DE MÓVEIS "CRUZEIRO"

Mobiliário de fino gosto — Tapetes em geral — Colchões — Todas as qualidades — Todos os estilos — Todos os preços — Todas as vantagens

FABRICA DE MALAS "CRUZEIRO"

Colchões de molas "Brasil" — Cofres de aço — Geladeiras, etc. — Fabricação perfeita — Acabamento esmerado — Amplas facilidades de crédito aos militares da 9ª Região Militar

A maior casa do ramo no Estado de Mato Grosso

HENRIQUE PUP & CIA. LTDA.

Rua Dom Aquino ns. 546 e 556 — Campo Grande — Estado de Mato Grosso

(N. 5)

COMPANHIA CALÇADO "CLARK"

RUA DA MOÓCA, 1.321 — SÃO PAULO

Filiais de Varejo

SÃO PAULO

RUA SÃO BENTO, 264 — RUA SÃO CARTANO, 13 — RUA JOSE BONIFÁCIO, 134 — AVENIDA CELSO GARCIA, 187 — RUA QUINTINO BOCAIUVA, 238 — AVENIDA RANGEL PESTANA, 1.767 — RUA DA MOÓCA, 1.339 — RUA AUGUSTA, 2.836 — RIO DE JANEIRO — NITERÓI — SALVADOR — FORTALEZA — RECIFE — PORTO-ALEGRE — PELOTAS — RIO GRANDE — CURITIBA — BELO HORIZONTE — JUIZ DE FORA — SANTOS — CAMPINAS E RIBEIRÃO PRETO

(N. 21)

O JOCKEY CLUB BRASILEIRO

HOMENAGEIA O EXÉRCITO NACIONAL

"É mais um elo que une o pugilo cívico do Jockey Club Brasileiro ao Exército", disse o General Fiuza de Castro, Chefe do Estado-Maior, por delegação do Ministro da Guerra — O discurso do Dr. Mario de Azevedo Ribeiro — Palavras do Ministro Cyro Espirito Santo Cardoso — Brilhantes as comemorações de domingo a Caxias, no Hipódromo Brasileiro — Homenagem ao Exército Nacional — G. P. Duque de Caxias e almoço ao Ministro da Guerra e Generais

O Jockey Club Brasileiro, como faz anualmente, no programa das comemorações de Caxias, homenageou o Exército Nacional, no Hipódromo Brasileiro, onde as corridas, dedicadas a vários vultos gloriosos das nossas forças de terra, tiveram como prova máxima, o G. P. Duque de Caxias. Antes, no Salão das Rosas, em torno de uma mesa lindamente decorada que tinha um centro ornamental a flores naturais do escudo das armas do patrono do Exército, reuniram-se o Ministro da Guerra e Generais em companhia de Diretores do Jockey Club Brasileiro para um almoço, que lhes foi oferecido. Ao "champagne" trocaram-se eloquentes saudações: do Dr. Mário de Azevedo Ribeiro, presidente do Jockey Club Brasileiro, em nome da Diretoria e do corpo social de nossa maior entidade turfista, e do General Fiuza de Castro, agradecendo a homenagem em nome do Exército Nacional. Antes, o Ministro Cyro Espirito Santo Cardoso disse que, encontrando-se na Bahia e na incerteza de poder estar presente àquela cordial reunião, pedira ao General Fiuza de Castro, figura de escol, do nosso Exército, que fizesse em seu nome e não queria que ao auditório se roubasse o prazer de ouvi-lo.

Estiveram presentes ao almoço as seguintes pessoas:

Exmo. Sr. Ministro da Guerra, Gen. Cyro Espirito Santo Cardoso, Generais: Alvaro Fiuza de Castro, Milton de Freitas Almeida, Jayme de Almeida, Edgard do Amaral, Octavio Saldanha Mazza, Nicanor Guimarães de Souza, Durival Brito e Silva, João de Segadas Vianna, Achilles Paulo Galloti, Antônio da Silva Rocha, Ciro R. Rezende, Drs.: Mário de Azevedo Ribeiro, Francisco Eduardo de Paula Machado, Ministro Luiz Galloti, Professor Luiz Pinheiro Guimarães, Ministro Osório Dutra, Drs. Danton Coelho, Alberto de Paiva Garcia, Desembargador Antônio Rodolpho Toscano Espinola, Alm. Jorge Dodsworth Martins, Drs. Pedro Franco Camargo, Ibsen de Rossi, Pedro Magalhães Corrêa, Alvaro Werneck, Jorge Castilho Marcondes, José Cândido de Miranda, Vair Negrão de Lima, Joaquim José Domingues Mariz, Arthur Dias, Celso da Rocha Miranda, Justo Rangel Mendes de Moraes, Fernando de Andrade Ramos, Carlos Mendes Campos, Edgard Pereira Braga, José Hastings Moreira da Fonseca, José Manoel Fernandes e Júlio Xavier da Silva Moura.

O DISCURSO DO PRESIDENTE DR. MÁRIO RIBEIRO

Foi este o discurso de saudação pronunciado pelo Dr. Mário de Azevedo Ribeiro, presidente do Jockey Club Brasileiro:

"Sr. Ministro, Srs. Generais:

— Ensina a História do Brasil os lances de heroísmo com que se cobriram de glórias os fundadores da nacionalidade. Os belos feitos que assinalam a emancipação política são recordados, com orgulho e apresentados, sob evocação das figuras principais que o patriotismo elegeu para o culto do povo livre. O desenvolvimento do país operou-se ao impulso generoso dos que souberam cumprir o dever indeclinável de consolidar as mais nobres conquistas que a civilização reserva aos ideais humanos. Durante o período de sua formação, nas lutas mais ardentes pela fé na realização de seus altos destinos, a nação brasileira experimentou sempre a segurança de dignos dirigentes. A estabilidade das instituições democráticas, em que se firmou, permitiram uma época feliz, sem privilégios ou reivindicações. Os grandes acontecimentos políticos que anunciam as reformas sociais, na vida dos povos, tiveram a repercussão inevitável que marca a senda do progresso. Isento de ódios e rancores, inspirado no amor e na bondade, constitui-se o patrimônio moral que é o legado precioso de uma herança entregue às sucessivas gerações. De inteira justiça, deve ser ressaltado o importante papel que desempenhou o Exército Nacional em todos os episódios vitais. A lição de civismo e de bravura dos seus soldados está inscrita no coração dos brasileiros. Coincide, com o dia de hoje, uma data particularmente grata aos militares. São decorridos cento e cinquenta anos do nascimento do ilustre patrono da classe. Com as merecidas honras, é celebrada nos quartéis e na praça pública. A projeção, que alcançou o Duque de Caxias, no cenário político e militar, confirma a aureola que por tantos títulos, lhe é consagrada. Caxias representa, na história pátria, a unidade nacional. O Jockey Club Brasileiro já se habituou a reverenciar, com respeito e veneração, a memória do inculto varão. A homenagem, que tributa, agora, encerra, também, uma nota sentimental dos seus sócios. O nome do bravo soldado consta da lista dos fundadores da primitiva Sociedade. Saudando os companheiros de armas do inolvidável Duque de Caxias, trago-lhes o testemunho da admiração e afeto do quadro social!"

A PALAVRA DO EXÉRCITO NACIONAL

Em nome do Exército Nacional, e por delegação do Ministro da Guerra, assim falou o General Fiuza de Castro, Chefe do Estado-Maior do Exército:

"Credenciado pelo Exmo. Sr. Ministro da Guerra e traduzindo o sentir de todo Exército, cabe-me a honra de agradecer a V.S. — Sr. Presidente e a patriótica Diretoria desta benemerita instituição social, o proeminente concurso com que o Jockey Club Brasileiro contribui e tão alto realça a sua participação nas comemorações ora espraiadas por todos os nossos quartéis, assinalando as festividades do soldado e entoando os feitos gloriosos de nosso insigne patrono — O Marechal Duque de Caxias. E, sem dúvida, mais um gesto prestigioso da sequência em tão boa hora inspirada no ambiente benéfico de seus preclaros dirigentes e que, transformando-se em expressiva tradição, já constitui fator permanente nas brilhantes homenagens patrioticamente difundidas

pela elite social que aqui se congrega; é, outrossim, mais um elo que une o pugilo cívico do Jockey Club ao Exército, ambos rememorando a figura impar do Duque de Caxias, cuja magna personalidade, tanto concorreu para a consolidação de nossa integridade política, quanto se destacou para os gloriosos exemplos legados aos nossos soldados; e para as finalidades precípuas que ora consubstanciam o apogeu desta primorosa instituição nacional é, ainda, mais um precioso estímulo acentuado por nossa sociedade civil ao nosso soldado, incitando o seu envolvimento pelo magistral exemplo do Duque invicto e concorrendo para ainda mais acentuar o seu espírito de sacrifício, em prol da integridade do solo pátrio e da justa soberania nacional; é, finalmente, a prestimosa homenagem do Jockey Club Brasileiro à memória de estrélos Chefes militares, onde avulta a figura do nosso glorioso patrono que, emoldoado pelas finalidades do hipismo em proveito da seleção e do aprimoramento do cavalo de guerra, nunca relegou o seu apoio, o seu prestígio e a sua entusiástica cooperação, as entidades hípias nacionais. O Exército — Sr. Presidente — sempre cultivou e cultiva, com o mesmo ardor e a mesma fé do excelso Duque de Caxias, o seu aprêço e a sua admiração pelos patrióticos destinos desta valerosa entidade hípica, em espírito misonquista, e, sim, na racional dedução de nossas possibilidades para fins militares, encara o cavalo como um indispensável e magnífico complemento do motor, ajustando a indispensável cooperação de ambos para as finalidades da segurança nacional; compartilha dos mesmos intuitos desta sociedade hípica e com ela diretamente colabora, mediante uma de suas principais instituições orgânicas; nos anais desta agremiação figuram nomes brilhantes de nossos chefes e de nossos quadros militares, pelejando pela sua merecida prosperidade; azeite de lamparina de nossos oficiais e praças são perseverantes e fanáticos defensores de suas atraentes reuniões hípias; aqui, de resto, amalgamam-se civis e militares, na mesma comunhão de espírito, apreciando o valor do produto hípico, estimulando a dedicação do criador nacional louvando a magnífica atuação de sua Diretoria, que cada vez mais primorosa os requintes de suas memoráveis reuniões sociais. Ante tal mo — Senhores! — não se justificaria a ausência do Jockey Club Brasileiro, nas festividades comemorativas do soldado; dada a sua proeminência e os laços que o predem ao Exército, não teria cabimento o seu silêncio em face das homenagens e os louvores pátrios à memória do grande Duque de Caxias. Os homens que aqui se congregam, jamais poderiam olvidar a significação das festividades cívicas e fraternais que, esta semana, vibram em nossos quartéis e empoeiam as entidades nacionais. Eis — Sr. Presidente — o quadro que refulge em nossa imaginação e que tanto nos conforta, ao perscrutarmos a patriótica iniciativa desta agremiação, estreitando os laços fraternais de civis e militares, na mesma comunhão de propósitos e concorrendo para a união de nossas coletividades, sob o pálio do mesmo espírito de reconhecimento e gratidão aos nossos antepassados eméritos. — O esplendor com que aqui se realiza uma parte de no nosso programa festivo, destacando a venerável personalidade de nosso patrono e acrescentando as homenagens ao nosso Exército, através nossos preclaros e saudosos chefes militares, cala profundamente em nossos corações e consigna mais um peço de nossa justa admiração. Cumpre-nos, pois, testemunhar os nossos singelos agradecimentos e os nossos efusivos aplausos, sintéticos em caloroso brinde que, com sinceridade, erguemos pela prosperidade cada vez mais fecunda do Jockey Club Brasileiro e pela felicidade social de todos os seus diretores e associados".

O CLERO E O PATRIOTISMO

P. J. BUSATO, Capelão do Exército

O povo brasileiro comemorou o Dia da Independência da sua Pátria. Nada mais justo, pois suores, lágrimas e sangue custaram aos nossos maiores.

Ao clero brasileiro coube uma grande parcela na emancipação política da nossa Pátria. Com razão, disse Viriato Correia, certa feita: "Talvez não haja país outro que tenha, como o Brasil, a vida tão estreitamente ligada às batinas e aos boréis".

Podemos começar com as figuras simpáticas, figuras que encarnam o sacrifício, o apostolado, a catequese, a civilização de um povo, que são os jesuítas, tão bem representados em Manoel da Nóbrega, Anchieta e tantos outros.

O clero brasileiro seguiu o caminho desses missionários, concorrendo com suas inteligências para o progresso do Brasil, mostrando um acendrado amor à Pátria.

Foi um aluno dos Ilustrados filhos de Sto. Inácio que obteve o título de "Padre Voador", Bartolomeu Lourenço de Gusmão, que, longe de sua terra natal, exclamava: "Ah Pátria, quão longe estás!". E quem foi o iniciador da poesia brasileira senão o frade-poeta Rita Durão que, no seu livro "Caramuru", reuniu as mais ricas tradições brasileiras?

Na Inconfidência Mineira foram um padre Carlos de Toledo e Melo, um José de Oliveira Rolim, um Cônego Luís Vieira que, com inteligência e denodo, muito colaboraram para a emancipação política da nossa terra. O próprio Tiradentes se homiziou na casa de um eclesiástico. O Padre Manoel Rodrigues

da Costa, companheiro de desventuras do proto-martir da Independência, muito fez pela causa nacional. Em 1817 sobrevem a agitação revolucionária nordestina — a revolução dos Padres, como foi cognominada — pois em número de sessenta pregam eles a revolução pernambucana contra o domínio estrangeiro. Frei Caneca não encontra quem queira executar. Os Padres Tenório, João Ribeiro, Domingos José Martins, o Padre Roma, Miguelinho, Alencar, Antonio Pereira de Albuquerque, Antonio de Souto foram figuras de destaque naquela revolta patriótica. A imaginação não esquece também as figuras originais dos Padres Manoel de Freitas, apelidado o "Dendê-Bu" e José Maria Brayner, o Padre-soldado.

Ao ensejo da Independência do Brasil, o clero brasileiro cerra fileiras em torno do príncipe D. Pedro. Destacam-se: o Padre Peregrina, D. Frei José da Santíssima Trindade, o Cônego Januário Barbosa, Monte-Alverne e outros. Curioso é saber que quem teve a honra de proclamar o primeiro Imperador do Brasil, no teatrinho do Largo do Palácio, em S. Paulo, foi o Padre Ildefonso Xavier Ferreira, bem como quem deu o primeiro viva à República, no Parlamento, foi o Padre João Manoel de Carvalho.

Na luzida assembléia encarregada de elaborar a Constituição, após a Independência, figuram dezenove sacerdotes.

Durante a Regência, é o Padre Feijó que, juntamente com um dos mais intrépidos soldados até aqui existentes, o futuro Duque de Ca-

xias, tanto fez em prol da nossa nacionalidade. Foi por ordem de Feljó que Lima e Silva organizou o Corpo de Municipais Permanentes, para a defesa das instituições. No norte, é um dom Romualdo de Seixas que luta denodadamente contra os invasores. Um Dom Marcos Teixeira se opõe ao invasor holandês.

E que dizer dos serviços da Igreja prestados à República? Felix Pacheco, quando no Ministério das Relações Exteriores, proferiu as seguintes palavras, com relação ao assunto: "Posso lembrar, a respeito, que ainda recentemente foram as Pastorais dos Arcebispos e Bispos que levantaram o espírito brasileiro à altura da grave situação em que nos víamos envolvi-

dos e precisávamos enfrentar corajosamente". Gustavo Capanema, então Ministro da Educação, disse o seguinte, a respeito da Igreja: "A cooperação da Igreja Católica foi um fator essencial na obra da educação brasileira".

Ultimamente o episcopado nacional realizou várias reuniões, com o fito de abordar os mais importantes problemas brasileiros, como o da Amazônia, da reforma agrária. Durante as comissões internas do Brasil, nunca faltou a palavra autorizada dos Bispos brasileiros.

Com razão, disse, certa vez, o atual Presidente da República, que muito deve o Brasil aos sacerdotes brasileiros, saindo dentre os mesmos até soldados valentes, nas ocasiões oportunas.

VOLTA REDONDA MARCHA PARA O PLANO DO MILHÃO

Em ação equipamentos da Fábrica de Estruturas Metálicas — O Sr. Café Filho acende a segunda bateria de coque

Prosseguem ativamente as obras de expansão de Volta Redonda. Na Cidade do Aço cerca de 2.000 operários trabalham dia e noite nessa tarefa, enquanto a Usina dá o máximo de sua capacidade, batendo records de produção de trilhos, perfílados, chapas grossas e finas, etc. A montagem do Alto Forno n. 2 está em fase final e depois de aceso, permitirá Volta Redonda produzir 710.000 toneladas de lingotes de aço por ano.

FABRICA DE ESTRUTURAS

Há dias, o General Sylvio Raulino de Oliveira, presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, acionou os primeiros equipamentos da Fábrica de Estruturas Metálicas — uma nova unidade da expansão da Usina, que produzirá estruturas metálicas, abastecendo o mercado brasileiro desse produto indispensável na construção de pontes, viadutos e na edificação civil.

O Presidente da CSN pôs em movimento a tesoura dupla para cantoneiras, cortando uma cantoneira de seis polegadas. Na mesma ocasião, o Major Cyro Borges, Diretor Industrial, e o Engenheiro Alberto do Amaral Osório, Chefe do Núcleo de Expansão da Usina, movimentaram outras máquinas recentemente instaladas naquela Fábrica. Com isso, poderá Volta Redonda realizar trabalhos para a sua própria expansão, evi-

tando-se, conseqüentemente, os ônus decorrentes das importações de unidades mecânicas destinadas ao mesmo fim.

Planejada dentro dos critérios técnicos mais modernos, o maquinário da Fábrica de Estruturas Metálicas já se encontra em adiantada fase de montagem, correndo as obras num ritmo acelerado, tendo em vista as necessidades de estruturas para os fornos-pócos que serão acrescentados aos existentes.

Em face disto foi apressada a instalação da tesoura dupla para cantoneiras, marca "Kling", a punçoneadeira "Thomas" para peças pequenas, a punçoneadeira de talhadeira de chapas "Thomas" e a calandra, além de mais duas punçoneadeiras e uma tesoura para chapas de até uma polegada e um metro e vinte de largura.

NOVA BATERIA DE FORNOS DE COQUE

No dia 21 de agosto, a segunda bateria de fornos de coque, parte integrante do equipamento de expansão, foi acesa pelo Vice-Presidente da República, Sr. Café Filho. Estavam presentes, à breve solenidade os Senadores Assis Chateaubriand, Atilio Vivaqua, Hamilton Nogueira e Plínio Pompeu, além do Presidente da CSN, General Sylvio Raulino de Oliveira, e diretores da empresa, o Dr. Paulo Martins, Vice-Presidente, o General Mário Gomes, Diretor Tesoureiro, e o Major Cyro Borges, Diretor Industrial, Jornalistas e pessoas gradas.

Embora transcorrendo em ambiente de simplicidade, cujo ponto alto foi justamente a Presença do Vice-Presidente Café Filho, Senadores e Jornalistas, o ato teve expressiva significação, por isso mesmo representou a entrada em Pré-operação de uma das unidades do novo equipamento que dará a Volta Redonda uma produção anual de 710.000 toneladas de lingotes de aço por ano.

A segunda bateria tem 21 fornos e dentro de sete semanas estará fornecendo coque. O Sr. Café Filho, depois de acender o primeiro forno, passou o bastão em chamas aos demais Senadores, que acenderam outros fornos.

Em seguida, toda a comitiva visitou a usina e a cidade, sendo-lhe oferecido um almoço, no Hotel Bela Vista, quando o Vice-Presidente da República foi saudado pelo General Raulino de Oliveira, falando ainda os Senadores Hamilton Nogueira e Assis Chateaubriand.

PLANO DO MILHÃO

Paralelamente com a expansão que se processa, Volta Redonda já está cuidando do Plano do Milhão, tomando as necessárias providências para a Usina produzir em breve um milhão de toneladas de aço em lingotes por ano. Para tanto, encontram-se no Congresso mensagens do Presidente da República autorizando o aumento de capital da Companhia Siderúrgica Nacional e a necessária garantia do Tesouro Nacional ao empréstimo em dólares a ser contraído nos Estados Unidos. Até o fim do ano, o Congresso deverá ter concluído a votação dessas duas matérias que darão à empresa os meios financeiros para a concretização desse grandioso plano.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

RUMOS NOVOS NA ECONOMIA CAFEIEIRA

"A presente conjuntura cafeeira nos impõe, em escala de urgência, o dever de planejar uma verdadeira política de defesa do café, orientada não só pelas exigências do momento, como pelo futuro de sua economia. Mas serão necessárias coragem e obstinação a fim de que não seja o Instituto Brasileiro do Café desviado de suas atribuições específicas, que são a promoção da riqueza cafeeira e a representação dos interesses vitais dos lavradores para o caminho da mera fiscalização ou da simples e empírica intervenção imediatista. O prazo que a situação estatística do café nos dá é curto, obrigando-nos a usar o tempo com inteligência e a executar com denodo e tenacidade um programa amplo, tendo em vista os supremos interesses do País."

Essas palavras pronunciou-as o Sr. João Pacheco e Chaves em seu discurso de posse na Presidência do Instituto Brasileiro do Café e valem como uma síntese da política de disciplina, recuperação e propaganda da nossa economia cafeeira, política que nos dois últimos decênios tem passado por modificações sensíveis, sempre com o alto objetivo de amparar o nosso principal produto, o que representa cerca de três quartos da fonte criadora de divisas, ou seja, o mais ponderável peso que colocamos no prato que nos corresponde na balança comercial.

Por isso mesmo, o café há de ter em nossas preocupações de política econômica um lugar de vanguarda por ele mesmo conquistado e há de nos levar a estudos, providências e, em última análise, a uma sorna de esforços conjugados no sentido de que, batalhando pela qualidade cada vez melhor de produção no campo interno, e lutando pela conquista de novos mercados no plano internacional, possamos obter dias mais prósperos à sua economia, o que vale dizer, à economia nacional.

Recomenda-se notar que o Instituto Brasileiro do Café, remanescente embora do antigo Departamento Nacional do Café, tem organização de maior eficiência e, sobretudo, de entrosamento mais ajustado entre o Estado e a lavoura, por isso que, constituída a sua Junta Administrativa, nesta se unirão os representantes diretos eleitos pelos cafeicultores e os de nomeação do Governo. Não é a nova autarquia um órgão do Estado a controlar soberanamente a economia cafeeira, mas um colegiado em que as deliberações expressem os interesses da lavoura do café que, concomitante e obviamente, serão os da própria Nação.

A defesa do café, elemento líder da nossa produção, é um imperativo do interesse nacional. E, por isso mesmo, o Presidente do I.B.C. acentuou no referido discurso que devemos tomar como um roteiro de seu programa de ação à frente da autarquia: "Tudo que venha afetar a situação do produto, quer quanto ao volume de suprimento quer quanto ao nível de preço, precisa ser considerado nessa defesa. É, pois, muito difícil manter-se, em caráter constante, uma política cafeeira inteiramente livre. Será necessário estarmos sempre vigilantes na interpretação dos fatos, de modo a intervir, quando for preciso, no comércio do produto."

Tal afirmativa vale como uma advertência da imperiosidade, por vezes, das medidas de controle, em que pesem os aplausos com que os agricultores — o que reflete a mentalidade do nosso povo, formada dentro do mais amplo liberalismo econômico — recebem a ausência de iniciativas nesse sentido.

As esperanças que nos animam, pois, num melhor rendimento da produção e na maior amplitude de nossas posições no mercado mundial do café, nascem dêsse entrosamento entre o Estado e os cafeicultores decorrente da organização do I.B.C., cuja presidência foi entregue ao Sr. João Pacheco e Chaves, capacidade já demonstrada na Secretaria da Agricultura de São Paulo, bem como em outros setores da administração onde se assinalaram o seu alto espírito público e o seu senso de organização e direção.



Inglaterra

O Ministro da Guerra, Anthony Head, tornou conhecidas algumas das características de novos tipos de material que a Grã-Bretanha está a produzir, no seu esforço de rearmamento e de atualização do equipamento militar. As armas radiodirigidas constituem a grande promessa de momento. Começa a encerrar-se a eventualidade de substituir a aviação de caça por mísseis autoradiodirigidos, de mais fácil e económico fabrico, evitando o desgaste de vidas humanas, e capazes de realizarem a detenção eficaz de incursões aéreas.

Principiou a produção de vários instrumentos que permitem a deteção de matérias radioativas, o que vem permitir que as tropas possam tomar disposições de defesa contra efeitos parciais das armas atómicas. Começou também a produção de um novo tipo de canhão sem recuo contra-carros, que se diz ser o mais poderoso deste género existente em todos os exércitos do Mundo.

Churchill, em declarações feitas nos Comuns acerca de previsões orçamentais para o próximo ano económico, informou que as despesas com a defesa, no montante de 1.636.760.000 libras, constituem um terço do Orçamento Geral do Estado. Declarou-se adverso da ideia de se reduzir o atual tempo de serviço militar e preconizou até o seu aumento para cinco anos. Graças aos dois anos de serviço atuais, o efetivo militar britânico é, neste momento, 1 de abril, de 880.000 homens.

Referindo-se aos progressos realizados pela Grã-Bretanha para se defender de uma invasão de pára-quedistas, informou que existem 450 colunas móveis constituídas por 250.000 reservistas.

(Revista Militar de Portugal, maio 1953)

Pontes de alumínio

A ponte Bayley, que tanto êxito alcançou na II Grande Guerra, vai ser substituída por outra, construída de uma liga de alumínio e aço, segundo estudos que estão sendo feitos pelo Corpo de Engenheiros do Exército dos Estados Unidos.

Projetaram-se duas modalidades: uma, que permite a circulação de veículos de combate e veículos com abastecimentos de todas as classes e outra, do tipo passadeira, para o trânsito de forças a pé.

Não só se visa, com a nova ponte, diminuir o seu peso e facilitar a mobilidade, como, simplificando e diminuindo o número de partes que a constituem, encurtar consideravelmente o tempo invertido em montá-la e reduzir o pessoal empregado na operação.

A ponte de alumínio está sendo submetida aos últimos ensaios.

("Ejército", Espanha, maio 1953)

Novo tipo de submarino anão

O submarino "Anão" de novo tipo, montado para uma tripulação de quatro homens, e cujo motor será alimentado por um carburante especial, revolucionará a guerra naval — escreveu na revista "Colliers" o almirante reformado Charles Lockwood.

O submarino, que está em construção nos estaleiros da aviação Faichild, assemelha-se a um grande torpedo e mede 10 metros de comprimento. Sua velocidade será de cerca de 15 km horários na superfície e de 18 km/h em profundidade. O carburante que alimentará seu motor será tão poderoso que uma quantidade reduzida fornecerá um raio de ação de 800 km e lhe permitirá mergulhado constantemente durante quatro dias.

Este novo submarino "de bolso", que não se deve comparar com os torpedos humanos da marinha japonesa, escreve o almirante, poderá romper ou passar sob as redes dos portos mais bem protegidos. Poderá também manobrar em águas pouco profundas, subir rios e atacar fábricas, barragens, pontes no interior do território inimigo. Além disso será tão leve que um helicóptero poderá levá-lo para colocá-lo em mares interiores ou em lagos dos países inimigos.

Novas armas inglesas

O Ministro da Guerra da Grã-Bretanha, Mr. Head, facilitou detalhes das novas armas que estão sendo fabricadas para o exército britânico. Disse que se trata de uma série completa de armas que se caracterizam por sua redução no peso e u'a maior potência de fogo. A nova granada contra-carro, que pode ser disparada pelo fuzil corrente, pesa só 21 onças, porém tem uma capacidade destrutiva igual à do mais potente canhão contra-carro utilizado pela Infantaria na guerra passada. O novo canhão contra-carro fabricado pela Grã-Bretanha é provavelmente o mais potente existente na atualidade e ao mesmo tempo o mais ligeiro e o mais manejável da artilharia contra-carro que se utiliza hoje em dia. As armas teledirigidas são muito superiores aos tipos conhecidos. Criou-se um novo tipo de ponte de desembarque e o Exército conta com abundância de carros Centurião.

("Ejército", maio de 1953)

HOMENAGEM A REVISTA "A DEFESA NACIONAL"

ARTHUR VOGELSANGER

Industrial Madeireiro

RUA BLUMENAU, 55 — TELEFONE, 622

JOINVILLE — SANTA CATARINA

NOTÍCIAS DIVERSAS

Combatamos sem descanso o pessimismo. Não vejamos apenas os nossos defeitos, que também outros povos igualmente possuem; fortaleçamos a fé em nossa capacidade de realização, repetindo a cada passo o muito que já conseguimos produzir e que as estatísticas proclamam; criemos a consciência nacional de que já somos uma grande nação e de que seremos incomparavelmente maiores em próximo futuro, graças ao trabalho e aos imensos recursos de que poderemos dispor.

WALDEMIRO POTSCH

● Aço de qualquer maneira

Três grupos alemães, incluindo o Kloeckner, estão interessados na expansão da "Cia Ferro e Aço de Vitória, S.A.", no sentido de que esta produza aço. Como se sabe, essa indústria espiritosantense, no momento, só fabrica ferro guza. Trata-se de uma empresa de pequena produção (8.000 toneladas anuais), mas que está em ótima situação financeira. O grupo que a fundou, contudo, está disposto a produzir aço de qualquer maneira, segundo declarou à Imprensa o seu presidente. Já o alto forno da empresa está sendo ampliado de 25 para 50 toneladas diárias. Mas nova usina será erguida. A empresa possui grande jazida de calcário, com capacidade de suprimento de mais de 500 mil toneladas. A nova usina utilizará coque metalúrgico e energia elétrica, em vez de carvão vegetal, como na atual. A empresa está em negociações com três grupos alemães, inclusive o Kloeckner, dos quais recebeu propostas, estando em vias de chegar a um acordo.

Dentro de 60 dias (meados de novembro) serão anunciados grandes empreendimentos.

● Mais barato o petróleo boliviano

A recente assinatura das notas reversais sobre a exploração conjunta, através de recursos brasi-

leiros e bolivianos, de petróleo existente na região sub-andina do país vizinho e amigo, abre perspectivas muito favoráveis à economia das duas nações.

De um lado, permite à Bolívia aproveitamento e escoamento para o mineral existente na mencionada região, de outro facilitará ao Brasil o recebimento de um produto mais econômico para as suas refinarias em montagem e as que deverão ser futuramente instaladas a fim de atender ao crescente consumo interno. A faixa reservada à exploração do petróleo, na região sub-andina, cobre 40.000 km² e foi classificada pelo geólogo-chefe da "Standard Oil of New Jersey" como o mais rico depósito de petróleo do continente. Em certos trechos da faixa, o petróleo aflora à superfície e é aproveitado "in natura" nos veículos a explosão. Mais de 30 estruturas já foram definidas como capazes de produzir excelente petróleo e em condições muito econômicas.

A República Argentina procurou também obter do Governo boliviano concessão para idêntico fim na mesma zona, comprometendo-se a construir estrada de ferro na mesma direção em que segue a Estrada de Ferro Brasil — Bolívia. Não o conseguiu, contudo.

O combustível líquido da zona sub-andina, pelos cálculos já efetuados, chegará à refinaria de Cubatão, em Santos, mais barato do que o petróleo da Venezuela e

movimentará e criará riquezas ao longo do seu percurso, numa parte do território brasileiro ainda necessitado de desenvolvimento, animando, também uma porção remota do território boliviano. Poderá, igualmente, sair pelo rio Madeira, interessando a toda a região amazônica e ajudando a sua valorização, notadamente se for constituída uma refinaria em Manaus. Pelo rio Amazonas, alcançará o litoral, servindo a todo o país.

Inicialmente, os 2 Governos invertirão 2 milhões de dólares nas pesquisas. O Brasil entrará com um milhão e a Bolívia com outro milhão, emprestado pelo Brasil, fazendo-se o resgate com o petróleo obtido.

Espera-se que, dentro de 8 meses, os trabalhos de perfuração terão início.

● O Brasil terá sua fábrica de Válvulas Eletrônicas

A Diretoria do IBRAPE — Indústria Brasileira de Produtos Elétricos e Eletrônicos acaba de decidir instalar uma Fábrica de Válvulas Eletrônicas e, para tanto, iniciará a construção de um grande edifício apropriado no local onde já iniciou a fabricação de componentes para rádio e televisão.

Esta fábrica terá capacidade para fabricação de 5.000.000 (cinco milhões) de válvulas anualmente.

De acordo com as Forças Armadas da Nação, a nova fábrica deverá iniciar sua produção em 1954, o que poderá ser realizado sempre que a concessão das licenças para importação das máquinas e outros elementos imprescindíveis não sofra delongas.

Serão fabricados os tipos preferenciais americanos e uma série com características genuinamente Philips cuja qualidade é soberbamente conhecida no mercado.

O total dos tipos a serem fabricados será de 30 (trinta), incluindo tubos de raios catódicos. Também se prevê a fabricação de válvulas de transmissão.

Serão empregados nesta indústria mais de 500 operários e equipamento moderníssimo de proce-

dência holandesa. Aproximadamente Cr\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de cruzeiros) será o investimento requerido.

Trata-se de empreendimento de importância transcendental, pois esta realização colocará o nosso país entre os poucos do mundo que fabricam suas próprias válvulas, elemento importante para assegurar as comunicações ininterruptas neste grande território em qualquer emergência.

Tal empreendimento não só resultará em grande economia de divisas para a Nação como também emancipará a indústria eletrônica civil e militar da importação de um componente vital.

Prosseguindo em seu programa industrial, a IBRAPE já está fabricando alto-falantes e em breve entregará ao mercado consumidor compensadores cerâmicos, "trimmers" de ar e de fio, condensadores de mica, potenciômetros, ferroxcube, soquetes para válvulas, cambiadores automáticos e outras peças indispensáveis para o desenvolvimento da indústria eletrônica nacional.

● Levantamento aerofotogramétrico da nova capital

Seguiu para Goiânia uma comissão de técnicos, chefiada pelo Sr. Jerônimo Coimbra Bueno, membro da Comissão de localização da nova capital do país que vai proceder ao levantamento aerofotogramétrico da área onde será edificado o novo Distrito Federal.

A Comissão, caso o permitam as condições meteorológicas da região, bem como a situação da lavoura no que se relaciona às queimadas, concluirá seus trabalhos dentro de três meses.

● Em execução o programa da fabricação nacional de motores Diesel e máquinas

A primeira fábrica brasileira de motores Diesel já é uma realidade, graças às licenças recentemente fornecidas pela CEXIM

PROMECA S.A., que está construindo sua fábrica em Jundiá, produzirá motores Diesel de vários tamanhos, bem como máquinas-ferramentas de alta precisão, e muitas peças especiais para nossa sempre crescente indústria automobilística. A fábrica usará, quase que exclusivamente, matéria-prima nacional, pois pesquisas e experiências realizadas recentemente provaram que o aço e o ferro brasileiros são da mesma excelente qualidade que os usados por fabricantes europeus de máquinas-ferramentas.

As obras dos edifícios da nova fábrica estão bem adiantadas e as suas instalações deverão ficar prontas antes do fim do ano em curso. O equipamento da fábrica será brevemente embarcado na França e na Bélgica. Máquinas moderníssimas e competentes técnicos europeus assegurarão a produção da **PROMECA S.A.**, o mesmo elevado padrão de qualidade das melhores máquinas e motores que, até agora, são importados da Europa.

Entre os participantes da nova indústria, figuram grandes fábricas belgas tais como **LE PROGRES INDUSTRIEL**, de Lot, **ATELIER DE CONSTRUCTION DE LA MEUSE**, de Liège e **ATELIERS DUTRANNOIT**, de Charleroi. Da França, incluem-se o grupo industrial "**GSP**", com suas fábricas instaladas em Paris, **Albert e Chateau-Dun**, e também as indústrias **GENDRON**, de Lyon, e **SOMACO**, de Paris.

Esse importante conjunto de indústrias, trabalhando com a organização nacional, lhe dará o benefício de sua grande experiência técnica, bem como dos constantes aperfeiçoamentos e progressos de natureza industrial, o mesmo das novas invenções dos técnicos e cientistas do grupo europeu.

Na primeira fase de fabricação, serão construídos motores Diesel estacionários, industriais, adaptáveis, também, para serem montados em bombas empregadas na irrigação da lavoura, bem como

máquinas-ferramentas pesadas, de comando hidráulico, tais como tornos pesados, furadeiras e fresadoras, além de peças especiais para automóveis, principalmente para "**jeeps**".

O programa de fabricação prevê, para a segunda fase, motores até 150 HP e, posteriormente, motores pesados até 50 HP.

● "**Jeeps**" e caminhões pesados serão montados em São Paulo

A Firma **Willys Overland**, que recentemente se fundiu com a **Kaiser Frazer**, nos Estados Unidos, passando as duas sociedades a constituir uma única e poderosa empresa, inaugurou, há dias, a sua sucursal paulista para montagens dos famosos "**jeeps**". A fábrica foi levantada no tempo recorde de treze meses, estando em condições de começar a montagem diária inicial de 40 "**jeeps**", com vistas a mais tarde produzir 100 unidades por dia.

Este empreendimento vem aplicar bastante as possibilidades do nosso país em tão importante setor industrial (90 % do capital da **Willys Overland do Brasil** é de resto nacional), e marca uma nova fase de desenvolvimento. Seguindo a mesma direção, acaba de ser anunciado que a grande firma francesa, **Berliet**, construtora de caminhões pesados, e a alemã que produz o pequeno carro "**Volkswagen**", contrataram a instalação de esteiras de montagem também em São Paulo.

Eventualmente parece que nos poderemos até colocar na posição de exportadores de veículos. É o que promete o filho do Sr. **Berliet**, que em entrevista à imprensa afirmou: "Temos o intuito de transformar o Brasil no futuro centro de abastecimento de caminhões da nossa marca à América do Sul. Todas estas empresas empregarão o máximo de material brasileiro, sendo que os técnicos alemães esperam produzir sem o

ATOS OFFICIAIS

Leis, Decretos e Avisos de interesse geral do Ministério da Guerra.
publicados no mês de agosto de 1953

AVISO N. 693 — EM 7 DE AGOSTO DE 1953

Tendo em consideração que o Departamento de Desportos do Exército foi criado para representar, dirigir e intensificar os desportos entre os militares, que não é justo que cavalos do Exército, ou por ele forrageados, sejam apresentados em provas hípias representando entidades civis e considerando o exposto pelo Presidente do Departamento de Desportos do Exército em seu Offício n. 127-S, de 17 de julho de 1953, determino:

"Só é permitida a participação de cavalos pertencentes ao Exército, ou por ele forrageados, em provas de hipismo organizadas por entidades civis, quando seu cavaleiro representar o Departamento de Desportos do Exército — *Cyro Espirito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 11-VIII-53.)

* *

AVISO N. 708 — EM 11 DE AGOSTO DE 1953

Considerando que a Constituição da República, em seus arts. 163 e 164, determina o amparo da família pelo Estado;

Considerando que o art. 37 da Lei do Serviço Militar vigente, autoriza a dispensa de incorporação de cidadão alistado residente em Municípios que apresentem excesso sobre os totais necessários ao preenchimento de claros nas guarnições federais;

Considerando que se torna necessário estabilizar uniformidade de critério entre as diversas autoridades militares;

Resolvo, de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, baixar as normas que se seguem para a concessão de dispensa de incorporação de cidadãos residentes nos Municípios a que se refere a letra e), do art. 37, da Lei do Serviço Militar:

1. Quando em determinada Região Militar o efetivo convocado para prestação do serviço militar inicial, fôr superior às necessidades de incorporação, deverá o Comandante da Região dar prioridade para dispensa de incorporação, ao convocado que comprovar:

a) ser filho único de mulher viúva ou solteira, da abandonada pelo marido ou da desquitada, às quais sirva de único arrimo ou o que ela escolher quando tiver mais de um, sem direito a outra opção;

b) o filho do homem fisicamente incapaz para prover seu sustento e a quem serve de único arrimo;

c) o viúvo que tiver filho menor (legítimo ou legitimado) se for o único arrimo;

d) o casado que tiver filho menor, desde que seja o único arrimo do casal;

e) o irmão, órfão de pai e mãe, que sustentar irmão menor, ou maior inválido ou interdito, ou ainda, irmã solteira, ou viúva que viva em sua companhia;

f) o filho órfão de pai e mãe que servir de único arrimo a uma de suas avós ou avô, decrépito ou valetudinário, incapaz de prover os meios de subsistência;

g) o casado que sirva de único arrimo à esposa.

2. A condição de arrimo só prevalecerá quando o indivíduo não disponha de recursos para efetivar aquela função, caso seja incorporado.

3. O convocado que alegar ser arrimo deverá requerer ao Comandante da Região Militar, a tempo útil, sua dispensa de incorporação. Esse requerimento deverá especificar o caso em si e nele o requerente prestará todas as informações que permitam comprovar o alegado, por parte das autoridades competentes. Ao requerimento deverá ser feita juntada dos documentos que se seguem:

a) Em todos os casos:

— atestado de autoridade policial do Distrito em que reside, comprovando ser o convocado único arrimo e residir em companhia dos que carecem do seu auxílio;

— declaração, sempre que possível, do Prefeito Municipal e do Juiz de Direito, confirmando o alegado pelo convocado.

b) Conforme o caso:

— certidão de óbito;

— certidão de nascimento;

— certidão de casamento.

4. O requerimento e demais documentos deverão ser apresentados:

a) ao Chefe da Junta de Alistamento Militar, até o início da época de seleção;

b) ao Chefe da Junta de Seleção se já houver sido marcada aquela época;

c) ao Serviço Militar Regional, se não foi feita nos prazos anteriores.

5. Aos Delegado de Recrutamento, Chefe de Junta de Seleção e Chefe do Serviço Militar Regional, cumpre comprovar as alegações, se for o caso, e encaminhar o processo, no mais curto prazo, com seu parecer, ao Comandante da Região Militar.

A decisão final do Comandante da Região será comunicada imediatamente pela Circunscrição de Recrutamento à Junta de Alistamento Militar da jurisdição do requerente, para conhecimento deste.

6. Quando o requerimento do interessado for despachado favoravelmente antes de iniciar-se a seleção no município a que pertence, fica o convocado dispensado de apresentação para seleção.

O convocado que apresentar sua documentação ao Chefe da Junta de Seleção será submetido à seleção como os demais convocados.

7. Deverá ser dada pelas autoridades interessadas no recrutamento, prévia e abundante publicidade nos termos, exigências e prazos destas normas, antes de se iniciarem os trabalhos de época de seleção de cada contingente.

8. Os convocados amparados pelas prescrições deste Aviso receberão após a desincorporação de sua classe, o Certificado de Reserva de 3ª Categoria, tenham ou não sido inspecionados — *Cyro Espirito Santo Cardoso*.

("Dirário Oficial" de 13-VIII-953.)

* *

PORTARIA N. 325 — DE 13 DE AGOSTO DE 1953

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército em Ofício n. 330-A, de 23 de junho de 1953, resolve:

1. Tornar de caráter ostensivo, as Instruções para o Funcionamento do Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, aprovadas pela Portaria Reservada n. 8-3, de 15 de janeiro de 1953.

2. Introduzir as seguintes alterações nas Instruções acima referidas:

a) Dar a seguinte redação à letra c), do § 4º do art. 6º: Escrever todas as importâncias provenientes das vendas dos trabalhos do Estabelecimento, sob o título "Produção";

b) Substituir o parágrafo único do art. 26 pelos parágrafos que se seguem:

§ 1º. Todo o movimento proveniente das vendas de sua produção será escriturado sob o título "Produção".

§ 2º. A escrituração relativa às vendas efetuadas pela Seção Comercial do Estabelecimento se processará nos moldes da legislação em vigor para a escrituração das Seções Comerciais dos Estabelecimentos de Material de Intendência (Decreto n. 3.516, de 29 de dezembro de 1938, modificado pelo Decreto n. 6.635, de 24 de dezembro de 1940):

a) Todos os atos administrativos referentes à gestão financeira proveniente da produção, serão escriturados pelo método de "partidas dobradas" e segundo as regras de contabilidade comercial e industrial;

b) A Seção Administrativa será o órgão centralizador das operações de contabilidade e escrituração da Seção Comercial, competindo à Tesouraria o movimento dos fundos, as quais manterão para isso, conforme o caso, os livros de que trata a letra d) abaixo;

c) As oficinas por intermédio da Divisão de Produção, o almoxarifado e a seção comercial, terão os registros dos movimentos próprios, organizados analiticamente, e deles fornecerão à Seção Administrativa os elementos necessários à sua escrituração.

d) Serão utilizados obrigatoriamente os seguintes livros:

— Diário;

— Razão;

— Caixa;

— Conta-Corrente;

— Entradas e Saídas, independente de outros que se tornarem necessários ao desdobramento das contas analíticas, todos rubricados pelo fiscal administrativo;

e) Desses livros serão extraídos os balancetes mensais e o balanço anual;

f) Os balancetes mensais deverão ser acompanhados dos documentos de receita e despesa, numerados seguidamente em cada mês; os de despesa com "pague-se" do agente diretor, e todos conferidos pelo fiscal administrativo.

§ 3º. O movimento mensal bruto das vendas da produção será distribuído de acordo com as percentagens e títulos, da seguinte forma:

- a) 85 % — Reposição de estoque;
- b) 15 % — Restante (estabelecidos na letra a) do § 5º do art. 6º, assim distribuído:

— Caixa Geral de Economias da Guerra (como preceitua o art. 12 do Decreto n. 22.139, de 25 de novembro de 1932).

— O restante, a ser empregado de acordo com o previsto no § 1º do art. 27, das Instruções para o Estabelecimento General Cordeiro de Farias — *Cyro Espirito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 17-VIII-953.)

* *

DECRETO N. 33.578 — DE 18 DE AGOSTO DE 1953

Dá a denominação de "Batalhão Pirajá" ao 19º Batalhão de Caçadores e cria o respectivo estandarte

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Passa a denominar-se "Batalhão Pirajá" o atual 19º Batalhão de Caçadores, com sede na cidade do Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º. Fica criado o estandarte-distintivo para o "Batalhão Pirajá", de acordo com o modelo que acompanha este Decreto e com as seguintes características:

- a) Campo verde, com bordadura de amarelo;
- b) ao centro um escudo de vermelho, com uma faixa de cinco listras alternadas de verde e amarelo tendo sobre tudo uma elipse de ouro, com bordadura de azul carregada do dístico — Restauração da Bahia — 1823 — em ouro; no interior, uma espada também de ouro cruzada com um ramo de louros de verde, tudo encimado pelas iniciais, P. I.; a elipse descrita envolvida por um resplendor de ouro; em campanha uma linha de amêias de uma fortaleza de prata, lavrada de negro; servindo de timbre um listel arqueado, de vermelho e carregada de onze estrelas, sendo nove de prata e as duas extremas de ouro;
- c) ladeando o escudo duas folhas de palmeira, de ouro; ao alto, em arco o dístico — Batalhão Pirajá — e abaixo a data — 8 de novembro de 1822, tudo em ouro;
- d) franja de ouro, em volta;
- e) laço militar das cores nacionais, com a inscrição — 19º Batalhão de Caçadores, em ouro;
- f) dimensões: 8,80 m x 1,10 m.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1953; 132º da Independência e 65ª República.

GETULIO VARGAS.

Cyro Espirito Santo Cardoso.

("Diário Oficial" de 18-VIII-953.)

* *

PORTARIA N. 329, DE 14 DE AGOSTO DE 1953

Portaria n. 329, de 14 de agosto de 1953:

O Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, resolve aprovar as "Instruções Provisórias para o funcionamento da Inspetoria Geral", que com esta baixam — *Cyro Espirito Santo Cardoso*.

Instruções provisórias para o funcionamento da Inspeção Geral**CAPÍTULO I****FINALIDADE E ORGANIZAÇÃO GERAL**

Art. 1º. A Inspeção Geral (I.G.) é órgão imediatamente subordinado ao Ministro da Guerra, destinado a proceder, por determinação desta autoridade, a verificações, a inspeções ou a outras quaisquer formas de investigações relativas à execução dos programas e planejamento e necessárias ao bom funcionamento e coordenação das atividades dos diferentes órgãos do Exército.

§ 1º. A I.G. é dirigida por um Marechal ou General de Exército, denominado Inspetor Geral. O cargo de Inspetor Geral é privativo de Marechal ou General de Exército.

Art. 2º. Para o exercício de suas funções o Inspetor Geral dispõe :
— da Divisão de Inspeção de Comando (D/1).
— da Divisão de Inspeção Administrativa (D/2).
— do Gabinete.

CAPÍTULO II**ATRIBUIÇÕES****A) Do Inspetor Geral.**

Art. 3º. Ao Inspetor Geral, como delegado e conselheiro do Ministro da Guerra, compete mantê-lo informado dos fatos e assuntos que requeiram a ação da I.G., bem como inspecionar, prevista ou inopinadamente, as organizações militares, tendo em vista :

- a) verificar o desenvolvimento do Ensino Militar e da Instrução do Exército, de acordo com as respectivas diretrizes, planos e programas ;
- b) verificar a situação administrativa, bem como o estado disciplinar e o bem estar reinantes nas organizações militares, de conformidade com as disposições em vigor ;
- c) requisitar, pelo prazo conveniente, os meios e o pessoal técnico especializado necessário a maior eficiência das inspeções ;
- d) relatar ao Ministro da Guerra o resultado de suas observações, decorrentes das inspeções ou outros encargos que lhes forem atribuídos ;
- e) propor ao Ministro as medidas necessárias para sanar no mais curto prazo as falhas ou deficiências observadas.

Parágrafo único. No curso das inspeções, ao Inspetor Geral não cabe modificar a direção e o planejamento ligados a organização, instrução, mobilização e emprego das forças terrestres, nem interferir em gestão administrativa ou de comando, salvo caso em que ordens especiais ou particulares do Ministro da Guerra lhe deleguem essa competência, definindo claramente o objetivo.

B) Da Divisão de Inspeção de Comando (D/1).

Art. 4º. À D/1 incumbe :

- a) organizar a documentação básica necessária ao estudo e planejamento das inspeções de comando ;
- b) elaborar os planos de inspeção, objetivando verificar :
 - 1 — a aplicação e os resultados efetivos dos padrões gerais de ensino e de instrução ;
 - 2 — os resultados obtidos nos quadros e na tropa com os métodos de seleção, ensino, instrução e aperfeiçoamento ;

3 — o grau de eficiência na instrução, através de manobras de quadros e de tropas terrestres;

4 — a fiel observância dos regulamentos, instruções e ordens em vigor e bem assim as reações verificadas em sua aplicação;

5 — a existência e a objetividade das medidas contra a perturbação da ordem;

6 — o bem-estar, a ordem e a disciplina reinantes nos escalões de comando;

c) assistir ao Inspetor Geral na realização das inspeções de comando;

d) propor a requisição de meios e pessoal, técnico ou especializado, necessários à maior eficiência das inspeções;

e) organizar o relatório das inspeções de comando e a parte que lhe compete do relatório anual.

C) Da Divisão de Inspeção Administrativa (D/2).

Art. 5º. À D/2 incumbe:

a) organizar a documentação básica necessária ao estudo e planeamento das inspeções administrativas;

b) elaborar os planos de inspeção, bem como as instruções respectivas, tendo em vista verificar nas organizações militares:

1 — as dotações em material e sua correspondência com o consignado nos regulamentos, tabelas e ordens em vigor;

2 — as dotações em material e sua equivalência com os efetivos e as necessidades gerais;

3 — o estado das provisões normais e do estoque de mobilização;

4 — as condições militares de produção para atender aos encargos normais e aos de mobilização;

5 — a situação dos efetivos em pessoal, sua distribuição pelas funções, e bem assim o seu enquadramento segundo os encargos de mobilização;

6 — a fidelidade e o equilíbrio no emprêgo das verbas e quantitativos, orçamentários ou não, bem como a regularidade dos atos e fatos administrativos;

7 — o bem-estar, a ordem e a disciplina reinantes nos escalões de administração;

8 — o efetivo e as condições de higiene dos animais, em face dos quadros de organização e dos encargos de mobilização;

c) assistir ao Inspetor Geral na realização das inspeções administrativas;

d) propor a requisição de meios e pessoal, técnico ou especializado, necessários à maior eficiência das inspeções;

e) organizar o relatório das inspeções administrativas, e a parte que lhe compete do relatório anual.

D) Do Gabinete.

Art. 6º. Ao Gabinete incumbe a direção dos Serviços sigilosos, gerais e administrativos e dos encargos referentes ao pessoal da I.G.

O Gabinete compreende:

a) 1ª Secção (S/1).

— Pessoal.

— Disciplina e justiça.

- Inclusão — Exclusão — Adição — Desligamentos — Apresentações — Engajamentos.
- Serviço de escala e outros encargos.
- Fôlhas de qualificação — Informações sobre Oficiais e praças.
- Registros individuais.
- Ausência — Licença — Dispensa do Serviço — Férias — Permissões — Autorizações ;
- Promoção — Recompensa.
- Doença — Acidentes.
- Asilamento — Falecimento.
- Relação com o público — Cerimonial e atos sociais — Contingente.
- b) 2ª Secção (S/2).
- Documentação e Expediente.
- Correio e Protocolo Geral.
- Boletins.
- Assuntos sigilosos.
- Documentos controlados.
- Histórico — Relatório.
- c) 3ª Secção (S/3).
- Administrativa.
- Tesouraria.
- Almoxarifado.
- Portaria.
- Transporte.

CAPÍTULO III

PRESCRIÇÕES DIVERSAS

A) Disposições Gerais.

Art. 7º. O Quadro de efetivos em pessoal da I.G. é fixado anualmente pelo Ministro da Guerra, por proposta do E.M.E.

Art. 8º. São funções privativas do Q.E.M.A., na I.G., as de Chefe de Gabinete, Chefes de Divisões e Adjuntos do Gabinete e da Divisão de Comando.

Art. 9º. O Chefe do Gabinete da I.E. é o Agente Diretor. O Fiscal Administrativo, na falta ou ausência de oficial do Q.S.G. para essa função, será o oficial do Q.E.M.A. mais moderno do Gabinete, acumulativamente com sua função normal.

Art. 10. Os Chefes de Divisões e Gabinete, para efeito de disciplina, têm atribuições equivalentes às de Comandante de Unidade.

Art. 11. O Comandante do Contingente da I.G. será um oficial do Q.A.O. do Gabinete, designado pelo respectivo Chefe.

Art. 12. O pessoal técnico ou especializado, requisitado pelo Inspetor Geral, passará inteiramente à disposição dessa autoridade durante o tempo de inspeção para o qual fôr solicitado o seu concurso.

B) Substituições.

Art. 13. Na falta ou ausência do Inspetor Geral, responderá pelo expediente da I.G. o Chefe do Gabinete.

Art. 14. Os Chefes de Divisões e Gabinetes serão substituídos pelo Adjunto, do Q.E.M.A., mais antigo da I.G.

("Diário Oficial" de 19-VIII-53.)

LEI N. 1.956 — DE 26 DE AGOSTO DE 1953

Regula a divisão militar do território nacional para o emprego combinado das Forças Armadas e cria as Zonas de Defesa

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Todo o espaço geográfico — terrestre, marítimo e aéreo — que estiver ou possa ser diretamente envolvido nas operações militares de uma guerra, é denominado Teatro de Guerra (T.G.).

Art. 2º. As porções do T.G. necessárias ao emprego do potencial militar da Nação, propriamente dito, com o objetivo de mediante operações militares, nestas compreendidas as atividades administrativas diretamente interferentes, destruir as forças armadas do inimigo externo que a tiver agredido, são denominadas Teatros de Operações (T.O.).

Art. 3º. As porções do T.G. no interior das quais se realizam operações de defesa territorial, destinadas à salvaguarda do potencial de guerra da Nação, inclusive a preservação da ordem interna, contra todas as formas de agressão, partidas de fora do território nacional, ou de dentro dele, exceto aquelas que se produzam no âmbito dos T.O., são denominadas Zonas de Defesa (Z.D.).

Art. 4º. Na eventualidade de qualquer guerra de que o Brasil participe militarmente, todo o território nacional, aí incluídos o espaço aéreo e as águas oceânicas sob a jurisdição brasileira, será considerado como T.G.

Parágrafo único. O referido território, sem prejuízo de sua atual divisão peculiar à Marinha, ao Exército e à Aeronáutica, em Distritos Navais, Regiões Militares, Zonas Militares e Zonas Aéreas, será dividido em T.O. e Z.D., tendo em vista o emprego combinado das Forças Armadas.

Art. 5º. A designação, missão, constituição e delimitação de cada T.O., bem como a nomeação do respectivo Comandante Chefe, são da competência do Presidente da República, na qualidade de Comandante Supremo das Forças Armadas.

Parágrafo único. Os atos correspondentes terão lugar em ocasião oportuna, em função da hipótese de guerra que vier a se concretizar e de conformidade com os respectivos planos militares.

Art. 6º. As Z.D. têm existência permanente, desde o tempo de paz, e sua constituição independe das hipóteses de guerra formuladas.

Parágrafo único. Em tempo de paz, as Z.D. abrangem toda a extensão do território nacional e, no decorrer da guerra, subsistem, desfalçadas apenas das porções do território que, porventura, foram incluídas em T.O.

Art. 7º. São criadas 3 (três) Z.D., assim discriminadas :

a) Z.D. Norte ;

b) Z.D. Sul e

c) Z.D. Atlântica.

§ 1º. A Z.D. Norte compreende os Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, o norte de Goiás até o Município de Porto Nacional, inclusive, e os territórios federais de Guaporé, Acre, Rio Branco e Amapá.

§ 2º. A Z.D. Sul compreende os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso e o sul de Goiás, até o Município de Porto Nacional, exclusive.

§ 3º. A Z.D. Atlântica compreende a porção do Oceano Atlântico do domínio brasileiro, na extensão estabelecida pelos convênios internacionais, as ilhas oceânicas pertencentes ao Brasil, o atual Distrito Federal e o Estado do Rio de Janeiro.

§ 4º. O Poder Executivo, quando julgar conveniente, poderá fracionar as Z.D. em Subzonas de Defesa, a fim de obviar dificuldades de comando, conseqüentes da extensão dos espaços por elas abrangidos.

Art. 8º. Cada Z.D. fica sob a jurisdição de um "Grande Comando Combinado" constituído de:

- a) Comandante de Z.D.;
- b) Quartel-General; e
- c) Um Comando Naval, um Comando Terrestre e um Comando Aéreo.

§ 1º. O cargo de Comandante de Z.D. é privativo de Oficial General de mais alta graduação, de qualquer uma das Forças Armadas.

§ 2º. O Quartel-General de Z.D. compreende:

- a) Um Estado-Maior combinado, incluindo Officiais das três Forças Armadas, na adequada proporção;
- b) Direções de Serviços e outros órgãos, em número variável, consoante as necessidades.

§ 3º. Os Comandos Naval, Terrestre e Aéreo das Z.D., cada qual sob a chefia de um Oficial General da respectiva Força, serão organizados por ocasião da mobilização. Em tempo de paz e se necessário, os Comandantes de Z.D. disporão em lugar desses Comandos, de assessores especiais, designados por intermédio dos Estados-Maiores da Armada, do Exército e da Aeronáutica, para as questões de planejamento ligadas peculiarmente a cada uma das Forças Armadas.

§ 4º. Os Comandantes de Z.D. são subordinados ao Presidente da República, por intermédio do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

§ 5º. Os Comandos da Z.D. têm sua sede na Capital Federal, podendo, entretanto, a juízo do Poder Executivo, serem transferidos para outros locais, no interior das respectivas Zonas.

Art. 9º. Compete aos Comandos de Z.D., no âmbito dos respectivos espaços geográficos:

- I — Em tempo de paz:
- 1 — Elaborar os planos relativos:
- a) à defesa territorial;
- b) ao aproveitamento logístico-militar dos recursos locais;
- c) à mobilização de órgãos especiais que lhes fôr atribuída;
- d) ao equipamento da infraestrutura militar do território;
- e) ao emprego combinado inicial das Forças Armadas nos T.O. previstos;

2 — Promover junto às autoridades competentes, a execução das medidas correlatas com os mencionados planos e que devam ser efetivadas ainda em tempo de paz;

3 — Supervisionar a referida execução.

II — Em caso de guerra :

Exercer o Comando Militar efetivo das Z.D., com as missões básicas de :

- a) assegurar a defesa territorial ;
- b) satisfazer os encargos logísticos, aí compreendidos os de mobilização que forem fixados.

III — Em qualquer caso :

Atender a outros encargos afins, de que sejam incumbidos pelo Comando Supremo.

§ 1º. As atribuições dos Comandos das Z.D. são desempenhadas consoante diretrizes e instruções gerais e particulares, baixadas pelo Comando Supremo, por intermédio do Estado-Maior das Forças Armadas.

§ 2º. As relações funcionais entre os Comandos de Z.D. e os Comandos dos Distritos Navais e das Regiões Militares, Zonas Militares e Zonas Aéreas, que estão incluídas no âmbito geográfico sob a jurisdição das Z.D. correspondentes, são assim reguladas :

I — Em tempo de paz :

Os Comandantes de Z.D. exercem, diretamente ou por intermédio de seus assessores especiais, uma ação coordenadora junto aos referidos Comandos Regionais, de modo a obter deles a máxima cooperação e a necessária convergência de esforços para o cumprimento dos encargos estabelecidos no item deste artigo.

II — Em tempo de guerra :

A ação de comando efetivo dos Comandantes de Z.D., concernentes às missões fixadas no item II do presente artigo, se exercerá, sobre os aludidos Comandos Regionais, por intermédio dos Comandos Naval, Terrestre e Aéreo que, nessa oportunidade, serão organizados nas Z.D.

Art. 10. Os Comandos de Z.D., para sua constituição e funcionamento, contarão com servidores civis e militares, requisitados aos Ministérios, e com pessoal extranumerário, admitido na forma de legislação em vigor.

§ 1º. Os oficiais das Forças Armadas, quando em serviço nos Quartéis-Generais ou outros órgãos dos Comandos das Z.D., serão considerados em comissão militar.

§ 2º. Os servidores públicos civis, postos à disposição dos Comandos das Z.D., serão considerados, para todos os efeitos, em efetivo exercício nos respectivos cargos.

Art. 11. É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Estado-Maior das Forças Armadas o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), destinado às despesas de instalação dos Comandos de Z.D. e de custeio do pessoal extranumerário e do material necessário ao funcionamento inicial dos referidos Comandos.

Art. 12. O crédito, a que se refere o artigo anterior, será registrado, automaticamente, pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 13. O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de nomeação dos Comandantes de Z.D.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1953; 132º da Independência e 65º da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Gullobel.

Cyro Espirito Santo Cardoso.

Nero Moura.

("Diário Oficial" de 29-VIII-53.)

PORTARIA N. 335 — DE 17 DE AGOSTO DE 1953

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve fixar as vagas abaixo mencionadas, para matrículas de Oficiais no 2º turno do biênio 1953-54, nos seguintes Estabelecimentos de Ensino:

A) Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

Infantaria — 60 Capitães.
Cavalaria — 30 Capitães.
Artilharia — 30 Capitães.
Engenharia — 20 Capitães.
Saúde — 15 Capitães.
Intendência — 15 Capitães.

B) Escola de Motomecanização

1 — Curso de Oficiais Superiores:

Tenentes-Coronéis ou Majores — 20 (qualquer Arma) — O funcionamento desse Curso deve ter lugar na segunda parte do turno.

2 — Curso Técnico:

Infantaria — 5 1ª Tenentes.
Cavalaria — 30 1ª Tenentes.
Intendência — 20 1ª Tenentes.

C) Escola de Comunicações

1 — Curso "A":

Engenharia — 10 1ª Tenentes.

2 — Curso "A 1":

Infantaria — 4 1ª Tenentes.
Cavalaria — 2 1ª Tenentes.
Artilharia — 9 1ª Tenentes.

Cyro Espirito Santo Cardoso.

("Diário Oficial" de 29-VIII-53.)

LEI N. 1.949 — DE 19 DE AGOSTO DE 1953

Estende, para efeito de pensão, as promoções de que trata a Lei n. 1.267, de 9 de dezembro de 1950, aos militares já falecidos que, em idênticas condições, hajam tomado parte no combate contra a revolução comunista de 1935.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. As promoções de que trata a Lei n. 1.267, de 9 de dezembro de 1950, são extensivas, para efeito de pensão, aos militares já falecidos que, em idênticas condições, hajam tomado parte no combate a que se refere o art. 1º daquela Lei.

Art. 2º. A majoração de pensões decorrentes do artigo anterior será concedida a partir da vigência desta Lei e dependerá de requerimento do interessado.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de agosto de 1953; 132º da Independência e 65º da República.

GETULIO VARGAS.

*Renato de Almeida Guillobel,
Cyró Espírito Santo Cardoso,
Nero Moura.*

("Diário Oficial" de 22-VIII-53.)

* *

PORTARIA N. 342 — DE 21 DE AGOSTO DE 1953

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, com o intuito de dar perenidade às homenagens com que, neste ano do primeiro centenário de sua morte, se cultua a memória da gloriosa heroína da Independência do Brasil — Maria Quitéria de Jesus, determina a cunhagem da medalha comemorativa que se denominará "Medalha de Maria Quitéria".

A concessão da medalha ora mandada cunhar será feita pelo Ministro da Guerra, a seu critério ou por proposta de Comissão Especial, a civis ou militares que tenham, em qualquer parte do território nacional, contribuído ativamente para o brilhantismo e a repercussão das homenagens cívicas, prestadas à gloriosa Cadete da Independência.

A "Medalha de Maria Quitéria" será acompanhada de diploma assinado pelo Ministro da Guerra e cunhada em bronze, com o diâmetro de 35 (trinta e cinco) milímetros e com as seguintes características:

Anverso: Efigie de Maria Quitéria de Jesus, em uniforme, reprodução de uma gravura de 1824, da autoria de Edw Finden.

Reverso: Ao centro, num retângulo horizontal, em três linhas, em caracteres cavados, a inscrição: I Centenário de — Maria Quitéria de Jesus — a cruz simbólica e as eras 1853-1953, sobre um ramo de hera, símbolo da amizade e do reconhecimento de seus feitos heróicos pela posteridade.

A primeira cunhagem da Medalha de Maria Quitéria comportará, além das medalhas de bronze, 30 (trinta) medalhas de prata e 30 (trinta) medalhas de "vermel" (prata dourada) e as demais despesas para a sua confecção correrão por conta da verba destinada a esse fim — *Cyró Espírito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 25-VIII-53.)

PORTARIA N. 345 — DE 25 DE AGOSTO DE 1953

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, com o objetivo de assegurar à posteridade a evocação das homenagens cívicas prestadas ao Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, por ocasião de seu sesquicentenário, determina a cunhagem de Medalha comemorativa da mais alta glorificação nacional ao inclito cidadão, com a denominação de "Medalha do Pacificador".

A "Medalha" será conferida às autoridades, instituições e individualidades, civis e militares, que, a juízo de uma comissão nomeada pelo Ministro da Guerra, tenham prestado diretamente, em qualquer ponto do território nacional, cooperação eficaz em prol do maior brilho e melhor realização de solenidades glorificadoras do grande brasileiro, de acordo com instruções que serão baixadas oportunamente.

A "Medalha" será acompanhada do respectivo diploma, assinado pelo Ministro da Guerra, e terá as seguintes características:

I — Medalha de prata, com escudo de 0,025 de largura e 0,030 de altura, coroa de 0,008 de altura.

II — Anverso: O Braço do Duque de Caxias, escudo de dois e cortado de um; no primeiro as Armas de Silva, no segundo as de Affonseca ou Fonseca; no terceiro as de Lima; no quarto as de Brandão; no quinto as de Soromenho; no último as de Silveira. Coroa ducal.

III — Reverso: Campo do escudo, liso, contendo u'a moldura com o título "Medalha do Pacificador" encimada da expressão "Duque de Caxias".

As "Medalhas" serão cunhadas à medida das necessidades, correndo as despesas pela verba destinada para essas finalidades — *Cyro Espirito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 27-VIII-53.)

* *

PORTARIA N. 333, DE 17 DE AGOSTO DE 1953

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve aprovar as "Normas Gerais para a Promoção de Graduados" anexas a esta — *Cyro Espirito Santo Cardoso*.

I — DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. As presentes Normas Gerais regulam o acesso e a promoção de graduados no Exército.

Parágrafo único. A promoção nos Quadros Especiais, continuará sendo regida pela legislação própria em vigor, com a recomendação contida no art. 31 destas Normas.

Art. 2º. As promoções a 2º Sargento, 1º Sargento e Subtenente, serão realizadas no último dia dos meses de março, junho, setembro e dezembro, dentro das vagas existentes:

1 — à graduação de 2º Sargento, no âmbito da Região, mediante autorização da Diretoria Geral do Pessoal.

2 — à graduação de 1º Sargento e Subtenente, no âmbito do Exército, pela Diretoria Geral do Pessoal.

Art. 3º. As promoções à graduação de cabo e 3º Sargento serão realizadas após a habilitação dos candidatos, para o preenchimento das

vagas existentes, com exceção das destinadas aos graduados oriundos das Escolas, no âmbito dos Corpos de Tropa, Estabelecimentos, Repartições e Escolas de Formação, mediante autorização da DGP.

Art. 4º. A Diretoria Geral do Pessoal e as Regiões Militares organizarão semestralmente, em face da documentação enviada pelos Corpos, Estabelecimentos e Repartições, a relação dos 1ºs, 2ºs e 3ºs Sargentos em condições de acesso, tomando por base as alterações encerradas a 30 de junho e 31 de dezembro, publicando em seu Boletim a classificação por pontos.

Art. 5º. As promoções dentro de um semestre serão realizadas de acordo com a classificação feita no semestre anterior.

Art. 6º. No preenchimento de claros e na classificação dos Sargentos promovidos pelos diversos Corpos ou Estabelecimentos, o interesse do serviço tem prioridade sobre qualquer outra consideração.

Art. 7º. As promoções far-se-ão para o próprio Corpo, Estabelecimento ou Repartição, sempre que houver vaga na QMP ou na QMG, conforme o caso.

Quando isso não for possível, então a classificação do recém-promovido dar-se-á em Corpo, Estabelecimento ou Repartição da mesma guarnição, mesma RM ou da mais próxima, dentro do mesmo critério inicial.

Art. 8º. Desde que o candidato desista de sua promoção quando esta acarretar transferência, deverá declarar expressamente, do próprio punho, perdendo o direito à promoção, no semestre para o qual foi escripturada a ficha ou seu complemento, e, nesse caso, poderá ser atendido desde que não seja contrariado o art. 6º destas Normas.

II — CONDIÇÕES PARA PROMOÇÃO

Art. 9º. São condições para promoção à graduação superior:

a) Ser julgado apto, em inspeção de saúde, para o serviço do Exército ou quando for o caso, da organização para a qual é promovido (Pára-quedistas, etc.);

b) Estar classificado, no mínimo, no comportamento "Bom";

c) Ter, no mínimo, os seguintes interstícios:

— a 3º Sargento — 6 meses de praça;

— a 2º Sargento — 3 anos de 3º Sargento;

— a 1º Sargento — 2 anos de 2º Sargento;

— a Subtenente — 2 anos de 1º Sargento;

d) Ter sido aprovado em um dos cursos mencionados no art. 16;

e) Estar classificado, por pontos, mediante a ficha de promoção, dentro do número de vagas autorizadas.

Parágrafo único. É condição indispensável para promoção possuir a habilitação exigida pela organização da Unidade para a qual se faz.

Por exemplo:

Pára-quedistas — possuir o Curso Básico e Mestre de Salto.

Antiaérea — ser oriundo de Unidade Antiaérea ou possuir o Curso do CIDAAé.

Art. 10. O prazo de validade da inspeção de saúde é de 12 meses.

Art. 11. Ficam dispensados do requisito da alínea a) do art. 9º os Sargentos em tratamento de saúde por motivo de :

- a) ferimentos recebidos em campanha, na manutenção da ordem pública, ou moléstia deles conseqüentes ;
- b) desastre ou acidente no serviço, na instrução, ou moléstia deles decorrente.

Parágrafo único. Para efeito dessa dispensa, faz-se mister anexar à ata da inspeção de saúde o respectivo documento sanitário de origem, devidamente controlado.

Art. 12. A bravura, em caso de guerra internacional e na manutenção da ordem pública, poderá constituir motivo de promoção independente de quaisquer outras condições.

§ 1º. Para fins deste artigo, a bravura deve ser comprovada em ato ou atos não comuns de coragem, audácia, valor diante das responsabilidades, firmeza, energia, tenacidade, sentimento do dever, exteriorizados em feitos úteis às operações militares, pelos resultados obtidos ou pelo exemplo dado à Tropa, obedecida a instrução do Chefe.

§ 2º. A bravura, caracterizada nos termos do parágrafo anterior, pode determinar a promoção, mesmo que do ato praticado tenha resultado morte ou invalidez.

§ 3º. A promoção por bravura será feita pela autoridade capacitada pelo Ministro da Guerra.

Art. 13. Não concorrerá à promoção, embora possua as condições exigidas, o Sargento que :

- a) ficar "sub-judice", com processo no fôro civil ou militar, ou submetido a Conselho de Disciplina ;
- b) não estiver em efetivo serviço no Exército em conseqüência de :
 - 1 — licença para tratar de interesses particulares ;
 - 2 — serviço estranho ao Ministério da Guerra ;
 - 3 — cumprimento de sentença ;
 - 4 — deserção ;
 - 5 — extravio ;
- c) tiver baixa de comportamento para "Regular" ou "Mau" ;
- d) tornar-se incapaz fisicamente para o serviço do Exército, temporária ou definitivamente, ressalvados os casos previstos no art. 11 ;
- e) atingir a idade limite.

§ 1º. Será anulada a promoção feita com inobservância de qualquer das restrições constantes deste artigo.

§ 2º. Absolvido em última instância ou declarado sem culpa pelo Conselho, será o sargento promovido em ressarcimento de preterição, independente de vaga e data, ficando agregado, procedendo-se com o mesmo de acordo com o § 3º, do art. 14.

§ 3º. A criação ou a cessação de situação prevista neste artigo, deverá ser comunicada à Diretoria Geral do Pessoal, ou à Região Militar, via rádio, conforme o caso.

Art. 14. Será promovido à graduação imediata, independente de número de pontos e de vagas, desde que satisfaça as demais condições exigidas, o Sargento que, na respectiva graduação, tenha atingido os seguintes limites máximos de tempo :

3º Sargento — 15 anos de serviço ;

2º Sargento — 25 anos de serviço.

§ 1º. A promoção, de que trata o presente artigo, será feita na primeira data de promoção, seguinte àquela em que o Sargento completou o tempo máximo.

§ 2º. O Sargento promovido por força deste artigo não terá direito à concessão prevista no art. 8º destas Normas e ficará agregado caso exceda das vagas existentes.

§ 3º. Enquanto houver excedentes ou agregados o número destes será deduzido do efetivo de 3º Sargentos, de modo a não ser ultrapassado o total previsto na lei de fixação de efetivos. As vagas que forem ocorrendo serão preenchidas pelos mesmos, embora importe em transferência, respeitadas as QMP, ou, se for o caso, as QMG.

III — ACESSO E CURSOS

Art. 15. O acesso de uma praça às diversas graduações será processado mediante habilitação regulamentar, inicialmente dentro de sua QMP em face da instrução de formação e aplicação recebida, em seguida dentro de sua QMG, uma vez habilitada com o curso de aperfeiçoamento ou equivalente.

Art. 16. As praças concorrerão às promoções :

a) sendo soldado ou cabo, de acordo com o que prescreve o PP — 21 — 1, 1ª Parte ;

b) sendo 3º Sargento, com o curso de formação e aplicação, ou com o curso de aperfeiçoamento ou equivalente caso já o possua ;

c) sendo 2º ou 1º Sargento, com um único dos seguintes cursos :

I) Curso de Aperfeiçoamento — Da Escola de Sargentos das Armas :

II) Curso Regional de Aperfeiçoamento de Sargentos :

Infantaria ;

Cavalaria ;

Artilharia ;

Engenharia ;

Comunicações ;

Blindado e Cavalaria Mecanizada ;

Motomecanização e Transporte ;

Manutenção ;

Intendência ;

Saúde ;

Burocrata.

III) Curso D da Escola de Artilharia de Costa.

IV) Curso D do Centro de Instrução de Defesa Antiaérea.

V) Da Escola de Comunicações :

— Curso B ;

— Curso C (Formação de elementos para o QRE) ;

— Curso de Mecânico Eletricista (inclusive de Projeter) ;

— Curso de Mecânico de Rádio ;

— Curso de Mecânico de Telefone, Telégrafo e de Central Telefônica;

— Curso de Teletipista e Mecânico de Teletipo.

VI) Curso B dos Centros de Instrução de Comunicações Regionais.

VII) Da Escola de Motomecanização:

— Curso de Combatente Blindado;

— Curso de Mecânico:

- de veículos automóveis sobre rodas ou rolamentos mistos;
- de carros de combate e veículo sobre lagartas;
- especialistas em alimentação de motores;
- eletricitas de veículos automóveis em geral.

— Curso de Artífice:

- de máquinas e ferramentas;
- de solda oxiacetileno ou elétrica;
- de reparação de carroceria;
- de reparação de radiadores.

VIII) Da Escola Técnica de Aviação:

— Curso de Formação de Especialistas e Artífices:

- manutenção e reparação de motores;
- manutenção e reparação de rádio;
- manutenção e reparação de sistema elétrico;
- manutenção e reparação de viaturas;
- manutenção e reparação de instrumentos.

IX) Da Escola de Saúde do Exército:

- Curso de Formação de Enfermeiros;
- Curso de Formação de Manipuladores de Farmácia;
- Curso de Formação de Manipuladores de Radiologia;
- Curso de Formação de Manipuladores de Laboratório;
- Curso de Adaptação de Protéticos.

X) Da Escola de Veterinária do Exército:

- Curso de Formação de Sargentos Enfermeiros Veterinários;
- Curso de Formação de Sargentos Mestre-Ferradores.

XI) Do Serviço de Identificação do Exército:

— Curso de Identificador-Dactiloscopista.

XII) Dos Órgãos do Serviço de Material Bélico:

— Curso de Manutenção de Material Bélico de 3º, 4º e 5º escalão (Portaria n. 189, de 2 de junho de 1952);

— Curso de Mestrança.

Estes cursos possibilitarão o acesso a Subtenente, 1º e 2º Sargento, respeitadas as QMP e as graduações e funções estabelecidas nos Quadros de Organização (QO).

XIII) De Escolas ou Centros de Instrução já extintos:

- Curso de Comandante de Pelotão ou Secção da antiga Escola de Armas e Escola de Sargentos de Infantaria;
- Curso D da antiga Escola de Cavalaria;
- Curso de Comandante de Secção do antigo Centro de Instrução de Artilharia de Costa;
- Curso Provisório de Comunicações do antigo Centro de Instrução Especializada.

Parágrafo único. Quando não houver curso nas Escolas e Centros para a Qualificação Militar considerada, fica o Estado-Maior do Exército autorizado a propor as condições de habilitação ou os estágios que corresponderão à formação e ao aperfeiçoamento da qualificação em causa.

Art. 17. Além de um dos cursos constantes do art. 16, figurarão na ficha de promoção ainda dois outros cursos:

1) Sendo um dêles o de:

- Dactilografia;
- Estenografia;
- Estenodactilografia;
- Educação Física;
- Equitação, se pertencer a unidade hipo;
- Motorista, se pertencer a unidade motorizada.

2) E o outro, o curso de especialização que tenha acarretado a sua qualificação, se fôr o caso, tais como:

- de contador-arquivista-dactilógrafo;
- de munições;
- de foto-informação;
- de guerra química;
- de operador cinematográfico;
- de rancho;
- etc.

Art. 18. O sargento possuidor de mais de um dos cursos citados no art. 16, terá apenas um "único" dêles citado na ficha e que será aquêle cujos conhecimentos utilizar no desempenho de sua função.

§ 1º. Esta prescrição não acarreta prejuízo ao que estabelece o art. 17.

§ 2º. A ficha de promoção ficará escriturada, na parte de "Cursos", com o mínimo de um e o máximo de três.

IV — FICHA DE PROMOÇÃO E SUA ESCRITURAÇÃO

Art. 19. As fichas de promoção e seus complementos serão escriturados, de acôrdo com os modelos anexos, nos Corpos, Estabelecimentos ou Contingentes em que servem os candidatos, até 10 dias após o término do semestre a que se referirem. Deverão ser remetidas aos órgãos constantes do art. 2º, onde serão conferidas, as fichas e datas

dos elogios individuais em tempo de paz e de campanha, dos candidatos que concorrem pela primeira vez, e os complementos dos demais, bem como transcrições integrais das citações especiais.

Parágrafo único. A ficha de promoção ou seu complemento, deverá ser dada ao conhecimento do interessado, que deverá lê-la e conferir pondo seu "ciente", no Corpo, Estabelecimento ou Repartição onde é confeccionada.

Art. 20. As fichas de promoção serão escrituradas segundo um critério único, obedecendo aos princípios de antiguidade e merecimento estabelecidos nestas Normas.

Parágrafo único. Os pontos serão apurados até milésimos, e, no caso de empate, prevalecerá a precedência estabelecida nos §§ 2º e 3º do art. 16 do Estatuto dos Militares (Decreto-lei n. 9.698, de 2 de setembro de 1946).

Art. 21. Na contagem de qualquer tempo de serviço será atribuído um ponto por ano completo e 0,5 por semestre ou fração de semestre, igual ou superior a três meses.

Art. 22. O tempo de serviço como monitor em Escolas, Centros ou Cursos não será computado como arregimentado.

Art. 23. O tempo de serviço em campanha será levado em consideração quando se tratar de guerra contra inimigo externo ou da manutenção da ordem pública quando, a critério do Governo, for mandado contar pelo dobro.

Art. 24. Só será computado um elogio individual, em tempo de paz, por ano civil (1 de janeiro a 31 de dezembro). O elogio será intransferível de um ano para outro e só será levado em conta no ano seguinte ao que foi concedido.

§ 1º. Os elogios conseqüentes de ações ou serviços relevantes praticados em benefício ou defesa das instituições, da coletividade ou de outrem, com evidente demonstração de desprendimento pessoal, coragem, espírito de sacrifício, renúncia ou humanidade, serão computados independentemente de números e de prazo.

§ 2º. Todos os elogios individuais conferidos em campanha externa ou interna, serão computados.

§ 3º. Entende-se por elogio individual o definido pelo Aviso número 3.112, de 20 de dezembro de 1943.

Art. 25. Cada sargento terá inicialmente um abono de 30 pontos, dos quais serão subtraídos tantas vezes oito, cinco e três pontos quantas forem as punições sofridas pelo candidato por falta de natureza grave, média ou leve, respectivamente.

§ 1º. O número máximo de pontos a subtrair será 30 pontos, não podendo, pois, aparecer na ficha pontos negativos.

§ 2º. Será subtraído um ponto para cada prisão anterior ao RDE publicado em 1938.

Art. 26. As contribuições de caráter técnico-profissional serão julgadas pelo Estado-Maior do Exército ou pelo Departamento Técnico de Produção do Exército, conforme o caso, merecendo cada trabalho aprovado a classificação: Regular, Bom ou Muito Bom.

Art. 27. Os coeficientes e pontos a serem atribuídos aos diversos títulos na ficha de promoção, são os seguintes:

a) Tempo de serviço:

Total	coef. 5
Total como sargento	coef. 4
Na graduação atual	coef. 3
Arregimentação na graduação atual	coef. 1
Como monitor na graduação atual	coef. 2
Em campanha (interna ou externa)	coef. 5
Em guarnição de categorias "A" e "B" (Decreto n. 30.810, de 2 de maio de 1952), Pôrto Esperança e São Luiz de Cáceres, como sargento	coef. 1

b) Cursos:

Referidos no art. 16:

Pontos — Grau de aprovação	coef. 4
----------------------------------	---------

Referidos no art. 17, n. 1:

Pontos — um	coef. 1
-------------------	---------

Referidos no art. 17, n. 2:

Pontos — Grau de aprovação	coef. 1
----------------------------------	---------

c) Condecorações	coef. 1
Cruz de Combate de 1ª Classe	20 pontos
Cruz de Combate de 2ª Classe	15 pontos
Medalha de Ordem de Mérito	12 pontos
Medalha de Sangue do Brasil	10 pontos
Medalha de Ouro	8 pontos
Medalha de Campanha	5 pontos
Medalha de Prata	5 pontos
Medalha Humanitária	5 pontos
Medalha de Bronze	3 pontos
Medalha de Guerra	2 pontos
Medalha do Atlântico Sul	2 pontos

d) Elogios individuais em tempo de paz, em campanha e citações especiais	coef. 2
Pontos — um por elogio	

e) Contribuição de caráter técnico-profiss- sional	coef. 1
---	---------

Trabalhos de natureza técnico-profissional:

Regular	5 pontos
Bom	8 pontos
Muito Bom	10 pontos

Publicações diversas sobre assuntos militares:

Regular	3 pontos
Bom	6 pontos
Muito Bom	8 pontos

f) Comportamento militar	coef. 5
Bom	2 pontos
Ótimo	4 pontos
Excepcional	8 pontos

V — DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 28. Os sargentos que possuírem mais de um curso dos mencionados no art. 16, deverão ser considerados como possuindo o curso correspondente à sua qualificação atual, ficando-lhes garantidos, para reforma, todos os direitos assegurados pelo referido curso.

§ 1º. Dentro de 90 (noventa) dias após a publicação das presentes Normas, os sargentos nas condições deste artigo que não estejam exercendo função correspondente aos cursos que possuem, e os que não tenham sido promovidos com suspensão do item V, da Portaria Reservada n. 10-10, de 26 de fevereiro de 1952, deverão optar por um dos cursos de que são possuidores, com o qual passam a concorrer às promoções.

§ 2º. Para a opção do curso de que trata o parágrafo anterior, ficam suspensas as restrições impostas pelo item V da Portaria Reservada n. 10-10, de 26 de fevereiro de 1952.

§ 3º. A opção será publicada em Boletim Interno e comunicada à Região Militar e à Diretoria Geral do Pessoal.

§ 4º. Não é permitida opção aos sargentos já promovidos com suspensão do item V da Portaria Reservada n. 10-10, de 26 de fevereiro de 1952, mesmo que não estejam exercendo função da Qualificação Militar para a qual foram promovidos, continuando a concorrer à promoção na atual Qualificação Militar, na qual permanecerão definitivamente.

Art. 29. Os sargentos habilitados com curso, até a presente data considerado como equivalente ao de aperfeiçoamento por atos ministeriais e não constante do art. 16, continuarão fazendo jus à promoção até 1º Sargento, para a função correspondente no curso.

Parágrafo único. Estão compreendidos neste artigo os seguintes cursos:

a) Concluídos até 31 de agosto de 1951 (data do Aviso n. 535):

1 — Dactilografia, inclusive o regulado pelo exame de suficiência previsto no Aviso n. 361, de 17 de maio de 1949;

2 — Estenodactilografia;

3 — Contador-arquivista-dactilógrafo;

4 — Curso de Mecânico de 3º escalão (referido no parágrafo único do art. 1º da Portaria n. 148, de 30 de junho de 1947), respeitadas as QMP e as graduações e funções estabelecidas nos Quadros de Organização (QO).

5 — Curso da Escola de Educação Física.

b) Concluídos anteriormente à data das presentes Normas:

Curso B1 da Escola de Comunicações e dos CICR.

Art. 30. Os sargentos habilitados com o concurso regulado pelo Av. n. 2, de 8 de janeiro de 1935, ou equivalente (antigos Operários Militares), farão jus à promoção até a graduação de Subtenente, respeitadas as suas QMP que devem ser idênticas, conforme o concurso, às dos possuidores dos cursos referidos no n. XII do art. 16.

Art. 31. Os órgãos encarregados das promoções dos diversos Quadros Especiais, deverão rever as instruções que regulam o acesso desses elementos, baseando-se rigorosamente nas presentes Normas Gerais, e submetendo-as ao Estado-Maior do Exército até 60 dias após a publicação destas Normas.

Art. 32. As presentes Normas entram em vigor em 1 de janeiro de 1954, revogadas as disposições em contrário. *Cyro Espírito Santo Cardoso.*

2º SARGENTO JOSÉ DE SILVA

(IG-18.927)

16º R.I.

Unidade, Órgão ou Estabelecimento, etc.

(Alterações encerradas a 30 de junho de 1952)

INFANTARIA

(Atma ou Serviço)

Auxiliar de Comunicações

Q.M.P.

Comunicações

Q.M.G.

REF.	FATORES	DADOS	PONTOS	COEFICIENTE	TOTAL	RESERVADO A D.G.P.
1	Total	5 set. 36 a 30 jun. 52. 15 anos, 9 meses, 25 d.	16	5	80,000	
2	Total como sargento	15 dez. 41 a 30 jun. 52. 10 anos, 6 meses, 15 d.	10,5	4	2,000	
3	Na graduação atual	20 mar. 47 a 30 jun. 52. 5 anos, 3 meses, 10 d.	9,5	3	16,500	
4	Arregimentado na graduação atual	20 mar. 47 a 30 jun. 49 e 26 set. 51 a 30 jun. 52. 2 anos, 0 meses, 14 d.	3	1	2,000	
5	Como monitor na graduação atual	17 jan. 49 a 25 set. 51. 2 anos, 8 meses, 8 d.	2,5	2	5,000	
6	Em campanha	5 set. 44 a 8 maio 45. 0 ano, 9 meses, 3 d.	1	5	5,000	
7	Em guardiões especiais (Art. 27 letra a)	20 jul. 47 a 30 dez. 49. 1 ano, 5 meses, 10 d.	1,5	1	1,500	
8	Art. 16	CRAS — Infantaria. (Data e Local)	5,50	4	22,000	
9	Art. 17, n. 1	—	—	1	—	

11	CONDECORACAO	Medalha de campanha	Tem	5	1	5,000
		Medalha de Guerra	Tem	2	1	2,000
		Medalha Humanitária	Tem	5	1	5,000
12	ELOGIOS INDIVIDUAIS	Em tempo de paz	9	2	2	12,000
		Em campanha	4	4	2	8,000
		Citações especiais	—	—	2	—
13		Contribuição de caráter técnico profissional	—	—	1	—
14		Comport. Militar	Bom	2	5	10,000
15		Número e natureza das faltas que motivaram punições como sargento	1 Grave..... 1 Médio..... 2 Leves.....	8 5 6 — 19	30 — 19	11,000
TOTAL DE PONTOS DA FICHA						253,000

Observações :

1. Aceita a promoção com transferência ? SIM

X

NAO

2. Data e resultado da última inspeção de Saúde :
5 Dez. 51 — Apto.

3. Outras observações :

Quartel em..... 5 de julho de 1952.

ANEXO II

MODELO

RELAÇÃO DE ELOGIOS INDIVIDUAIS

EM TEMPO DE PAZ

2º SARGENTO JOSÉ DE SILVA
(IG-18.927)

16º RI

Graduação, nome e identificação

(Unidade ou Contingente)

NÚMERO DE ORDEM	DIA	MÊS	ANO	OBSERVAÇÕES
1	15	Set.	37	
2	11	Dez.	37	Não computado
3	15	Set.	39	
4	6	Jul.	40	
5	11	Nov.	40	Não computado
6	4	Mar.	42	
7	6	Jan.	44	
8	13	Jun.	44	Não computado
9	19	Out.	44	Não computado
10	20	Jun.	45	
11	17	Jul.	46	
12	15	Ago.	50	
13	12	Nov.	51	

EM CAMPANHA

1	11	Dez.	44	
2	17	Fev.	45	
3	21	Mar.	45	
4	18	Abr.	45	

Total computado — Tempo de paz..... 9
— Em campanha..... 4

Quartel em....., 5 de julho de 1932.

Coronel, Comandante do 16º R.I

COMPLEMENTO A FICHA DE PROMOÇÃO

(Alterações ocorridas no segundo semestre de 1952)

* SARGENTO JOSÉ DE SILVA

(IG-18.927)

18º RI

INFANTARIA

(Arma ou Serviço)

Auxiliar de Comunicações

QMP

Comunicações

QMG

REF.	FATORES		DADOS DO SEMESTRE		Pontos	Coeficiente	TOTAL	Reservado a DGP
			1º Sem. 1952	2º Sem. 1952				
1	Tempo de serviço	Total.....	15a 9m 25d	+ 6m	0,5	5	2,500	
2		Total como sargento	10a 6m 15d	+ 6m	0,5	4	2,000	
3		Na graduação atual	5a 3m 10d	+ 6m	0,5	3	1,500	
4		Arregimentado na graduação atual...	2a 0m 14d	+ 6m	0,5	1	0,500	
9	Curso	Art. 17 n. 1.....	Estenodactilografia		1	1	1,000	
	Condecorações	Medalha de Bronze	Tem		3	1	3,000	
	Elogio individual em tempo de paz		24 Nov 52		1	2	2,000	
Total de pontos deste complemento.....							12,500	
Total de pontos da ficha em 30 Jun 52.....							253,686	
Total de pontos da ficha em 30 Dez 52.....							266,186	

OBSERVAÇÕES:

1. Aceita promoção com transferência?
Assinale com um "X" a resposta

Sim

X

NÃO

2. Data e resultado da última inspeção de saúde.
22 Dez 52 — Apto

3. Outras observações.....

Quartel do....., de janeiro de 1953.

X

Coronel, Cmt. 18º RI

ANEXO N. IV

Legislação revogada a partir da entrada em vigor das presentes "Normas Gerais para a promoção de Graduados"

1) Av. 39, de 30 Jan. 36.....	B.E. n. 7/1936
2) Av. 139, de 5 Mar. 37.....	B.E. n. 13/1937
3) Av. 239, de 19 Abr. 37.....	B.E. n. 23/1937
4) Av. 661, de 14 Jul. 39.....	B.E. n. 34/1939
5) Av. 848, de 29 Ago. 39.....	B.E. n. 40/1939
6) Av. 1.143, de 23 Nov. 39.....	B.E. n. 52/1939
7) Av. 1.198, de 23 Mar. 40.....	B.E. n. 13/1940
8) Av. 2.106, Sarg-3, de 6 Jun. 40.....	B.E. n. 24/1940
9) Av. 2.217, de 17 Jun. 40.....	B.E. n. 25/1940
10) Av. 2.267, de 20 Jun. 40.....	B.E. n. 25/1940
11) Av. 2.998, de 2 Ago. 40.....	B.E. n. 32/1940
12) Av. 2.455, de 11 Ago. 41.....	B.E. n. 33/1941
13) Av. 2.931, Prom-2, de 1 Out. 41.....	B.E. n. 40/1941
14) Av. 3.728, Quad-65, de 17 Dez. 41.....	B.E. n. 51/1941
15) Av. 108, Prom-1, de 14 Jan. 42.....	B.E. n. 3/1942
16) Av. 162, Prom-2, de 21 Jan. 42.....	B.E. n. 4/1942
17) Av. 253, Prom-3, de 29 Jan. 42.....	B.E. n. 5/1942
18) Av. 952, Prom-5, de 16 Abr. 42.....	B.E. n. 16/1942
19) Av. 1.777, de 7 Jul. 42.....	B.E. n. 28/1942
20) Av. 1.854, de 16 Jul. 42.....	B.E. n. 29/1942
21) Av. 2.393, de 15 Set. 42.....	B.E. n. 38/1942
22) Av. 21.898, de 5 Nov. 42.....	B.E. n. 45/1942
23) Av. 28, de 5 Jan. 43.....	B.E. n. 2/1943
24) Av. 442, de 16 Fev. 43.....	D.O. de 18 Fev. 43
25) Port. 41, de 5 Mar. 43.....	D.O. de 9 Mar. 43
26) Av. 642, de 9 Mar. 43.....	B.E. n. 11/1943
27) Av. 733, de 20 Mar. 43.....	B.E. n. 13/1943
28) Av. 796, de 26 Mar. 43.....	B.E. n. 14/1943
29) Av. 1.021, de 19 Abr. 43.....	B.E. n. 17/1943
30) Av. 1.025, de 19 Abr. 43.....	B.E. n. 17/1943
31) Av. 1.167, de 11 Mai 43.....	B.E. n. 20/1943
32) Av. 1.318, de 26 Mai. 43.....	B.E. n. 22/1943
33) Av. 1.320, de 27 Mai. 43.....	B.E. n. 23/1943
34) Av. 4.815, de 5 Jun. 43.....	B.E. n. 24/1943
35) Av. 1.994, de 7 Ago. 43.....	B.E. n. 33/1943
36) Av. 2.088, de 20 Ago. 43.....	B.E. n. 35/1943
37) Ficha para promoção de sergentes especialistas dos quadros de Enfermeiros, Manipuladores de Farmácia e de Radiologia..	B.E. n. 42/1943
38) Av. 3.076, de 17 Dez. 43.....	B.E. n. 52/1943
39) Av. 6.123, de 1 Mar. 44.....	B.E. n. 10/1944
40) Av. 966, de 24 Abr. 44.....	B.E. n. 18/1944
41) Av. 1.312, de 23 Mai. 44.....	B.E. n. 22/1944

42)	Av. 3.015, de 27 Set. 44.....	B.E. n. 40/1944
43)	Itens ns. II, III, IV do Aviso 3.073, de 5 Out. 44	B.E. n. 42/1944
44)	Av. 101, de 24 Jan. 46.....	B.E. n. 4/1946
45)	Av. 492, de 22 Abr. 46.....	B.E. n. 17/1946
46)	Av. 1.396, de 8 Nov. 46.....	B.E. n. 46/1946
47)	Av. 750, de 17 Jul. 47.....	B.E. n. 30/1947
48)	Av. 1.132, de 3 Nov. 47.....	B.E. n. 45/1947
49)	Av. 126, de 7 Fev. 48.....	B.E. n. 7/1948
50)	Av. 205, de 3 Mar. 48.....	B.E. n. 10/1948
51)	Av. 221, de 11 Mar. 48.....	B.E. n. 11/1948
52)	Av. 447, de 31 Mai. 48.....	B.E. n. 23/1948
53)	Av. 486, de 2 Jun. 48.....	B.E. n. 23/1948
54)	Av. 616, de 26 Jul. 48.....	B.E. n. 31/1948
55)	Av. 776, de 6 Out. 48.....	B.E. n. 41/1948
56)	Av. 883, de 18 Nov. 48.....	B.E. n. 48/1948
57)	Av. 885, de 19 Nov. 48.....	B.E. n. 48/1948
58)	Av. 73, de 22 Jan. 49.....	B.E. n. 5/1949
59)	Port. 41, de 5 Mar. 49.....	B.E. n. 11/1949
60)	Av. 337, de 6 Mai. 49.....	B.E. n. 20/1949
61)	Letras b) e c) do Aviso 361, de 17 Maio de 1949	B.E. n. 21/1949
62)	Port. 172, de 25 Out. 49.....	B.E. n. 44/1949
63)	Av. 808, de 6 Dez. 49.....	B.E. n. 50/1949
64)	Av. 16, de 9 Jan. 50.....	B.E. n. 2/1950
65)	Av. 53, de 23 Jan. 50.....	B.E. n. 4/1950
66)	Av. 167, de 11 Abr. 50.....	B.E. n. 15/1950
67)	Port. 87, de 19 Jun. 50.....	B.E. n. 21/1950
68)	Av. 345, de 15 Jun. 50.....	B.E. n. 24/1950
69)	Av. 632, de 9 Out. 50.....	B.E. n. 41/1950
70)	Av. 723, de 18 Nov. 50.....	D.O. de 20 Nov. 50
71)	Av. 774, de 5 Dez. 50.....	D.O. de 7 Dez. 50
72)	Port. 42, de 9 Fev. 51.....	B.E. n. 7/1951
73)	Av. 220, de 28 Mar. 51.....	B.E. n. 14/1951
74)	Av. 222, de 29 Mar. 51.....	B.E. n. 14/1951
75)	Av. 374, de 31 Mai. 51.....	B.E. n. 23/1951
76)	Av. 375, de 31 Mai. 51.....	B.E. n. 23/1951
77)	Av. 451, de 17 Jul. 51.....	B.E. n. 29/1951
78)	Av. 712, de 20 Out. 51.....	D.O. de 30 Out. 51
79)	Solução de parecer — Cômputo de grau de curso	Bol. D.P. n. 133/1951
80)	Av. 569, de 28 Ago. 51.....	B.E. n. 36/1951
81)	Av. 592, de 4 Set. 51.....	B.E. n. 37/1951
82)	Av. 230, de 16 Abr. 52.....	B.E. n. 17/1952
83)	Av. 27, de 12 Jan. 53.....	D.O. de 15 Jan. 53
84)	Av. 46, de 19 Jan. 53.....	D.O. de 22 Jan. 53
85)	Av. 140, de 14 Fev. 53.....	D.O. de 19 Fev. 53

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Os fundadores :

Gen. Estevão Leitão de Carvalho
Gen. Bertoldo Klinger
Gen. Euclides Figueiredo
Gen. F. de Paula Cidade
Gen. Pompeu Cavalcanti
Cel. Mário Clementino

Os colaboradores :

Dr. Gustav Egiuff
Padre J. Busato
Dr. Raul Fernandes
Brigadeiro B. Martins
Gen. Silveira de Mello
Cel. Aurélio de Lyra Tavares
Ten.-Cel. Almir Borges Fortes
Ten.-Cel. Enéas M. Sobrinho
Ten.-Cel. Floriano Möller
Ten.-Cel. Jair Jordão Ramos
Ten.-Cel. Nelson Rodrigues de Carvalho
Major A. Correia Lima
Major Luiz E. S. Wiedemann
Cap. Hermínio Povea Matos
Cap. Manoel Padilha
1º Ten. Helio Canongia



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 15,00